

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA ANTIGA**

ALCIDES DEVIDES MORENO

**O que é filosofia primeira, segundo o *Livro A* da *Metafísica* de
Aristóteles**

Versão Corrigida

São Paulo
2021

ALCIDES DEVIDES MORENO

**O que é filosofia primeira, segundo o *Livro A* da *Metafísica* de
Aristóteles**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia Antiga da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Evan Robert Keeling

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M835q Moreno, Alcides Devides
O que é filosofia primeira, segundo o Livro
Lambda da Metafísica de Aristóteles / Alcides Devides
Moreno; orientador Evan Robert Keeling - São Paulo,
2021.
203 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. Filosofia. 2. Filosofia Antiga. 3. Filosofia
Gregas. I. Keeling, Evan Robert, orient. II. Título.

MORENO, Alcides Devides. **O que é filosofia primeira, segundo o Livro A da *Metafísica de Aristóteles***. Dissertação (Mestrado) apresentada à faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Ida Maria e Helenton, e ao meu irmão Lucas.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof. Dr. Evan Robert Keeling.

Ao Prof. Dr. Marco Zingano e ao Prof. Dr. Roberto Bolzani, bem como aos demais integrantes do grupo de estudos de filosofia antiga da Universidade de São Paulo.

Aos demais integrantes da banca de defesa Raphael Zillig, Fernando Mendonça, Fátima Évora, Fernando Gazoni.

Aos integrantes do grupo de filosofia antiga do Centro de Estudos Helênicos Areté.

À secretaria do departamento de filosofia da Universidade de São Paulo, em especial a Geni Lima e a Marie Pedroso.

Aos meus amigos André Quirino e Victor Gonçalves.

À minha amiga Tânia Olivatti.

Ao departamento de filosofia da Universidade de São Paulo.

Ao CNPQ pela concessão da bolsa de mestrado.

Aos meus pais, Ida Maria e Helenton, e ao meu irmão Lucas. Não fui jogador de futebol, não fui médico, não fui juiz de direito, não fui diplomata. Já sou um homem crescido e nem mesmo te comprei aquele vestido, mãe, que há tanto prometi. Seria demais esperar que este trabalho pudesse ser suficiente para agradecer tudo o que vocês fizeram e fazem por mim. Por isso, saibam que este é apenas o início, há muito ainda a ser feito para que eu possa demonstrar toda minha gratidão a vocês.

À minha amiga Natália. Escurece, e já não posso mais te agradecer (como há onze anos) pela simplicidade das cores, claro enigma que se deixou surpreender. Aceito a noite, e que com ela brote uma ordem outra. Dissolução? Travo de angústia que se vai consumindo até converter-se em sinal de beleza no rosto de alguém que, precisamente, volve o rosto, e passa? Uma pedra que havia em meio do caminho? Não sei, mas não é necessário saber, as coisas findas, muito mais que lindas, essas ficarão. (Desculpe, não pude escrever este agradecimento com palavras próprias).

Ao apoio de toda a minha família. Às minhas avós, Ophélia (in memorian) e Laura (in memorian) e aos meus avôs Alcides (in memorian) e Rafael (in memorian). À minha madrinha Maria Clara e ao meu padrinho José Marco. À todas as minhas tias: Cristina, Regina, Maria Helena, Dulcineia, Neusinha, Cristiane e Rosana (in memorian). Ao meu afilhado Zion. Às minhas primas e aos meus primos.

Ao apoio de todos os meus amigos, em especial aos amigos José e Marcus.

“E recordava assim o primeiro encontro, na estação de Vassouras, onde Sofia e o marido entraram no trem da estrada de ferro, no mesmo carro em que ele descia de Minas; foi ali que achou aquele par de olhos viçosos, que pareciam repetir a exortação do profeta: Todos vós que tendes sede, vinde às águas” (trecho do romance *Quincas Borba* de Machado de Assis).

RESUMO

MORENO, Alcides Devides. **O que é filosofia primeira, segundo o Livro A da *Metafísica* de Aristóteles.** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

O presente trabalho possui por objetivo responder à pergunta contida no título: o que é filosofia primeira, segundo o Livro A da *Metafísica* de Aristóteles? No primeiro capítulo tentaremos *situar* a investigação do Livro A dentro da *Metafísica*, considerando se esta investigação é a continuidade de uma investigação precedente ou o início de uma nova investigação. Apresentaremos indícios para considerar que a investigação de Λ é a continuidade de uma investigação precedente. Qual investigação precedente? Responderemos que Λ é a continuidade de uma investigação de filosofia primeira, a qual visa a consolidar ou estabelecer a filosofia primeira como ciência. A partir desta primeira resposta, levantaremos nossa hipótese de leitura para o Livro A, afirmando que a investigação de Λ visa a consolidar ou estabelecer a filosofia primeira através da investigação do princípio comum à substância sensível e imóvel. No capítulo II apresentaremos suporte à nossa hipótese de leitura, mostrando que a investigação de Λ demonstra a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel. Primeiro ofereceremos uma interpretação da estrutura do início de Λ 1 (as duas linhas iniciais e as “justificativas” da investigação de Λ). Depois faremos uma análise da primeira justificativa da investigação de Λ , mostrando que através desta justificativa o texto já evidencia que uma das preocupações da investigação diz respeito a como compreender o todo: deveríamos compreendê-lo como “um certo inteiro” ou como uma “série”? Acreditamos que, ao final de toda a investigação de Λ , é demonstrado que o todo é um “certo inteiro”, pois há um único princípio que governa “o todo”. No terceiro e último capítulo defenderemos uma “leitura hipotética” das linhas finais de Λ 1. Quer dizer, mostraremos que estas linhas devem ser compreendidas de modo a estabelecer uma condição: “se não houver um princípio comum às substâncias”. Em seguida, preparando a resposta à pergunta a qual no propusemos no início do trabalho, diremos porque a instigação de Λ 2-5 é uma investigação de filosofia primeira, e não uma investigação pertencente à física. Pois, apesar de Λ 2-5 investigar os mesmos princípios e causas investigados pela física: matéria, forma, privação e os moventes (incluindo o movente imóvel), a investigação de Λ visa a conhecer um objeto diferente do objeto da física. Acreditamos que a investigação de Λ é uma investigação de filosofia primeira, na medida em que ela visa a conhecer “todas as coisas”, isto é, o “todo”, referido já na primeira justificativa da investigação. E será possível que uma mesma ciência conheça “todas as coisas”, pois há um princípio comum à substância sensível e imóvel. Deste modo, a investigação das coisas sensíveis é parte essencial da concepção de filosofia primeira em Λ , é ela que demonstra a necessidade da existência de coisas não-sensíveis, e a ligação entre as coisas sensíveis e não sensíveis. Pois a substância imóvel é uma das causas das substâncias sensíveis. Deste modo, poderá ser estabelecida em Λ uma ciência a respeito de “todas as coisas”, do “todo”. Além destes três capítulos ofereceremos também uma “tradução anotada” de Λ 1, realizando um estudo mais detalhado de alguns termos, expressões e conceitos presentes no primeiro capítulo de Λ .

Palavras-Chave: Filosofia Antiga, Aristóteles, Filosofia Primeira, Metafísica, Física.

ABSTRACT

MORENO, Alcides Devides. **What first philosophy is according to Aristotle's *Metaphysics* Λ .** Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

The goal of the present work is to answer the question contained in its title: what is first philosophy according to book Λ of Aristotle's *Metaphysics*? In the first chapter I will try to contextualize book Λ in the whole of the *Metaphysics*, considering if this investigation is the continuity of a preceding investigation or the beginning of a new one. I will show evidence that Λ 's investigation is the continuation of a preceding investigation. Which preceding investigation? I will answer that Λ is the continuity of an investigation of first philosophy, which aims to consolidate or establish first philosophy as a science. This first answer gives rise to my reading hypothesis for book Λ , that Λ 's investigation aims to consolidate or establish first philosophy through the investigation of a common principle between sensible and unmovable substance. In chapter II I will present support for this reading hypothesis, showing that Λ 's investigation demonstrates the existence of a principle shared by sensible and unmovable substance. First I will offer an interpretation of the beginning of Λ 1 (the first two lines and the justifications of Λ 's investigation). After this, I will consider the first justification of Λ 's investigation, showing that the text indicates that one of the goals of the investigation concerns the way we should understand the "totality of things": should we understand this as "something whole" or as a "succession"? I believe that, at the end of the whole investigation, it is demonstrated that the totality of things is "something whole", for there is a single principle that governs the "totality of things". At the third and last chapter I will support a "hypothetical reading" of Λ 1's final lines. That is, I will show that these lines should be understood as establishing a condition: "if there is no principle common to both substances". Then, preparing the answer for the question of my work, I will say why Λ 2-5's investigation is an investigation into first philosophy and not an investigation belonging to physics. For, despite the fact that Λ 2-5 investigates the same principles and causes investigated by physics: matter, form, privation and the movers (including the unmoved mover), Λ 's investigation aims to know an object different from the object of physics. I believe that Λ 's investigation is an investigation of first philosophy because it aims to know "all things", that is, "the totality of things", which was already referred in the first justification of the investigation. And it will be possible for a unique science to know "all things" because there is a common principle between sensible and unmovable substance. Thus, the investigation of sensible things is an essential part of the conception of first philosophy present in Λ , and it demonstrates the necessity of the existence of non-sensible things. For the unmoved substance is one of the causes of sensible substances. This way, it will be possible to establish in Λ a science concerning "all things", "the totality of things". In addition to these three chapters I will offer also an "annotated translation" of Λ 1, providing a more more detailed discussion of some terms, expressions and concepts contained in the first chapter of Λ .

Keywords: Ancient Philosophy, Aristotle, First Philosophy, Metaphysics, Physics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
PARTE 1: Texto de Análise.....	13
CAPÍTULO I.....	13
1. Dificuldades na tentativa de situar o contexto em que a investigação de Λ ocorre.....	14
2. A investigação de Λ é a continuidade de uma investigação em andamento ou ela inaugura uma nova investigação?.....	17
2.1 A investigação de Λ é a continuidade de uma investigação precedente.....	23
3. Λ oferece continuidade a qual investigação?.....	28
4. O Livro Λ oferece continuidade a uma investigação de filosofia primeira.....	32
4.1 Segundo quais termos deveríamos compreender a pergunta pelo “objeto” da investigação de Λ ?.....	35
5. Respostas preliminares às perguntas anteriores, nossa hipótese de leitura.....	41
CAPÍTULO II.....	49
1. Uma investigação dos princípios e causas das substâncias que são, eles mesmos, substâncias.....	50
1.1 As quatro justificativas da investigação de Λ	55
2. O todo é como uma coisa inteira, pois existe um único princípio que o governa.....	60
2.1 Uma organização das coisas “em série” não precisa ser totalmente excluída da concepção do “todo” em Λ	71
3. O princípio comum, “ponto inicial” de todas as coisas.....	73
CAPÍTULO III.....	80
1. Leitura hipotética versus a leitura causal das linhas finais de Λ 1.....	81
2. Análise do conseqüente, uma possível confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências.....	89
2.1 A posição de Berti e de Donini.....	90
2.2 A leitura de um “conseqüente duplo”.....	94

3. Possíveis Confusões de um mesmo objeto pertencente à física e à filosofia primeira.....	97
4. Distinção entre dois modos de se compreender o objeto de uma ciência.....	101
4.1 A divergência a respeito de Λ 2-5 ser ou não uma investigação de filosofia primeira.....	104
4.2 Uma Diferença importante entre física e filosofia primeira. “Qual é” o objeto que cada uma destas ciências visa a conhecer?.....	106
4.3. Uma possível distinção entre dois modos de se falar no objeto de uma ciência.....	111
4.4 Uma investigação dos mesmos princípios e das mesmas causas pode visar ao conhecimento de um objeto diferente.....	114
4.5 Uma ciência a respeito de “todas as coisas”.....	116
4.6 Uma leitura do conseqüente do condicional contido ao final de Λ 1, a partir de uma melhor compreensão da filosofia primeira em Λ	119
5. Λ 2-5 é uma investigação de filosofia primeira, a qual oferece maior clareza quanto ao que seja filosofia primeira em Λ	121
5.1 Alguns indícios de que “todas as coisas” sejam “todas as coisas sensíveis” em Λ 2-5.....	129
5.2 A investigação das coisas sensíveis em Λ 2-5 é aquilo que distingue o modo de fazer filosofia primeira em Λ do “método lógico” platônico.....	133
5.3 A consideração de que Λ 2-5 seja física e não filosofia primeira revela uma incompreensão quanto ao que seja filosofia primeira em Λ	140

PARTE 2: Tradução Anotada de *Metafísica* Λ 1, 1069a18-b2.....145

TRADUÇÃO.....145

NOTAS À TRADUÇÃO.....146

CONCLUSÃO.....192

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....199

INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui duas partes. Um “texto de análise” da investigação contida no *Livro A* da *Metafísica* de Aristóteles (mais centrada, todavia, na análise de Λ 1). E uma “tradução anotada” do primeiro capítulo do *Livro A* (1069a18-b2)¹.

O texto de análise conterà três capítulos, nos quais levantaremos uma hipótese de leitura para o *Livro A*, mostraremos como esta hipótese poderia ser sustentada e, por último, tentaremos responder à pergunta contida no título do nosso trabalho: o que é filosofia primeira, segundo o *Livro A*?

As notas à tradução possuem dois objetivos. Em primeiro lugar, pretendemos oferecer uma compreensão mais detalhada de termos, expressões e conceitos contidos em Λ 1, complementando algumas discussões já debatidas no “texto de análise”. E, em segundo lugar, ofereceremos algumas possibilidades interpretativas de trechos de Λ 1 menos considerados no “texto de análise”.

¹ Segundo a edição de Jaeger o texto de Λ 1 terminaria em 1069b7. Mas, como compreendem a maioria dos comentadores, isto se deve provavelmente a algum equívoco de edição, pois a partir de 1069b3 é claro o início de um outro tema, inaugurando muito provavelmente o segundo capítulo de Λ . Por isso, consideraremos neste trabalho o texto de Λ 1 contido entre 1069 a18-b2.

PARTE 1: Texto de análise

CAPÍTULO I

Oferecer uma hipótese de leitura para o *Livro A* da *Metafísica* de Aristóteles é o intuito deste primeiro capítulo

Em seguida, nos capítulos II e III, tentaremos suportar nossa hipótese de leitura, buscando tornar, ao mesmo tempo, cada vez mais completa a resposta à pergunta contida no título deste trabalho: o que é filosofia primeira, segundo o *Livro A*?

A compreensão da investigação de Λ envolve uma série de dificuldades. A primeira delas relaciona-se ao *contexto* em que esta investigação ocorre, tendo em vista que, como revelam estudos mais recentes, a maneira como se constitui a obra *Metafísica* de nenhum modo é algo simples de ser estabelecido. Veremos que não está em questão apenas a posição que o *Livro A* realmente ocupa na *Metafísica*, mas não é pacífico o próprio pertencimento do *Livro A* à *Metafísica*. O entendimento mais dominante atualmente é que o *Livro A* não pertence à *Metafísica*, sendo considerado por muitos comentadores um tratado independente, o que já pode nos oferecer uma boa ideia dos problemas enfrentados na interpretação de Λ , sobretudo no que diz respeito à tentativa de *situar* esta investigação dentro da *Metafísica* e da obra de Aristóteles de um modo mais geral.

Não será objetivo deste trabalho tentar oferecer uma resposta à questão sobre Λ pertencer ou não à *Metafísica*, pelos motivos que iremos expor no tópico 1 deste capítulo. Consideraremos outras perguntas para buscar contextualizar a investigação de Λ dentro da *Metafísica*. Estas perguntas são as seguintes: o *Livro A* oferece uma *continuidade* para uma investigação anterior ou inaugura uma nova investigação? E, admitindo que Λ *continua* uma investigação precedente, qual seria essa investigação continuada por Λ ? Essas duas perguntas ocuparão, respectivamente, a discussão dos tópicos 2 e 3. Mas, a tentativa de oferecer uma resposta a elas não servirá para decidir se Λ pertence ou não à *Metafísica*, pois, como dissemos, este não é o objetivo deste trabalho.

No tópico 2 ficará claro que as duas linhas iniciais de Λ 1 são bastante importantes para a consideração da questão sobre se Λ continua ou não uma investigação precedente. Por isso, faremos uma análise detida nestas duas linhas e concluiremos que há indícios de que Λ seria a *continuidade*, em algum sentido, de uma investigação precedente.

Assim, no tópico 3, discutiremos qual poderia ser esta investigação precedente, a qual Λ ofereceria continuidade. Essa pergunta nos levará à divergência existente entre Frede e Menn: Frede acredita que a continuidade seria a uma *ontologia*: uma investigação do “ser enquanto ser”, ao passo que Menn compreende que a continuidade seria a uma *arqueologia*: uma investigação a respeito “dos primeiros princípios e das primeiras causas”.

A partir disso, no tópico 4, buscaremos oferecer nossa própria resposta a qual é a investigação que o livro Λ continua, dizendo primeiro, de modo bastante vago, que a continuidade seria uma investigação de filosofia primeira. E, depois, a partir desta primeira determinação mais vaga, diremos como deveríamos compreender, de maneira mais precisa, qual é a continuidade apresentada pela investigação de Λ .

Este último ponto nos levará ao tópico 5, quando, finalmente, ofereceremos nossa hipótese de leitura, afirmando que a investigação de Λ oferece continuidade a uma investigação que visa a estabelecer ou consolidar a *primeira ciência*, a filosofia primeira. E o modo como Λ se propõe a estabelecer ou consolidar esta *ciência* seria demonstrando a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel. Assim, defenderemos que são as linhas finais de Λ 1 aquelas que nos dizem de modo bastante preciso aquilo pelo que iremos procurar ao longo da investigação de Λ , a saber, *o princípio comum à substância sensível e imóvel*.

1. Dificuldades na tentativa de situar o contexto em que a investigação de Λ ocorre

Como já comentado, não pretendemos analisar aqui a controvérsia a respeito do Livro Λ ser ou não um tratado independente da *Metafísica*. Contudo, se pretendemos oferecer algumas possibilidades interpretativas a respeito de Λ , é preciso, de algum modo, tentarmos *situ*ar o contexto desta investigação. E, para isto, acreditamos não ser

preciso tomar uma posição (mesmo que apenas em um caráter tão definitivo quanto possível) a respeito do *Livro A* ser um tratado independente ou não da *Metafísica*. Assim, uma ou outra posição não será determinante quanto à compreensão do lugar e papel da investigação de Λ .

Por exemplo, Frede e Menn divergem em relação ao fato de Λ ser um tratado independente da *Metafísica*², por outro lado, ambos concordam que Λ deveria ser compreendido como oferecendo uma continuidade de uma investigação precedente (isto é, Λ não seria a inauguração de uma nova investigação). E, deste modo, a divergência sobre Λ ser ou não um tratado independente da *Metafísica* parece pouco influir no modo como ambos *situam* a investigação de Λ em relação aos demais livros da *Metafísica*. Os dois compreendem que Λ oferece *continuidade* para uma investigação precedente.

Obviamente, descobrir se Λ é um tratado independente ou não da *Metafísica* seria importante na compreensão do que esta investigação realiza, sobretudo se soubéssemos exatamente qual lugar este livro ocupa na *Metafísica*. Por exemplo, se soubéssemos que ele se segue a determinado livro e antecede a um outro (ou é o final de toda a investigação da *Metafísica*), estas informações poderiam alterar substancialmente a interpretação de Λ . Mas não poderia ser objeto deste trabalho (em virtude do tipo de investigação que estamos realizando) o oferecimento de alguma resposta a questões deste tipo.

Dessa forma, afastada a questão sobre o *Livro A* pertencer ou não à obra *Metafísica*, a questão importante e, poderíamos dizer, a questão possível de ser tratada aqui, para tentarmos *situarmos* o contexto em que a investigação de Λ ocorre, deverá considerar, em primeiro lugar, se é de fato correta a compreensão de que a investigação de Λ é a continuidade de uma investigação precedente. E, em segundo lugar, sendo Λ a continuidade de uma investigação precedente, que investigação anterior seria esta?

² Frede inicia a sua análise de Λ afirmando: “Scholars nowadays tend to agree that *Metaphysics A* originally was written by Aristotle as an independent treatise, just as it seems fairly obvious that originally the books Z and H were written as the beginning of a new, independent treatise, rather than as a continuation of a series of books beginning with *Metaphysics A*. In any case, this is the assumption which I presuppose in my discussion of Λ 1, but which also is shared by the authors of the remaining essays in this volume” (FREDE, Michel and David Charles. **Aristotle’s Metaphysics Lambda: Symposium Aristotelicum**. Oxford: Clarendon Press, 2007, p.53). S. Menn, por outro lado, acredita que a despeito da compreensão assumida no Symposium Aristotelicum, não há bons argumentos para compreendermos a investigação de Λ como um “tratado independente” da *Metafísica*: “The arguments that have been given to support the claim that Λ is an independent work are quite weak” (MENN, Stephen. **The Aim and the Argument of Aristotle’s Metaphysics. Part III: The true path. IIIβ: Metaphysics A 1-6. IIIβ1: Introduction to Λ , and A 1-5**. P.1. A ser publicado. Esboço disponível em <https://www.philosophie.huberlin.de/de/lehrbereiche/antike/mitarbeiten/menn/contents>).

Notemos que, principalmente, a segunda questão formulada acima, de algum modo, também incorre no problema sobre o modo como se organizamos livros da *Metafísica*. Pois, se não soubermos ao certo como os livros da *Metafísica* se relacionam, será bastante difícil determinar de qual investigação, precisamente, Λ seria a continuidade. Como já dissemos, estudos mais recentes revelam melhor as dificuldades existentes na determinação de como foi estabelecida a disposição, que conhecemos hoje, dos livros da *Metafísica*. Há muitas questões ainda em aberto, por exemplo, que tipo de ordem os livros da *Metafísica* obedeceriam: a ordem em que foram escritos, ou uma ordem na exposição do tema, ou mesmo uma ordem posterior, que não tenha sido estabelecida pelo próprio Aristóteles?

Na verdade, nem mesmo é claro se todos os livros da *Metafísica* tratam de um “único e mesmo objeto”, ainda que se aceite que eles tratem, de algum modo, de um mesmo “tema” e, por isso, estejam reunidos em uma mesma obra. À frente veremos que Judson acredita que os Livros da “*Metafísica*” seriam uma “compilação” de textos e não um tratado unificado³.

De qualquer forma, a ausência de um estabelecimento definitivo a respeito da constituição da *Metafísica*, do ponto de vista, por assim dizer, filológico abre espaço para que as relações entre os livros da *Metafísica* sejam feitas a partir de argumentos filosófico-interpretativos. Muitos comentários a obra de Aristóteles estabelecem relações entre os diferentes livros da *Metafísica* com base em argumentos filosófico-interpretativos. Por exemplo, as posições que discutiremos ao longo deste trabalho, de S. Menn, M. Frede, M. Zingano, E. Berti, L. Judson e F. Baghdassarian, parecem se valer deste tipo de argumentos para compreender o contexto em que a investigação de Λ ocorre.

Entretanto, isso parece gerar, na verdade, mais um problema para o nosso trabalho: “situar” o contexto em que a investigação de Λ ocorre demanda um conhecimento ainda maior dos outros livros da *Metafísica* (e também das outras obras do *corpus*) do que se soubéssemos, com certeza, que a investigação de Λ segue-se, por exemplo, à investigação do *Livro K*, do modo como está editado nas edições modernas⁴.

Assim, é preciso dizer que os esforços que serão empreendidos na tentativa de tentar situar o contexto em que a investigação de Λ ocorre possuem limites claros.

³ Abaixo, no tópico 3, citaremos a passagem em que Judson diz isso, lá discutiremos melhor a posição dele.

⁴ Abaixo, no tópico 2, faremos uma citação de Thomas de Aquino, na qual fica clara a sua compreensão de que a investigação de Λ segue-se imediatamente àquela do *Livro K*.

Tentaremos fazer isso a partir de um conhecimento “provisório” e “limitado”, devemos dizer, da obra de Aristóteles.

As investigações de *Met. Z* e *H* parecem possuir importantes relações com a investigação de Λ . M. Zingano apresenta uma posição clara a este respeito: a investigação de Λ deveria ser considerada *anterior* às investigações de *Z* e *H*, no sentido de que Λ seria uma versão menos madura da “ontologia” presente em *ZH*. Assim, tanto a investigação de Λ quanto a de *ZH* seriam expressões de projetos ontológicos, sendo Λ um projeto intermediário entre as *Categorias* e a formulação mais madura da ontologia aristotélica contida em *Met. Z* e *H*⁵. A partir disso, fica clara a possibilidade de uma estreita relação entre as investigações de Λ e a de *ZH*. Mas, como dissemos, as investigações de *ZH* serão pouco consideradas neste trabalho, em virtude também dos limites que precisamos impor à nossa pesquisa.

Apesar das dificuldades apontadas acima, não parece ser uma boa alternativa ignorarmos completamente o contexto em que a investigação de Λ ocorre, sobretudo, se for verdadeiro o que dizem S. Menn e M. Frede a respeito de Λ dar continuidade a uma investigação precedente. Por isso, neste primeiro capítulo, nos esforçaremos para situar (da melhor maneira possível) a investigação de Λ em relação aos demais livros da *Metafísica*, tentando determinar, sobretudo, o que a investigação de Λ irá perseguir. Daí a importância de compreendermos se a investigação de Λ oferece continuidade a uma investigação precedente e qual investigação precedente seria continuada em Λ .

2. A investigação de Λ é a continuidade de uma investigação em andamento ou ela inaugura uma nova investigação?

Essa indagação terá como ferramenta a análise das duas linhas iniciais de Λ e o modo como elas contribuem para contextualizarmos a investigação de Λ . Como mostraremos, a compreensão destas duas frases e o modo como a primeira se relaciona com a segunda será bastante elucidativo na consideração da questão acima. Entretanto, à frente ficará mais claro, também, que uma compreensão completa da apresentação da

⁵ ZINGANO Marco. **Individuals, Form and Movement: from Lambda to Z-H**. Em C. Horn *Aristotle's Metaphysics Lambda – New Essays*. Berlin: De Gruyter, 2016, p. 139-155.

investigação de Λ depende inteiramente da consideração do trecho que se segue às duas linhas iniciais, o trecho contido entre 1069a19-24, normalmente lido como constituindo “as justificativas para a investigação de Λ ”. Assim, dado que estas “justificativas” serão objeto de análise do capítulo II, voltaremos a tratar das duas frases iniciais de Λ também naquele capítulo.

Em primeiro lugar, iremos considerar o modo como o início de Λ foi lido por alguns comentadores antigos e modernos. E, em seguida, a partir das leituras que iremos descrever abaixo, passaremos a propor o modo como acreditamos que as duas frases se relacionam. Mostraremos que a segunda frase oferece suporte para a primeira e que a *necessidade e possibilidade da primeira frase ser argumentada a favor*⁶ parece ser um indício de que a investigação de Λ é a *continuidade* de uma investigação precedente, e não a inauguração de uma nova investigação.

O comentário de Ross às duas linhas iniciais de Λ é bastante breve, segundo ele, as duas frases iniciais já nos diriam, de imediato, o objeto da investigação: “our subject is substance”⁷, e nada mais além disso (na verdade, a própria tradução oferecida por Ross: “substance is the subject of our inquiry”, já torna a sua posição bastante clara). Todavia, como notam M. Frede e E. Berti⁸, a despeito da brevidade da análise de Ross, o seu comentário e a sua opção de tradução (“our inquiry”) parecem ser indicativos de algumas coisas:

“Most scholars seem to take it for granted that the phrase ‘the inquiry’ refers to the inquiry which follows. They take the definite article to have demonstrative force, but understand ‘this inquiry’ in the sense of ‘the inquiry which now follows’, or ‘the inquiry which we are now about to embark on’. Thus Ross translates ‘The subject of our inquiry is substance’, as if the first sentence were a declaration of intention on Aristotle’s part. (...) Given that this originally is an independent, entirely new treatise, one finds it only too natural that Aristotle would start out this treatise by indicating what he is going to deal with⁹.”

⁶ Estamos antecipando aqui um argumento de S. Menn, que iremos citar mais abaixo.

⁷ ROSS, W. D. **Aristotle’s Metaphysics: Text and Commentary**. Oxford: Clarendon Press, 1924. 2 vols. P. 348.

⁸ Neste sentido Berti diz: “The modern commentators (...) tend to interpret *he theoria* as the inquiry that Aristotle is practicing in this book, and consequently translate: “unsere Betrachtung” (Boniz), “our inquiry” (Ross) (...)”. BERTI, Enrico. **The program of Metaphysics Λ (chapter I)**. Em Aristotle’s Metaphysics Lambda – New Essays. Boston, MA: de Gruyter, 2016, pp. 67-86. P. 67.

⁹ FREDE. Op., cit., p. 55.

Assim, segundo Frede, ao dizer que “nossa investigação é a respeito da substância”, Ross parece entender que esta investigação, “que se inicia agora em Λ ”, é a respeito da substância. Deste modo, as duas linhas iniciais indicariam que se dará início a uma nova investigação, ou seja, Λ não seria a continuidade de uma investigação já em andamento. E, pelo fato de Ross acreditar que Λ é o início de uma nova investigação, poderíamos entender que o objeto de Λ estaria claramente determinado já nas primeiras linhas: a substância.

A brevidade do comentário de Ross nos permite supor também que o autor atribui uma função bastante limitada para a segunda frase de Λ , a qual nem mesmo foi mencionada em seu comentário (como também observa Frede).

Segundo Berti, a posição de Ross (que ele afirma ser a mesma, na verdade, da posição de Jaeger e veremos depois que Menn identifica Bonitz como sendo o precursor da posição de Jaeger e de Ross) marcaria uma divisão da leitura de Λ entre os comentadores antigos e modernos. Berti diz que: “the ancient commentators interpreted *he theoria* as the science contained in the whole treatise of which the book Λ is a part, i.e. the science of being qua being, or ‘first philosophy’, or ‘metaphysics’”¹⁰. E, depois, a respeito dos comentadores modernos, Berti dirá que:

“the modern commentators, having realized that book Λ is not so clearly connected with the whole *Metaphysics* (thanks to Jaeger and Ross, who nevertheless considered this book as “the theology” of Aristotle) tend to interpret *he theoria* as the inquiry that Aristotle is practicing in this book”¹¹.

De fato, se olharmos o início do comentário ao *Livro A* de Thomas de Aquino, claramente ele compreende que a investigação de Λ é uma *continuidade* da investigação do livro precedente: “having summarized in the preceding book the points that were previously made regarding imperfect being both in this work and in the *Physics*, [III, 1-3] in this book the philosopher aims to summarize the things that have been said about being in its unqualified sense, i.e., substance, (...)”¹². O “livro precedente”, ao qual Thomas de Aquino faz referência, é o décimo primeiro livro da *Metafísica*, o *Livro K*. Assim, a posição de Thomas de Aquino parece ser, de fato, uma evidência a favor do

¹⁰ BERTI. Op., cit., p. 67

¹¹ Ibid., p. 67.

¹² AQUINAS, St. Thomas. *Commentary on Aristotle’s Metaphysics*. Introdução e tradução: P. Rowan. Notre Dame, Indiana: Dumb Ox Books, 1995. P. 769.

que disse Berti: para os comentadores antigos e medievais Λ seria a continuidade “da ciência contida na *Metafísica* como um todo”.

Ross, por outro lado, propõe uma interpretação bastante distinta da que foi oferecida pelos antigos, como vimos, para ele, o *Livro A* seria o início de uma nova investigação, seguindo, desta forma, um novo modo (aparentemente inaugurado por Boniz e Jaeger) de interpretação do *Livro A* entre os comentadores modernos.

Berti também observa que, entre os comentadores modernos, M. Frede propõe ainda uma nova perspectiva de leitura¹³. Mesmo tendo em vista as dificuldades de compreensão da ligação entre o *Livro A* e os demais livros da *Metafísica* (discutimos um pouco a respeito destas dificuldades no tópico anterior e voltaremos a discuti-las à frente) e mesmo acreditando que seria melhor compreender o *Livro A* como um tratado independente da *Metafísica*, Frede entende que o *Livro A* é a continuidade de uma investigação, presente na *Metafísica*, já em andamento (ver nota 13 acima, na qual Berti comenta esta posição de Frede).

E, no mesmo sentido de Frede (pelo menos, quanto a este ponto em específico) S. Menn também acredita que a investigação de Λ é a continuidade de uma investigação precedente. Ele toma como uma evidência para isso o fato de que a segunda frase do *Livro A* apresenta um suporte a favor da primeira.

“If the claim ‘the investigation is about *ousia*’ needs to be, and can intelligibly be, argued for, then it cannot be simply a statement of intention, by which the author freely decides what his book will be about: ἡ θεωρία must refer back to some already-understood subject, about which it can be argued whether it is about *ousia* or about something else”¹⁴.

A citação acima mostra claramente a posição de S. Menn, de uma parte, a favor da posição de Frede, e, de outra parte, contrária a posição de Ross. A frase “a investigação é a respeito da substância” não poderia ser simplesmente, nas palavras de Menn: *uma afirmação de intencionalidade, através da qual o autor decide livremente sobre o que será o livro*. Algo como esta “afirmação de intencionalidade” descrita por Menn parece ser o modo como Ross compreendeu a frase inicial de Λ . Como vimos,

¹³ “The first who has widely discussed the problem is M. Frede in his essay on Λ 1. Here he observes that the definite article has the force of a demonstrative, i. e. it means ‘this inquiry’ and alludes to an ongoing enterprise well known by the listeners, which is not only the inquiry which follows, but also the inquiry pursued in the past by the Presocratics and the Platonists – i.e. by all the philosophers”. BERTI, op., cit., p. 68.

¹⁴ MENN. Op., cit., p. 18.

para Ross, o início de Λ inaugura uma nova investigação, na qual o autor afirmaria “livremente” sobre o que o livro irá tratar: “a respeito da substância”. Entretanto, Menn argumenta (de forma adequada, nos parece) que se Aristóteles estivesse simplesmente informando sobre o que será a investigação que se inicia agora em Λ , a proposição desta nova investigação não precisaria ser argumentada ou suportada por uma segunda frase.

Aliás, parece ser em virtude da compreensão de que Λ iniciaria uma nova investigação que Ross não dá maior importância para a segunda frase de Λ , a qual nem mesmo é mencionada em seu comentário. Nas palavras de F. Baghdassarian sobre a leitura que Ross realiza da segunda frase de Λ : “Selon ps. –Alex. et Ross, cette précision sert simplement à rappeler que toute connaissance est une connaissance par les causes. L’étude de la substance ($\sigma\upsilon\sigma\iota\alpha$) se justifierait donc par elle-même, indépendamment de la recherche des causes et des principes”¹⁵. Ou seja, F. Baghdassarian entende que, na leitura de Ross, a segunda frase apenas oferece maior *precisão* ao conteúdo da primeira e, por isso, não apresentaria um suporte para a primeira, mas a primeira frase “se justificaria por ela mesma”.

Berti, de modo similar a Ross, compreende que a segunda frase possuiria uma função limitada. Apesar de acreditar que Λ se refere a uma investigação precedente, a qual ele identifica como sendo a investigação de *Met. α* (e não a de *Met. A*, como dirá S. Menn), ele também acredita (junto com Ross e ps. –Alex, referidos na citação acima de F. Baghdassarian) que a segunda frase apenas reafirma o modo através do qual é possível *conhecer* alguma coisa, isto é, através do conhecimento dos princípios e das causas desta coisa. O que, de fato, poderia retomar algo dito em *Met. α* ¹⁶. Entretanto, que o conhecimento de algo seja o conhecimento das causas e dos princípios deste algo não é uma afirmação exclusiva de *Met. α* . Em outras passagens da *Metafísica* isso também é dito, por exemplo, em *Met. A 1* como o próprio Berti admite.

Por outro lado, Berti parece ter razão em indicar a particularidade do emprego da expressão η θεωρία tanto no início de Λ quanto em α ¹⁷, acertadamente chamando a atenção para o fato de que η θεωρία (presente no início de Λ e α) é diferente, por exemplo, das referências de *Met. A*, as quais contêm os termos σοφία (“sabedoria”) e

¹⁵ BAGHDASSARIAN, Fabienne. **Métaphysique Livre Lambda**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2019. P. 84.

¹⁶ α 1, 993b23-24: “não conhecemos uma verdade sem a sua causa” (nossa tradução).

¹⁷ Logo no início de α 1 ocorre a expressão η περί τῆς ἀληθείας θεωρία “a investigação é a respeito da verdade” (α 1, 993a30, nossa tradução). Reparemos como esta expressão lembra, de fato, o início de Λ : $\mu\epsilon\tau\epsilon\iota$ τῆς οὐσίας ἡ θεωρία “A investigação é a respeito da substância” (1069a18).

φιλοσοφία (filosofia)¹⁸, mas não o termo θεωρία. A favor ainda do que diz Berti, acrescentaríamos também que *Met.* A se refere a uma ἐπιστήμη (e não uma θεωρία) de *alguns* (τινας)¹⁹ princípios e causas (A 1, 982a1-2).

Através da exposição a respeito das leituras já realizadas do início de Λ , poderíamos classificá-las, por um lado, como aquelas que compreendem que Λ inaugura uma nova investigação e, por outro, aquelas que compreendem que Λ oferece, de alguma forma, uma continuidade para uma investigação precedente. Na verdade, o único representante discutido acima da posição de que Λ inaugura uma nova investigação é D. Ross. Mas, como vimos, Berti diz que Ross possui a mesma posição de Jaeger e, à frente, veremos melhor que Menn identifica Bonitz como sendo o precursor desta posição.

Assim, Jaeger e Ross representam uma ruptura na leitura dos antigos, no sentido de que os seus estudos revelam que é muito mais difícil (do que os antigos acreditavam) estabelecer as relações entre os diferentes Livros da “Metafísica”. Um maior aprofundamento da compreensão das relações entre os Livros da “Metafísica”, como vimos, levará Jaeger e Ross a defenderem a ideia de que o Livro Λ seria um tratado independente da “Metafísica”. Essa tese continua a ser defendida por muitos, até hoje.

Um ponto interessante, já discutido antes, para o qual gostaríamos de chamar a atenção é que, mesmo a partir da ruptura representada por Bonitz, seguido por Ross e Jaeger, e mesmo que a leitura mais dominante hoje seja a de que Λ é um tratado independente da *Metafísica*, ainda assim, a investigação de Λ pode ser compreendida como a *continuidade* de uma investigação precedente. A posição de Frede, seguida por Menn é emblemática desta possibilidade, como vimos acima.

¹⁸ “I have seen an allusion to this *theoria* (a mencionada no início de Λ 1) in book Alpha elatton of the *Metaphysics*, where Aristotle speaks of “the *thoria* of truth” (993 a30), identifying it with the *theoretike philosophia* or *episteme*, which has truth as its end and which researches the cause, because we do not know a truth without its cause” (993b20-24, ed. Jaeger). Now I would like to confirm this interpretation of the incipit of Λ , because Aristotle characterizes *theoria* as a research of principles and causes without any justification, therefore presupposing a definition of *theoria* which coincides with that of Alpha elatton, while the affirmation that its subject is substance, still absent in Alpha elatton, needs a justification, which is furnished by the arguments that follow. It is true that Alpha meizon conceives philosophy as knowledge of the causes and principles, but it speaks of *Sophia* or *philosophia* in general, not of *theoria*”. BERTI. Op., cit., pp.68-69.

¹⁹ Depois ficará mais claro (em *Met.* A 2, principalmente) que estes “alguns princípios”, que aparecem aqui são os *primeiros princípios e as primeiras causas*.

2.1 A investigação de Λ é a continuidade de uma investigação precedente

Passaremos agora a oferecer, de modo mais claro, nossas posições quanto às questões levantadas anteriormente.

Acreditamos que devam ser rejeitados entendimentos que atribuam um sentido fraco para a segunda frase, como se ela fosse meramente explicativa da primeira. Alguns indícios apontam na direção de que a segunda frase deve ser compreendida em um sentido forte, apresentando uma razão para a primeira frase, e não somente uma explicitação (ou quase uma repetição) do conteúdo da primeira frase.

Se o objetivo da segunda frase fosse o de dizer o que é uma “investigação ($\theta\epsilon\omega\rho\acute{\iota}\alpha$) a respeito da substância” (como, por exemplo, sustentam Ross e Berti) um modo de compreendê-la seria, então, como sendo a possível conclusão de um argumento, no qual a segunda premissa estaria omissa. A premissa omissa, poderíamos explicitar como sendo algo do tipo: “conhecer (ou *fazer uma* $\theta\epsilon\omega\rho\acute{\iota}\alpha$) é conhecer (ou investigar) os princípios e as causas”. Na verdade, como sugere Berti, poderíamos recuperar a premissa faltante em *Met. α* , 993b23-24 onde é dito: “não se conhece a verdade sem a sua causa” (nossa tradução) e transcrevê-la no início de Λ como sendo: “não se conhece a substância sem a sua causa”. Nesse caso, teríamos o seguinte argumento: P1: a *investigação* é a respeito da substância; P2: não se conhece a substância sem a sua causa; CL: *portanto* serão investigados os princípios e as causas das substâncias. Todavia, a segunda frase não possui uma partícula que torne claro que ela seja a conclusão de um suposto argumento, mas contém a partícula “ $\gamma\acute{\alpha}\rho$ ”, a qual, em seu primeiro sentido, possui a função de “introduzir razões” e não a de expressar a conclusão de um argumento.

Além disso, seria plausível que a segunda frase fosse apenas explicativa da primeira, entretanto, atribuir um sentido fraco para a segunda frase poderia implicar em alguns problemas. Por exemplo, como explicar a presença desta segunda frase, quase sem possuir uma verdadeira função, logo no início da investigação de um texto admitidamente conciso? Neste sentido, afirma Frede:

“I think it is highly unlikely that in as compressed a text as this the second sentence should not contribute anything to the thought which the passage tries to convey, especially since it

does seem to be taken up again in the fourth argument. It also seems to me that the relation between the first and the second sentences is far from trivial.”²⁰

Além disso, em *Met. α 1* (o capítulo citado por Berti como sendo uma referência pertinente para a compreensão das linhas iniciais de $\Lambda 1$) uma “investigação dos princípios e causas” é explicativo do que seja uma θεωρητική, uma “ciência teórica”, mas não necessariamente do que seja uma θεωρία, o termo que aparece aqui em $\Lambda 1$.

A partir desses indícios acreditamos que, ao menos, deve permanecer em aberta a possibilidade de que a segunda frase não diga apenas o que é “fazer uma investigação (θεωρία) da substância”, mas, sim, que ela diga porque a investigação é (agora em Λ) a respeito da substância: “pois (“γὰρ” em seu primeiro sentido, indicando que se apresentará razões) serão investigados os princípios e as causas das substâncias”.

Contudo, alguém poderia dizer que: “pois serão investigados os princípios e as causas de x” não parece oferecer, de fato, um verdadeiro suporte para a cláusula: “a investigação é a respeito de x”. Quer dizer, se for óbvio que investigar é investigar os princípios e as causas, a segunda frase seria redundante, ela não diria mais do que já estava contido na primeira (como diz F. Baghdassarian, nesta leitura, a primeira frase “se justificaria por si mesma” e é neste sentido que a segunda frase pareceria redundante). Mas, mesmo se não for óbvio que investigar seja investigar os princípios e as causas, o conteúdo da segunda frase pareceria apenas *explicitar* algo que não era totalmente óbvio na primeira (a saber, que investigar é investigar princípios e causas). Assim, de nenhum desses modos, o conteúdo da segunda frase pareceria constituir uma verdadeira razão oferecida para a primeira frase. E se ela não oferece, de fato, uma razão para a primeira frase, deveríamos admitir um sentido fraco para ela, de modo que posições tais como a de Berti e a de Ross, as quais não atribuem uma função significativa para a segunda frase, pareceriam mais adequadas.

Poderíamos entender, então, que existem duas questões que devem ser respondidas para que seja possível o entendimento de que a segunda frase argumenta, de fato, a favor do conteúdo da primeira: 1. *Por que* a cláusula “a investigação é a respeito da substância” precisaria de um argumento? 2. *Como* a frase “pois serão investigados os princípios e as causas das substâncias” poderia constituir um verdadeiro argumento para a primeira frase?

²⁰ FREDE. Op., Cit., p.60.

Se o início de Λ fosse a proposição de uma nova investigação, não haveria porque supor que a frase: “a investigação é a respeito da substância” precisasse ser argumentada a favor. O início de Λ marcaria o começo de uma nova investigação (como vimos ser a posição de D. Ross), na qual seria proposto o objeto a ser investigado: a substância. Não haveria porque oferecer uma razão para isso, mas apenas poderia se justificar a relevância do objeto proposto ou a natureza dessa nova investigação proposta, o que seria feito, não a partir da segunda frase, mas, sim, a partir do trecho que se segue à segunda frase, as “justificativas” da investigação de Λ .

Como já vimos antes, segundo Berti parece ser justamente isso que precisaria ser justificado em Λ 1. A saber, seria necessário justificar tão somente porque a investigação deverá incidir agora sobre a substância. De acordo com Berti, estas justificativas estariam contidas no trecho que se segue as duas frases de Λ , mas não nas duas linhas iniciais da investigação. Pois, para o autor, “o que é investigar” seria algo que já está pressuposto na investigação de Λ , estando explícito em α 1, como vimos: *investigar (assim como conhecer) é investigar os princípios e as causas*. E, por isso, pelo fato de que na leitura de Berti a segunda frase apenas recapitula um pressuposto da investigação, a segunda frase seria compreendida por ele como redundante ou um mero lembrete, servindo mais como evidência da ligação que Berti vê entre Λ e α do que possuindo qualquer outra função mais relevante na investigação de Λ .

Entretanto, de novo, nesse caso seria como se a segunda frase quase pudesse ser suprimida do texto. E, desta forma, aquilo que foi apontado antes por Frede, sobre a dificuldade em explicar uma frase quase sem função, logo na proposição da investigação de um texto admitidamente conciso, parece colocar algumas dificuldades para esta leitura.

Além disso, existe um modo de respondermos positivamente à pergunta anterior (a pergunta 1. Por que a primeira frase precisaria ser suportada pela segunda?), o que, na verdade, parece ser mais interessante para a interpretação de Λ . É possível que seja necessário argumentar a favor de que “a investigação é a respeito da substância”, pois a investigação de Λ seria a *continuidade* de uma investigação já em andamento. Quer dizer, será preciso dizer por que “aquela investigação”, precedente à investigação de Λ , é agora “a respeito da substância”. Neste ponto estão de acordo não apenas M. Frede e S. Menn, mas mesmo E. Berti, para quem a primeira frase não precisa ser argumentada

a favor, também considera que a expressão ἡ θεωρία possui uma referência anterior, o *Livro α*, como dissemos antes.

Se, como dissemos, as duas linhas iniciais de Λ 1 mostram que será dada continuidade a uma investigação precedente, já poderíamos introduzir, então, a próxima questão: qual seria esta investigação retomada em Λ ?

Entretanto, antes de passarmos a este ponto (discutiremos isso no tópico 3) é preciso ainda fazermos algumas considerações sobre a resposta oferecida acima. E, principalmente, será preciso tratarmos também a outra pergunta levantada acima, a pergunta 2: *de que modo* a segunda frase de Λ poderia ser entendida como o oferecimento de um suporte para a primeira?

Poderia parecer que, ao respondermos à pergunta sobre por que a primeira frase precisaria ser suportada por uma segunda frase, invertemos o ponto anunciado como aquele a ser defendido no início deste tópico. Quer dizer, nosso intuito era o de mostrar que, através da leitura do início da investigação de Λ , fica mais claro que esta investigação é a continuidade de uma investigação precedente. Entretanto, poderia parecer que o que acabamos de dizer é que, pelo fato de Λ ser a continuidade de uma investigação precedente, a frase “a investigação é a respeito da substância” precisa ser argumentada a favor e, portanto, a segunda frase deveria ser entendida como um suporte da primeira frase.

Entretanto, não se trata, realmente, de uma inversão do ponto que gostaríamos de defender aqui. Ao contrário, tentamos mostrar que a dificuldade de explicar a presença desta segunda frase, sem uma função relevante para o início da investigação de Λ , é que nos levou a considerar a possível função que ela poderia desempenhar no início da investigação de Λ . A partir disso, a resposta que oferecemos acima – de que a função que a segunda frase possui seria a de oferecer suporte para a primeira frase – parece ser uma evidência de que Λ é a *continuidade* de uma investigação precedente. Dito de outro modo, se é preciso dizer, agora, *por que* “a investigação será a respeito da substância”, isso parece mostrar que uma investigação anterior, a qual talvez não incidisse de modo tão óbvio, antes, sobre a substância (quanto a isto Berti parece ter razão), incide agora sobre a substância. E, nesse caso, a resposta oferecida pela segunda frase é a de que “a investigação é a respeito da substância”, *porque serão investigados princípios e causas das substâncias*.

Mas, ainda assim, não é nem um pouco óbvio *como* a segunda frase ofereceria uma razão para a primeira. Entretanto, como dissemos antes, isso apenas ficará mais

claro se levarmos em consideração o texto que se segue a estas duas frases iniciais de Λ : a parte de Λ 1 normalmente lida como apresentando as “justificativas” da investigação de Λ . Esta é uma análise, todavia, que requer um cuidado à parte e que interromperia a discussão na qual estamos inseridos aqui. Por este motivo decidimos realizá-la no capítulo II.

Para não ficarmos aqui sem nenhuma indicação de como a pergunta 2 poderia ser respondida, adiantaremos que a resposta nos parece ter sido oferecida através da maneira como Frede compreende aquilo que é expresso pelas duas frases iniciais de Λ . Segundo ele, a segunda frase de Λ nos diz mais do que está explícito nela, ela nos diria que *os princípios e as causas das substâncias são, eles mesmos, substâncias*²¹. E, neste sentido, a segunda frase de Λ não seria, de nenhum modo, trivial, mas contribuiria para realizar uma maior delimitação do objeto de investigação: serão investigadas substâncias, que são, elas mesmas, princípios e causas de outras substâncias. Neste sentido, a segunda frase diria porque “a investigação é a respeito da substância”, pois ela delimita (ou especifica) quais substâncias serão investigadas: *substâncias que são, elas mesmas, princípios e causas das substâncias*. No capítulo II, mostraremos como toda a investigação de Λ parece realmente tratar de substâncias desse tipo. Também no capítulo II, discutiremos a posição de Frede, tentando oferecer, a partir dela, uma leitura de toda a estrutura do início de Λ 1: as duas frases iniciais e as “justificativas” que se seguem a elas.

Assim, a partir da análise já realizada até aqui, mostramos como a leitura das duas frases iniciais apontam na direção de que a investigação de Λ é a *continuidade* de uma investigação precedente. Nos restringimos à análise das duas frases para mostrar que o começo – aparentemente abrupto – de Λ já anuncia ao leitor que ele não está diante de uma nova investigação. Todavia, ao longo da leitura de todo o *Livro A*, parece ficar ainda mais claro como os temas e conceitos oferecidos de maneira, muitas vezes, bastante concisa, indicam que tais conceitos e temas já devem ser conhecidos do leitor, pois já teriam sido introduzidos em momentos anteriores da investigação, a qual Λ daria continuidade.

²¹ “Aristotle assumes that the principles and causes of substances themselves must be substances. For substances by their very notion are prior to non-substances, and no non-substance could be prior to a substance (cf. 1073a36). Hence principles of substances, being prior to the substances they are principles of, must be substances. So an inquiry into the principles and causes of substances will also be an inquiry into substances in this way, namely into the kinds of substances which can play the role being principles and causes of other substances”. FREDE. Op., cit., p.61.

Um exemplo disso encontraremos ainda em Λ 1, nas justificativas oferecidas para a investigação. Nelas o texto menciona “seres sem qualificação” e “ser separável” sem prestar maiores esclarecimentos do que poderiam ser estes “seres sem qualificação” ou estas “coisas separáveis” (ver notas 11 e 24 à tradução, e o capítulo II do texto de análise para um maior esclarecimento a respeito destas expressões). Nos parece que estes *conceitos* e *termos*, referidos primeiro em Λ 1 e, depois, ao longo do Livro Λ , sem um maior esclarecimento a respeito deles, funcionam também como um indício de que a investigação de Λ seria a *continuidade* de uma investigação anterior.

3. Λ oferece continuidade a qual investigação?

Neste ponto começa a ficar mais claro que a questão a respeito de qual é a investigação *continuada* em Λ é diretamente relacionada com a questão sobre o objeto do Livro Λ . De modo que a determinação da primeira poderia significar também uma resposta para a segunda. Por isso, nos esforçaremos neste tópico a identificar qual poderia ser a investigação a que Λ ofereceria continuidade.

As duas posições iniciais para pensarmos esta questão são, como já vimos, as posições de M. Frede: o Livro Λ oferece continuidade à investigação sobre o “ser enquanto ser”, e a posição de S. Menn: o Livro Λ seria a continuidade da investigação “dos primeiros princípios e primeiras causas: “Frede is wrong to suggest that the prior description of this investigation is ‘the investigation of being’, it is rather the investigation of ἀρχαί”²².

Acima já discutimos um pouco sobre a posição de M. Frede e voltaremos também a tratar dela no capítulo II. Agora nos concentraremos mais na posição de S. Menn, pois é ele quem estabelece de modo mais incisivo a divisão proposta no parágrafo anterior.

Ambas as posições (a de Frede e a de Menn) parecem acertadas, à sua maneira, e talvez a marcação de uma distinção (proposta na verdade por S. Menn, como dito acima) entre “ontologia” e “arqueologia” poderia ser contrária a um possível esforço, por parte de Aristóteles, em fazer coincidir a investigação “dos primeiros princípios e primeiras causas” com uma investigação do “ser enquanto ser”.

²² MENN. Op., cit., p. 18

Em que consistiria, precisamente, a distinção entre *arqueologia*: uma investigação “dos primeiros princípios e primeiras causas”, e *ontologia*: uma investigação do “ser enquanto ser”? Será que o caminho proposto ao longo dos livros da *Metafísica* não poderia sugerir que, em um dado momento (por exemplo, no *Livro Γ*) a investigação dos primeiros princípios e primeiras causas se mostra, na verdade, uma investigação do “ser enquanto ser” ou “dos princípios e causas do ser enquanto ser”?

Na verdade, não pretendemos, e nem faz parte dos objetivos deste trabalho, argumentar a favor de um possível esforço na *Metafísica* em fazer coincidir *arqueologia* e *ontologia*. Estamos apenas problematizando a divisão, aparentemente rígida, proposta por S. Menn.

Dissemos que a distinção realizada por S. Menn parece ser rígida pois, em virtude desta distinção, Menn chega a dizer que: “ Λ will always be disappointing if it is read as a contribution to ousiology or ontology. But it is very interesting when it is read as what it is, a contribution to archeology”.

E, na verdade, seria também pelo fato de procurar em Λ aquilo que esta investigação não oferece (isto é, uma contribuição à ontologia) que S. Menn atribui parte do desinteresse que se tem em Λ . Segundo Menn, apesar do *Livro A* conter aquilo que seria o mais próximo possível de uma “teologia” – sendo Λ o único lugar da *Metafísica* em que Aristóteles trata da substância imóvel, admitidamente o “ponto alto” da *Metafísica* aristotélica – a investigação de Λ não desperta tanta atenção quanto se poderia esperar²³.

Dada esta distinção, parece ser o caso para S. Menn que uma investigação das substâncias poderia ser uma investigação em direção à *ontologia*, como seria o caso da investigação dos livros ZH, ou uma investigação em direção a uma *arqueologia*, como seria o caso, então, do *Livro A*.

É bastante complexa a compreensão sobre a relação entre uma investigação “dos primeiros princípios e causas” e uma investigação do “ser enquanto ser”. E não

²³ “Everyone agrees that the study of such divine things is at least the highest part of Aristotelian metaphysics. *Metaphysics* Λ is the only place where Aristotle tells us, in any connected way, about these divine things. It is as close as Aristotle comes to presenting the kind of knowledge which he thinks is intrinsically the most valuable. So Λ ought to be a main focus of scholarly interest. But it is not”. MENN. Op., cit., p.1. Um pouco mais à frente Menn tenta identificar a causa do desinteresse que se tem em Λ , afirmando: “the paucity of work on Λ is due partly to the view – going back to Bonitz, propagated by Jaeger and Ross, and now extremely widespread – that Λ is, despite appearances, not the intended culmination of the *Metaphysics*, and indeed not an intended part of the *Metaphysics* at all” (Ibid., p.1). No tópico anterior discutimos a ruptura que as leituras de Jaeger e Ross em relação à compreensão que os antigos possuíam de Λ . Nesta citação, Menn identifica Bonitz como o precursor desta ruptura, propagada depois por Jaeger e Ross.

estariamos atribuindo à questão o seu devido valor se afirmássemos, sem maiores considerações, que *arqueologia* e *ontologia* são coisas *coincidentes*, ou mesmo equivalentes em um certo sentido.

Deste modo, o esforço de S. Menn em tentar considerar mais a fundo esta questão parece totalmente válido. Existe provavelmente um ganho na tentativa de distinção do escopo de uma investigação do “ser enquanto ser” e de uma investigação dos “primeiros princípios e primeiras causas”. Por exemplo, como parece bem apontar S. Menn, a consideração mais a fundo destes dois “escopos” poderia tornar mais clara algumas diferenças importantes entre as investigações de ZH e a investigação de Λ

Mas, por que excluir a possibilidade de que uma investigação dos “primeiros princípios e primeiras causas” possa tentar responder também, ao seu modo, à pergunta a respeito do “ser enquanto ser”? Ou, ao contrário, por que excluir a possibilidade de que uma investigação do “ser enquanto ser” também pudesse responder à pergunta a respeito “dos primeiros princípios e primeiras causas”?

Acreditamos que a tentativa de S. Menn de distinção de um escopo arqueológico e outro ontológico entre os livros da *Metafísica*, em um sentido, contribui para compreensão daquilo que a investigação de Λ realiza. Concordamos com S. Menn que a investigação de Λ se ocupa a todo momento em procurar pelos primeiros princípios e primeiras causas. Mas, ao mesmo tempo, a afirmação de que Λ não é uma investigação do “ser enquanto ser” talvez possa negligenciar aquilo que a investigação de Λ “visa a conhecer” através de uma busca pelos primeiros princípios e primeiras causas. Nos tópicos 4 e 5 do capítulo III consideraremos a possibilidade de que a investigação de Λ visa a conhecer “todas as coisas que são”, isto é, “o todo” ($\tau\acute{o}\ \pi\acute{\alpha}\nu$), e, neste sentido, ela talvez pudesse ser compreendida como uma *ontologia*: um estudo se

A posição de S. Menn parece fazer de Λ o ponto em direção ao qual a investigação da *Metafísica* “se dirige”. Mas acreditamos que isso torna ainda mais incoerente a afirmação de Menn de que Λ seria uma *arqueologia*, mas não uma *ontologia*.

De qualquer modo, como dissemos, não é necessário entrarmos agora tão a fundo em uma complicada discussão que o tema das possíveis relações entre *arqueologia* e *ontologia* poderia nos levar. Para o propósito deste trabalho, o esforço consiste em determinar, da melhor forma possível, qual é a investigação que o *Livro A* daria continuidade.

Neste caso, mesmo se aceitássemos a proposição de S. Menn – de que nos livros “anteriores” da *Metafísica* existem investigações cujo escopo seria *ontológico* e outras investigações cujo escopo seria *arqueológico*²⁴ – nos pareceria um pouco arbitrário, se S. Menn estivesse propondo que o *Livro A* dá continuidade a alguns livros da *Metafísica*, mas não a outros, pois não parece haver evidências suficientes a partir das quais seria possível realizar uma divisão tão clara assim entre os escopos das investigações dos diferentes livros da *Metafísica*.

Além disso, a leitura de S. Menn parece implicar em que não poderia ser o caso da investigação de Λ ser “continuada” em outros livros da *Metafísica*, por exemplo, nos chamados “livros centrais” da *Metafísica*, os Livros ZH Θ .

Não temos certeza se seria um resultado pretendido por S. Menn recuperar, em alguma medida, a leitura dos comentadores antigos e medievais para os quais o *Livro A* seria a parte final da *Metafísica*. Ou seja, recuperar o resultado de que não haveria motivos para supor que a investigação de Λ possua uma *continuação* (ou mesmo uma “reformulação”) em outro livro da *Metafísica*.

Contudo, não parece razoável excluir, totalmente, a possibilidade de que a investigação de Λ seja *continuada* em outros livros da *Metafísica*. Tratamos anteriormente da tese de M. Zingano que sustenta que a investigação dos livros centrais da *Metafísica* seriam a expressão do projeto ontológico aristotélico mais acabado. Neste sentido, segundo M. Zingano, poderíamos compreender a investigação de ZH Θ como uma reformulação da *ontologia* contida em Λ . Mas, na leitura de S. Menn esta possibilidade não está em aberto, o que também contribui para evidenciar as dificuldades da sua posição.

Assim, acreditamos que a leitura de S. Menn destaca bem e lança luz sobre a questão a respeito do papel e da função da investigação de Λ dentro da *Metafísica*, mas, ao mesmo tempo, parece negligenciar um dado importante sobre a determinação do objeto de Λ : a investigação dos primeiros princípios e primeiras causas talvez ocorra para tornar possível o conhecimento de algo, isto é, talvez não sejam, eles mesmos (os primeiros princípios e as primeiras causas), aquilo que a investigação visa a conhecer. Voltaremos a tratar deste tema nos tópicos 4 e 5 do capítulo III.

²⁴ Nos perguntamos também se estes escopos (ontologia e arqueologia) seriam os únicos possíveis ou se poderia existir alguma outra possibilidade.

4. O *Livro A* oferece continuidade a uma investigação de filosofia primeira

A compreensão de que o *Livro A* daria continuidade a uma investigação de filosofia primeira nos parece a opção mais segura a ser tomada inicialmente, sem ignorar a distinção observada por S. Menn (pois, como buscamos enfatizar no tópico anterior, ela é realmente esclarecedora). Por isso, julgamos necessário, para compreender melhor o que esta investigação pretende realizar, assumir a tarefa de aprofundar a reflexão sobre o que seja filosofia primeira em Λ .

De modo semelhante ao que estamos propondo, Judson sugere que a investigação de Λ poderia ser compreendida como um “exercício em filosofia primeira”: “If we suppose (as I think that we should: see Introduction, section 2) that Λ is an Exercise in ‘first philosophy’, Aristotle on this interpretation appears to be restricting the scope of first philosophy to the study of (the principle of) the primary entities, substances, alone”²⁵.

Um pouco mais a frente, Judson reformulará a sua concepção sobre o escopo da investigação de Λ , que não estaria *restrito ao estudo (dos princípios) das primeiras entidades, as substâncias*, mas Λ possuiria um escopo mais amplo, a saber, uma investigação dos princípios e causas *de todas as coisas*²⁶ (nos tópicos 4 e 5 do capítulo III desenvolveremos melhor a ideia de que Λ é uma investigação dos princípios e causas de “todas as coisas”). Ainda segundo Judson, este modo de compreender o escopo da investigação de Λ possuiria algumas vantagens:

“This gives the second sentence more weight, and makes the discussion in chapters 4-5 an integral part of the investigation in a very straightforward way; it also brings Aristotle’s conception of first philosophy here into line with that in *Met. Γ*, where a similar argument is deployed (cf. also *A. 2* for the idea that first philosophy studies the principles of all things)”²⁷.

²⁵ JUDSON, Lindsay. **Metaphysics Book A**. Clarendon Aristotle Series. Oxford: Clarendon Press, 2019, p. 49.

²⁶ Judson explicita o modo como ele compreende as duas linhas iniciais de Λ do seguinte modo: “The investigation concerns substances because it concerns the principles and causes of substances; it is concerned with these because <we are investigating the principles and causes of all things, and the way to investigate these is to investigate the principles and causes of the primary entities, and> substances are the primary entities”. *Ibid.*, p. 50.

²⁷ *Ibid.*, p. 50.

A citação acima nos dá uma boa ideia de como Judson entra no debate, discutido nos tópicos anteriores, a respeito do “escopo” da investigação de Λ . Não voltaremos a este debate aqui, mas é relevante notarmos que Judson também vê problemas na compreensão de que a segunda frase possua um sentido fraco. Além disso, fica claro também que a atribuição de um sentido mais forte para a segunda frase possui influência em relação à determinação feita por ele a respeito do escopo da investigação de Λ . Notemos ainda a aproximação realizada na citação anterior entre as concepções do que é filosofia primeira em Λ e em Γ e, aparentemente, também do que é filosofia primeira no *Livro A*. Dessa forma, ao considerar que Λ possui uma concepção de filosofia primeira alinhada tanto com o *Livro A* quanto com o *Livro Γ* , Judson parece ignorar um pouco a distinção que Menn tentou estabelecer entre um escopo *ontológico* e outro *arqueológico*.

Entretanto, nosso intuito agora, através dos trechos acima citados, é o de dar algum suporte para a compreensão de que o *Livro A* ofereceria continuidade (de modo, por enquanto, vago) a uma investigação de filosofia primeira.

Assim, gostaríamos de tomar este como um primeiro resultado da discussão dos tópicos anteriores: a investigação de Λ seria a continuidade de uma investigação de filosofia primeira, permanecendo o mais neutro quanto possível, por enquanto, em relação ao que é filosofia primeira em Λ .

Na verdade, poderia parecer algo quase trivial dizermos que a investigação de Λ seria (em algum sentido) uma investigação de filosofia primeira. E o que dissemos acima mal poderia ser compreendido como um *resultado*, em sentido próprio. Contudo, este primeiro resultado (se assim pudermos chamá-lo) cumpre a função de destacar a relevância de responder à pergunta a qual nos propusemos neste trabalho: o que é filosofia primeira, segundo o *Livro A*.

É preciso dizermos, também, que a compreensão de que a investigação de Λ seria a continuidade de uma investigação de filosofia primeira muito pouco tem a ver com a posição dos comentadores antigos de que Λ seria a continuação das outras investigações (também de filosofia primeira), contidas nos outros livros da *Metafísica*, sendo Λ , na verdade, a parte final desta investigação.

Uma diferença muito clara entre a posição dos antigos e esta que estamos tentando sustentar aqui é que, para os comentadores antigos e medievais (ao menos para Tomás de Aquino e alguns outros autores, reportados por Berti) os livros da *Metafísica* possuiriam uma unidade e uma ordem bem fixas. Mas o tipo de *continuidade* a uma

investigação de filosofia primeira que estamos defendendo aqui poderia valer também para a compreensão (defendida por Judson, por exemplo) de que os livros da *Metafísica* sejam uma coleção de textos independentes, sem unidade e ordem fixas ou bem estabelecidas. Deixaremos mais claro depois que, mesmo se os livros da *Metafísica* forem textos independentes, parece ser difícil negar, totalmente, a possibilidade de que a investigação de Λ tenha se desenvolvido a partir de resultados obtidos em outros livros e, por isso, a ideia de uma *continuidade* em um sentido mais amplo do termo.

É preciso esclarecermos, ainda, que passaremos a denominar a investigação de Λ (e aquela ou aquelas, as quais Λ daria continuidade) como sendo uma investigação de filosofia primeira. Entretanto, seria possível denominá-la também como uma investigação “metafísica”. Apenas não utilizamos este termo com objetivo de adequar melhor o texto ao próprio vocabulário aristotélico, o qual, como bem nota Judson, dá preferência ao nome filosofia primeira em detrimento do termo metafísica: “Aristotle’s own favored term for the project or projects in which he engages in the *Metaphysics* is ‘first philosophy’”²⁸.

No entanto, parece insatisfatório, para os objetivos assumidos neste primeiro capítulo, este resultado de que o *Livro A* daria continuidade – de um modo vago, como temos dito – a uma investigação de filosofia primeira. Quer dizer, por um lado esta compreensão poderia parecer mais segura do que aquela de S. Menn, a qual, já de início, parece restringir a filosofia primeira contida em Λ como sendo uma investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas. Pois, é possível que, ao tentar determinar com maior precisão qual seria a investigação continuada por Λ , S. Menn corra o risco de restringir demasiadamente o escopo da investigação de Λ , negligenciado, talvez, algo que possa ser efetivamente realizado em Λ : uma investigação também do “ser enquanto ser”. Mas, por outro lado, a posição de Menn oferece uma resposta (mesmo que limitada) mais satisfatória daquilo que a investigação de Λ realiza.

Tendo isso em vista, tentaremos, a partir do primeiro resultado ao qual chegamos acima, precisar melhor o objeto de Λ , oferecendo uma hipótese de leitura a respeito de qual poderia ser, de modo mais específico, aquilo pelo que a investigação de

²⁸ Em nota Judson aponta algumas ocorrências do termo filosofia primeira: *Física* I 9 192a34-36; *Física* II 2, 194b12; *De Caelo* I 8, 277b9-12; *De Moto Animalium*, 700b8-9; *Metafísica* E 1, 1026a15-16, 24 e 30; e no *De Anima* I 2, 403b9-16, há uma ocorrência do termo “primeiro filósofo (JUDSON. Op., cit., p. 4, nota 13). A esta lista de Judson acrescentaríamos também uma passagem de *Física* II 2, 194b9-15, na qual Aristóteles diz qual é o trabalho (ἐργον) do primeiro filósofo.

Λ irá buscar e, ao mesmo tempo, tentando oferecer as bases da resposta para a pergunta, a qual nos propusemos a responder neste trabalho: “o que é filosofia primeira, segundo o *Livro A*”.

4.1 Segundo quais termos deveríamos compreender a pergunta pelo “objeto” da investigação de Λ ?

Antes de apresentar nossa hipótese de leitura, é preciso considerar melhor pelo que precisamente estamos perguntando, quando perguntamos pelo “objeto” de Λ .

Esta seria uma pergunta a respeito do *πράγμα* (“objeto”) da investigação? O termo *πράγμα* aparece, por exemplo, no *Livro B* (995 a31), quando o texto diz que as *aporias* com relação à “*επιστήμη* (“ciência”) que se está investigando” (995a24) são “*aporias* a respeito do *πράγμα*”. Ou estaríamos nos perguntando pelo *τέλος* (“finalidade”) da investigação, tal como já mencionamos a ocorrência deste termo em *a* 1, 993b21? Ou a pergunta se refere ao *σκοπός* (“escopo”) da investigação, da mesma maneira que S. Menn formula a questão em termos de uma busca pelo *σκοπός* (S. Menn usa, às vezes, o próprio termo grego em seu comentário para se referir a questão do “escopo”) da investigação de Λ ? Ou ainda haveria algum outro termo que denomina melhor isto pelo que estamos nos perguntando, quando nos perguntamos a respeito do *objeto* da investigação de Λ ?

Dissemos que a pergunta de S. Menn é feita em termos de qual seria o “escopo” da investigação de Λ , o qual ele considera que são “os primeiros princípios e as primeiras causas”, enquanto M. Frede (nos termos de S. Menn) consideraria que o escopo da investigação de Λ é o “ser enquanto ser”. Entretanto, a pergunta de S. Menn não deixar tão claro exatamente qual é o papel que a substância desempenha na investigação de Λ . Ele nega explicitamente que o *Livro A* seja uma *ousiologia*, um estudo da substância, mas mesmo que aceitássemos isso, seria preciso dizer ainda qual é o papel que a substância desempenha na investigação de Λ , pois, afinal de contas, a primeira linha do livro diz explicitamente “a investigação é a respeito da substância”. Talvez, uma certa negligência de S. Menn em determinar melhor qual é o papel da substância na investigação de Λ poderia ser, em parte, responsável pelo equívoco (em nosso entender) de negar, taxativamente, que Λ possa ser um “estudo da substância”. Se

a própria investigação se apresenta como uma “investigação a respeito da substância”, a negação de que Λ seja, em algum sentido, um “estudo da substância” parece querer ignorar algo que não poderia ser ignorado.

Assim, seria possível que, através da investigação da substância, se tenha em mente uma outra *finalidade*, um outro *escopo*, e até mesmo um outro *objeto*. Mas é preciso que a substância seja alguma coisa da investigação. E é preciso, também, determinar o que a substância é da investigação para termos maior clareza quanto ao que falta determinar, quer dizer, para termos maior clareza a respeito do que é isto pelo que estamos nos perguntando ao formular a questão sobre qual é o objeto de Λ , sem tomarmos, sem maiores considerações (como faz Ross, aparentemente), a substância como sendo esse objeto.

É preciso questionar, ainda, em que medida isto que “falta ser determinado da investigação de Λ ” se relaciona com o “objeto” do que seria a metafísica ou a filosofia primeira aristotélica, em um sentido mais geral. Isto é, não restrito apenas ao que seja filosofia primeira em Λ .

Na verdade, devemos refletir se, de fato, poderia existir algo como o “objeto” da filosofia primeira aristotélica, da mesma maneira que, de modo mais claro, existe um objeto para a ciência, às vezes denominada como filosofia segunda, a física, cujo objeto é *a natureza*²⁹.

A questão sobre a possibilidade de existência de um “objeto” da filosofia primeira poderia encontrar problemas dentro de alguns modos de compreendermos a obra *Metafísica*. Por exemplo, segundo um tipo de compreensão tal como a de Judson, na qual os livros da *Metafísica* seriam uma coleção ou compilação de investigações, as quais não constituiriam um tratado com uma unidade definida: “Aristotle’s *Metaphysics* is not a unified treatise, but a collection or compilation of smaller studies, themselves not by any means in finished form; most of them have the appearances of research papers written for Aristotle’s own use, and/or for close colleagues, rather than for more general publication”³⁰. Ou seja, se a *Metafísica* fosse uma coleção ou compilação de textos, isto parece tornar bem mais difícil (e talvez impossível) a tarefa de dizer qual seria o “objeto” da *Metafísica*.

²⁹ Em *Física*, II 2, 193b12-194b9, o objeto da física é dito ser *a natureza* e, de modo mais específico, fazendo uma *correção* à noção de natureza dos antigos, Aristóteles afirma que a natureza não se diz apenas como *matéria*, mas também como *forma*. No capítulo III trataremos desta questão sobre a maior clareza que existe com relação ao objeto da física e da falta de clareza a respeito do objeto da Filosofia Primeira.

³⁰ JUDSON. Op., cit., p. 5.

De qualquer forma, mesmo havendo problemas para a possibilidade da existência de um mesmo e único objeto da *Metafísica*, o *Livro A* parece ser a continuação de uma investigação de filosofia primeira contida em algum (ou alguns) dos outros livros da *Metafísica*, como mostramos no tópico 2. Aliás, esta posição é sustentada não apenas por Judson, por Frede e por Menn, mas, na verdade, ela é amplamente aceita pela maioria dos comentadores. Para alguns, a investigação de Λ pertenceria à obra *Metafísica*, e, para outros, seria um tratado de filosofia primeira independente. Mas em um e outro caso a investigação de Λ poderia ser compreendida como a continuidade de uma investigação de filosofia primeira. Outra divergência seria que, para alguns, tanto Λ 1-5 quanto Λ 6-10 seriam filosofia primeira, enquanto, para outros, Λ 1-5 seria física ou algo preliminar à filosofia primeira contida em Λ 6-10. E, nesse caso, novamente, a investigação de Λ ou ao menos parte da investigação de Λ poderia ser compreendida como uma investigação de filosofia primeira.

Assim, se de algum modo – pertencendo à *Metafísica* ou de forma independente; em sua totalidade ou apenas em parte – Λ é metafísica ou filosofia primeira, como, então, a investigação de Λ se relacionaria com o “objeto” do que seria a filosofia primeira de um modo, pelo menos, mais abrangente do que aquele restrito à investigação de Λ ? Será que aquilo que poderia ser o “objeto” da investigação de Λ é coincidente com o possível “objeto” da filosofia primeira, compreendida em um sentido mais amplo? Tentado formular esta pergunta a partir da discussão anterior: o $\pi\rho\acute{\alpha}\gamma\mu\alpha$ (“objeto”) da investigação de Λ coincidiria com o $\pi\rho\acute{\alpha}\gamma\mu\alpha$ da filosofia primeira ou a relação é de outro modo? Por exemplo, poderia ser o caso que o $\pi\rho\acute{\alpha}\gamma\mu\alpha$ (“objeto”) da investigação de Λ fosse a substância e o seu $\sigma\kappa\omicron\pi\acute{o}\varsigma$ (“escopo”) “os primeiros princípios e causas”, como defende S. Menn (ou mesmo o “ser enquanto ser”, como defende M. Frede), nesse caso, será que o “escopo” da investigação de Λ coincidiria com o “objeto” da filosofia primeira, mas o “objeto” propriamente dito, de uma e outra investigação seriam distintos?

Fica evidente que estas questões se relacionam com a questão sobre o que é, afinal, metafísica ou filosofia primeira em sentido mais amplo em Aristóteles. E aqui voltamos a caminhar sobre o terreno movediço das possibilidades de relação entre os distintos livros da *Metafísica*.

Quais seriam as possíveis concepções de filosofia primeira oferecidas ao longo da *Metafísica*? Vejamos alguns trechos que poderiam ser compreendidos como possíveis respostas à pergunta anterior.

Já no primeiro capítulo da *Metafísica* (em A 1) o texto nos diz que: a filosofia primeira nada mais é do que uma certa “busca da sabedoria (σοφία)”, sendo que todos concordam que a “chamada sabedoria” é ciência ou conhecimento (ἐπιστήμη) dos primeiros princípios e causas³¹. Em α 1, de outro modo, poderíamos compreender que filosofia primeira é a *ciência* ou o *conhecimento* (ἐπιστήμη) *da verdade, o modo correto de se denominar a filosofia*³². Em Γ 1, filosofia primeira é a *ciência* ou o *conhecimento* (de novo aparece o termo ἐπιστήμη) que investiga *o ser enquanto ser* e os seus *atributos essenciais* (τὰ τούτῳ ὑπάρχοντα καθ’ αὐτό)³³. Em E 1, filosofia primeira é a primeira ciência entre as três “ciências teóricas” (θεωρητική): física, matemática e teologia³⁴. Em Z 1, filosofia primeira talvez pudesse ser compreendida como aquela ciência que pretende responder à pergunta, a qual todos sempre se perguntaram: “o que é o ser” e que talvez seja a pergunta sobre “o que é a substância”³⁵.

Parece haver, inicialmente, dois modos de compreendermos as possíveis repostas oferecidas acima. Mas, os dois modos envolvem uma tomada de posição quanto a saber se os livros da *Metafísica* são uma compilação de investigações independentes (isto é, que não constituem uma unidade) ou a compreensão de que os distintos livros da *Metafísica* constituem algum tipo de unidade mais forte do que o simples fato de que tenham sido reunidos em uma mesma obra, por tratarem de um mesmo “tema”. Ou seja, dado todos os problemas concernentes às relações entre os distintos livros da *Metafísica*, parece não ser possível determinar definitivamente qual dos dois modos seria o correto.

³¹ Em A 1, 981b27-29, o texto diz literalmente: “todos supõem (ὑπολαμβάνουσι πάντες) que a chamada sabedoria (ὀνομαζομένην σοφίαν) é a respeito das primeiras causas e princípios” (nossa tradução). E logo depois, em 982a1-3, o texto afirma que a *sabedoria* é um tipo de *conhecimento* ou *ciência*: “É claro que a *sabedoria* é *ciência* (ἐπιστήμη) de certos (τινας) princípios e causas” (nossa tradução).

³² α 1, 993b19-20: “Seria correto (ὀρθῶς δ’ ἔχει) também chamar a *filosofia* (τὴν φιλοσοφίαν) *ciência da verdade* (ἐπιστήμην τῆς ἀληθείας)”.

³³ Γ 1, 1003a21-22.

³⁴ Todo o trecho final do primeiro capítulo do *Livro E* parece bastante relevante para consideração de uma possível resposta do que seria filosofia primeira, segundo o *Livro E*, aliás a própria expressão “filosofia primeira” (ἡ πρώτη φιλοσοφία) ocorre em 1026a24 e em 1026a15-16 (ἡ δὲ πρώτη). E em 1026a13 há uma alusão a uma *ciência* anterior à física e à matemática. Entre 1026a18-19 ocorre a referência às três *filosofias teóricas* (φιλοσοφίαι θεωρητικαί) a que nos referimos acima: μαθηματική, φυσική, θεολογική.

³⁵ Z 1, 1028b2-4: “And indeed the question which, both now and of old, has been raised, and always been the subject of doubt, viz. what being is, is just the question, what is substance?” (Tradução de Ross).

Dito de outra maneira, os diferentes modos de se entender o que é filosofia primeira (descritos ao longo da *Metafísica*) poderia indicar, justamente, a construção de uma certa “ciência”, a qual aos poucos adquire uma maior clareza quanto ao objeto que a fundamenta. A outra possibilidade seria a de que estas diferentes concepções poderiam indicar que os livros da *Metafísica* são bastante heterogêneos, e possuem concepções próprias do que seja filosofia primeira, sem uma ligação necessária umas com as outras.

Como dissemos acima, Judson, por exemplo, compreende que a obra que conhecemos hoje como sendo a *Metafísica* é uma coleção ou compilação de investigações, as quais não possuem uma unidade (clara ou estabelecida). Entretanto, mesmo que a posição de Judson esteja correta, e mesmo que o *Livro A* fosse um *esboço de um tratado de filosofia primeira bem mais extenso e completo em si mesmo*³⁶, parece difícil sustentar a posição de que a investigação de Λ seja totalmente isolada das demais investigações da *Metafísica*. Isto é, que ela não estabeleça nenhum tipo de relação com as outras investigações.

Nesse sentido, apesar de Judson compreender o *Livro A* como um esboço para um tratado em si mesmo completo de filosofia primeira – e, portanto, um tratado que, rigorosamente falando, não *continua* e nem é *continuado* em outro lugar – ao mesmo tempo, isto não implica que a investigação de Λ seja totalmente isolada. Ele admite, como vimos acima, que a concepção de filosofia primeira em Λ está em linha com as concepções de A e de Γ ³⁷.

Desta forma, acreditamos que se não for correto falar em uma *continuidade* (em sentido próprio) de Λ em relação a outras investigações da *Metafísica*, negar totalmente que Λ se desenvolva a partir de resultados ou construções presentes em alguns dos

³⁶ “The reason for Λ ’s breathtaking pace is that it is an outline or plan for a much more extensive work which (as far as we know) Aristotle never wrote” (JUDSON. Op., cit., p. 3). Mantendo também a ideia de que a investigação de Λ seria o esboço de um tratado completo de filosofia primeira, Judson diz: “Despite its position towards the end of *Metaphysics*, Λ sketches, in an extremely compressed way, a whole treatise – or the major part of a treatise – on ‘first philosophy’. As we shall see, it is a well-structured and self-contained work which does not form a continuation of the books which immediately precede it (Z, H, Θ , I and K) – nor (since the position and/or status of I and K are disputed) even of the ‘central books’, ZH Θ . It is highly plausible that Λ is a separate piece of writing which was placed where it is now in the compilation because it includes an outline of Aristotle’s views on immaterial substances, a subject promised but never reached in the central books (Z.11 1037a13-17; cf. Z.17 1041a6-9). Ibid., p. 5.

³⁷ Entretanto, Judson também acha que o modo como Λ se relaciona com os outros livros da *Metafísica* (em particular Γ , E e os chamados “livros centrais”) é bastante controverso “The question of how the general approach and particular arguments of Λ relate to those of other parts of the *Metaphysics*, especially to Γ , E, and the central books, is highly controversial”. E depois ele completa a citação anterior, reafirmando, aparentemente, a possibilidade de ligação entre Λ e outros livros da *Metafísica*: “studying Λ has the potential to show these other works in a new light” (JUDSON. Op., cit p. 4).

outros livros da *Metafísica* (não necessariamente anteriores, mas até mesmo posteriores, tendo em vista as evidências sobre as *revisões*, as quais os textos aristotélicos foram submetidos³⁸), não parece ser algo sustentável. Neste ponto, estamos em acordo tanto com S. Menn quanto com M. Frede, ambos afirmam que há passagens em Λ que não podem ser inteiramente compreendidas sem um conhecimento prévio a respeito daquele tema em outras obras do *corpus* ou em outros livros da *Metafísica*³⁹.

Além disso, não parece adequado descartar totalmente a possibilidade de uma leitura diferente da que acabamos de descrever. Dado que o principal candidato a ter organizado os textos que constituem a *Metafísica* é o próprio Aristóteles⁴⁰, parece ser possível que exista, sim, uma unidade, e até mesmo uma ordem, entre os livros da *Metafísica*. Podendo esta ordem ser clara e óbvia, como leram os comentadores antigos e medievais, ou é possível que esta unidade não seja tão óbvia assim, como alguns estudos contemporâneos demonstram – um exemplo seria a posição de Frede: Λ seria um tratado independente da *Metafísica*, mas oferece continuidade a outras investigações contidas em outros livros da *Metafísica*.

Mas, de novo, mesmo se fosse constatado que não existe nenhuma ordem e nem uma unidade entre os diferentes livros da *Metafísica*, ainda pareceria muito difícil compreender que a investigação de Λ seja uma espécie de “ilha isolada” das demais investigações. Na verdade, o texto de Λ , por si só, impediria este entendimento. S. Menn destaca o termo εἶρηται, presente em Λ 6, como evidência de que Λ não é um tratado independente da *Metafísica*, pois εἶρηται retomaria, segundo Menn, o que foi dito em Θ 8⁴¹.

³⁸ Dentro do contexto de uma discussão (iniciada por Jaeger, segundo Judson) a respeito da tentativa de “datar os escritos de Aristóteles” Judson afirma: “the evidence of revisions has led to some skepticism about the idea that there must be such a thing as *the* time when a given work, or book, or section was composed”. Ibid., p. 6.

³⁹ “the text of Λ often cannot be understood without following out its references to earlier books of the *Metaphysics*” (MENN. Op., cit., p. 1). Na página seguinte, S. Menn diz também: “There are crucial junctures at which there is not really an argument, but only a drastic shorthand for an argument, which we can expand only by turning to parallel arguments elsewhere”. Ibid., p. 2.

⁴⁰ “It is controversial when, how, and by whom the present *Metaphysics* was put together, though the lead candidate for putting it into something like its present shape is Aristotle himself”. JUDSON. Op., Cit., p. 5.

⁴¹ Vimos no início deste capítulo que, argumentando contra a compreensão de que Λ seria um tratado independente S. Menn afirma que “the arguments that have been given to support the claim that Λ is an independent work are quite weak” (MENN. Op., cit., p.1). Ele anuncia que lidará com cada um dos argumentos, mas antecipa que a conclusão de que Λ seja um tratado independente é *falsa* “given the clear reference of *Metaphysics* Λ 6 back to Θ 8’s solution of the B#14 aporia about the priority of δύναμις or ενέργεια (Λ 6 1072a4 cites Θ 8 simply as εἶρηται, not εἶρηται εν ἄλλοις or the like)” (MENN. Op., cit., p.1 e 2). Este poderia parecer um pequeno indício para uma conclusão que implicaria consequências bastante significativas: Λ seria parte da *Metafísica* (ao contrário do entendimento mais aceito hoje). E, mais do que

Assim, mesmo se a referência identificada por S. Menn e a conclusão extraída por ele não estiverem corretas, esta passagem de Λ 6 evidencia, pelo menos, que a investigação de Λ está se construindo, a partir de alguma coisa que “foi dita antes”, muito provavelmente em outro livro da *Metafísica* que não Λ .

Na verdade, talvez não seja preciso uma indicação expressa (como esta de Λ 6) para percebermos que a investigação de Λ “vem de algum lugar” e pretende oferecer um rumo novo, em algum sentido, para as coisas que já foram ditas e desenvolvidas antes. Apesar de bastante concisa, a investigação de Λ parece ser suficientemente sofisticada para dizermos que os temas nela presentes são construídos a partir de avanços a respeito de questões concernentes à filosofia primeira, já realizados em outros lugares.

5. Respostas preliminares às perguntas anteriores, nossa hipótese de leitura

Retomando a discussão a respeito do “objeto”, da “finalidade” e do “escopo” da investigação de Λ – e já nos encaminhando para, finalmente, oferecermos a nossa hipótese de leitura – seria possível que o $\tau\acute{\epsilon}\lambda\omicron\varsigma$ (a “finalidade”) da investigação de Λ fosse, assim como o das “ciências teóricas”, aquele descrito em α 1: a verdade. Além disso, seria possível também que o objeto *imediato* da investigação de Λ fosse aquele anunciado já na primeira linha de Λ : a substância. Desse modo, a pergunta pelo “real objeto” (isto é, o objeto que se pretende investigar, através da investigação do “objeto imediatamente anunciado” no início da investigação) poderia ser colocada, como faz S.

isso, esta evidência de Λ 6 poderia significar, não apenas que Λ pertenceria à *Metafísica*, mas indicaria também que a posição que Λ ocupa na *Metafísica*, depois da investigação do Livro Θ , seria adequada. De fato, isto que Λ 6 afirma que foi dito *antes*, não parece se referir a nada que foi dito anteriormente em Λ . E a identificação de S. Menn parece adequada, a passagem de Λ 6, citada acima por S. Menn, parece se referir, de fato, a Θ 8. Assim, se for realmente o caso que Λ faz referência a algo que foi dito em Θ 8, a investigação de Λ não apenas pertenceria à *Metafísica* como também ocuparia uma posição *posterior* (pelo menos de acordo com a ordem de exposição) à investigação do Livro Θ . Mas, com isso, não queremos nos posicionar a favor daquilo que diz S. Menn, apenas mencionamos esta evidência para mostrar a existência de um indício contrário à posição de que Λ seja um tratado independente da *Metafísica*. Como dissemos no início deste capítulo, tentaremos não tomar posição quanto ao fato de Λ ser um tratado independente ou não da *Metafísica*. Primeiro porque o tipo de investigação realizada neste trabalho não poderia responder bem a esta pergunta. E em segundo lugar porque é possível tentarmos contextualizar a investigação de Λ , e determinar o seu objeto, sem que se decida, de um modo mais definitivo, se Λ seria ou não um tratado independente da *Metafísica*, como também já dissemos antes.

Menn, em termos de qual é o “escopo” da investigação de Λ , sendo este escopo aquilo que se pretende investigar, através da investigação deste $\pi\rho\acute{\alpha}\gamma\mu\alpha$ (“objeto”) imediato da investigação – a substância – e tendo em vista este $\tau\acute{\epsilon}\lambda\omicron\varsigma$, a verdade.

Assim, o “escopo” da investigação de Λ parece estar bastante relacionado com a questão sobre o que é filosofia primeira, segundo o Livro Λ . Nos casos das posições de Menn e de Frede, filosofia primeira seria “arqueologia” e “ontologia”, respectivamente, na medida em que cada um destes autores parece compreender que o escopo da investigação de Λ seria respectivamente “os primeiros princípios e as primeiras causas” e o “ser enquanto ser”.

Mas, em primeiro lugar, como visto antes, nada garante que exista uma concepção homogênea do que seja filosofia primeira ao longo da *Metafísica*, e que, por exemplo, o que é filosofia primeira, segundo a concepção de Λ , seja a mesma coisa do que é filosofia primeira, segundo a concepção do *Livro A* ou do *Livro Z*. E, se houver uma concepção homogênea (ou de algum modo em direção a uma homogeneidade), não parece fazer sentido distinguir, sem possuir uma razão mais forte para isso “arqueologia” de “ontologia”.

Acreditamos ser mais adequado o entendimento de que os livros da *Metafísica* estariam construindo uma “certa ciência”. E que esta ciência seria a primeira ciência, a filosofia primeira (como temos nos referido), sendo que a investigação “dos primeiros princípios e causas” em um dado momento poderia apontar uma investigação “dos princípios e causas do ser enquanto ser”, em outro momento. E, em Λ , ela viria a ser uma investigação das causas e princípios das substâncias. No capítulo II, mostraremos que estes princípios e causas que Λ anuncia que irá investigar são, eles mesmos, substâncias. E, logo a seguir, especificaremos que existe um princípio em particular que a investigação de Λ anuncia que será investigado, a saber, aquele referido nas linhas finais de Λ 1 (1069b1-2): o princípio comum à substância sensível e imóvel.

Assim, parece ser adequado dizermos que a pergunta pelo “escopo” da investigação de Λ é uma pergunta pelo “objeto” daquilo que é filosofia primeira para o *Livro A*. Podendo ser o caso que as *mutações* (aparentes ou reais) que a concepção de filosofia primeira sofre, ao longo da *Metafísica*, indicam que aquilo que é filosofia primeira para o *Livro A* não seria a mesma coisa em outros livros. E, podendo ser o caso, também, que tais “mutações” sejam o testemunho de uma “ciência” em construção, porque esta ciência ainda *não está totalmente estabelecida e consolidada*.

Dissemos anteriormente existir indícios para acreditarmos que a segunda frase do *Livro A* oferece um argumento a favor do conteúdo da primeira. E respondemos à pergunta sobre por que seria preciso argumentar a favor de que “a investigação (θεωρία) é a respeito da substância”, dizendo, junto com S. Menn, M. Frede e E. Berti, que isto era preciso, pois através da expressão ἡ θεωρία é feita referência a uma investigação, a qual o início de Λ mostra que dará continuidade (lembrando que continuidade aqui deve ser compreendida em um sentido amplo).

Portanto, se Λ dá continuidade a uma investigação já em curso, parece improvável que exista uma concepção do que seja filosofia primeira totalmente exclusiva para Λ (quer dizer, válida apenas para Λ). Faria mais sentido que esta concepção seja compartilhada, pelo menos, com aquela investigação que Λ retoma. Qual é esta investigação que Λ retoma? É neste ponto que S. Menn afirma divergir de M. Frede. E, apesar de parecer uma leitura consistente de Λ 1-10, a realizada por S. Menn, ao mesmo tempo, parece um pouco arbitrária a determinação de que a investigação retomada seria apenas uma investigação “dos primeiros princípios e causas”, mas não uma investigação do “ser enquanto ser”. Pois, em que é fundada esta distinção? A nosso ver S. Menn não apresentou bons motivos para aceitarmos a divisão proposta por ele.

Parece muito mais difícil dizer que existe uma concepção de filosofia primeira válida para alguns livros da *Metafísica* e não para outros, do que entender que não se possa estabelecer nenhum tipo de homogeneidade entre as diferentes concepções do que seja filosofia primeira ao longo da *Metafísica*.

Desse modo, talvez, uma maneira de lidarmos melhor com a questão sobre *qual é o objeto* de Λ seja mudar a pergunta levantada anteriormente. Temos nos perguntado sobre *qual é a investigação que o Livro A retoma*, mas talvez seja mais pertinente nos perguntarmos *o que seria aquilo, que está contido em outras investigações, que a investigação de A retoma*.

De certa forma, poderíamos entender que Menn e Frede respondem mais esta segunda pergunta do que a primeira. Poderíamos compreender a resposta deles como sendo mais do que uma identificação de que Λ retoma este ou aquele livro da *Metafísica*. Quer dizer, parece adequado compreendermos que Menn e Frede estão nos dizendo mais “o que” o Livro Λ retoma nas investigações anteriores do que “quais são” os livros anteriores retomados. Neste sentido, segundo S. Menn, Λ retomaria uma

investigação dos “primeiros princípios e primeiras causas” e, segundo Frede, uma investigação do “ser enquanto ser”⁴².

Já discutimos amplamente todas as dificuldades que dizem respeito às posições acima descritas. Agora, gostaríamos de oferecer nossa posição, formulando nossa hipótese de leitura para o *Livro A*.

Algo que nos parece mais seguro e, ao mesmo tempo, uma posição mais precisa a ser mantida é que Λ oferece continuidade a uma tentativa de *consolidar* ou *estabelecer* uma “certa ciência”, a primeira ciência, a qual seria a filosofia primeira⁴³.

Obviamente, não estamos dizendo que a única coisa que a investigação de Λ continua das investigações anteriores seria a tentativa de consolidação e estabelecimento da filosofia primeira.

Mas, por enquanto, buscamos situar o *Livro A* dentro de um “ambiente epistêmico” (como dirá F. Baghdassarian, em um trecho que citaremos mais à frente). Quer dizer, estamos dizendo que em Λ , assim como parece ser o caso também em outros livros da *Metafísica*, há uma tentativa de estabelecimento da filosofia primeira, através de uma tentativa de precisar ou determinar qual poderia ser o objeto da filosofia primeira.

Se repararmos bem, as respostas que mencionamos antes, oferecidas ao longo da *Metafísica* para a pergunta sobre o que é filosofia primeira, nelas é possível vermos, de algum modo, a questão sobre o estabelecimento de uma “certa ciência”, através de uma tomada de posição quanto ao que poderia ser esta *pretensa* ciência. Em *A 1* a filosofia primeira parece ser concebida como uma ciência dos primeiros princípios e primeiras causas. De outro modo, $\alpha 1$ fala de uma “ciência da verdade”, o modo adequado de se denominar a filosofia. Depois, o *Livro B* (não mencionado antes) faz referência expressa

⁴² É claro que, no caso de S. Menn, de maneira mais explícita, a sua posição inclui também uma identificação de quais são os livros retomados e, sobretudo, quais *não são* os Livros retomados por Λ , em virtude de uma diferença no escopo da investigação. Mas, justamente, este é o dado, na interpretação de Menn, que estamos tentando colocar em questão aqui.

⁴³ Jaeger (em “Entstehungsgeschichte”, 1912, p. 122-3, 123, 124), citado por S. Menn (MENN. Op., cit., p. 5) diz algo semelhante. Para Jaeger, Λ faria parte de uma tentativa de consolidação da filosofia primeira, embora ele diga que isso ocorra porque a investigação de Λ seria um *escrito de juventude*. Assim, de modo totalmente contrário ao que estamos tentando defender aqui, Jaeger acredita que esta *primeira ciência*, uma “ciência separada” segundo ele, existirá se *não houver princípio comum às substâncias*: “this question, whether there must be ‘a separate science’, is not yet in any way to be treated as solved: metaphysics, *πρώτη φιλοσοφία*, does not yet exist, it must first be created, and only if there is no common principle over sensible and non-sensible being ... Λ belongs to the period of the founding of metaphysics ... Book Λ is a lecture on the constitution of metaphysics as an independent science”. Depois, S. Menn reporta uma mudança de posição por parte de Jaeger: “Jaeger in the 1923 *Aristoteles* no longer doubts that metaphysics already exists in Λ ”. Ibid., p. 5.

ao problema de se determinar o objeto da “ciência que se está buscando”⁴⁴. No *Livro Γ* é dito “é claro que a ciência que se está buscando é uma ciência que investiga os princípios e as causas do ser enquanto ser e os seus atributos essenciais”. E em *Z 1* é levantada a questão sobre se uma “investigação da substância” seria o modo correto de se dizer “o que é o ser”, ou seja, esta pretensa ciência parece estar identificada, de forma mais clara, com uma *ciência da substância* ou uma *ontologia*.

Acabamos de oferecer possíveis exemplos de investigações nas quais talvez fosse possível compreendermos que há ali a questão sobre o estabelecimento da filosofia primeira. Mas de nenhum modo queremos defender que os livros mencionados acima seriam aqueles que a investigação de Λ continua.

Além disso, não há necessidade de que as investigações mencionadas acima possuam uma ordem ou uma unidade clara para que possamos ver nelas tentativas de estabelecer ou consolidar a primeira filosofia. Poderia ser o caso que os diversos livros da *Metafísica* sejam testemunhos de tentativas independentes, realizadas por Aristóteles, de consolidar a *primeira ciência* ou a primeira filosofia. Assim, mesmo a visão de um conjunto de textos independentes não poderia impedir que resultados obtidos em uma das tentativas influenciem as próximas ou que resultados obtidos em uma tentativa *posterior* sirvam como parâmetro para que uma tentativa *anterior* seja revisada⁴⁵.

Assim, a investigação de Λ parece estar inserida dentro de um contexto em que a filosofia primeira ainda não está totalmente consolidada ou estabelecida e representaria um tipo de *continuidade* destas investigações, as quais visam também a consolidar ou estabelecer a filosofia primeira⁴⁶.

⁴⁴ B 1, 995 a30-31: “But the difficult of our thinking points out to a knot in the object (πράγματος)” (tradução de Ross).

⁴⁵ Além disso, a possibilidade de que entre os diferentes livros da *Metafísica* exista uma tentativa *comum* (a maioria deles, pelo menos) de tentar consolidar ou estabelecer a filosofia primeira, não poderia levar à conclusão indesejada (e talvez absurda) de que estas investigações não sejam de filosofia primeira. Alguém poderia supor que esta conclusão se seguiria, pois, segundo o que estamos dizendo, a rigor, a filosofia primeira ainda não existiria no momento em que estas investigações ocorrem. Quer dizer, se os livros da *Metafísica* visam a estabelecê-la ou consolidá-la, isso poderia dar a entender que a primeira filosofia ainda não existe (este parece ser o entendimento de Jaeger tratado antes). E, se ela ainda não existe, estas tentativas de consolidá-la ou estas “exercícios em filosofia primeira” (como diz Judson) não poderiam ser, propriamente, investigações de filosofia primeira. Agora, não será o momento de tratarmos desta questão bastante importante, trataremos melhor disto no capítulo III. Por enquanto, digamos apenas que, em nosso entender, pode (e deveria) ser considerada uma investigação (genuinamente) de filosofia primeira, aquela que visa a demonstrar que esta ciência existe porque o objeto desta ciência existe, e que, ao mesmo tempo, esta investigação dirá também “como é”, “o que é” e “qual é” este objeto.

⁴⁶ S. Menn faz uma longa citação de Frede, na qual Frede mostra que “ Λ does not precisely fill the gap in the overall argument of the Metaphysics which would be left if Λ were missing from the work”. (FREDE-CHARLES pp. 2-3, Apud. MENN. Op., cit., p. 6). Em seguida, em nota, Menn cita Owen, o qual, Segundo Menn, teria uma compreensão parecida com a de Frede. Owen, reportado por S. Menn, diz “It

Poderia ser o caso que todas as investigações da *Metafísica* visassem a estabelecer a filosofia primeira, sendo Λ uma espécie de final da investigação. Ou, ainda dentro desta perspectiva de que todas as investigações da *Metafísica* visassem a estabelecer ou consolidar a filosofia primeira, uma segunda possibilidade seria que a investigação de Λ pudesse ser *continuada* (ou *reformulada*, como discutimos antes) por alguma outra. Mas, poderia ser o caso também que não são todas as investigações da *Metafísica* que visam a consolidar ou estabelecer a filosofia primeira. Se, em algumas investigações, já existir uma filosofia primeira bem consolidada (isto é, o seu objeto já está devidamente determinado e delimitado) não haveria motivos para supor que ali ocorra uma tentativa de estabelecer a filosofia primeira.

Contudo, não será objeto deste trabalho decidir entre as possibilidades, que acabamos de descrever. Pretendemos deixar claro que, de nenhum modo, nossa hipótese de leitura para o *Livro A* visa a se estender para uma hipótese mais geral a respeito da *Metafísica*. A nossa hipótese envolve a relação de Λ com outros livros da *Metafísica* (como temos enfatizado), mas a consideração dessas relações apenas se faz necessária pelo fato de Λ não ser uma investigação isolada, como tentamos mostrar nos tópicos anteriores.

Assim, não consideraremos quais seriam e quais não seriam as investigações da *Metafísica* em que ocorre uma tentativa de consolidação da filosofia primeira. No *Livro B*, por exemplo, parece ser inequívoco o fato de que ali ocorrerá uma tentativa de estabelecer uma *certa ciência*, aparentemente a primeira ciência, através da consideração de uma série de *aporias*, as quais dizem respeito ao objeto desta *pretensa ciência*. Mas não tentaremos aqui identificar precisamente quais investigações ou quais livros são continuados em Λ .

[Book Λ] makes no attempt to show how separate Entity is expressed in every predication of Being, as the science outlined in E1 would seem to require. Book Λ , accordingly, is not adapted to carry out the program envisaged in A-E1” (OWEN. Apud. MENN. Op., cit., p. 6, nota 16). O dado interessante para nós, agora, é que essas posições de Frede e Owen poderiam parecer contrárias ao que estamos tentando sustentar, uma vez que Λ não *continuará*, segundo eles, a ciência vislumbrada em *Met. A-E*. Entretanto, como dissemos antes, não é necessário que a ciência vislumbrada entre A-E (ou mesmo as ciências, se também em A-E não for tratada uma mesma ciência) seja levada a cabo em Λ , para afirmarmos que Λ possa representar algum tipo de *continuidade* das investigações de A-E. Pois, como estamos sustentando, aquilo que Λ *continua* seria justamente a tentativa de fundação de uma certa ciência, podendo ser o caso que, em Λ , esta ciência não é mais como aquela “vislumbrada em E1”, mas em Λ ela assume a forma de uma ciência que se ocupará de demonstrar a existência de um princípio comum às substâncias. Além disso, no capítulo III, discutiremos como, em Λ , Aristóteles parece se preocupar em responder “o que é” e “como é” a *coisa separada*, mesmo que Owen tenha razão em dizer que esta tentativa não é feita de modo a mostrar “how separate Entity is expressed in every predication of Being”.

A hipótese de que Λ daria continuidade a uma tentativa de consolidar ou estabelecer a primeira filosofia poderia parecer, de novo, um pouco vaga e, ao mesmo tempo, uma tentativa de *contornar* alguns dos problemas mencionados anteriormente.

Diríamos que, em certo sentido, sim, a hipótese que estamos levantando poderia ser compreendida como uma tentativa de *contornar* alguns dos problemas levantados antes, sem propriamente tentarmos resolvê-los. Por exemplo, na nota 46 acima vimos que tanto para Frede quanto para Owen (ambos reportados por S. Menn), a investigação de Λ não preencheria algo do que é requerido dela por outras investigações e, por isso, Owen diz que *a ciência contida em Λ seria distinta daquela referida nas investigações dos Livros A-E*. Nossa hipótese de leitura busca, propositalmente, contornar problemas deste tipo, como os levantados por Frede e Owen. Primeiro porque não poderia ser objeto deste trabalho considerar se Λ preencheria ou não requisitos estabelecidos entre *Met. A-E* (isso demandaria uma análise detida das investigações de *Met. A-E*). E, segundo porque, ao invés de tentarmos supor como deveria ser a filosofia primeira professada em Λ , segundo aquilo que as investigações de *Met. A-E* afirmam que deveria ser uma investigação que contenha o estudo da substância imóvel, gostaríamos de tentar considerar o que é filosofia primeira, segundo o próprio *Livro A*. Quer dizer, através do *Livro A* (claro, considerando como temos insistido bastante, que Λ não é uma investigação isolada das outras) chegar a uma resposta do que é filosofia primeira, segundo aquilo que Λ efetivamente realiza, sem assumir, já de partida, que Λ deveria realizar isto ou aquilo, de acordo com certos requisitos dispostos em outras investigações.

Isto poderá responder porque a hipótese segundo a qual Λ visa a estabelecer ou consolidar a filosofia primeira não é tão vaga quanto poderia parecer. A grande vantagem desta possibilidade nos parece ser, justamente, que isto tornará aquilo pelo que o *Livro A* buscará algo bastante claro e preciso. Pois, se compreendermos que Λ visa a estabelecer a filosofia primeira, através da delimitação e determinação de qual seria o objeto da filosofia primeira, então poderíamos compreender o “objeto” (pelo menos em um dos dois sentidos que distinguiremos no capítulo III) do Livro Λ , como sendo aquele estabelecido ao final de Λ 1: o princípio comum à substância sensível e imóvel. Pois é a possibilidade da existência deste princípio que poderá fazer com que a “investigação da substância”, anunciada no início do livro, possa se estabelecer, em algum momento, como uma ciência a respeito de todas as coisas.

De modo que, às respostas que citamos anteriormente para a pergunta sobre o que é a filosofia primeira soma-se agora mais esta: a filosofia primeira em Λ seria aquela que se apresenta, inicialmente, como uma “investigação da substância”, mas, o trecho final de Λ 1 deixa mais claro que esta investigação possui um objeto específico, uma substância em especial: o princípio comum às substâncias. E, sendo este último demonstrado e determinado, teríamos que a *primeira* ciência em Λ poderá ser uma “ciência a respeito de todas as coisas” se existir um princípio comum à substância sensível e imóvel.

F. Baghdassarian faz uma leitura deste trecho final de Λ 1 em que, assim como estamos tentando defender, nele estaria “descrito o ambiente *epistêmico* ao qual o Livro Λ pertence”:

“tout l’enjeu de l’enquête menée en Λ , au sujet de la substance immobile en particulier, consiste précisément à répondre à l’alternative épistémique soulevée par cette question [a questão sobre se existe um princípio comum às substâncias], mais en en reformulant la condition. Si le statut principiel de la substance immobile, en effet, rend absurde la question d’un principe commun à l’ensemble des substances, il demeure qu’il autorise, pour cette même raison, à envisager que la science qui en fait l’étude ait une validité universelle, puisqu’elle met au jour un principe sous lequel se range l’ensemble des substances subordonnés”⁴⁷.

Assim, para a pergunta de como em Λ poderíamos ver esta *tentativa* de estabelecer ou consolidar uma certa ciência, a primeira ciência, responderíamos que esta tentativa está referida de modo bastante explícito ao final de Λ 1, quando o texto levanta a possibilidade da existência de um princípio comum às substâncias. Com isso, a tentativa de fundar ou estabelecer a primeira ciência, em Λ , parece assumir a forma de uma investigação pelo princípio comum à substância sensível e imóvel. Acreditamos que a estratégia em Λ será a de estabelecer a primeira ciência através do estabelecimento do seu objeto imediato: o princípio comum às substâncias.

⁴⁷ BAGHDASSARIAN. Op., cit., p. 104. Ainda segundo F. Baghdassarian, esta “ciência da substância” não poderia ser uma *ciência de todas as substâncias*: “Pourtant cette réponse peut sembler étrange. Le Premier Moteur est lui-même une substance immobile, de sorte qu’on ne peut voir en lui le principe de la totalité des substances, à moins soit de l’exclure de cette classe, soit d’en faire la préfiguration du concept de causa sui”. Ibid., p. 103-104.

CAPÍTULO II

No primeiro capítulo formulamos uma hipótese geral de leitura para o Livro Λ . Segundo nossa hipótese, a investigação de Lambda visa a estabelecer ou consolidar a filosofia primeira através da demonstração da existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel.

Neste segundo capítulo, mostraremos que há uma leitura do início de Λ 1 (as duas linhas iniciais e o trecho que segue a elas, normalmente lido como as quatro justificativas da investigação) e do final de toda a investigação de Λ (o trecho final de Λ 10) a qual é compatível com a hipótese levantada anteriormente. Em seguida, a partir das análises de alguns trechos de Λ faremos uma melhor explicação da hipótese anterior, oferecendo uma possibilidade de resolução a um possível problema que poderia ser levantado contra ela: como seria possível dizer que Λ visa a demonstrar a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel, se não fizer sentido falarmos em “princípio” da substância imóvel?

Quer dizer, diferentemente de Λ 2-5, que consiste em uma investigação dos princípios e causas da substância sensível, Λ 6-10 admitidamente não é uma investigação dos princípios e causas da substância imóvel. Uma das razões disso poderia ser, como acabamos de dizer, o fato de que não faz sentido falar em princípio (no sentido relevante) da substância imóvel. Se isto for verdade, como poderíamos defender que uma parte importante do que a investigação de Λ visa a fazer é demonstrar a existência do princípio comum à substância sensível e imóvel, se esta última não possui, propriamente, “princípio”? Ofereceremos, ao final deste segundo capítulo, uma possibilidade de solução para esta dificuldade.

Para tanto, dividiremos a nossa análise em três tópicos. Primeiramente concluiremos a análise das duas linhas iniciais de Λ , considerando a sua relação com os quatro argumentos que se seguem a elas. Apenas a partir disso será possível ver, de fato, o que nos dizem as duas linhas iniciais e qual é a tese específica para a qual os quatro argumentos apresentam suporte. Diremos também como cada um dos quatro argumentos suportam esta tese e que isto revela uma outra função destes quatro argumentos, a saber, eles parecem fazer um tipo de descrição do objeto, ou do princípio pelo qual iremos investigar ao longo de Λ .

Em um segundo momento mostraremos que a “descrição” realizada pelo primeiro argumento é compatível com a hipótese lançada na parte anterior. Mostraremos isso, considerando as duas alternativas oferecidas para a compreensão do “todo” (τὸ πᾶν), tentando determinar aquilo que realmente as distingue. Veremos, a partir da análise de uma passagem de Λ 10, que a compreensão do todo “como um certo inteiro” (ὅς ὅλον τι), uma das alternativas oferecidas em Λ 1 para compreendê-lo, parece ser aquela que prevalecerá ao final de toda a investigação de Λ . E que, nesta concepção, a frase final de todo o *Livro A*, uma citação da *Ilíada*: “Muitos chefes não é uma coisa boa: que haja um só chefe” (tradução L. Angioni), parece nos dizer que o todo deve ser “governado” por um único princípio. Ou seja, se o todo é constituído pela substância sensível e imóvel, e se ele é “governado” por um único princípio, isto parece, em um primeiro momento, compatível com a hipótese de que a investigação de Λ assumira a tarefa de demonstrar a existência de um “princípio comum à substância sensível e imóvel”.

Por último, iremos aclarar melhor nossa hipótese, discutindo como deveríamos compreender o sentido do termo “princípio” presente no condicional, enunciado ao final de Λ 1: “se não houver nenhum *princípio* comum à substância sensível e imóvel”.

1. Uma investigação dos princípios e causas das substâncias que são, eles mesmos, substâncias

Vejamos, primeiro, como devemos interpretar a estrutura de toda a primeira parte de Λ 1 e como esta interpretação poderia ser favorável à nossa hipótese geral de leitura de Λ 1.

Um modo de pensarmos a estrutura da primeira, segunda e terceira frases de Λ , seria segundo o modo proposto por M. Frede:

“We would expect the grammatical structure of the section to be the following. There is the initial sentence. This initial sentence, as marked by the $\gamma\grave{\alpha}\rho$ in 1069a18, is backed up by the second sentence. And this second sentence, as marked by a second $\gamma\grave{\alpha}\rho$ in 1069a19, is backed up by a series of further sentences. These, at least on the surface, look as if they constituted four parallel

arguments, each of which is supposed to support the same conclusion, or to explain the same claim”⁴⁸.

Segundo a citação acima, Frede sugere que a segunda frase (que contém o primeiro γὰρ) suporta a primeira frase, assim como já havíamos proposto no capítulo anterior. A novidade agora, em relação ao que já discutimos antes, seria que, segundo Frede, a partir da terceira frase (que contém o segundo γὰρ) começa-se a apresentar o suporte da segunda frase. E este suporte, continuaria a ser apresentado nas demais justificativas (ou argumentos) da investigação, sendo que o segundo argumento começa a partir da partícula ἄμα “ao mesmo tempo” em 1069a21, o terceiro argumento a partir de ἔτι “ainda” em 1069a24 e o quarto argumento é indicado por δὲ (um conectivo que não aparece na nossa tradução) em 1069a25.

Para fazermos algumas considerações sobre essa estrutura do início de Λ 1, chamemos a primeira frase de “C1”, a segunda frase de “C2” e os quatro argumentos, que se seguem a elas, de “C3”. Deste modo teríamos a seguinte legenda:

“C1” = (primeira frase, tradução de Λ 1, 1069a18): “A investigação é a respeito da substância”.

“C2” = (segunda frase, tradução de Λ 1, 1069a18-19): “Pois serão investigados os princípios e as causas das substâncias”.

“C3” = (os quatro argumentos ou quatro justificativas da investigação de Λ, tradução de Λ 1, 1069a19-25): “Pois se o todo for <concebido> como algo inteiro, a substância é a primeira parte; e se em sequência, também deste modo a substância seria primeira, depois a qualidade ou a quantidade (a19 – 21). Ao mesmo tempo, nenhuma destas coisas são seres por assim dizer sem qualificação, são, por exemplo, qualificações e movimentos (a21 – 22); ou então o não-branco e o não-retilíneo <seriam seres por assim dizer sem qualificação>: de fato, dizemos que estas coisas são, por exemplo: é não-branco (a22 – 24). Além disso, nenhum dos outros <seres> são separáveis (a24). Os antigos testemunham <isto> na prática. Pois investigaram os princípios, as causas e os elementos da substância”.

A posição de Frede seria, então, que “C2” suporta “C1” e, depois, “C3” suporta “C2”. Este entendimento não parece inadequado, mas, para evitarmos um problema já

⁴⁸ FREDE. OP., cit., p.57.

discutido no capítulo anterior, e que será retomado aqui, iremos propor uma compreensão ligeiramente distinta desta, a saber, “C2” suporta “C1” e, em seguida, “C3” suporta a oração constituída por “C1” e “C2”.

Segundo a análise das duas primeiras frases, já realizada no capítulo anterior, não parece totalmente adequado compreender a conjunção destas duas afirmações: “C2” suporta “C1” e “C3” suporta “C1”, seja diretamente ou indiretamente. Indiretamente no sentido de que “C3” suporta “C1” como consequência de suportar “C2”. Este é o problema no qual a posição de Frede poderia incorrer, já que, ao dizer que “C2” suporta “C1” e que “C3” suporta “C2”, isto poderia significar que “C3” suporta “C1” de modo indireto e, como dissemos, isso parece ser algo a ser evitado.

Por que deveríamos evitar a compreensão de que “C2” e “C3” suportam “C1”?

Acreditamos que não seria adequado afirmar que “C3” suporta “C1”, pois, desse modo, visto que as razões apresentadas em “C3” seriam o verdadeiro suporte de “C1” (na medida em que apresentariam efetivamente os argumentos a favor de uma “investigação a respeito da substância”), que tipo de função poderia ainda restar para “C2”? Se “C2” suportasse “C1” e “C3” suportasse “C2”, como afirma Frede, acreditamos que a sua posição recairia no problema por ele mesmo identificado: a segunda frase de Λ 1 pareceria redundante e teríamos que atribuir um sentido enfraquecido para “C2”.

Relembrando o que dissemos na parte anterior, Frede, ao se referir ao comentário de Ross, considera problemática a compreensão de Ross da segunda frase com um sentido fraco, uma vez que Ross, por não ver nenhuma função relevante nela, a ignora completamente no seu comentário, conforme nos mostra Frede:

“We have put great weight on the second sentence. If now, by contrast, we look at Ross’s interpretation, both in his analysis (p.348) and in his comments (p.349) in his commentary, he completely disregards the second sentence. He treats the four arguments, or explanations, which we get in 1069a19-26, as directly supporting, or explaining, Aristotle’s initial statement that this inquiry is one which concerns substance. The reference to an inquiry into the principles and causes of substances both in the second sentence and in the fourth argument completely disappears from his interpretation. (...) I think it is highly unlikely that in as compressed a text as this the second sentence should not contribute anything to the thought which the passage tries to convey, especially since it does seem to be taken up again in the fourth argument. It also seems to me that the

relation between the first and the second sentences is far from trivial.”⁴⁹

Como fica claro a partir da citação acima, segundo Frede é muito improvável que a segunda frase não contribua em nada (ou mesmo pouco) para o pensamento que o início de Λ quer transmitir. Além do texto de Λ ser bastante conciso, como dissemos acima, Frede diz também que o fato do quarto argumento se referir a uma investigação de princípios, causas e elementos das substâncias evidencia isso. Assim, para Frede, a relação entre as duas frases está longe de ser trivial.

Mas, como dissemos, o modo como Frede sugere que a estrutura do início de Λ deveria ser compreendida, poderia fazer com que, afinal, acabe sendo atribuído um sentido fraco para “C2” e, para corrigir este detalhe apenas, iremos propor uma leitura ligeiramente distinta da leitura de Frede⁵⁰.

Resumindo, então, o problema que identificamos em um dos modos de compreender a estrutura “C1”, “C2”, “C3”. Em “C1” é anunciado que o *Livro A* dará continuidade a uma certa investigação e que esta investigação é agora “a respeito da substância”. Como visto no primeiro capítulo S. Menn e M. Frede concordam que o *Livro A* dará continuidade a uma investigação anterior. A partir disso, alguém poderia perguntar: mas, por que “aquela investigação”, a qual o *Livro A* dará continuidade, é agora a respeito da substância? E o texto responderia em “C2”: “pois são das substâncias os princípios e as causas investigados”. Acreditamos que aquela mesma pergunta, feita para “C1”, não poderia agora se repetir para C2, pois deste modo seria como se “C2” não tivesse respondido bem à pergunta e, por isso, seria preciso oferecer uma outra resposta, aquela contida em “C3”. Se este fosse o caso, “C2” contribuiria muito pouco ou quase nada para o sentido do trecho em análise.

Assim, um modo de evitarmos o problema descrito acima seria afirmando que “C3” não responde à pergunta que poderia ser feita para “C1”: “por que aquela investigação é agora a respeito da substância”? Na verdade, poderíamos dizer que “C3” não apresenta suporte nem para a primeira e nem para a segunda frase tomadas isoladamente. Mas, poderia ser o caso que “C3” suporte a oração constituída por ambas. Desse modo, seria esta oração, constituída por “C1” e “C2”, a qual nos diz alguma coisa, que deverá ser suportada em “C3”.

⁴⁹ FREDE. Op., Cit., p.60

⁵⁰ Como visto no capítulo anterior, Judson também considera problemático atribuir um sentido muito fraco para a segunda frase (JUDSON. Op., cit., p. 49).

Mas, o que nos diz, afinal, a oração constituída pelas duas primeiras frases de Λ ? Qual é o conteúdo preciso para o qual “C3” apresentará suporte, isto é, a favor de qual tese especificamente os quatro argumentos são apresentados?

Em total concordância, agora, com a leitura realizada por M. Frede (a qual iremos citar logo abaixo) acreditamos que a oração constituída por “C1” e “C2” nos diz que: *os princípios e as causas das substâncias são, eles mesmos, substâncias*. Por isso a investigação é a respeito da substância, pois serão investigados os princípios e as causas das substâncias, e estes princípios e causas não poderiam ser outra coisa senão substâncias.

“Aristotle assumes that the principles and causes of substances themselves must be substances. For substances by their very notion are prior to non-substances, and no non-substance could be prior to a substance (cf. 1073a36). Hence principles of substances, being prior to the substances they are principles of, must be substances. So an inquiry into the principles and causes of substances will also be an inquiry into substances in this way, namely into the kinds of substances which can play the role being principles and causes of other substances”⁵¹.

Assim, concluindo a análise da estrutura do início de Lambda, o modo como compreendemos o trecho em análise seria o seguinte: “C2” suporta “C1”, e acreditamos que a frase “pois serão investigados os princípios e as causas das substâncias” oferece, de fato, uma razão de porque “a investigação é a respeito da substância”, na medida em que os “princípios e as causas” que continuarão a ser investigados em Λ são, eles mesmos, substâncias. E, nesse caso, além de oferecer uma razão para “C1”, “C2” também especifica os tipos de substâncias que serão investigados ao longo de Λ , qual seja, as substâncias que são, elas mesmas, princípios e causas de substâncias.

Depois, “C3” suporta a oração constituída por “C1” e “C2”. E, assim, os quatro argumentos ou justificativas da investigação de Λ , além é claro de demonstrar a prioridade e a relevância de se investigar as substâncias, talvez apresentem suporte para uma tese mais específica, a qual (junto com Frede) acreditamos ser expressa pela oração constituída por “C1” e “C2”: *os princípios e as causas das substâncias são, eles mesmos, substâncias*.

⁵¹ FREDE op., Cit., p. 61

1.1 As quatro justificativas da investigação de Λ

Do mesmo modo que Frede, acreditamos que a leitura proposta acima das duas linhas iniciais de Λ é apenas uma possibilidade de leitura entre outras⁵². E, na verdade, dado que, segundo esta leitura, o objetivo das linhas iniciais da investigação de Λ seria dizer que *os princípios e causas das substâncias são substâncias*, nos perguntamos por que isto não está dito de modo mais explícito e claro no texto, de modo a não haver dúvida quanto a este dado importante.

Contudo, apesar de não ser algo totalmente explícito no texto, passaremos a indicar algumas vantagens e pontos a favor desta leitura, os quais nos levaram a considerá-la como a mais adequada.

A primeira vantagem seria que, como já discutimos bastante, as outras possibilidades (pelo menos as visualizadas anteriormente) acabam por atribuir um sentido trivial para a segunda frase. E a leitura que estamos sugerindo aqui, por outro lado, atribui um sentido bastante importante para ela, na medida em que sugere, logo no início da investigação, que as substâncias, que são princípios e causas de outras substâncias, são aquelas que a investigação de Λ irá investigar.

Além disso, há uma série de passagens na sequência da investigação de Λ , e mesmo em outros Livros da *Metafísica*, que confirmam aquilo que estas duas linhas iniciais estariam antecipando. Isto ocorre em algumas passagens em que é dito que nada é “anterior” à substância. Por exemplo, a passagem apontada por Frede (em Λ 8, 1073a36 “what is prior to substance must be substance”, tradução de L. Judson) e em Λ 6, 1071b5, também é dito algo semelhante: “as substâncias são os primeiros seres” (nossa tradução). Ainda no mesmo sentido, em Z 1, 1028a32-33, é dito também que “de todos os modos a substância é primeira, quer dizer, em definição, em conhecimento e

⁵² F. Baghdassarian concorda que os princípios da substância são substâncias, mas não acredita que esta deva ser a leitura das duas primeiras linhas de Λ , em virtude do quarto argumento não ser compatível com esta leitura. É importante notarmos também que, no trecho que iremos citar nesta nota, ela considera que a tese de que os princípios das substâncias são substâncias é algo que *decorre naturalmente dos argumentos* (oferecidos nas quatro justificativas da investigação de Λ), *que visam a demonstrar a prioridade da substância*. “Selon Frede (« *Metaphysics* Λ 1 », art., cit., p. 61-62), la justification serait inverse : Aristote dirait que son étude porte sur la substance, parce que les principes qu’il recherche sont eux-mêmes des substances. C’est vrai, puisque rien n’est antérieur à la substance, et ce point découle naturellement des arguments en faveur de la priorité de la substance (1069b19 *sq.*). Cependant, le dernier argument, en b25-26 vise clairement à établir, non pas que des principes recherchés sont des substances, mais qu’il sont ceux des substances. C’est donc cette lecture qu’on privilégie ici pour l’ensemble du passage”. BAGHDASSARIAN. Op., cit., p. 85, nota 1.

em tempo” (nossa tradução). Esta anterioridade (e prioridade) da substância com relação aos demais seres, como mostraremos melhor, parece indicar que nenhum dos outros seres poderia ser princípio da substância, o que, segundo F. Baghdassarian (citada na nota 52 acima), *decorreria naturalmente da demonstração da prioridade da substância*.

Além disso, a própria sequência da investigação de Λ , na qual veremos que os princípios e causas investigados serão, eles mesmos, substâncias, poderia ser mais uma confirmação da leitura proposta acima

Em Λ 3, 1070a9-13 é dito que dos três princípios da substância sensível aos quais Λ 2 diz ter chegado, a matéria e a forma são $\tau\acute{o}\delta\epsilon\ \tau\iota$ ⁵³. E, nesse caso, parece possível compreendermos que estes princípios da substância sensível, a matéria e a forma, seriam, eles mesmos, substâncias⁵⁴.

Além destes, também o “motor próximo” (por exemplo Peleus, o pai de Aquiles, referido em Λ 3), os corpos celestes e o movente imóvel, referidos em Λ 4-5, todos estes princípios e causas discutidos ao longo de Λ parecem ser também substâncias, as quais são princípios e causas de outras substâncias. Quer dizer, ficará bem claro que os princípios e causas das substâncias, que serão investigados ao longo de Λ , são realmente substâncias, como parecem nos antecipar as duas primeiras frases do Livro.

Na verdade, talvez não seja preciso procurar além de Λ 1 por um suporte para a ideia de que, em Λ , serão investigados princípios e causas, que são, eles mesmos, substâncias. Pois seria possível que os quatro argumentos, que se seguem as duas linhas iniciais de Λ , visam a suportar, justamente, a tese de que *um item não-substancial* não poderia ser princípio da substância. Se um item não-substancial não puder ser princípio da substância, os princípios da substância deverão ser, eles mesmos, substâncias. E se isso for verdade, o início de Λ 1, constituído pela estrutura “C1”, “C2” e “C3” discutida anteriormente, nos diria algo do seguinte tipo: a investigação é a respeito da substância,

⁵³ Matéria e forma são $\tau\acute{o}\delta\epsilon\ \tau\iota$ por razões distintas como nos revela esta passagem complicada de Λ 3. Além disso é preciso assinalar que é controversa a compreensão da matéria como sendo $\tau\acute{o}\delta\epsilon\ \tau\iota$, como revela a discussão de Z 3.

⁵⁴ Com relação a privação é mais difícil compreender como este princípio da substância poderia ser, ele mesmo, substância. Talvez uma possibilidade seria pensá-la do modo como a privação é descrita em Λ 2, ou seja, como um dos contrários a partir do qual a mudança ocorre, sendo a “forma e a definição” o outro contrário. Se a “forma e a definição”, um dos contrários, é substância, talvez, o outro contrário, a privação, poderia também ser considerada substância. E, nesse caso, os três princípios encontrados ao final de Λ 2 seriam substâncias. Por outro lado, em *Metafísica Z 2*, a privação não aparece como sendo um possível candidato a ser substância e, talvez, seja o caso de que não está em aberta a possibilidade da privação ser substância.

pois serão investigados os princípios e as causas das substâncias, e estes princípios e causas não poderiam ser outra coisa senão substâncias, pois (como os quatro argumentos mostram) um item não-substancial não poderia ser princípio da substância. Portanto, a investigação é a respeito da substância porque os princípios e as causas investigados são, eles mesmos, substâncias.

Passaremos a tentar considerar ser mais provável que os quatro argumentos apresentem suporte, de modo mais específico, a favor desta tese: um item não-substancial não poderia ser princípio da substância (e, por isso, os princípios e causas das substâncias deverão ser, eles mesmos, substâncias).

O primeiro argumento, no qual o termo $\pi\rho\omega\tau\omicron\varsigma$ (“primeiro”) é repetido duas vezes para se referir à substância, parece apresentar, de maneira mais clara do que os outros três argumentos, suporte para a tese de que um item não-substancial não poderia ser princípio da substância. Este argumento nos diz que, independentemente das duas alternativas oferecidas para a compreensão do “todo” ($\tau\omicron\ \pi\acute{\alpha}\nu$), a substância é primeira, seja como a “primeira parte”, seja como a “primeira da série”. Como dissemos, estes quatro argumentos são normalmente lidos como demonstrando a *prioridade* da substância em relação aos demais “seres”. De fato, esta poderia ser uma leitura possível da passagem. A afirmação de que a substância é ou “a primeira parte do todo” ou “a primeira da série que constitui o todo” demonstra a *prioridade* da substância em relação aos demais seres. Entretanto, é preciso nos perguntarmos por que seria necessário demonstrar a *prioridade* da substância em relação aos demais seres no início da investigação de Λ ?

É claro que esta demonstração poderia servir para justificar “uma investigação a respeito da substância”, e não faria sentido negar que este primeiro argumento seja uma justificativa da investigação de Λ também neste sentido. Mas, como já dissemos antes, parece plausível considerar também que este primeiro argumento possa contribuir para suportar a tese mais específica, que acreditamos estar expressa pelas duas linhas iniciais de Λ : os princípios e as causas das substâncias deverão ser, eles mesmos, substâncias. Mostraremos agora um modo segundo o qual poderíamos compreender que o primeiro argumento suporta esta tese mais específica.

Se retomarmos algo que é dito em Δ 1, 1013a17, sobre aquilo que é comum a todos os sentidos do termo $\acute{\alpha}\rho\chi\eta$ (“princípio”): “portanto, o que é comum a todos os <sentidos> de princípio é o ser primeiro” (nossa tradução para: $\pi\alpha\sigma\omega\acute{\nu}\ \mu\acute{\epsilon}\nu\ \omicron\upsilon\acute{\nu}\ \kappa\omicron\iota\omega\nu\acute{\omicron}\nu\ \tau\omega\acute{\nu}\ \acute{\alpha}\rho\chi\omega\acute{\nu}\ \tau\omicron\ \pi\rho\omega\tau\omicron\nu\ \epsilon\iota\tilde{\nu}\alpha\iota$), seria possível ver na primeira justificativa a defesa da tese

de que um item não-substancial não poderia ser princípio da substância e que, portanto, os princípios e as causas das substâncias são, eles mesmos, substâncias. Usando o trecho de Δ 1 citado acima como a premissa menor, poderíamos compreender o primeiro argumento de Λ 1 como expressando algo do seguinte tipo: (P1) a substância é primeira independentemente de como se compreenda o todo; (P2) ser princípio é “o ser primeiro” daquilo de que ele é princípio; (C1) então, um item não-substancial não poderia ser princípio da substância, porque nenhum item não-substancial é anterior ou primeiro em relação à substância. Portanto, os princípios e as causas das substâncias são substâncias. E, deste modo, fica mais claro como a afirmação da “prioridade” da substância, independentemente da compreensão que se tenha a respeito do todo, poderia cumprir também o papel de suportar a tese de que um item não-substancial não poderia ser princípio da substância. Pois um item não-substancial não possuiria (em relação à substância) aquilo que é comum a todos os sentidos de princípio: “o ser primeiro” em relação àquilo do que ele é princípio (Δ 1).

O segundo e terceiro argumentos também poderiam ser lidos de maneira a suportar a tese de que os princípios e causas das substâncias são substâncias. Entretanto, neste caso, é bem mais difícil ver como eles poderiam ser argumentos a favor desta tese.

Na verdade, uma compreensão a respeito da segunda e terceira justificativas, oferecidas em Λ 1, é algo bastante complicado sem que se tenha um conhecimento prévio do longo e cuidadoso desenvolvimento realizados ao longo da *Metafísica* (e mesmo em outras obras do *corpus aristotélico*), do que é “ser sem qualificação” ($\delta\upsilon\ \acute{\alpha}\pi\lambda\acute{o}\varsigma$) e do que é ser “separável” ou “separado” ($\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$).

Frede também aponta para uma impossibilidade de compreensão do terceiro argumento oferecido em Λ 1: “nenhum dos outros seres é separável”, sem que se tenha conhecimento prévio do assunto: “There, for instance, is no way we can make sense of the third argument, which takes up half a line in 1069a24, without appealing to a great deal of background knowledge”⁵⁵. Acreditamos que este mesmo “great deal of background knowledge” é requisito também para a compreensão do que seja “ser dito sem qualificação”, aludido no segundo argumento⁵⁶.

⁵⁵ FREDE. Op., Cit., p. 60

⁵⁶ A expressão “ser sem qualificação” remete a outras similares tais como a expressão “ser enquanto ser” ($\delta\upsilon\ \eta\ \acute{\alpha}\nu$) e “ser por ele mesmo” ($\delta\upsilon\ \kappa\alpha\theta'\ \alpha\upsilon\tau\acute{o}$). E estas expressões, por sua vez, nos remetem aos quatro sentidos do “ser” descritos em Δ 7 e em E 2. Ou seja, a expressão que aparece na segunda justificativa “ser por assim dizer sem qualificação” se encontra imersa em uma longa discussão sobre o “ser” e “os sentidos em que o “ser é dito”, a qual ocupa boa parte de alguns livros da *Metafísica*.

Por estes motivos não seria tão óbvio e nem simples mostrar como o segundo e terceiro argumentos suportam a tese de que os princípios e causas das substâncias são, eles mesmos, substâncias. Como dissemos, mostrar isso exigiria, ao que parece, um conhecimento anterior do que seja o “ser sem qualificação” e “separável”, para que entendêssemos bem por que os outros seres que “não podem ser ditos sem qualificação” e nem “separáveis”, não possam ser princípios das substâncias. De modo bastante breve, uma possibilidade seria afirmar que a substância é “ser dito sem qualificação” (Z 1) e “separável” (Λ 5)⁵⁷ e os seus princípios não poderiam ser de outro modo. Sendo assim, o segundo e terceiro argumentos suportariam a tese de que os princípios das substâncias são substâncias, pois afirmariam que nenhum dos outros seres são seres “ditos sem qualificação” e “separáveis” e, portanto, não poderiam ser “princípios” da substância que é “ser dito sem qualificação” e “separável”.

Se o que acabamos de dizer for verdade, é preciso notarmos que o segundo e terceiro argumentos começam a evidenciar uma outra função destas quatro justificativas. Poderíamos entender que estas justificativas também nos descrevem os princípios e causas pelos quais investigaremos ao longo de Λ (ou o princípio e a causa, pois, como consideraremos logo a seguir, é possível que Λ vise a demonstrar que o todo é “governado” por um único princípio, o princípio comum à substância sensível e imóvel). Além deste princípio possuir algum tipo de prioridade em relação ao todo, como nos disse o primeiro argumento, o segundo e terceiro argumentos nos dizem que este princípio deverá ser “sem qualificação” (ἀπλός) e “separável” (χωριστόν).

Passaremos a ver, agora, o quanto, a partir do quarto argumento, este aspecto descritivo das quatro justificativas parece ficar ainda mais evidente. Ele nos dirá que estes princípios e causas, pelos quais investigaremos ao longo de Λ, são como aqueles investigados pelos antigos, ou seja, eles são “coisas individuais” e não “universais”.

O quarto argumento, na verdade, parece ser de natureza distinta dos outros. Mas, à primeira vista, também poderia ser lido como um suporte à tese de que os princípios e as causas das substâncias são substâncias⁵⁸.

⁵⁷ Além de encontrarmos a afirmação de que a substância é “ser sem qualificação” em Z 1 e que a substância é separável em Λ 5, Λ 7 afirmará que a substância imóvel e “primeira em ato” será ser “sem qualificação” (ἀπλός) e “efetivamente separada das coisas sensíveis”.

⁵⁸ Mas, como vimos acima, é em virtude do quarto argumento que F. Baghdassarian privilegia outra leitura que não aquela realizada por Frede de que os princípios e as causas das substâncias são, eles mesmos, substâncias. Estamos tentando aqui nos posicionar a favor da leitura de Frede, mas, de fato, o quarto argumento parece ser aquele que coloca maior dificuldade para a leitura que estamos tentando sustentar.

Como dissemos, o quarto argumento, assim como o segundo e terceiro, também remete a uma discussão anterior, qual seja, a discussão sobre se os primeiros princípios (os quais sabemos agora que são substâncias) são universais ou particulares. Isto é o que nos diz a décima segunda aporia em B 6, 1003a5-7, a qual enuncia exatamente o mesmo problema: “além destas aporias é necessário enunciar uma aporia a respeito dos princípios, se são anteriores os universais ou, como dizemos, as coisas individuais” (nossa tradução).

Assim, embora este quarto argumento também seria melhor entendido a partir da longa disputa, apontada acima, sobre se os primeiros princípios são coisas individuais ou universais, poderíamos entender que ele suporta a tese de que os princípios e as causas das substâncias são substâncias, oferecendo como testemunho o fato de que os antigos, que investigaram os princípios, as causas e os elementos das substâncias, investigaram substâncias. A saber, os “elementos” terra, água, fogo e ar, os quais para Aristóteles são verdadeiras substâncias, como está dito em H 1, 1042a8-9.

De qualquer forma é provável que o quarto argumento cumpra, sobretudo, o papel descritivo apontado acima, ou seja, de sinalizar que os princípios e as causas pelos quais o *Livro A* irá investigar são coisas individuais e não universais.

Com isso, finalizamos a análise das duas linhas iniciais de Λ e dissemos quais são as funções que o trecho que se segue a estas linhas, as quatro justificativas da investigação, poderiam realizar. Dada a função descritiva, que dissemos que os quatro argumentos parecem cumprir, passaremos a analisar esta “descrição” propriamente dita. E veremos que aquilo que o primeiro argumento nos descreve a respeito do objeto que iremos perseguir ao longo de Λ é compatível com a hipótese, levantada no capítulo I, de que a investigação de Λ visa a estabelecer ou consolidar a primeira ciência através da demonstração da existência de um princípio comum às substâncias.

2. O todo é como uma coisa inteira, pois existe um único princípio que o governa

Antes de iniciarmos a análise do primeiro argumento é preciso dizer que, neste tópico, mostraremos que a investigação de Λ demonstra a existência de um princípio comum às substâncias. Mas faremos isto, na verdade, antes de defendermos que o modo

correto de ler as linhas finais de Λ 1 seria como um condicional, cujo antecedente deixa em aberto a possibilidade da existência de um princípio comum às substâncias (no capítulo III chamaremos esta leitura de “leitura hipotética”). Assim, é preciso anteciparmos aqui que discordamos das leituras que leem o final de Λ 1 de maneira causal, isto é, como uma constatação de que não há um princípio comum às substâncias. Mas apenas no capítulo III discutiremos porque rejeitamos a leitura causal e favorecemos uma leitura hipotética da passagem.

O primeiro argumento (ou a primeira justificativa da investigação de Λ) oferece duas alternativas para compreensão do todo. O todo poderia ser compreendido ou “como um certo inteiro” ($\acute{\omega}\varsigma \acute{\omicron}\lambda\omicron\nu\ \tau\iota$) ou “em sequência” ($\tau\acute{\omega}\ \acute{\epsilon}\phi\acute{\epsilon}\xi\eta\varsigma$). Outras traduções possíveis para a expressão $\tau\acute{o}\ \pi\acute{\alpha}\nu$ seria “universo”, “the totality of things”, entre outras (ver nota 5 à tradução), dissemos também porque optamos pela expressão “o todo”. Entretanto, independentemente do modo de traduzir o termo $\tau\acute{o}\ \pi\acute{\alpha}\nu$, gostaríamos de destacar o fato de que “o todo”, no Livro Λ , parece abarcar tanto a substância sensível quanto a substância imóvel. Ou seja, o mundo sensível (sublunar), os corpos celestes e o motor imóvel parecem fazer parte do “todo”, mencionado aqui em Λ 1. Como bem nota M. Zingano⁵⁹, a inclusão da substância imóvel dentro do campo de investigação de Λ poderia marcar uma importante distinção entre a *ontologia* presente nas *Categorias*, restrita apenas a substância sensível, e a *ontologia* do Livro Λ , a qual incluiria também a substância imóvel.

Tentaremos mostrar aqui que as duas alternativas oferecidas para compreensão do todo podem dizer respeito à relação entre a substância sensível e a imóvel. E que a alternativa que irá prevalecer ao final de toda a investigação, em Λ 10, é compatível com a nossa hipótese formulada na parte anterior, de que o Livro Λ visa a consolidar ou estabelecer a primeira ciência, através da demonstração da existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel.

Frede⁶⁰ e Berti⁶¹ compreendem as duas alternativas para compreensão do todo, oferecidas na primeira justificativa de Λ 1, através de um outro trecho, um pouco mais à frente em Λ 1, o qual descreve duas possíveis compreensões a respeito da substância, a “dos antigos” e a “dos de agora”. Segundo estes dois comentadores, o todo compreendido “como um certo inteiro” ($\acute{\omega}\varsigma \acute{\omicron}\lambda\omicron\nu\ \tau\iota$) deveria ser o modo de compreensão

⁵⁹ ZINGANO. Op., cit.

⁶⁰ FREDE. Op., cit.

⁶¹ BERTI, Op., cit.

atribuído “aos antigos”, provavelmente os pré-socráticos (ou algum dos pré-socráticos) e o todo compreendido “em sequência” ($\tau\omega\ \acute{\epsilon}\phi\epsilon\zeta\eta\varsigma$) seria o modo de compreensão atribuído aos “de agora”, provavelmente os platônicos.

Como veremos, a segunda alternativa parece ser, de fato, o modo como “os de agora”, os platônicos, compreenderam o todo. Isto é, os platônicos parecem ter considerado o todo como algo “seriado”⁶² (trataremos melhor do que que dizer o todo “ser algo seriado” mais à frente). Entretanto, veremos ser provável que a primeira alternativa seja a própria posição de Aristóteles. Poderia ser o caso que Aristóteles retome, em alguma medida, a compreensão do todo dos antigos e, assim, estaria correta a identificação feita por Frede e Berti de que os antigos consideraram o todo “como um certo inteiro”. Entretanto, para uma melhor compreensão deste primeiro argumento, acreditamos que, melhor do que atribuir cada uma das alternativas oferecidas em Λ 1 aos predecessores de Aristóteles, é mais adequado considerar que uma das alternativas (o todo concebido como “um certo inteiro”) é aquela que será sustentada por Aristóteles e a outra (o todo concebido “em série”) a que será combatida por ele, pelos motivos que iremos expor a seguir.

De qualquer modo, independentemente de estar correta a identificação feita por Berti e por Frede, ainda seria preciso mostrar qual a diferença entre estas duas concepções do “todo”, quer dizer, é preciso tentarmos determinar aquilo que distingue o todo concebido “como um certo inteiro” do todo concebido como algo “em série”. Isto parece importante porque, além deste argumento suportar a tese de que os princípios das substâncias são substâncias, ele nos diz também que uma concepção do que seja o “todo” é algo que está em causa na investigação de Λ ⁶³. Prova disso é o fato de que em Λ 10, ao final de toda a investigação, o texto indica ter demonstrado que uma das alternativas apresentadas aqui neste primeiro argumento, a concepção do “todo” como algo “em série”, deveria ser rejeitada.

“Those who say that the mathematical number is the first and that in this way there is always another substance in succession, and different principles for each <substance>, make the substances of the totality of things a series of episodes (for one contributes nothing to another, whether by being or not being),

⁶² Λ 10 e Z 2 poderiam ser exemplos de passagens nas quais Aristóteles atribui aos platônicos uma compreensão *seriada* do todo, consideraremos algumas passagens de Z 2 Dois e Λ 10 mais a frente.

⁶³ No capítulo III do trabalho discutiremos amplamente a possibilidade de que, talvez, o todo seja, justamente, aquilo que a investigação de Λ visa a conhecer.

and they make many principles. But the things that are do not want to be governed badly: ‘To have many rulers is not good: let there be one ruler’” (Λ 10, 1075b37-1076a4, tradução de Judson).

Voltaremos a tratar em mais detalhes desta passagem de Λ 10, mostrando melhor porque ela diz que uma das alternativas oferecidas em Λ 1 deve ser rejeitada. Agora gostaríamos apenas de chamar a atenção para o fato de que o *Livro A* se inicia e termina, discutindo compreensões a respeito do que seja o “todo” e isto parece ser um bom indício de que parte importante do que a investigação de Λ pretende realizar é, justamente, oferecer uma compreensão a respeito do todo. Na verdade, faz todo o sentido que uma investigação a respeito dos princípios de algo (princípios que são, eles mesmos, substâncias, como vimos) *visé a conhecer* aquilo do que estes princípios são princípios, isto é, do “todo”. Portanto, é necessário passarmos a determinar o que diferencia o “todo” concebido como “um certo inteiro” e como algo “em série”.

Ross acredita que o contraste entre estas duas formas de conceber o todo está no fato de que a partir da segunda concepção (isto é, a concepção do todo como algo “em série”) ele deveria ser entendido como algo constituído por *séries sem conexão*. E, por outro lado, a partir da primeira concepção, o todo constituiria uma *genuína unidade*: “The contrast is simply that between the view of the universe as a genuine unity in which the substance is the primary element and the view of it as forming a loosely connected series (the view, in fact, of Speusippus which is referred to in this book, 1075b37)”⁶⁴.

Deste modo, Ross interpreta a primeira alternativa para a concepção do todo como estabelecendo uma “genuína unidade, na qual a substância seria o primeiro elemento”. Talvez não seja necessário considerar, como Ross considera, que o todo concebido “como algo inteiro” constitua uma “genuína unidade”. Como veremos na nota 6 à tradução (e poderia ser depreendido da leitura de Λ 10), parece ser mais adequado que, na primeira alternativa, se trate de uma “certa unidade”, como a nossa própria opção de tradução para a expressão $\acute{\omega}\varsigma \acute{\omicron}\lambda\omicron\nu\ \tau\iota$ (“como um certo inteiro”) indica. Sendo que parte do esforço de Λ será justamente dizer de que tipo de unidade, ou de que tipo de “coisa inteira”, o todo poderia ser constituído.

Além disso, o termo “elemento” com o qual Ross qualifica a substância, na citação acima, talvez não seja o mais adequado, visto que o termo “elemento”, de modo

⁶⁴ ROSS. Op., cit., p. 349.

geral em Aristóteles, normalmente remete a algo material (segundo Judson, ver nota 22 à tradução) e veremos que a substância, a qual é efetivamente a “primeira parte do todo” é aquela que é primeira em ato, o puro ato, e, portanto, algo sem matéria.

Ainda, de acordo com a posição de Ross, na segunda alternativa oferecida em Λ 1, o todo “seria constituído por séries desconectadas”. E, deste modo, é preciso compreendermos melhor o que seriam estas “séries desconectadas”. Isto é, qual seria a diferença central entre estas “séries desconectadas” e o todo concebido “como algo inteiro”.

Tomás de Aquino possui um entendimento semelhante ao de Ross, e poderá aclarar melhor o que seriam “estas séries desconectadas” que constituiriam o todo. Ele diz: “another kind of order is found among sensible things inasmuch as some follow others and one thing is not constituted from them either by continuity or by contact. It is in this sense that one speaks of the first and the second lines of an army”⁶⁵.

Em primeiro lugar é preciso dizer que Tomás de Aquino acredita que as duas alternativas oferecidas em Λ 1 dizem respeito apenas ao modo como as “coisas sensíveis” se organizam. Discutiremos amplamente no capítulo III como as coisas não-sensíveis passarão a fazer parte da investigação de Λ e que, de fato, até o final de Λ 5, talvez seja melhor compreender que nada obriga admitirmos a existência de coisas além das sensíveis (pois apenas em Λ 6 será demonstrada a necessidade da existência de coisas além das sensíveis). Por outro lado, isso também não obriga considerarmos que, quando o texto, em Λ 1, oferece estas duas alternativas para compreensão do todo, as duas alternativas se refiram tão somente ao modo das coisas sensíveis se organizarem. Devemos compreender que está em causa “todas as coisas” que constituem o todo, não necessariamente apenas as coisas sensíveis.

Ou seja, nada obriga que devamos admitir a existência de coisas além das sensíveis até que Λ 6 prove a necessidade de existência de coisas não-sensíveis, mas nada obriga, por outra parte, que as duas concepções deveriam se referir apenas ao modo de se organizar das coisas sensíveis. Em Λ 1 o texto já afirma a existência da substância imóvel (ainda não foi provado que a substância imóvel seja não-sensível), mas esta é uma possibilidade que se confirmará em Λ 6. Assim, dado que, o todo em Λ 1 deve ser compreendido como constituído da substância sensível e imóvel, é uma possibilidade em aberto que ele seja constituído de coisas sensíveis e não-sensíveis.

⁶⁵ AQUINO. Op. Cit., p. 770.

Nos dois parágrafos anteriores antecipamos, na verdade, uma discussão que desenvolveremos nos tópicos 5 e 6 do capítulo III. Nosso intuito aqui com esta discussão é tão somente mostrar porque discordamos de Tomás de Aquino e porque não acreditamos que as duas alternativas oferecidas em Λ 1 se refiram apenas ao modo como as coisas sensíveis se organizam.

Passando a tratar agora, propriamente, do modo como ele compreende o que seria o todo “em série”, segundo Tomás de Aquino, as “séries” que constituiriam o todo se seguiriam umas das outras sendo que uma não seria *constitutiva da outra* nem por “continuidade” e nem por “contato” e isto talvez ajude a compreender em que sentido as séries constitutivas do todo seriam *desconexas*. Segundo a posição de Aquino, sabemos agora que as séries são desconexas porque não há *continuidade* e nem *contato* entre uma série e a outra. Para dar uma imagem de como seriam estas séries, Tomás de Aquino usa o exemplo da primeira e segunda linha de um exército⁶⁶. A primeira e a segunda linha seriam “séries” pertencentes a um mesmo todo, o exército, mas estas séries seriam desconexas, na medida em que não há nenhum ponto a partir do qual possa se estabelecer *continuidade* ou *conexão* entre uma série e a outra.

Desse modo, a partir das leituras de Ross e Aquino, já podemos começar a entender a oposição entre “algo inteiro” e “em série” através do fato de que o primeiro aponta para um “todo” *com conexão* entre as suas partes constitutivas, enquanto o segundo para um “todo” *sem conexão* entre as séries que compõe o todo.

Acreditamos que o exemplo de Tomás de Aquino possa oferecer uma imagem adequado do todo concebido em série, mas é preciso notarmos que, com relação ao todo “seriado” ou “episódico”, parece não ser apropriado falar em “partes” de um mesmo todo. O próprio texto de Λ 1 é cuidadoso a este respeito, pois apenas dentro da concepção do todo “como um certo inteiro” é dito que a substância é “parte” do todo. Com isso fica subentendido que, no caso da concepção seriada do todo, não seria apropriado falar que a substância seja uma “parte” do todo. Por outro lado, parece fazer

⁶⁶ Talvez Tomás de Aquino faça referência aqui a um exemplo oferecido em Λ 10, 1075a13. Mas, em Λ 10 o exemplo do exército, oferecido para mostrar como a “coisa inteira” possuiria o bem e a excelência não é oferecido para ilustrar a concepção “em série” do todo, como no caso de Tomás de Aquino, e, sim, para mostrar, justamente, como o bem e a excelência estariam contidos na “coisa inteira”. O bem e a excelência estariam presentes na ordem, mas, sobretudo, o bem e a excelência estariam contidos, no geral, no comandante, antecipando assim, talvez, o próprio final de Λ 10 no qual Aristóteles dirá que o todo é governado por um único governante. No próximo tópico (2.1), discutiremos como apesar de Λ 10 rejeitar que o todo seja algo “em série”, nada impede que algumas coisas dentro da concepção do todo em Λ se organizem “em série”.

sentido falar que a primeira e segunda linha de um exército sejam “partes” do exército. E, assim, talvez o exemplo oferecido por Tomás de Aquino não seja totalmente preciso.

Passando agora à discussão da posição de Judson, veremos que ele desenvolve bem esta diferença, baseada na presença ou falta de conexão presente em uma e outra concepção do todo, a qual tanto na posição de Aquino quanto na de Ross, diferenciariam as duas alternativas oferecidas em Λ 1.

Judson também entende que haverá conexão entre as partes no caso do todo ser “como algo inteiro”, mas, se ele for constituído por “séries”, estas deverão ser desconexas. Além disso, para Judson, as duas alternativas oferecidas são exaustivas e uma delas, o todo concebido “como algo inteiro”, seria a posição de Aristóteles. Judson usa a passagem final de Λ 10, que citamos anteriormente (1075b37-1076a4), para apoiar sua leitura de que a primeira alternativa seria a posição de Aristóteles, na medida em que na passagem de Λ 10 Aristóteles parece descartar a possibilidade de que o todo seja “seriado”, como já dissemos. Além disso, sendo as duas alternativas exaustivas, Judson (junto com Frede) acredita que a segunda posição não poderia ser apenas a de Espeusipo (como Ross afirma que seja, segundo o trecho que citamos antes), mas sim uma posição contrária à de Aristóteles da qual Espeusipo é um dos representantes (Frede cita Platão e Xenócrates como outros possíveis representantes desta segunda posição com relação ao todo⁶⁷).

Identificados os representantes de cada uma das posições, Judson passa a tratar da questão, que mais nos interessa agora, sobre a diferença propriamente dita entre as duas alternativas oferecidas: “the notion of *being in succession* [ephexes] is not primarily temporal, but rather indicates a significant lack of connectedness of some sort. The main problem is whether the connectedness at issue is (in our terms) metaphysical, logical, or causal.”⁶⁸. Desse modo, como podemos ver pela citação acima, Judson (da mesma maneira que Ross e Aquino) caracteriza a segunda alternativa a partir de uma “ausência de conexão de algum tipo: ou metafísica, ou lógica, ou causal”.

Em seguida, Judson descarta a possibilidade de que o tipo de conexão, ausente na concepção do todo “em série”, seja “lógica” ou “metafísica” e oferece uma caracterização positiva para a primeira alternativa, determinando que o tipo de conexão entre as partes que constituem o todo concebido “como algo inteiro” seria *uma conexão*

⁶⁷ FREDE. Op., cit.

⁶⁸ JUDSON. Op., cit., p. 51

causal. Segundo ele, nesse caso, haveria uma *dependência causal ordenada* do cosmos com relação ao primeiro motor⁶⁹.

Assim, agora podemos entender melhor o tipo de conexão existente na concepção do todo “como algo inteiro”. Nesta concepção há uma “dependência causal” entre o primeiro motor imóvel e as coisas sensíveis. Ou seja, a ausência deste tipo de conexão em uma concepção do todo “em série” parece fazer com que não exista uma “dependência causal” entre as substâncias imóveis e as sensíveis, isto é, as substâncias imóveis não seriam causas das sensíveis.

Por último, Judson levanta dois problemas contra a sua própria leitura a favor de que a primeira alternativa seria a posição de Aristóteles: 1. A totalidade de Aristóteles consistiria em substâncias de dois tipos fundamentalmente diferentes: coisas naturais e a substância imóvel (ou as substâncias imóveis); 2. Substâncias eternas (corpos celestes) também poderiam ser ditas fundamentalmente distintas das substâncias do mundo sublunar. Mas, logo em seguida, Judson responde aos dois problemas afirmando que “Aristotle’s totality exhibits strong causal connectedness, both from the heavenly spheres to the sublunary world and from the unmoved movers to both”⁷⁰.

Através desta resposta de Judson à sua própria objeção, começa a ficar mais claro o que gostaríamos de mostrar através da análise da primeira justificativa da investigação de Λ . Judson diz que há uma “forte conexão causal” entre as esferas celestes e o mundo sublunar, e entre o motor imóvel e ambos: as esferas celestes e o mundo sublunar. Ora, se há uma “forte conexão causal” entre substâncias eternas e substâncias corruptíveis e também entre a substância imóvel e as substâncias sensíveis (eternas e corruptíveis), é preciso que esta conexão ocorra, de alguma forma, através de um *princípio comum* a elas – à frente justificaremos melhor isso, mostrando que há uma conexão entre as partes constituintes do todo porque o todo é governado por um único princípio, assim, é preciso que este único princípio, que governa o todo, seja um *princípio comum* à substância sensível e imóvel.

Portanto, se a concepção do todo para Aristóteles é aquela segundo a qual o todo é “como um certo inteiro” ($\acute{\omega}\varsigma \acute{\omicron}\lambda\omicron\nu \tau\iota$), e se nesta concepção o todo possui uma “forte conexão causal” entre as suas *partes*, isto é compatível com a hipótese, levantada no capítulo I, de que a investigação de Λ visa a estabelecer ou consolidar a primeira ciência

⁶⁹ “On this interpretation, this first alternative anticipates Aristotle’s own conception of the cosmos as exhibiting an ordered causal dependence on God, the prime unmoved mover” Ibid. p.52

⁷⁰ JUDSON. Op., cit., p. 20.

através da demonstração da existência de um princípio comum às substâncias. Pois este princípio comum parece ser efetivamente demonstrado ao longo da investigação de Λ (mostraremos nos tópicos 4 e 5 do capítulo III, que será através da demonstração deste princípio comum às substâncias que a investigação de Λ poderá consolidar ou estabelecer a primeira ciência em Λ).

Contudo, apesar de nos parecer adequada a leitura realizada por Aquino, Ross e Judson, de que a diferença entre as duas alternativas de compreensão do todo esteja na presença de conexão entre as “partes” e a ausência de conexão dos “episódios” que constituiriam o todo, passaremos a propor uma leitura segundo a qual a ausência ou falta de conexão é uma consequência, mas não a primeira distinção das duas alternativas oferecidas em Λ 1. Como veremos logo a seguir, o que iremos propor fortalecerá ainda mais a hipótese levantada no capítulo I.

Acreditamos que a falta de conexão do todo compreendido como algo “em série” é uma consequência do fato de que, nesta concepção, o todo seja governado por mais de um princípio, cada um deles regendo uma das “séries” que o constitui. E a partir disso, a real diferença entre as duas alternativas seria que o “todo” concebido como “algo inteiro” é regido por apenas um princípio, enquanto o todo concebido como uma “série” é governado por mais de um princípio. Por isso, acreditamos que a presença ou falta de conexão é consequência da real distinção entre as duas alternativas, a saber, ser governado por um ou por muitos princípios.

Esta leitura nos parece ser o modo como deveríamos interpretar, inicialmente, a passagem de Λ 10, já citada anteriormente, e a partir da qual Judson apoia a sua leitura de que a primeira alternativa para compreensão do todo, oferecida em Λ 1, seria a posição de Aristóteles.

Assim, iremos passar a analisar de modo um pouco mais detido a passagem de Λ 10, 1075b37-1076a4, para mostrar como ela parece evidenciar que a real diferença entre as duas alternativas para compreensão do todo seria o fato de que na concepção do todo concebido “como algo inteiro”, ele seria governado por um único princípio, enquanto na concepção do o todo “como algo em série”, ele seria governado por mais de um princípio.

“Those who say that the mathematical number is the first and that in this way there is always another substance in succession, and different principles for each <substance>, make the substances of the totality of things a series of episodes (for one

contributes nothing to another, whether by being or not being), and they make many principles. But the things that are do not want to be governed badly: ‘To have many rulers is not good: let there be one ruler’” (Λ 10, 1075b37-1076a4, tradução de Judson).

Em primeiro lugar, as linhas 1076a3-4 ao dizerem que “the things that are (τὰ ὄντα) do not want to be governed badly” deixam claro que a posição iniciada com “os que dizem” (οἱ λέγοντες) em 1075b37 e que termina com “muitos princípios” (ἄρχὰς πολλάς) em 1076a3 deve ser rejeitada. Pois, como diz o trecho acima, “To have many rulers is not good: let there be one ruler”.

Mas vejamos o que dizem aqueles que sustentam esta posição a ser descartada. Não entraremos aqui em todos os detalhes que esta importante passagem poderia requerer, analisaremos apenas alguns pontos mais importantes para a presente discussão.

Fica claro que as linhas 1075b37-38 (“Those who say that the mathematical number is the first and that in this way there is always another substance in succession, and different principles for each <substance>”) indicam, através da expressão “in this way there is always another substance in succession” que muito provavelmente a referência aqui é a concepção do todo como “algo em série”, a segunda alternativa oferecida em Λ 1. Depois, de novo, na próxima linha, em 1076a1 (“[those] make the substances of the totality of things a series of episodes”), a referência à segunda alternativa também é confirmada, o adjetivo “episódica” (ἐπεισοδιώδη) torna explícita a referência. Com isso, fica claro que a posição que dissemos acima que deveria ser rejeitada na passagem de Λ 10 é a segunda alternativa oferecida em Λ 1.

Judson também usa esta passagem final de Λ 10 para dizer que a segunda alternativa oferecida para compreensão do todo é aquela que Aristóteles irá rejeitar. Mas, vejamos melhor, por que esta posição deveria ser rejeitada.

A frase final de toda a investigação de Λ, uma citação da *Iliada*, parece ser inequívoca quanto ao fato de que esta concepção episódica do todo é problemática, pois deste modo o todo seria governado por mais de um princípio: “To have many rulers is not good: let there be one ruler”. Além desta frase final, duas vezes é mencionado o fato de que haveria mais de um princípio regendo o todo, se ele fosse *seriado*: em 1075b38-1076a1 é dito que haveria um princípio para cada outra substância e, depois, em 1076a3 é repetida a expressão “muitos princípios”. Além disso, o parêntese da linha

1076a2 faz referência à falta de conexão entre os episódios que constituem a série. Assim, a passagem parece ser bastante explícita quanto ao fato de que os seres seriam mal governados em virtude da existência de muitos princípios (muitos chefes, muitos governantes)⁷¹.

Neste sentido, dado que “os que dizem” (οἱ λέγοντες), mencionado nesta passagem de Λ 10, provavelmente faz referência aos platônicos (ao próprio Platão, a Espeusipo e a Xenócrates, como Frede havia identificado ser o caso da segunda concepção do todo oferecida em Λ 1), uma outra passagem, em Z 2, a qual menciona expressamente Platão e Espeusipo, também descreve a posição deles como aquela que postula a existência de muitas substâncias: *fazendo um princípio para cada substância*, ambos postulam, da mesma forma, a existência de muitos princípios. Espeusipo, em especial, ao *postular ainda mais* (tipos de) *substâncias* que Platão, aumentou, igualmente, o número de princípios.

“Platão, por exemplo, julga que as Idéias e os seres matemáticos são dois tipos de substâncias, sendo o terceiro a substância dos corpos sensíveis. Espeusipo, por sua vez, julga haver ainda mais substâncias, tomando como ponto de partida o um e julgando haver princípios para cada substância, um para os números, outro para as magnitudes e ainda outro para a alma. Desse modo ele amplia o número das substâncias” (tradução de Raphael Zillig).

O texto de Λ 1 também irá anunciar três substâncias: a sensível corruptível, a sensível eterna e a imóvel. Entretanto o ponto para o qual queremos chamar a atenção é que a investigação de Λ , ao contrário da investigação dos platônicos que postularam um princípio para cada substância, coloca em suspenso a necessidade da existência de princípios exclusivos para cada substância, levantando a possibilidade, ao final de Λ 1, de que exista um princípio comum à substância sensível e a imóvel. Ou seja, se houver um princípio comum às substâncias, não será o caso que exista um princípio para cada substância, mas existirá um princípio comum às substâncias postuladas por Aristóteles em Λ .

A partir disso, as duas alternativas oferecidas para a compreensão do todo se relacionam, nos parece, com o próprio conteúdo do condicional que será mencionado ao

⁷¹ Na verdade, esta passagem final de Λ 10 não apresenta um verdadeiro argumento para suportar o enunciado de que os seres seriam mal governados se fossem regidos por mais de um princípio, apenas a citação da *Ilíada* parece fazer às vezes deste argumento.

final de Λ 1. Pois a existência ou não de um princípio comum às substâncias determinará se o todo é “como algo inteiro” ou “em série”. Se houver um princípio comum, haverá um único princípio que irá reger o todo e, nesse caso, o todo seria “como algo inteiro”. Não havendo um princípio comum (um único princípio que rege o todo) o todo seria constituído de séries ou episódios em que uma série “não contribuiria em nada para outra seja em ser ou não ser”, como afirma Λ 10.

Segundo o que tentamos mostrar, a segunda alternativa oferecida em Λ 1 (a posição dos platônicos) concebe o todo como algo que possui substâncias fundamentalmente distintas e que não possuem nenhum princípio comum. Uma consequência disso será que as “séries” que constituem o todo não possuem conexão. Por outro lado, a primeira concepção do todo, a que parece ser a “vencedora” ao final de toda a investigação (e, portanto, a que deveríamos atribuir a Aristóteles) concebe o todo “como algo inteiro” na medida em que, mesmo havendo mais de uma substância, poderá haver um princípio comum a elas. E isto fará com que o todo seja algo com conexão, isto é, haveria uma “dependência causal entre a substância sensível e a imóvel”.

2.1 Uma organização das coisas “em série” não precisa ser totalmente excluída da concepção do “todo” em Λ .

A despeito de todo o esforço que empreendemos para tentar mostrar que uma compreensão “episódica” do todo será rejeitada por Aristóteles ao final de toda a investigação de Λ , não parece ser necessário, por outro lado, descartar totalmente a possibilidade de que algumas coisas possam se organizar “em série” ($\epsilon\phi\epsilon\zeta\eta\varsigma$), dentro da concepção do todo apresentada em Λ .

Como dissemos, o todo inclui a substância sensível e a imóvel e, nesse caso, a organização episódica é rejeitada ao final da investigação porque estamos tentando demonstrar que parte (pelo menos) do que Aristóteles quer fazer em Λ é estabelecer uma relação de causalidade entre a substância sensível e a imóvel. Isso é o contrário do que foi proposto pelos platônicos (segundo o modo como a posição platônica é apresentada em Λ), os quais fizeram com que o todo seja constituído por “séries” que não possuem um princípio comum.

Entretanto, se nos restringíssemos apenas ao domínio da substância sensível, talvez seja possível a compreensão de que as coisas sensíveis se organizem “em série”. Na verdade, é possível que este deva ser o modo como deveríamos compreender a organização entre os itens pertencentes às diferentes “categorias”.

Neste sentido, Λ 4 levanta uma aporia sobre se os princípios e elementos das substâncias e as demais categorias são os mesmos ou diferentes. E diz, logo em seguida, que seria absurdo que eles sejam os mesmos para todas as *categorias*:

“For someone might raise the problem whether the principles and elements of substances and relatives were different or the same, and similarly in respect of each of the categories. But it is absurd if they are the same for all; for relatives and substances will be from the same things”⁷² (Λ 4, 1070a33-36, tradução de Judson, p. 25).

Nesse caso, não havendo um mesmo princípio para as diferentes categorias, talvez fosse possível dizer que as categorias se organizam “em série”. Como afirma a segunda alternativa oferecida em Λ 1: a substância seria primeira e “depois” ($\epsilon\tilde{\iota}\tau\alpha$ na linha 1069a21) as demais categorias (podendo ser o caso que se estabeleça uma ordem ou não entre qualidade e quantidade, dependendo do texto adotado, ver nota 8 à tradução). Ou seja, nesse caso, a segunda alternativa não é confirmada por Aristóteles apenas porque o todo do *Livro A* incluirá a substância imóvel. Mas, se ele fosse restrito apenas à substância sensível, talvez pudéssemos dizer que este é o modo como Aristóteles acredita que as coisas se organizem no mundo sensível, qual seja, “em série”.

Por outro lado, parece ser possível também que, mesmo se restringíssemos o todo ao mundo sensível, às categorias, ele não possua uma organização “em série”. Nesse sentido, contrário ao entendimento de que o mundo sensível se organizaria em “séries” desconectadas (visto que não há um “elemento comum” às diferentes categorias) Λ 5 dirá ser possível que as causas das substâncias sejam ditas causas de todas as coisas: 1071a34-35: “And in *this* way the causes of substances <may be spoken of> as causes of all things, because all things are destroyed when they are destroyed”⁷³ (Λ 5, 1071a34-35, tradução de Judson). Além desta passagem, em outro trecho de Λ 5,

⁷² No capítulo III, tópico 5 voltaremos a tratar desta passagem de Λ 4.

⁷³ Existe a possibilidade de que a expressão “in this way” (a qual traduz $\acute{o}\delta\iota$) queira dizer “por analogia”, pois imediatamente antes dessa passagem o texto argumentava que as causas das categorias podem ser ditas as mesmas apenas *por analogia*.

é dito algo semelhante: “And it is for this reason that the causes of all things are the same – because without substances there are no attributes and processes (Λ 5 1071a1-2, tradução de Judson para τὰ πάθη καὶ αἱ κινήσεις)”.

Descrevemos acima duas possibilidades de compreender o modo de se organizar da “parte sensível” do todo. Por um lado, ela parece poder ser compreendida como algo “em série”, uma vez que não há um elemento comum às categorias. Por outro lado, dado que “as demais categorias se referem à substância” (as causas das substâncias são as causas das outras categorias, e sem as substâncias não há afecções nem movimentos) a “parte sensível” do todo parece poder ser compreendida “como um certo inteiro”. Entretanto, não decidiremos entre estas duas possibilidades. Apenas as levantamos aqui porque não parece necessário descartar totalmente a possibilidade de que algumas coisas possam se organizar “em série” dentro da concepção do todo descrita em Λ .

Todavia o ponto que tentamos sustentar anteriormente continua preservado: o final da investigação de Λ anuncia ter demonstrado que o todo é “governado” por um único princípio. E isto é compatível com a hipótese de que o *Livro A* visa a estabelecer ou consolidar a primeira ciência através da demonstração do princípio comum às substâncias. Aliás, se considerássemos apenas a “parte sensível do todo” é possível que fôssemos levados a concluir que ela se organiza “em série” justamente porque não é possível encontrar o primeiro princípio de todas as coisas, aquilo que *conecta* as distintas partes do todo, entre as coisas sensíveis mesmas. E como mostraremos no tópico 5 do capítulo III este é mais um argumento a favor de que exista uma conexão entre as partes do todo, e ele seja “como uma coisa inteira”.

3. O princípio comum, “ponto inicial” de todas as coisas

Com o intuito de esclarecer melhor nossa hipótese de leitura levantada no primeiro capítulo, passaremos agora a fazer algumas considerações sobre qual deve ser o sentido do termo “princípio”, contido no condicional enunciado ao final de Λ 1: “se não houver nenhum princípio comum à substância sensível e imóvel”. Veremos que não se trata de um sentido qualquer de princípio, como parece compreender Judson, mas de um sentido mais preciso deste termo.

Uma dificuldade apontada na introdução deste segundo capítulo era a de que, talvez, não fosse possível falar em “princípio” da substância imóvel, pois, segundo $\Delta 1$, o que é comum a “ser princípio de algo” é “o ser primeiro” ($\tau\acute{o}$ πρῶτος εἶναι). Se não houver nada que for “anterior” à substância imóvel, como seria possível falar em algo que “seja primeiro” em relação a substância imóvel e, portanto, princípio da substância imóvel? E se a substância imóvel não possui princípio, como seria possível que Λ demonstrasse a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel?

Acreditamos que a consideração a respeito do sentido em que o termo “princípio” deve ser compreendido no condicional contido ao final de $\Lambda 1$ possa ajudar a resolver a dificuldade descrita acima.

Algo pode ser dito princípio de alguma coisa em mais de um sentido, na verdade, nos seis sentidos oferecidos para o termo ἀρχή (“princípio”) em $\Delta 1$ ⁷⁴. Assim, mesmo se não existir nada anterior à substância imóvel, segundo um certo “sentido” de anterioridade (ou segundo um certo sentido de “ser primeiro”), não parece estar excluída totalmente a possibilidade de que existam princípios da substância imóvel em algum dos seis sentidos de princípio oferecidos em $\Delta 1$.

Por exemplo, como aponta Judson, seria possível que *forma, matéria, privação, causa motora, essência, atualidade e potencialidade* sejam ditos princípios da substância imóvel. Mas, depois de afirmar que estes poderiam ser compreendidos como princípios da substância imóvel, Judson completa:

“It is not of course, that these substances [unchanging substances] have matter, privation, or potentiality; but it is in terms of the same principles that they have to be explained and understood, and each of them will be a being of at least two of these types (i.e. at least, essence and actuality)”⁷⁵.

Assim, quanto a matéria, privação e potencialidade, Judson afirma que estes são princípios segundo os quais a substância imóvel seria “explicada ou compreendida”, reservando apenas “atualidade” e “essência” como sendo os “tipos de seres” que as substâncias imóveis, de fato, são⁷⁶.

⁷⁴ Estes seis sentidos são oferecidos em $\Delta 1$, entre 1012b34-1013a16.

⁷⁵ JUDSON. Op., Cit., p. 16

⁷⁶ Quanto a “atualidade” é difícil compreender por que deveríamos considerar que “atualidade” é princípio da substância imóvel, dado que a substância imóvel é descrita (na verdade na própria citação acima, Judson parece compreender assim) como sendo a própria “atualidade”, o “puro ato”. E “ser princípio de” não parece estabelecer uma relação do tipo “ser equivalente a”, como diz $\Delta 1$, “ser princípio

Acreditamos que Judson está correto em atribuir estes princípios: matéria, privação, potencialidade à substância imóvel. Entretanto, parece que, com estes exemplos, Judson está se referindo ao “princípio” em apenas dois sentidos possíveis entre os seis sentidos oferecidos em Δ 1. Ou o segundo sentido: “That from which each thing would best be originated, e.g. we must sometimes begin to learn not from the first point and the origin of the thing, but from the point from which we should learn most easily” (Δ 1, 1013a1-4, tradução de Ross). Ou o sexto sentido: “That from which a thing can first be known” (Δ 1, 1013a14, tradução de Ross).

Quer dizer, Judson parece estar falando sobre “princípio” no sentido *daquilo a partir do que algo pode ser melhor apreendido* (segundo sentido) *ou conhecido primeiro* (sexto sentido). E notemos que a própria definição do segundo sentido, em Δ 1, aponta para outro sentido de princípio. Um sentido no qual “princípio” poderá ser concebido como “starting point” ou “origin of the thing” segundo a tradução de Ross⁷⁷.

De fato, uma possibilidade seria que o condicional contido ao final de Δ 1 se pergunte a respeito do “princípio comum à substância sensível e imóvel”, referindo-se a princípio em qualquer um dos sentidos oferecidos em Δ 1. Isto é, bastaria encontrar um princípio comum à substância sensível e imóvel em algum dos sentidos de Δ 1 para dizer que o condicional contido ao final de Δ 1 não é satisfeito. A compreensão de Judson parece ir neste sentido, na medida em que ele parece admitir que, para que o condicional não seja satisfeito, seriam suficientes princípios segundo os quais as substâncias são “conhecidas e explicadas”.

de” estabelece uma relação de *prioridade*, em algum sentido, em relação àquilo de que o princípio é princípio. Em relação a essência, se a “essência” difere do “puro ato”, em que termos essa diferença deveria ser compreendida? Se não difere, isto é, se por “essência” for o caso de compreendermos o “puro ato”, então, de novo, talvez ela não devesse ser compreendida como princípio da substância imóvel, mas aquilo que a substância imóvel propriamente é: “essência”, o “puro ato”. Poderíamos dizer que a atualidade (e talvez a essência) é princípio da substância imóvel, considerando que há mais de uma substância imóvel (o que parece ser de fato o caso, segundo Δ 8) e entre as substâncias imóveis existe aquela que é primeira em ato. Neste caso, esta substância imóvel “primeira em ato” seria princípio das outras substâncias imóveis que vêm depois dela. Mas, deste modo, a coisa que é primeira em ato seria “princípio” da substância imóvel no mesmo sentido em que seria princípio da substância sensível.

⁷⁷ Nos perguntamos se seria possível que o segundo sentido faça referência ao primeiro sentido, ambos oferecidos em Δ 1. Nesse caso, em 1013a2-3, o “ponto inicial” e a “origem”, mencionadas na definição do segundo sentido, talvez pudessem ser compreendidos, através da definição do primeiro sentido. E, desse modo, a *origem* e o *ponto inicial* poderiam ser entendidos como *aquilo a partir do que alguma coisa é primeiro movimentada*.

Por exemplo, a matéria – que seria, segundo Judson⁷⁸, um princípio a partir do qual tanto a substância sensível quanto a imóvel são “conhecidas e explicadas” – poderia ser a espécie de princípio comum requerida pelo condicional contido em $\Lambda 1$.

Mas, acreditamos que, tendo em vista o conseqüente do condicional contido em $\Lambda 1$ (“a substância sensível pertencerá à física e a imóvel a outra ciência”), não poderá ser qualquer tipo de princípio que fará com que o antecedente (“se não houver nenhum princípio comum a ambas as substâncias”) não seja satisfeito. Pois é preciso que se demonstre não apenas um princípio comum que faça com que o antecedente não seja satisfeito, mas também é preciso a demonstração de um princípio comum a partir do qual não se siga o conseqüente, de modo que seja possível que uma mesma ciência *conheça* ambas as substâncias.

Quer dizer, não basta que se demonstre a existência de *algum* princípio comum à substância sensível e imóvel (pois a matéria é, em um sentido, um princípio comum, a partir do qual ambas as substâncias podem ser conhecidas). Mas é preciso que se demonstre a existência de um princípio a partir do qual ambas as substâncias sejam o objeto de conhecimento da mesma ciência. E não será a demonstração da existência da matéria (a qual ocorre em $\Lambda 2$) que fará com que ambas as substâncias possam ser conhecidas por uma mesma ciência, mesmo que a matéria seja um princípio a partir do qual ambas as substâncias são conhecidas e explicadas. Em outras palavras, claramente não é a demonstração da existência da matéria que poderia permitir o estabelecimento de uma ciência capaz de conhecer ambas as substâncias (uma “ciência das substâncias”, neste sentido).

Como bem notou F. Baghdassarian (citada ao final do capítulo I) o interesse do condicional agora em análise é, sobretudo, epistemológico. Assim, F. Baghdassarian também parece compreender que a possibilidade de existência de um princípio comum às substâncias se relaciona diretamente com a possibilidade de uma “alternativa epistêmica” à posição platônica. Uma alternativa segundo a qual (contrariamente a posição platônica) seria possível a uma mesma ciência *conhecer* a substância sensível e imóvel. Ou seja, como sugerimos no capítulo I (através da nossa hipótese de leitura do *Livro A*) este condicional anuncia que a investigação de Λ visa a estabelecer ou consolidar a primeira ciência através da demonstração de um princípio comum à

⁷⁸ É preciso dizer também que Judson está interessado em garantir que a investigação de $\Lambda 2-5$ seja uma investigação pelos princípios e causas de *todas as substâncias* e não apenas das sensíveis, e será por esta razão também que, segundo ele, os princípios encontrados entre $\Lambda 2-5$ deveriam ser compreendidos como princípios de todas as substâncias e não apenas das sensíveis.

substância sensível e imóvel. Assim, não poderia ser *qualquer princípio comum*, mas, justamente, um princípio comum a partir do qual possa se estabelecer uma ciência capaz de conhecer a substância sensível e a imóvel.

Deste modo, em um sentido, matéria, privação, forma, potência, ato, etc., poderiam ser princípios comuns à substância sensível e imóvel como afirma Judson. Mas isso não é suficiente para demonstrar como o antecedente não é satisfeito e, ao mesmo tempo, como o conseqüente não se segue. Pois não é a partir da demonstração de qualquer um destes princípios que se seguirá a existência de uma mesma ciência *capaz de conhecer* a substância sensível e imóvel. Há um princípio específico, a partir do qual será possível que se estabeleça uma ciência capaz de conhecer a substância sensível e imóvel.

E, se esse é o caso, é preciso nos perguntarmos, qual ou que tipo de princípio comum poderia fazer com que ambas as substâncias sejam objetos de conhecimento da mesma ciência?

Acreditamos que ambas as substâncias poderão ser objeto de conhecimento da mesma ciência se elas possuírem um princípio comum no sentido de uma mesma “origem” ou um mesmo “ponto de partida” (aliás, estas são duas possíveis traduções para o termo ἀρχή). Mas, ambas as substâncias possuirão uma mesma origem ou ponto de partida apenas se houver uma relação de causalidade entre a substância sensível e imóvel.

Assim, o princípio comum ao qual o condicional faz referência talvez deva ser compreendido neste sentido: nada é anterior a este princípio, na medida em que nada é a “sua origem” e o seu “ponto de partida”, mesmo que outros princípios possam ser anteriores a ele “em conhecimento”, isto é, são conhecidos ou apreendidos antes dele em uma dada investigação.

Por exemplo, na investigação de Λ , muito claramente, os princípios que são “apreendidos anteriormente” ou que são anteriores “em conhecimento” são apresentados antes dos princípios que são a “origem” e o “ponto de partida”. Neste sentido, primeiro é demonstrada a existência da matéria (Λ 2) e só depois é demonstrada a existência da coisa que é “sem matéria”, o “puro ato” (Λ 6). Mas, a coisa que é o puro ato será a “origem”, o “ponto inicial”, das coisas materiais e, principalmente, será causa das coisas materiais. Na verdade, a coisa que é o “puro ato” apenas é origem das coisas materiais, pois estabelece uma relação de causalidade com elas. Se não houvesse uma relação de causalidade entre o puro ato e as coisas materiais, como seria possível falar

que aquilo que é o puro ato, uma substância imóvel, é a origem, ou o ponto inicial das coisas materiais?

Acreditamos ser deste modo que o princípio comum é demonstrado na investigação de Λ : demonstra-se aquilo que é “anterior” a todas as coisas, o “ser primeiro”, a “origem” e o “ponto inicial” de todas as coisas. E demonstra-se que este primeiro ser é a causa de todas as coisas. Mas, na verdade, não são duas coisas distintas que são demonstradas, apenas existe uma mesma “origem” e “ponto inicial de todas as coisas”, pois há uma mesma causa de todas as coisas.

Portanto, o princípio comum ao qual o condicional contido ao final de Λ 1 faz referência não poderia ser qualquer tipo de princípio. Não acreditamos que alguns dos princípios encontrados em Λ 2-5, tais como a matéria, a privação, a “forma e a definição”, o movente próximo e outros possam ser o princípio comum que a investigação de Λ visa a demonstrar, mesmo que, em certo sentido, eles possam ser princípios da substância sensível e imóvel.

Uma ciência deve demonstrar as causas e os princípios do objeto que ela visa a conhecer. Na verdade, *conhecer* é determinar as causas e os princípios. Se a substância sensível possuísse uma “origem” ou um “ponto inicial” e a substância imóvel uma outra “origem” e “ponto inicial”, ambas não poderiam constituir um mesmo objeto (o todo) que será conhecido por uma mesma ciência. Mas, nesse caso, as substâncias (a sensível e a imóvel) por não possuírem nenhum ponto de conexão, estabeleceriam “séries” distintas, “iniciadas” por “origens” distintas.

Retomando aqui a discussão do tópico anterior sobre as duas alternativas para a compreensão do todo, apenas em uma compreensão do todo “como uma coisa inteira” será possível dizer que “todas as coisas” possuem uma mesma “origem” ou “ponto de partida”. Pois apenas dentro desta concepção do todo há conexão entre a substância sensível e imóvel, estabelecida através de uma relação de causalidade, como vimos.

Por exemplo, a favor do que estamos tentando defender, em *Física II 2*, ao tratar dos “atributos essenciais” dos corpos celestes (substâncias sensíveis eternas), Aristóteles parece admitir que a “figura” ($\sigma\chi\eta\mu\alpha\tau\omicron\varsigma$) do sol e da lua seja um objeto em um certo sentido do *físico* e em outro sentido do *matemático*. Mas, o fato de a “figura dos corpos celestes” poder ser dita em um sentido bastante particular um “objeto comum” à física e à matemática não é suficiente para fazer com que os atributos dos corpos celestes sejam objetos de uma mesma ciência. Ao contrário, em *Física II 2*, a

partir de 193b22, Aristóteles se esforça em mostrar em que medida a “figura dos corpos celestes” é objeto do físico e em que medida ela é objeto do matemático.

Através do exemplo descrito no parágrafo anterior apenas queremos deixar claro que a existência de um princípio ou objeto comum, do qual duas ciências se ocupam (no exemplo acima a física e a matemática se ocupariam da “figura dos corpos celestes”), claramente não é suficiente para fazer com que possa existir uma única ciência determinada pela existência deste princípio comum. Através da passagem acima de *Física* II 2, fica bastante claro como, embora a “figura dos corpos celestes” seja algo investigado tanto pela física quanto pela matemática, em um sentido ele será objeto de uma e em outro de outra ciência. O que não determina, de modo algum, que uma das duas ciências, ou alguma terceira ciência anterior a ambas, seja a ciência que investiga a “figura dos corpos celestes”.

Acreditamos que este deva ser o caso de alguns dos princípios das substâncias discutidos em Λ 2-5. O caso da matéria, por exemplo. É verdade que a matéria é um princípio comum à substância sensível e imóvel, como diz Judson, e que a matéria seria investigada em um sentido pela física e em outro pela filosofia Primeira. Mas, de nenhum modo, a matéria poderia ser o princípio comum a partir do qual a ciência que *visa a conhecer* a substância sensível e imóvel possa ser estabelecida. Pois, como dissemos, claramente não é a demonstração da existência da matéria que poderia fazer com que a substância imóvel e sensível sejam conhecidas por uma mesma ciência, uma primeira ciência. Um outro princípio cumprirá este papel, um princípio no sentido de “origem” e “ponto inicial” e não será a matéria esta origem, mas, justamente, algo que não possui matéria. O puro ato será “o primeiro dos seres”⁷⁹, isto é, a origem ou o ponto inicial de todas as coisas.

Portanto, seria possível que o princípio comum à substância sensível e imóvel seja o primeiro princípio porque não há nada anterior a ele – leia-se nenhuma outra origem ou ponto inicial – e que é comum à substância sensível e imóvel porque estabelece uma relação de causalidade entre as duas substâncias. Assim, poderia fazer sentido falar que a substância imóvel é o próprio princípio comum à substância sensível e imóvel porque não há nada anterior à substância imóvel e, ao mesmo tempo, ela se liga à substância sensível porque, sendo a origem, o ponto inicial do movimento, a substância imóvel é princípio e causa da substância sensível.

⁷⁹ Veremos na nota 32 à tradução que este é o modo como o termo ἀρχή é compreendido em Λ 8.

CAPÍTULO III

Neste terceiro e último capítulo do texto de análise, responderemos à pergunta a qual nos propusemos no início: o que é filosofia primeira, segundo a investigação do *Livro A*? Para tanto, dividiremos a nossa análise em cinco tópicos.

No tópico 1 apresentaremos suporte para a leitura da frase contida em 1069b1-2 do seguinte modo: “se não houver nenhum princípio comum”, em detrimento da leitura de “dado que não há um princípio comum”. Na verdade, esta é uma questão central para o nosso trabalho, uma vez que, como mostram os capítulos anteriores, acreditamos que a demonstração da existência de um princípio comum é algo fundamental na investigação de Λ . Feita a defesa da leitura que chamaremos de “leitura hipotética”, concluiremos que a frase em questão deverá ser lida como o antecedente de um condicional. Deste modo, no segundo tópico passaremos a analisar a consequência que se seguirá no caso de o antecedente não ser satisfeito, isto é, se existir um princípio comum à substância sensível e imóvel. Veremos que a análise do consequente contribui para o suporte de uma “leitura hipotética” da passagem, na medida em que ele pode ser lido como um “consequente duplo”, e uma das duas consequências possíveis parece ser bastante razoável. A saber, se existir um princípio comum às substâncias, se seguirá que “não é o caso que a substância sensível seja objeto da física e a substância imóvel seja o objeto de uma ciência diferente da física”. Quer dizer, é o caso que “ambas as substâncias serão objeto de uma mesma ciência”, a filosofia primeira.

Entretanto, se a substância sensível for o objeto da física, e se (como decorre do modo de ler o consequente referido anteriormente) ela for também objeto da filosofia primeira, será que deste modo não incorreríamos em uma confusão de um mesmo objeto pertencendo a duas ciências? Por isso, consideraremos no tópico 3 esta possível confusão. E veremos que talvez exista uma segunda confusão de um mesmo objeto pertencendo a duas ciências. Pois, dado que a substância imóvel é causa das substâncias sensíveis, ela é investigada também pela física. Assim, em um certo sentido, poderíamos dizer que a substância imóvel (assim como a sensível) é investigada pela física e pela filosofia primeira.

A partir do tópico 4 mostraremos que não há confusão de um mesmo objeto pertencendo a duas ciências. Esta aparente confusão pode ser resolvida através de uma melhor distinção entre física e filosofia primeira. E para isso será fundamental a

compreensão de porque a investigação de Λ 2-5 (uma investigação dos princípios e causas das substâncias sensíveis) é uma investigação de filosofia primeira. Neste sentido, distinguiremos dois modos de se falar em “objeto” de uma ciência. Ficará claro que, embora física e filosofia primeira possam investigar os mesmos princípios: matéria, forma, privação, moventes (móveis e imóveis) – compreendidos através das mesmas causas: material, formal, motora e final – cada uma destas ciências “visa a conhecer” um objeto distinto. E será deste modo que distinguiremos física e filosofia primeira.

Assim, buscando determinar aquilo que física e filosofia primeira visam a conhecer, no quinto e último tópico responderemos à pergunta do nosso trabalho: a filosofia primeira em Λ se estabelecerá como uma ciência que visa a conhecer “todas as coisas”, o “todo”. É isso que a distingue da física, a qual visa a conhecer a natureza. E, por isso, a demonstração do princípio comum às substâncias é crucial em Λ . É a demonstração deste princípio que tornará possível o estabelecimento de uma ciência a respeito de todas as coisas, da substância sensível e imóvel.

A partir disso, oferecendo uma leitura mais geral a respeito de Λ 2-5, mostraremos que estes capítulos realizam uma investigação de filosofia primeira tanto quanto Λ 6-10. Pois ambas as partes do livro realizam a mesma coisa: uma tentativa de compreensão do todo através de uma investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas. Deste modo, as perguntas contidas em Λ 4-5 (sobre quais são os sentidos em que os princípios e as causas são os mesmos para todas as coisas), parecem revelar o intuito da investigação dos princípios e causas da substância sensível. Pois estas perguntas parecem deixar claro que desde o início de Λ 2 a investigação busca estabelecer os primeiros princípios e as primeiras causas, embora os princípios considerados até Λ 5 sejam sensíveis, e não *não-sensíveis*, como ocorre a partir de Λ 6. Por isso, acreditamos que Λ 2-5 é filosofia primeira tanto quanto Λ 6-10. Isso revela que a investigação dos princípios e causas da substância sensível, em Λ 2-5, é essencial para compreendermos a filosofia primeira em Λ como uma investigação a respeito de todas as coisas, sensíveis e não-sensíveis.

1. A leitura hipotética versus a leitura causal das linhas finais de Λ 1

Há duas posições iniciais de leitura para o trecho final de Λ 1, entre as linhas 1069a36-b2. Ele poderia ser lido como uma constatação de que “não há um princípio comum à substância sensível e imóvel” e disso se seguiria que “a substância sensível será objeto⁸⁰ da física e a substância imóvel de outra ciência”. Ou ele poderia ser lido de modo a apresentar uma condição, da qual o conseqüente (*a substância sensível será objeto da física e a substância imóvel de uma outra ciência*) se seguirá, dependendo do antecedente (*se não houver um princípio comum à substância sensível e imóvel*) ser satisfeito ou não. Ao longo da discussão acerca destas duas leituras, chamaremos a primeira leitura de “leitura causal” e a segunda de “leitura hipotética”. Tentaremos mostrar que é possível e mais provável que a leitura correta do trecho em análise seja a *leitura hipotética*⁸¹.

A hipótese de leitura que levantamos no capítulo I: a investigação de Λ tenta consolidar ou estabelecer a primeira ciência através da demonstração do princípio comum às substâncias, depende inteiramente da possibilidade de leitura do trecho final de Λ 1, a qual tentaremos defender aqui. Na verdade, apenas levantamos a hipótese do capítulo I por considerar que a leitura que iremos propor agora, mais do que possível, é provavelmente a leitura a ser necessariamente feita deste trecho.

Mas, antes de passarmos a tentar sustentar a leitura hipotética da passagem, é preciso notar também que no capítulo II dissemos que a investigação de Λ demonstra a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel. E a demonstração de um princípio comum às substâncias, por si apenas, já seria suficiente para indicar que a *leitura hipotética* seria, não apenas uma leitura *possível e mais provável*, mas a única leitura possível do trecho.

Entretanto, tendo em vista que a demonstração da existência de um princípio comum às substâncias é também uma possibilidade de leitura, talvez não seja adequado tomarmos a conseqüência que a leitura causal, aparentemente, visa a evitar como uma evidência definitiva contra a própria possibilidade de realizá-la.

Além disso, a defesa de uma leitura hipotética servirá, principalmente, para iniciarmos a discussão que nos levará nos tópicos 4 e 5 deste capítulo a responder à

⁸⁰ No capítulo III tópico 5, distinguiremos dois modos de se falar em objeto de uma ciência. O sentido relevante para a presente discussão é o sentido do termo “objeto” como aquilo que uma ciência *visa a conhecer*.

⁸¹ Há uma outra variante textual nesta passagem: a leitura de κινήσεως ao invés de κινή. Já discutimos essa questão na nota 33 à tradução. Seguimos a leitura de κινή.

pergunta sobre “o que é filosofia primeira em Λ ?”, nosso principal objetivo neste trabalho.

A primeira parte do problema, referido acima, diz respeito a duas variantes textuais, a partir das quais seria possível ler ou a preposição $\epsilon\iota$ ou a preposição $\epsilon\pi\epsilon\iota$ ⁸², na linha 1069b1 (ver nota 31 à tradução). Trataremos aqui de alguns aspectos filosófico-interpretativos desta questão.

Junto ao problema das duas variantes textuais, acrescenta-se outro: mesmo aceitando a leitura de $\epsilon\iota$ ao invés de $\epsilon\pi\epsilon\iota$, permanece ainda o problema sobre qual valor deveria ser atribuído à preposição $\epsilon\iota$. Deveríamos atribuir um sentido *hipotético* ou um sentido *causal* à preposição $\epsilon\iota$? Como nota F. Baghdassarian a atribuição de um sentido causal a $\epsilon\iota$ o aproximaria do sentido de outras preposições, tais como $\epsilon\pi\epsilon\iota$ ou $\epsilon\pi\epsilon\iota\delta\eta$ (“portanto”)⁸³.

Assim, fica claro que os dois problemas descritos acima – o de qual variante textual deve ser aceita e o de qual sentido deve ser atribuído a $\epsilon\iota$ (no caso, é claro, de se adotar a leitura de $\epsilon\iota$ ao invés de $\epsilon\pi\epsilon\iota$) – são bastante semelhantes e iremos tratá-los conjuntamente. Na sequência, veremos que estes dois problemas talvez possuam a mesma origem, a saber, a leitura de $\epsilon\pi\epsilon\iota$, ou a atribuição de um valor causal a $\epsilon\iota$, aproximando-o a $\epsilon\pi\epsilon\iota$, talvez se justifiquem por serem uma tentativa de garantir que o conseqüente se siga, sem que haja nenhuma possibilidade de que ele não se siga. Ao contrário, em uma leitura hipotética da passagem permanece em aberto a possibilidade que o conseqüente não se siga.

Quer dizer, na leitura causal a ideia seria ler uma constatação de que *não há princípio comum à substância sensível e imóvel*, pois parece verdadeiro que *a substância sensível seja objeto da física e a imóvel seja objeto de outra ciência*. E, por isso, não haveria por que atribuir um sentido hipotético à passagem.

Tendo em vista esta possível razão destacada acima, para a atribuição de um sentido causal para a passagem, estamos em pleno acordo com F. Baghdassarian, quando ela diz não haver necessidade alguma em retirar o sentido hipotético da

⁸² Normalmente a preposição $\epsilon\iota$ poderia ser traduzida por “se” e a preposição $\epsilon\pi\epsilon\iota$ por “dado que”. Mas, como veremos, $\epsilon\iota$ também poderia possuir o sentido de “dado que”.

⁸³ “Une première difficulté concerne la conjonction $\epsilon\pi\epsilon\iota$ (« si »), en 1069b1, à laquelle les commentateurs anciens et médiévaux accordent un sens non pas hypothétique mais causal, proche de $\epsilon\pi\epsilon\iota$ ou $\epsilon\pi\epsilon\iota\delta\eta$ (« puisque »). (BAGHDASSARIAN. Op., Cit., p. 98). Em nota F. Baghdassarian cita alguns desses autores antigos e medievais, que atribuíram um sentido causal a $\epsilon\iota$, entre eles Alexandre de Afrodísias, citado por Averróis e Temístio. Além disso, ainda na mesma nota, F. Baghdassarian diz que, no comentário de Averróis, o “lema” correspondente a esta passagem supõe $\epsilon\pi\epsilon\iota$ (ao invés de $\epsilon\iota$), mas que este não é o caso de outras traduções árabes da passagem.

passagem e atribuir-lhe um sentido causal. Pois, mantendo o sentido hipotético, seria plenamente possível demonstrar que a condição (“se não houver um princípio comum”) é satisfeita, isto é, que não existe um princípio comum à substância sensível e imóvel⁸⁴; e disso se siga o conseqüente: “a substância sensível será objeto da física e a substância imóvel o objeto de outra ciência”. Deste modo, não é necessário fazer uma leitura causal da passagem para que o conseqüente se siga. Em uma leitura hipotética, se o antecedente fosse satisfeito, a conseqüência também se seguiria.

Além disso, ainda acompanhando a boa leitura de F. Baghdassarian, atribuir um sentido causal para a passagem “semble mal respecter le rythme argumentatif de ce chapitre qui se présente comme une introduction”⁸⁵.

Na mesma linha do que disse F. Baghdassarian, seria estranho que – depois de apresentar duas concepções que se tem a respeito do todo, sem expressar um posicionamento favorável a respeito de nenhuma delas, e também, depois de apresentar duas concepções que se tem a respeito das substâncias, sem aderir expressamente a nenhuma delas – ao final do capítulo, o texto estivesse negando, taxativamente, a possibilidade de existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel.

O “ritmo argumentativo introdutório” do capítulo, ao qual F. Baghdassarian se refere, parece ser aquele em que são apresentados problemas e posições divergentes, mas não são apresentadas ainda, neste capítulo apenas *introdutório*, posições mais definitivas quanto aos problemas que a investigação anuncia que irá considerar. Neste sentido, um posicionamento categórico ao final do capítulo parece ser contrário ao *ritmo* que ele havia assumido até então. Sobretudo, tendo em vista que este posicionamento se refere a algo importante, não apenas para o *Livro A*, mas, talvez, para a filosofia primeira aristotélica de modo mais geral. Pois a possibilidade de existência de uma mesma ciência que *conheça* a substância sensível e a imóvel parece possuir uma posição de destaque na concepção de *filosofia primeira* de Aristóteles, como já discutimos neste trabalho.

⁸⁴ “Elle (a leitura dos antigos que atribui um sentido causal a preposição εἰ) ne paraît pas non plus nécessaires, dans la mesure où le sens hypothétique de la particule n’obère en rien la possibilité, de souligner, au terme de l’enquête, la différence maximale de la substance immobile et de la substance sensible” (BAGHDASSARIAN. Op., Cit., p. 99). A “diferença máxima” entre substância imóvel e sensível, a qual F. Baghdassarian se refere na passagem, seria a não existência de um princípio comum e, portanto, a substância sensível e a imóvel seriam o objeto de ciências distintas. Por isso, a leitura hipotética manteria em aberta a possibilidade de que a condição seja satisfeita, que não haja nenhum princípio comum, e, deste modo, que o conseqüente se siga.

⁸⁵ Ibid. p. 99.

Contudo, contrariamente a este argumento oferecido por F. Baghdassarian, o qual salienta ser mais natural esperarmos que, em um capítulo apenas introdutório, não sejam apresentados posicionamentos mais categóricos, é preciso observar que não seria estranho que uma introdução apresentasse também posicionamentos afirmativos, por exemplo, as teses que serão defendidas ao longo da investigação. E isso, talvez, pudesse justificar um possível tom categórico do final do capítulo: “dado que não há princípio comum”.

Um exemplo de um posicionamento mais categórico, oferecido no primeiro capítulo de Λ , seria a sentença em que é dito que, independentemente de como se compreenda o todo, a substância é primeira (seja como primeira parte, seja como primeira da série 1069a19-21). Esta afirmação, normalmente lida como sendo a primeira justificativa da investigação de Λ , cumpre um papel bastante claro: o de oferecer suporte para o objeto de investigação proposto nas duas primeiras linhas do Livro. Segundo nossa interpretação (oferecida no capítulo II do trabalho) este objeto seria: “*as substâncias que são, elas mesmas, princípios e causas das substâncias*”.

Assim, se fôssemos compreender o final Λ 1, como apresentando um posicionamento mais afirmativo e, talvez, até mesmo uma tese que a investigação tentará defender, deveríamos nos perguntar a que poderia servir, ou como poderia ser explicada, a constatação, já na introdução da investigação, de que *não há princípio comum à substância sensível e imóvel*. Como já dissemos, esta afirmação não poderia servir apenas para mostrar que o conseqüente se siga, pois é plenamente possível que isso ocorra, mesmo se atribuirmos um sentido hipotético para o trecho em análise.

Passaremos a mostrar que a afirmação da existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel parece cumprir uma função muito mais relevante e importante do que a negação desta possibilidade.

A negação de que possa haver um princípio comum às substâncias, já no primeiro capítulo da investigação (e não, talvez, ao final da investigação como um possível resultado dela), e a certeza, então, de que não seria uma *mesma* ciência capaz de *conhecer* a substância sensível e imóvel poderia fazer parecer menos atrativa ou menos interessante a “investigação a respeito da substância” proposta em Λ .

Retomando a discussão do capítulo I desta dissertação, mostramos ali que existe uma certa convergência entre os comentadores quanto ao fato de que o início da investigação de Λ anuncia que irá retomar *alguma* investigação precedente. Como já discutimos, é bastante difícil precisar exatamente qual investigação seria retomada, há

divergências a este respeito e destacamos, principalmente, as posições de Frede, para quem a investigação retomada seria a do *ser enquanto ser* e a posição de S. Menn, para quem a investigação retomada seria a *dos primeiros princípios e primeiras causas*. O fato é que, em outros livros da *Metafísica*, Aristóteles parece se esforçar em manter a ideia de que a pretensa ciência, com a qual estes livros estão lidando – seja ela a *ciência do ser enquanto ser*, seja ela a *ciência dos primeiros princípios e primeiras causas*, ou ainda alguma outra ciência – consiste em *uma mesma e única ciência*. Quer dizer, não parecem existir referências, em outros livros da *Metafísica* à possibilidade de que existam duas “ciências do ser enquanto ser” ou duas “ciências dos primeiros princípios e primeiras causas”. Portanto, a afirmação de que haveria duas ciências das substâncias poderia gerar uma quebra de expectativa quanto a possibilidade de que, através de um estudo da substância, fosse possível *estabelecer ou consolidar* alguma das ciências anunciadas em outros livros da *Metafísica*.

Assim, se quisermos manter a leitura de que a investigação de Λ oferece uma continuidade (em algum sentido, discutimos isso amplamente no capítulo I) a alguma investigação anterior da *Metafísica* e se, como parece estar sugerido em algumas passagens de outros livros da *Metafísica*, esta investigação anterior for levada a cabo por uma única ciência e não por duas ciências⁸⁶, então, uma alternativa seria a possibilidade de que apenas uma das duas ciências das substâncias, referidas em Λ (a física ou a *outra ciência*), poderá se estabelecer como sendo a ciência, a qual o *Livro A* visaria estabelecer, dando continuidade a uma investigação precedente.

Esta possibilidade poderia parecer plausível, na medida em que, do mesmo modo como há referências ao longo da *Metafísica* à primeira filosofia e à primeira ciência, a física é, por vezes, denominada como sendo a *segunda ciência*. Por exemplo, em *Met. Z*, 11, 1037a14-15 e em *Met. E*, 1, 1026a29-32 o texto parece sugerir que se houver uma substância imóvel a física seria uma ciência posterior à ciência que se ocupa da substância imóvel (e, nesse sentido, seria a “segunda ciência”).

Entretanto, nos parece que, deste modo, um outro problema relacionado ao anterior surgiria: se há duas ciências das substâncias porque não há nenhum princípio comum a elas, estaríamos diante de uma concepção de filosofia primeira a qual visa a

⁸⁶ Em Γ 2, 1036b15 é dito que “It is clear then that it is the work of one science also to study all things that are, *qua* being” (tradução de Ross). Através desta passagem de Γ 2 gostaríamos apenas de oferecer um exemplo, no qual há uma referência a ciência que se está investigando como sendo uma única ciência. Mas, não queremos dizer que esta passagem de Γ 2 possua uma relação, necessária, com a investigação de Λ .

conhecer aquilo que é imutável e eterno (a substância imóvel), mas que não poderá dizer como estas “coisas eternas e imutáveis” se relacionam com as coisas sensíveis, na medida em que não haveria conexão entre as coisas sensíveis e imóveis.

Assim, a afirmação de que há duas ciências das substâncias, sendo uma *a primeira*, e a outra *a segunda* porque não há nenhum princípio comum à substância sensível e imóvel, pareceria forçar Aristóteles a assumir uma posição semelhante àquela que ele acusa (por exemplo em Λ 6) os platônicos de haverem assumido: *de que adianta postular primeiros princípios ou seres imóveis e eternos se estes princípios ou seres não estiverem de algum modo atuando sempre sobre os demais seres*⁸⁷.

Portanto, a constatação, já em Λ 1, de que não há nenhum princípio comum à substância sensível e imóvel – e, então, que a física se ocupa da substância sensível e uma *ciência diferente* se ocuparia da substância imóvel – poderia produzir dois resultados, sendo que ambos parecem ser igualmente negativos. Ou esta constatação frustraria a possibilidade de que uma “investigação a respeito da substância” possa revelar (ou mesmo estabelecer) a ciência que outros livros da *Metafísica* anunciam, sem tê-la estabelecido definitivamente⁸⁸; ou, talvez, o *Livro A* até poderia estabelecer uma das duas ciências das substâncias, como sendo aquela anunciada nos outros livros, mas, a negação da existência de um princípio comum às substâncias poderia colocar Aristóteles em uma posição indesejada, aparentemente, a mesma posição a qual ele acusa os platônicos de assumir, e que não é capaz de mostrar, afinal, como a primeira ciência *fundamenta* as demais ciências.

Com isso, não queremos garantir que exista um princípio comum às substâncias e que o *Livro A*, através da demonstração deste princípio, estabeleça a ciência tão anunciada em outros livros da *Metafísica*. De fato, a hipótese de leitura, que levantamos no capítulo I diz respeito a uma possibilidade deste tipo. Mas, como temos mostrado também, esta hipótese encerra inúmeras dificuldades. Agora, gostaríamos apenas de mostrar como faz mais sentido que esta seja, ao menos, uma possibilidade a ser deixada em aberto em Λ 1. Faria mais sentido que, depois de percorrer toda investigação *a respeito da substância*, o texto, ao final, chegue ao resultado de que não há um princípio

⁸⁷ De forma exata, em Λ 6, 1071b14-16, é dito “Nor will it help, then, even if we posit substances which are eternal – as do those who posit the Forms – unless there is some principle in them which is able to cause change” (tradução de Judson).

⁸⁸ Lembrando o que dissemos no capítulo I. Não parece ser necessário que os distintos livros da *Metafísica* constituam uma investigação unificada para que possamos compreender que a tentativa de estabelecimento de uma primeira filosofia em Λ possua algum tipo de paralelo com outras tentativas de estabelecimento também de uma *primeira ciência* em outros livros da *Metafísica*.

comum e que não há uma única *ciência da substância* e, portanto, nem mesmo através do estudo da substância foi possível estabelecer a ciência (ou alguma das ciências) anunciada em outros livros da *Metafísica*. Como dissemos, esta negação, já no início da investigação, parece torná-la menos atrativa. Assim, nos parece bastante difícil explicar qual a função que ela poderia cumprir, se for tomada como *premissa* da investigação e não como um possível *resultado* dela.

Pelo que dissemos até agora, do ponto de vista interpretativo-filosófico, a atribuição de um sentido causal ao trecho em análise, seja pela leitura de $\epsilon\iota$ ao invés de $\epsilon\pi\epsilon\acute{\iota}$, seja pela atribuição de um sentido causal a $\epsilon\iota$ é desnecessária, contrária ao ritmo introdutório do capítulo e difícil explicar qual a função que esta constatação poderia cumprir. Ao contrário, se entendermos que Λ dá continuidade a uma investigação anterior (a qual poderia lidar, justamente, com o problema de estabelecer uma única ciência cujo objeto não se encontra ainda suficientemente determinado), a constatação logo no início da investigação de que não há princípio comum, por implicar na existência de duas ciências distintas das substâncias, poderia tornar menos atrativa a investigação de Λ .

Entretanto, a atribuição de um sentido causal para o trecho de Λ 1 em análise, mais do que desnecessária, incoerente com o restante do capítulo e contrária às expectativas que outros livros da *Metafísica* poderiam projetar em Λ , poderia ser considerada, na verdade, uma leitura *impossível*. Nos parece ser impossível a leitura de que há uma afirmação categórica, em Λ 1, de que *não há princípio comum à substância sensível e imóvel*, se a investigação de Λ demonstrar, finalmente, a existência de um princípio comum.

No capítulo II deste trabalho tentamos mostrar não apenas que este princípio foi demonstrado, mas também qual era este princípio: a substância que é *primeira em ato*. Mostramos que, na verdade, o final da investigação de Λ (na referência a “*Ilíada*”, contida nas últimas linhas de Λ 10, 1076a3-4: “But the things that are do not want to be governed badly: ‘To have many rulers is not good: let there be one ruler’”, tradução de Judson), ao sugerir ter encontrado *o único princípio que governa o todo*, parece indicar que este princípio deve ser o princípio comum à substância sensível e imóvel. Pois, se o todo é constituído da substância sensível e imóvel, e, se há um único princípio que governa o todo, então este princípio deverá ser comum à substância sensível e imóvel. Mas, como dissemos, dado que esta é apenas uma possibilidade de leitura, não faria sentido tomá-la como *um argumento definitivo*, que decidiria de uma vez por todas o

problema de leitura do trecho final de Λ 1. Por isso tentamos oferecer aqui sustentação para uma leitura hipotética da passagem.

2. Análise do conseqüente, uma possível confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências.

No tópico anterior defendemos uma leitura hipotética do trecho final de Λ 1. Continuaremos a tentar sustentar esta leitura aqui, fazendo uma análise mais detida do conseqüente que se segue se o antecedente não for satisfeito.

Como já sugerimos, os que sustentam a leitura de $\epsilon\pi\epsilon\acute{\iota}$ (“dado que”) ao invés de $\epsilon\acute{\iota}$ (“se”) ou a leitura de $\epsilon\acute{\iota}$ com um sentido causal, aproximando-o de $\epsilon\pi\epsilon\acute{\iota}$, talvez o façam para evitar algo que pareceria ser um problema: a negação do conseqüente em virtude da verificação de que a condição não é satisfeita. Quer dizer, mantendo o sentido hipotético de $\epsilon\acute{\iota}$ e sendo o caso que a condição introduzida por $\epsilon\acute{\iota}$ não seja satisfeita, haverá um princípio comum à substância sensível e imóvel e isso fará com que, de algum modo, não se siga o conseqüente (aparentemente verdadeiro), que diz que *a substância sensível pertence à física e a substância imóvel à outra ciência*. Mostraremos agora como isto poderia ser realmente uma dificuldade e como poderíamos lidar com ela.

De fato, parece verdadeira a afirmação de que a substância sensível pertence à física. Em *Física* II 2 o composto de matéria e forma (a substância sensível) é dita ser aquilo que o físico investiga⁸⁹. Do mesmo modo, parece verdadeira a afirmação de que a substância imóvel não pertence à física pelo fato dela não estar “em meio ao movimento” ($\mu\epsilon\tau\grave{\alpha}$ κινήσεως, ver nota 28 à tradução). Em *Met. E*, por exemplo, é sugerido que, se existir outra substância além da sensível, ela seria investigada pela teologia, uma ciência *anterior* à física⁹⁰.

⁸⁹ *Física* II 2, 193b12-15: “Puis donc que la nature s’entend en deux sens, la forme et la matière, il faut l’étudier comme si nous recherchions l’essence du camus ; par suite, de telles choses ne sont ni sans matière, ni considérées sous leur aspect matériel”. (tradução de H. Carteron)

⁹⁰ Em *Met. E* 1, 1026a1819, o texto faz menção expressa a teologia, afirmando que ela seria uma das três ciências teóricas. E, depois, em 1026a27-30, o texto diz: “If there is no substance other than those which are formed by nature, natural science will be the first science; but if there is an immovable substance, the science of this must be prior and must be first philosophy” (tradução de Ross). Deste modo parece estar sugerida a possibilidade de que a teologia se ocuparia da substância imóvel, sendo ela a primeira ciência.

Desta forma, se o conseqüente contido ao final de Λ 1 fosse realmente verdadeiro, qual seria a função ou a necessidade de supor, através de uma *leitura hipotética* da passagem, que o texto deixa em aberto a possibilidade da existência de um princípio comum às substâncias? A existência deste princípio poderia fazer com que este conseqüente, aparentemente verdadeiro, possa não se seguir e, por isso, poderia não ser desejável deixar em aberto a possibilidade da existência de um princípio comum às substâncias através de uma leitura hipotética da passagem.

Por isso, para continuarmos sustentando uma leitura hipotética da passagem, será preciso lidarmos com este problema de análise da conseqüência que se seguirá, se o antecedente não for satisfeito. Já defendemos no capítulo II que a condição imposta pelo antecedente não será satisfeita, mas este não é o ponto aqui, o objetivo agora será a análise de como ler o conseqüente no caso de a condição não ser satisfeita.

2.1 A posição de Berti e de Donini

Berti e Donini possuem uma posição semelhante, eles entendem que, havendo um princípio comum à substância sensível e imóvel, o conseqüente deveria ser lido de modo a estabelecer que uma ciência teórica, na qual Aristóteles ainda não faria distinção entre física e metafísica (filosofia primeira), seria a ciência que se ocuparia da substância sensível e imóvel.

Segundo Donini (citado por Berti) a não satisfação do condicional implicaria que a substância sensível e imóvel pertenceriam à física, mas uma espécie de física aristotélica de juventude, na qual não haveria distinção, como dissemos, entre física e filosofia primeira.

“For Donini there is also a principle common to sensible and unchanging substance, which is the first unmoved mover, not because it is thought to by other unmoved movers (what Aristotle never says), but because it is the first and in this way it is principle to the others. Besides – observes Donini – at the end of the book Λ , against Speusippus, who admitted different principles for different kinds of substances, Aristotle solemnly declares that the ruler of the universe must be only one. This means that the condition posed by the conditional sentence is

not satisfied and consequently physics is the science which deals with all the kinds of substance”⁹¹.

A posição de Donini, citada acima por Berti, possui semelhanças com a posição que defendemos no capítulo II. Donini também acredita que a investigação de Λ demonstra a existência de um princípio comum, e que este princípio comum é o próprio “motor imóvel”, pois ele é anterior a todos os outros seres. Ele seria o primeiro dos seres e, por isso, “princípio” (“ponto inicial” e “origem”) dos outros seres. Além disso, Donini também acredita que em Λ 10, quando o texto afirma que deve existir apenas um único “regente”, um único “governante” do todo, Aristóteles estaria demonstrando que o condicional contido ao final de Λ 1 não é satisfeito. Contudo, de maneira bastante distinta do que defenderemos, Donini acredita que a não satisfação do antecedente faria com que o conseqüente devesse ser lido de modo a estabelecer que ambas as substâncias pertenceriam à física, uma física aristotélica de juventude, como dissemos.

Berti possui uma compreensão bem próxima a de Donini, a diferença entre ambos é que para Berti a ciência que investigaria as duas substâncias (a sensível e a imóvel) seria uma ciência que ele chama de “Prinzipienlehre”.

“I think that Aristotle admits a unique Science of substances, which researches the principles of the movable as well as the unmovable substances. This science is neither physics nor the theological science mentioned in *Met.* E 1 but a ‘Prinzipienlehre’ based not on a logical method, as the ‘Prinzipienlehre’ of Plato, but on a physical, i.e. a causal, method. The whole book Λ is the exposition of this science, therefore it is not divided into two parts, a physical (cc. 2–5) and a theological one (cc. 6–10), as many interpreters (jaeger, Aubenque and others) suppose”⁹².

Apesar de discordarmos de Berti em vários pontos (como mostraremos logo a seguir) a posição referida acima é bastante interessante no que diz respeito a comparação do *Livro A* com algo que Platão também teria realizado. Sobretudo, nos parece ser importante a distinção estabelecida por Berti entre o método de investigação do *Livro A* e aquele utilizado pelos platônicos. Segundo Berti, os platônicos teriam seguido um método *lógico* e Aristóteles (no *Livro A* pelo menos) teria seguido um

⁹¹ BERTI. Op., cit., p. 81.

⁹² Ibid. p. 84.

método físico-causal (ver nota 15 à tradução, voltaremos a tratar da distinção entre o método físico aristotélico e o método lógico platônico no tópico 5 do capítulo III).

De maneira geral a posição sustentada por Berti e Donini parece estranha e difícil de ser sustentada. No que concerne à possibilidade de que a física trate, de algum modo, da substância imóvel, a posição destes autores parece identificar algo que realmente ocorre. Nos livros VII e VIII da *Física* ocorre realmente uma investigação da substância imóvel, por exemplo, em *Física* VII, 1, o texto oferece uma prova da existência do primeiro motor. E em *Física*, VIII, 10 será dito que este primeiro motor é imóvel e que ele não possui magnitude nem extensão. Mas, a posição de Berti e Donini considera que a física que se ocuparia da substância sensível e imóvel seria uma outra física, na qual não haveria ainda distinção entre as ciências teóricas, uma formulação *anterior* à física que conhecemos (aquela contida nos oito livros da obra *Física* e demais obras do *corpus* que tratam desta ciência).

A posição descrita acima parece, na verdade, uma tentativa (no caso de Berti, pelo menos) de aproximar o *Livro Λ* do *Livro α*⁹³, o que parece ser algo interessante. Mas, o caminho seguido por Berti parece um pouco tortuoso, ele tenta estabelecer esta aproximação através da compreensão de que as investigações de Λ e α pertenceriam a uma fase de juventude da obra de Aristóteles. E, para suportar esta posição, Berti usa um argumento que se mostrará falso. Ele afirma que tanto em Λ quanto em α Aristóteles conceberia uma divisão da filosofia em duas partes: a filosofia *prática* e a filosofia *teórica*, enquanto em uma fase mais madura (representada, segundo Berti, pelos Livros Γ, E e Ζ) Aristóteles teria concebido uma divisão tripartite da filosofia, na qual, além das ciências teóricas e práticas, existiriam também as ciências *produtivas*.

“This is the reason why, like Donini, I tend to suppose that *Met.* Lambda and *Met.* Alpha elatton (where we find the same division of philosophy into theoretical and practical, without mention of the poetical one, cfr. 993b20–21, as in the *Protrepticus*) are earlier than *Met.* Epsilon (and Gamma, and Zeta), and reflect a conception of philosophy as a *Prinzipienlehre*, still near to the Academic conception of philosophy, but which proceeds with a physical, not a logical or dialectical, method. Afterwards this conception was substituted by the more Aristotelian, conception of philosophy as divided

⁹³ Berti acredita que *Met.* α e Λ possuem “the same conception which we find in a work of the young Aristotle, the ‘*Protrepticus*’ where philosophy (‘to philosophēin’) is divided into sciences “about just and convenient things” (*peri ton dikaion*) (...) i.e a unity of physics and metaphysics. *Ibid.*, p. 83.

into three kinds of science, theoretical, practical and poetical, and of the theoretical one as divided into mathematics, physics and metaphysics, where the latter is the science of the principles of being qua being”⁹⁴.

Não analisaremos aqui a pertinência dos períodos que Berti atribui às obras de Aristóteles e nem a aproximação que Berti realiza entre os livros Λ e α . Mas, é preciso destacarmos que o argumento de Berti, descrito acima, no qual ele visa a suportar a aproximação entre Λ e α e, a partir disso, classificar Λ como uma obra de juventude de Aristóteles, se mostrará falso, pois em Λ 9, 1075a1, Aristóteles se refere expressamente às *ciências produtivas*: “in the case of the productive <sciences>” (ἐπὶ μὲν τῶν ποιητικῶν)⁹⁵.

Ou seja, esta menção expressa, em Λ 9, às ciências produtivas é contrária à divisão da filosofia em duas partes, prática e teórica, a qual, segundo Berti, existiria tanto em Λ quanto em α . A passagem de Λ 9 evidencia que as *ciências produtivas* também são contempladas em Λ , o que, segundo o próprio critério de Berti, colocaria o *Livro A* entre as obras maduras de Aristóteles, e não entre as obras de juventude, as quais possuiriam uma divisão da filosofia em duas partes apenas, *teórica* e *prática*. Com isso, não queremos dizer que o *Livro A* seja uma obra de maturidade, gostaríamos apenas de mostrar que o argumento oferecido por Berti, de que o *Livro A* possuiria uma divisão em duas partes e, por isso, seria uma obra de juventude (assim como o *Livro α*) parece não funcionar, segundo os próprios critérios estabelecidos por Berti⁹⁶.

Além deste, existem ainda outros indícios contrários a posição de Berti e Donini. Mesmo se não houvesse a menção expressa à *ciência produtiva* em Λ 9 não parece haver nenhuma evidência de que existiria uma divisão da filosofia apenas em duas partes em Λ . Além disso, a menção expressa a uma *outra ciência* além da física (ver nota 30 à tradução) evidencia que Aristóteles considera, em Λ , a possibilidade de distinção entre a física e uma *outra ciência* “diferente” da física, e não uma assimilação

⁹⁴ BERTI. Op., Cit., p. 83.

⁹⁵ A tradução citada acima de Judson e a de F. Baghdassarian (“pour les sciences productrices”) compreendem que a passagem se refere às ciências produtivas.

⁹⁶ F. Baghdassarian cita a leitura de Berti e Donini como sendo uma tentativa de estabelecer a física como a ciência única das substâncias através de uma diferenciação entre aquela que seria a física da maturidade (ou seja, aquela composta pelos oito livros da *Física*) e a física mencionada no *Livro A*. Exemplo de uma concepção da física pertencente a um período anterior à física da maturidade. F. Baghdassarian oferece contra-argumentos para a leitura de Berti e Donini, dizendo que a física mencionada em Λ seria a física de maturidade: “la science physique suggère que cette dernière désigne bel et bien pour lui la science de la maturité, celle qui se penche de manière restreinte sur le genre des êtres naturels”. BAGHDASSARIAN. Op., cit., p. 102.

entre física e metafísica em uma mesma ciência (uma única ciência teórica) como sustentam Berti e Donini.

Parece ser também uma evidência contrária a defesa de Berti e Donini o fato de que, em Λ 8, 1073b3-5, é citada expressamente a matemática ou “uma das ciências da matemática” (como é dito em Λ 8), a astronomia: “But as for the number of the motions this is already something which must be investigated on the basis of the mathematical science which is most akin to philosophy, astronomy” (tradução de Judson). Deste modo, a menção expressa a matemática evidencia que Aristóteles concebe uma diferença entre as ciências teóricas. O que é contrário ao entendimento de Berti e de Donini de que Λ é expressão de um período em que Aristóteles conceberia a existência de uma “ciência teórica única”.

Assim, esta primeira possibilidade de leitura do consequente do condicional contido ao final de Λ 1 (no caso de o antecedente não ser satisfeito) não parece ser a mais adequada. Vejamos a segunda possibilidade.

2.2 A leitura de um “consequente duplo”

A segunda posição entre os comentadores foi visualizada inicialmente por C. H. Khan e M. Crubellier, os quais propuseram a leitura de uma *apodosis* dupla, e esta proposição foi seguida pela maioria dos autores atuais, entre eles M. Frede, L. Judson, F. Baghdassarian e S. Menn⁹⁷.

Segundo esta leitura, se houver um princípio comum à substância sensível e imóvel se seguirá *duas consequências possíveis*: ou ambas as substâncias pertencerão à física (à física aristotélica da maturidade e não a de juventude como defenderam Berti e Donini) ou ambas as substâncias pertencerão à *outra ciência*. E, a partir desta possibilidade de uma consequência dupla, a maioria dos comentadores passaram a interpretar que a não satisfação do condicional produziria a consequência, não de que ambas as substâncias pertenceriam à física – possibilidade que Frede classifica como

⁹⁷ Ao comentar esta possibilidade de uma *apodosis* dupla, contida ao final de Λ 1, F. Baghdassarian diz em nota que esta hipótese foi “formulée par C. H. Kahn, ‘On the intended interpretation of Aristotle’s *Metaphysics*’, dans J. Wiesner (éd.), *Aristoteles Werk und Wirkung*, Berlin, New York, De Gruyter, 1985, p. 319-320, n.20 et M. Crubellier (ap. M. Frede ‘*Metaphysics A I*’, art. Cit. P.77) M. Frede (*Ibid.* p.76-77) et S. Menn (*The Aim*, III β 1, p.17) l’adoptent, de même que D. Lefebvre (‘La question de l’unité’ art. cit., p.170), quoiqu’il en livre une interprétation différente” **BAGHDASSARIAN. Op., cit., p. 103, nota 1)**

indesejada⁹⁸ –, mas a possibilidade mais plausível de que ambas as substâncias pertenceriam à *outra ciência*. Havendo divergências, porém, com relação a qual poderia ser esta *outra ciência*. Na nota 30 à tradução discutiremos um pouco, como este termo foi lido por alguns dos comentadores antigos e modernos. Além disso, a divergência (tratada no capítulo I) entre Menn e Frede com relação a qual seria a investigação continuada em Λ – se ela seria uma *ontologia* ou uma *arqueologia* – parece tocar também no problema de identificação de qual poderia ser esta *outra ciência* mencionada em Λ 1. Vejamos outras posições a respeito desta questão.

Entre os comentadores medievais, Tomás de Aquino (muito antes, então, da proposição de uma *apodosis* dupla, que F. Baghdassarian identifica como tendo sido feita inicialmente por Khan e Crubellier) adotou a posição de que, havendo um princípio comum às substâncias, a investigação da substância sensível e imóvel pertenceria à *outra ciência*, a qual, para Tomás de Aquino, seria a filosofia primeira:

“Among these three classes of substances there is this difference, namely, that sensible substances, whether they are perishable or eternal, belong to the consideration of the philosophy of nature, which establishes the nature of movable being; for sensible substances of this kind are in motion. But separable and immovable substances belong to the study of a different science and not to the same science if there is no principle common to both kinds of substance; for if there were a common principle, the study of both kinds of substance would belong to the science which considers that common principle. The philosophy of nature, then, considers sensible substances only inasmuch as they are actual and in motion. Hence this science (first philosophy) considers both sensible substances and immovable substances inasmuch as both are beings and substances”⁹⁹.

Em uma interpretação semelhante à de Tomás de Aquino, F. Baghdassarian afirma que a não satisfação do condicional, poderia implicar em uma “*ousiologia geral*” ou, do mesmo modo que Aquino, em uma primeira filosofia.

⁹⁸ FREDE. Op., cit.

⁹⁹ AQUINO. Op., Cit., p. 773. Apesar de Tomás de Aquino identificar de modo expresso nesta citação, a *outra ciência* como sendo a primeira filosofia, Berti aproxima a posição de Tomás de Aquino à de Frede, afirmando que a outra ciência para Tomás de Aquino é a “ciência do ser enquanto ser”. Esta interpretação de Berti parece correta na medida que a primeira filosofia para Tomás de Aquino, como está sugerido na própria citação acima, parece ser a ciência do *ser enquanto ser*, que é também *teológica*, segundo Berti. Ver nota 30 à tradução.

“S’il s’avérait que toutes les substances eussent un principe commun, leur étude serait l’œuvre d’une même science, conçue soit comme une sorte d’ousiologie générale, soit comme la philosophie première elle-même, dont le domaine de validité pourrait s’étendre aux substances sensible. Ainsi comprise, l’alternative ferait écho à Γ3 (1005 a32-b2) et E1 (1026a27-32), qui travaillent à distinguer de la physique une philosophie première et universelle”¹⁰⁰.

Deste modo, acreditamos que a apreciação do consequente, até aqui, não apresenta nenhum obstáculo insuperável para a atribuição de um sentido hipotético e não causal para o trecho final de Λ 1. A não satisfação do antecedente poderia gerar uma *consequência dupla* e uma das duas consequências possíveis parece ser bastante plausível: se houver um princípio comum à substância sensível e imóvel, as duas substâncias serão conhecidas por uma ciência “diferente da física”. Além disso, concordamos com Tomás de Aquino e F. Baghdassarian que esta ciência “diferente da física” seria a filosofia primeira.

Entretanto resta ainda um problema a ser analisado: se existir um princípio comum à substância sensível e imóvel, e, desta forma, se ambas as substâncias forem o objeto de uma ciência *diferente* da física (a filosofia primeira), parece ser o caso que a substância sensível será o objeto de duas ciências: física e filosofia primeira. Pois o consequente diria que as duas substâncias são objeto da filosofia primeira, mas, ao mesmo tempo, não faz sentido negar que uma destas substâncias, a substância sensível, é objeto também da física.

Neste caso, será que devemos compreender que duas ciências, física e filosofia primeira, poderiam possuir um mesmo objeto, a substância sensível? Seria possível que um mesmo objeto pertencesse a duas ciências ou esta confusão é algo a ser evitado?

Como vimos na citação acima de Thomas de Aquino, ele parece tentar evitar a confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências, considerando que a física investigaria a substância sensível tanto quanto esta esteja “em atualidade e em movimento” e a filosofia primeira investigaria a substância sensível “enquanto ser” e “enquanto substância”. Ou seja, segundo Tomás de Aquino, ambas as ciências investigariam um mesmo objeto, mas de maneiras diferentes.

F. Baghdassarian afirma que o *domínio de validade* da filosofia primeira (a possível ciência referida, segunda ela, através do termo $\acute{\epsilon}\tau\acute{\epsilon}\rho\alpha\varsigma$ em Λ 1) se estenderia até

¹⁰⁰ BAGHDASSARIAN. OP., cit., p. 103.

a substância sensível. Mas, deste modo, não é tão clara a posição de F. Baghdassarian a respeito de saber se ela considera que há ou não uma confusão de um mesmo objeto pertencer à física e à filosofia primeira. Seria possível compreendermos, a partir da sua posição acima citada, que a substância sensível é o objeto da física e o *domínio de validade* da filosofia primeira se estenderia até a substância sensível. Deste modo, F. Baghdassarian talvez estivesse tentando marcar uma diferença entre “ser o objeto de uma ciência” e “fazer parte do domínio de validade de uma ciência”. E o objetivo desta distinção poderia ser o de evitar o problema de uma possível confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências.

Nos próximos tópicos iremos considerar melhor se é possível que um mesmo objeto possa pertencer a duas ciências diferentes. Na verdade, veremos que a análise de uma possível confusão entre os objetos da física e da filosofia primeira – mais do que uma consideração sobre o quanto esta confusão poderia ser algo problemático ou não – contribuirá bastante para o modo como devemos compreender a investigação de Λ 2-5. Pois, ao considerarmos mais detidamente aquilo que a física realiza e aquilo que a filosofia primeira deveria realizar, compreendermos melhor a investigação de Λ 2-5 e, por conseguinte, a investigação de Λ de um modo geral.

A investigação de Λ 2-5, por investigar os princípios e as causas da substância sensível, foi, por vezes, confundida com uma investigação pertencente somente à *física*. Mas tentaremos mostrar, através de uma diferenciação entre física e filosofia primeira, que Λ 2-5 é uma investigação de filosofia primeira. Na verdade, a tentativa de mostrar porque acreditamos que Λ 2-5 é filosofia primeira será essencial para compreendermos melhor o que é filosofia primeira em Λ , a pergunta do nosso trabalho.

3. Possíveis Confusões de um mesmo objeto pertencente à física e à filosofia primeira

Consideraremos neste tópico o problema mencionado acima sobre a possível confusão de um mesmo objeto pertencer à física e a filosofia primeira.

Seria possível dizer que a substância sensível é objeto tanto da física quanto da filosofia primeira?

Já tratamos brevemente a posição de Thomas de Aquino e F. Baghdassarian, mostrando como eles parecem tentar evitar a confusão de um mesmo objeto pertencer à física e a filosofia primeira. Passaremos a considerar agora a posição de outros autores referente a este problema.

Judson compreende que não seria problemática esta aparente confusão. E afirma que, apesar dos *Posteriores Analíticos* vedarem a possibilidade de um mesmo objeto pertencer a duas ciências, isto seria algo que ocorre também em outros lugares do *corpus aristotélico*¹⁰¹ (ver nota 28 à tradução).

Berti cita a posição de Averroes, a qual faz referência, por sua vez, à posição de Alexandre de Afrodisias.

“Averroes observes that the affirmation made by Alexander, i.e. that physics takes over its principle from metaphysics, if it is taken at face value, is wrong, because physics searches itself for its principles, including the unmoved mover, as results from *Phys.* VIII. Nevertheless Averroes also thinks that there is no common principle between movable and unmovable substance, and consequently that the study of the latter belongs to metaphysics. Afterwards Averroes adds that the affirmation of Alexander must not be taken literally, because physics explains the material and the efficient cause of movable substance, while metaphysics explains its formal and final cause. Therefore, following Averroes, there is a strict closeness, or a continuity, between the two sciences, because their principles are not different in their being, but only in the way in which they are considered”¹⁰².

Averróis, segundo a citação acima de Berti, compreende que há uma continuidade entre física e metafísica, mas discorda de Alexandre de Afrodisias, dizendo que há uma distinção clara entre as duas ciências: a física não toma seus princípios da metafísica, mas investiga ela mesma seus próprios princípios. Além disso, para Averróis, a distinção entre física e metafísica não estaria nos princípios investigados, e sim no modo como os princípios são tratados por uma e outra ciência.

Porém, no caso de Averróis, a distinção existente entre física e filosofia primeira parece se explicar mais facilmente, na medida em que ele não concebe a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel. O problema que estamos analisando aqui surge em virtude da admissão da existência de um princípio comum à

¹⁰¹ JUDSON. OP., cit.

¹⁰² BERTI. Op., cit., p. 79.

substância sensível e imóvel. É a existência deste princípio que poderia provocar o problema de confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências. (Desenvolveremos melhor ao longo deste capítulo III porque a existência do princípio comum poderia ser o responsável por esta aparente confusão de um mesmo objeto pertencer à física e à filosofia primeira).

Ainda assim, a posição de Averróis nos parece interessante porque ela aponta para uma outra possível confusão. Vimos que Averróis afirma que Alexandre de Afrodisias estava errado, pois a física *não toma os seus princípios da metafísica* “because physics searches itself for its principles including the unmoved mover”. Averróis cita *Física VIII* como sendo o lugar em que a física investigaria o motor imóvel. Talvez pudéssemos acrescentar também *Física VII* como sendo outro lugar no qual a física investigar “seus próprios princípios, incluindo o motor imóvel”. O primeiro motor é provado no início de *Física*, VII 1, como dissemos anteriormente. Poderíamos acrescentar também que em *Física II 7*, o texto já anuncia que o físico deverá tratar dos quatro tipos de causas (enunciados em *Física II 3* e em *Met. Δ 2*), incluindo, portanto, o “motor imóvel”.

Quer dizer, se “o primeiro motor” fizer parte da investigação da física como Averróis parece indicar acertadamente que seja o caso, e sendo o primeiro motor uma substância imóvel, nos perguntamos se não seria preciso admitir que a investigação da substância imóvel, em algum sentido, pertenceria também à física. Deste modo, será que deveríamos falar em uma segunda confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências, isto é, que a investigação da substância imóvel pertenceria à física e à filosofia primeira¹⁰³?

Contra esta segunda possível confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências poderia ser dito que na *Física* o primeiro motor é investigado, mas não *enquanto substância imóvel* (embora, que o primeiro motor seja imóvel, também é algo demonstrado na *Física*). O primeiro motor é investigado na *Física* simplesmente porque ele é necessário para uma explicação completa do movimento. Na *Física* é demonstrada a eternidade do movimento, e a existência de um primeiro motor imóvel seria necessária para explicar este fenômeno.

¹⁰³ Lembrando que a posição de Berti e de Donini, contra a qual nos opusemos antes, parece admitir que a investigação da substância imóvel pudesse pertencer à física. Entretanto, eles assim a consideraram por um motivo diferente, a saber, pelo fato de que o *Livro A* seria uma obra de juventude, na qual não existiria ainda uma distinção entre as *ciências teóricas*. Por isso, a física que se ocuparia da substância imóvel seria outra, uma física anterior à física disposta nos oito livros da obra de Aristóteles que conhecemos hoje por *Física*.

Com esta resposta diríamos algo do tipo: faz parte da investigação da *Física* (da obra *Física* e, portanto, também da física enquanto ciência) o primeiro motor, um princípio (na verdade o primeiro princípio) do movimento. Mas a física (a física enquanto ciência, de um modo geral) nada diz sobre “como é” e “o que é” o primeiro motor. E por este motivo não faria sentido dizer que a substância imóvel seja o *objeto* da física. O primeiro motor apenas desempenha uma função, se assim pudermos dizer, dentro da investigação do objeto mesmo da física, qual seja, a substância sensível, mas não a substância imóvel.

Contudo, a esta resposta oferecida no parágrafo anterior poderia ser objetado que, em um certo sentido, a física diz sim “como é” e “o que é” o primeiro motor. Como dissemos acima, além da existência do primeiro motor ser provada na *Física*, lá é demonstrado também que ele é imóvel. E mesmo que na *Física* não seja oferecida uma resposta completa para as perguntas de “como é” e “o que é” o motor imóvel, seria difícil negar que, de algum modo, o trecho final de *Física*, VIII, 10, não esteja respondendo a estas perguntas, ao afirmar que o primeiro motor é *inextenso*, que ele não possui *magnitude* e que ele *não possui partes*¹⁰⁴.

A partir disso, será que deveríamos admitir, então, que há dois exemplos de duas ciências investigando um mesmo objeto? Além da possibilidade de que a substância sensível seja o objeto da física e da filosofia primeira, talvez exista uma segunda possibilidade de que algo semelhante ocorra com relação à substância imóvel, ela também seria o objeto da física e da filosofia primeira?

Assim, será que a não satisfação do condicional, presente no trecho final de Λ 1 – isto é, a demonstração da existência de um princípio comum às substâncias, ao longo da investigação de Λ , e, portanto, o estabelecimento de uma conexão entre substância sensível e imóvel – faria com que as duas *apodosis* possíveis ocorressem: tanto a *outra ciência* (possivelmente a filosofia primeira) investigaria as duas substâncias quanto a física também investigaria as duas substâncias, a sensível e a imóvel?

Se fosse verdadeiro que a demonstração do princípio comum à substância sensível e imóvel servirá para fazer com que as duas consequências (visualizadas por Khan e Crubellier) ocorram – sem que se diferencie o modo segundo o qual seria possível dizer que ambas as substâncias pertencem a ambas ciências – isso poderia levar a uma compreensão, a qual não acreditamos de nenhum modo que seja verdadeira: a

¹⁰⁴ O capítulo termina oferecendo justamente esta conclusão: “Portanto, é claro que [o primeiro motor] é indivisível, sem partes e sem magnitude” (*Física*, VIII, 10, 267b25-26, nossa tradução).

filosofia primeira presente no *Livro A* e a física, presente nos oito livros da *Física*, pareceriam realizar algo bastante semelhante: uma investigação da substância sensível e da substância imóvel, mostrando como a substância imóvel é causa da sensível.

Quer dizer, admitindo que a *Física* também investiga o primeiro motor porque este também é um dos princípios das substâncias sensíveis (como dissemos no capítulo II, ele seria o próprio princípio comum a ambas substâncias), de certo modo, será que na investigação do *Livro A*, não estaria sendo proposto algo já realizado pela *Física*: percorrer o caminho que leva das coisas sensíveis até o primeiro motor imóvel, pois ambas as coisas se conectam, uma vez que estamos considerando a possibilidade de que há um princípio comum a elas?

Não obstante a semelhança apontada acima entre a *Física* e o *Livro A*, o conteúdo propriamente dito da investigação de Λ é bastante distinto do conteúdo da investigação dos oito livros da *Física*, não apenas os capítulos 6-10 de Λ são totalmente distintos do que ocorre na *Física*, mas também os capítulos 1-5 são bem distintos da investigação da substância sensível que ocorre na *Física*.

Nos próximos tópicos, passaremos a considerar melhor a possibilidade de que a física e a filosofia primeira, cada uma delas, investigam objetos bem delimitados, que não se confundem, mesmo que a investigação da substância sensível e da substância imóvel possam pertencer, de maneiras distintas, à física e à filosofia primeira.

4. Distinção entre dois modos de se compreender o objeto de uma ciência

No tópico 3 dissemos que a demonstração da existência de um princípio comum às substâncias poderia levar ao problema de confusão de um mesmo objeto pertencer a duas ciências. Dissemos ser possível que tanto a substância sensível poderia ser o objeto da física e da filosofia primeira quanto a substância imóvel também poderia ser o objeto da física e da filosofia primeira.

O princípio comum às substâncias estabelece uma ligação entre a substância sensível e a imóvel e é isto que poderia fazer com que se produza a aparente confusão observada antes. A substância imóvel pertenceria à investigação da física, na medida em que, existindo ligação entre as substâncias sensíveis e a substância imóvel, esta última

será demonstrada como o primeiro princípio das substâncias sensíveis. Ou seja, a substância imóvel deverá fazer parte da investigação da física, na medida em que é o primeiro princípio do movimento e, portanto, deverá entrar na análise da ciência que se ocupa das coisas que se movem. De outra parte, também em virtude da existência desta comunicação estabelecida pelo princípio comum às substâncias, a substância sensível pertencerá a uma investigação de filosofia primeira. Primeiro porque, como mostraremos neste tópico e no seguinte, será justamente a investigação da substância sensível que indicará “como é” e “o que é” a coisa separada e imóvel em Λ . Veremos que, diferentemente daquilo que ocorre na investigação dos platônicos, através da investigação das coisas sensíveis em Λ 2-5 será possível chegar a existência de uma “coisa separada e imóvel”, que é, ao mesmo tempo, “por necessidade”¹⁰⁵, o “puro ato” (veremos que a investigação dos platônicos não é capaz de demonstrar que a substância imóvel seja “por necessidade”). E, em segundo lugar, deveremos dizer que a substância sensível *pertence* a uma investigação de filosofia primeira, se for verdade que a filosofia primeira visa a adquirir conhecimento a respeito do todo, isto é, de “todas as coisas”, incluindo, portanto, as coisas sensíveis. Neste sentido, a substância sensível pertenceria a uma investigação de filosofia primeira, pois esta ciência visa a *conhecer* “todas as coisas” e entre elas, é claro, estariam inclusas também “todas as coisas sensíveis”.

Contudo, apesar de parecer adequada a compreensão de que, em certo sentido, ambas substâncias *pertençam* às duas ciências, física e filosofia primeira, não parece adequado assumir a existência de uma confusão entre os objetos da física e da filosofia primeira.

Assim, é necessário cumprirmos mais uma etapa da tarefa de precisar melhor o objeto da filosofia primeira em Λ , distinguindo, agora, aquilo que a física realiza daquilo que a investigação de Λ realiza. A partir desta maior precisão será possível compreender melhor o que realmente distingue estas duas ciências e, sobretudo, poderemos avançar na compreensão do que seja filosofia primeira em Λ , nosso objetivo neste trabalho.

Notadamente, a falta de precisão e distinção entre os objetos da física e da filosofia primeira poderia levar a compreensão equivocada de que Λ 2-5 seja física e não filosofia primeira. Ao longo deste e dos próximos tópicos tentaremos mostrar que Λ

¹⁰⁵ Usamos aqui uma expressão que aparece em Λ 7, 1072b10: ἡ ἀνάγκη. Em Λ 7, entre 1072b4-15 o texto discute o que é “ser por necessidade”. Trataremos melhor desta questão ao longo deste e do próximo tópico.

2-5 é uma investigação de filosofia primeira. Isso porque Λ 2-5, assim como Λ 6-10, realizam uma investigação do “todo”, tentando determinar os sentidos em que os princípios e as causas de “todas as coisas” são os mesmos.

Neste tópico iremos rejeitar a possibilidade de que Λ 2-5 não seria uma investigação de filosofia primeira, por não investigar aquilo que algumas passagens em *Física* II 2, *De Anima* I 1, e *Met. E 1* *descreveram preliminarmente* como sendo o objeto que a filosofia primeira deveria investigar: “uma coisa separada e imóvel”¹⁰⁶.

A frase de Λ 1: “é necessário compreender os *elementos* da substância sensível, se um ou se muitos” estabelece o programa de investigação para os capítulos 2-5 de Λ (ver nota 23 à tradução). Ora, se em Λ 2-5 será realizada uma investigação dos elementos da substância sensível, estes capítulos não pareceriam investigar aquilo que se esperaria que uma investigação de filosofia primeira investigasse: “uma coisa separada e imóvel”. Este raciocínio poderia ser o responsável por fazer alguns comentadores pensarem que Λ 2-5 é física ou uma mera preparação para a filosofia primeira que apenas ocorrerá em Λ 6-10. Nosso objetivo será o de rejeitar esta possibilidade, defenderemos que Λ 2-5 é filosofia primeira, mostrando que estes capítulos evidenciam uma importante mudança em relação à concepção de filosofia primeira dos platônicos. A saber, a investigação de Λ inclui uma investigação das “coisas sensíveis” em uma investigação de filosofia primeira.

Mostraremos também uma diferença importante entre física e filosofia primeira: a física não precisa determinar “qual é” o *objeto que ela visa a conhecer*. Este é claramente a natureza. Mas a filosofia primeira ainda precisa dizer “qual é” o seu objeto e acreditamos que a resposta a esta pergunta, em certa medida, se confunde com a própria tarefa da filosofia primeira em dizer “como é” e “o que é” o seu objeto.

Se esta distinção entre física e filosofia primeira estiver correta, faz sentido dizer (como dissemos no capítulo I) que a investigação de Λ não possui um objeto devidamente determinado e estabelecido, mas faz parte da própria investigação determiná-lo e estabelecê-lo. De certo modo, o estabelecimento do objeto de investigação de Λ parece coincidir com o seu próprio *conhecimento*, como tentaremos mostrar aqui. Por isso, acreditamos que Λ seja uma investigação que pretende determinar o seu objeto, na medida em que propriamente tentará *conhecê-lo*. E,

¹⁰⁶ Na verdade, apenas a passagem de *Met. E 1* diz “separada e imóvel” as outras duas passagens falam apenas em “coisa separada”.

recuperando de novo a hipótese do capítulo I, a determinação do objeto de Λ será realizada através da investigação pelo princípio comum às substância sensível e imóvel.

4.1 A divergência a respeito de Λ 2-5 ser ou não uma investigação de filosofia primeira

Entre os comentadores existe um consenso de que Λ 6-10 é filosofia primeira, mesmo que não exista um consenso sobre porque Λ 6-10 é filosofia primeira, nem sobre o que é filosofia primeira em Λ ou, de maneira geral, o que é filosofia primeira na *Metafísica*.

Diferentemente do consenso existente sobre a investigação de Λ 6-10 ser uma investigação de filosofia primeira, com relação a Λ 2-5 há divergências sobre se estes capítulos *realizam* uma investigação pertencente à física (a ciência da natureza) ou à filosofia primeira. Uma terceira posição considera ainda a possibilidade de que Λ 2-5 seja uma espécie de “preparação” para a filosofia primeira, que apenas ocorrerá a partir de Λ 6. Ou seja, esta posição também negaria que Λ 2-5 é filosofia primeira, considerando estes capítulos, no máximo, como uma introdução ou um preâmbulo à filosofia primeira de Λ 6-10¹⁰⁷.

Uma primeira observação que faríamos a respeito da divergência mencionada acima é a de que, talvez, a dúvida sobre se Λ 2-5 seria ou não filosofia primeira poderia ser um sintoma da dificuldade de compreensão do que seja filosofia primeira em Λ . Mesmo porque, segundo nossa hipótese descrita no capítulo I, acreditamos que parte dos esforços da investigação de Λ consiste em estabelecer ou consolidar uma ciência anterior às outras, uma primeira ciência, a filosofia primeira.

¹⁰⁷ A propósito desta discussão sobre se Λ 2-5 é física ou filosofia primeira temos em mente um “resumo” que S. Menn faz acerca das diferentes posições assumidas pelos comentadores quanto a este tema: “There are a number of disputed questions. (i) Are Λ 1-5, a full part of Λ , or are they merely a preliminary to Λ 6-10? Bonitz, and Jaeger in 1912, think they are just a preliminary, while Jaeger in 1923 and Frede think these chapters have the same status as Λ 6-10. (ii) Are Λ 1-5, by their own description, physics or metaphysics? Bonitz and Jaeger (in both books) think they are physics, while Frede thinks they are metaphysics. (iii) In consequence, Frede, who thinks Λ 1-5 are metaphysics, and Bonitz and the Jaeger of 1912, who think they are physics but merely instrumental to the metaphysical Λ 6-10, think the overall σκοπός of Λ is metaphysical, while the Jaeger of 1923 thinks that Λ is not specifically metaphysical, but a broad survey of theoretical philosophy covering physics in Λ 1-5 and metaphysics in Λ 6-10” (MENN. Op. cit., pp. 13 e 14).

Seria possível, então, que a falta de clareza quanto ao objeto da filosofia primeira (ou quanto ao tipo de investigação que a filosofia primeira deve realizar) pudesse gerar dúvidas a respeito do modo como deveríamos compreender aquilo que os capítulos dois a cinco de Λ realizam: física ou filosofia primeira? Quer dizer, se não há uma maior clareza em relação ao que seja filosofia primeira de uma maneira mais geral em Λ , parece fazer sentido que, de modo mais específico, existam *incertezas* quanto ao fato dos capítulos 2-5 realizarem ou não uma investigação de filosofia primeira. E, neste caso, apenas uma melhor compreensão do que seja filosofia primeira em Λ evidenciará de maneira mais precisa porque Λ 2-5 é filosofia primeira e não física.

Notemos ainda que, ao final do capítulo 5, estamos no meio da investigação de Λ e, se a investigação de Λ possuir uma unidade, como parece ser o mais provável, algumas das questões discutidas em Λ 2-5 ficarão mais claras apenas ao final da investigação. Mas, isso não precisa querer dizer que Λ 2-5 seja uma *mera preparação* para a segunda parte da investigação.

Assim, tentaremos demonstrar, neste tópico e no subsequente, que a investigação de Λ 2-5 não deve ser compreendida nem como física e nem como uma *mera preparação* da investigação de Λ 6-10. Acreditamos que Λ 6-10 continua a mesma investigação de Λ 2-5, apesar de mudar a investigação da substância sensível para a substância imóvel. A investigação de Λ 2-5, do mesmo modo que Λ 6-10, tenta realizar a tarefa atribuída ao primeiro filósofo em *Física* II 2: responder “como é” e “o que é” a coisa separada, mesmo que isso não pareça ser feito, pelo fato de que nestes capítulos é realizada uma investigação das coisas sensíveis. Na verdade, como veremos, a investigação da coisa separada em Λ irá se entrecruzar com a investigação dos primeiros princípios e primeiras causas de “todas as coisas”, isto é, do todo. Mas esta investigação dos princípios e causas de “todas as coisas” começa em Λ 2-5 e continua em Λ 6-10. Por isso acreditamos que as duas metades do Livro, Λ 2-5 e Λ 6-10, tentam realizar a mesma coisa.

Defenderemos ainda que Λ 2-5 já nos oferece uma primeira resposta às perguntas anteriores, afirmando que a *coisa separada* é um *movente* e, por isso, “não é necessário que se admita a existência de formas separadas”¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Discutimos bastante no capítulo I todos os problemas de conexão entre Λ e os outros livros da *Metafísica*. Mas, se houver alguma relação (como vimos ser o mais provável), uma evidência do exposto até aqui poderia ser encontrada, por exemplo, no *Livro B* da *Metafísica*. O *Livro B* se inicia chamando a atenção para a falta de clareza quanto ao “objeto da ciência que se está buscando” nos perguntamos se Λ não poderia estar buscando a mesma ciência, a qual o *Livro B* faz referência, e que, apesar de possíveis

4.2 Uma Diferença importante entre física e filosofia primeira. “Qual é” o objeto que cada uma destas ciências *visa a conhecer*?

Neste ponto é preciso sublinharmos uma diferença importante. Temos dito que há uma incerteza quanto ao que é filosofia primeira em Λ e mencionamos que esta incerteza poderia ser decorrente do fato de não existir clareza ainda, no momento em que a investigação de Λ é proposta, quanto ao objeto que a investigação de Λ .

Porém, poderíamos nos perguntar: não seria, justamente, o trabalho de qualquer ciência *adquirir* conhecimento sobre o seu objeto e, através disso, oferecer maior clareza e precisão a respeito deste objeto?

Por este motivo é preciso destacarmos algo que nos parece ser uma primeira e importante diferença entre a física e a filosofia primeira. A física sabe desde o início “qual é o seu objeto” de investigação, de modo que não é sua tarefa determiná-lo. Ou seja, não é tarefa da física responder qual é o seu objeto.

Por outro lado, diferentemente do que ocorre na física, acreditamos que a filosofia primeira ainda precisa determinar “qual é o seu objeto”. Em consequência disso, além da tarefa de *conhecer* o seu objeto, parece também fazer parte de uma investigação de filosofia primeira determinar “qual é o seu objeto”¹⁰⁹. Mas é possível que as duas coisas sejam realizadas de maneira simultânea em uma investigação de filosofia primeira.

avanços que já tenham sido realizados (quer dizer, algumas aporias de *Met. B* tenham sido resolvidas) ainda não se tenha totalmente determinado o objeto desta pretensa ciência, *a primeira ciência*. Mas, como vimos no capítulo I, há objeções a esta possibilidade. Owen, por exemplo, acredita que Λ não trata ou não continua a ciência discutida entre *Met. A-E*. De qualquer forma, não é o nosso objetivo neste trabalho sustentar (contra Owen) que Λ trata da mesma ciência discutida entre *Met. A-E*. Apenas não estamos negando totalmente que isso seja possível (S. Menn, por exemplo, seguramente pensa que este é o caso). E mais do que isso, mesmo se Owen estiver correto e Λ não tratar da mesma ciência de que tratam as investigações de *Met. A-E*, ainda assim parece difícil negar totalmente a possibilidade de que as aporias levantadas em *Met. B* possam contribuir para a compreensão de Λ . Dado que *todas* as aporias do *Livro B* se referem a dificuldade de compreensão do objeto da ciência em questão, ainda que não seja exatamente a mesma ciência em questão em B e em Λ , a investigação de B parece poder ser levantada como uma evidência de que há dificuldades que dizem respeito a tentativa de determinação do objeto (ou dos objetos) da ciência (ou das ciências) em questão ao longo da *Metafísica*. Sendo possível que a investigação de Λ lide também com esta dificuldade a respeito do objeto da primeira ciência.

¹⁰⁹ É possível que este não seja um dado exclusivo da concepção de filosofia primeira em Λ , ou seja, talvez este seja um dado da concepção de filosofia primeira aristotélica de um modo mais geral. Mas não é este o ponto que desejamos defender aqui, toda a nossa tentativa de compreensão da filosofia primeira, dentro dos limites deste trabalho, se restringe ao que seja filosofia primeira em Λ .

Portanto, a resposta à pergunta anterior deveria ser: sim, dizer “o que é” e “como é” o seu objeto é o trabalho de qualquer ciência. Mas, a peculiaridade que estamos tentando destacar a propósito da filosofia primeira é que, diferentemente da física, a filosofia primeira talvez não possua clareza (antes de dizer “como é” e “o que é” o seu objeto) quanto a “qual é” este objeto.

Passaremos agora a explicitar melhor a diferença entre física e filosofia primeira, mostrando como parece haver total clareza quanto a “qual é” o objeto da física.

É claro que a física não sabe exatamente “o que é” e “como é” o seu objeto de investigação antes propriamente de investigá-lo. Pois, como acabamos de dizer, isto é justamente o que a investigação da física (e, na verdade, de qualquer ciência) deverá responder.

Em *Física II 2* são feitas algumas considerações (sobretudo uma correção aos antigos) quanto ao modo de compreensão do objeto do *físico*, sendo oferecido, aproximadamente, o seguinte enunciado: *dado que a natureza é dupla, o físico deverá investigar tanto a forma quanto a matéria. Mas deverá conhecer o τι εστί* (“o que é”, às vezes traduzido por “essência”) *e a forma até certo ponto: até compreender em vista de que estas coisas são e deve compreendê-las como separáveis quanto a forma, mas em uma matéria* (paráfrase de alguns trechos de *Física II 2*, contidos entre 194a12-b15).

Acreditamos que o enunciado acima, na verdade, não diz “qual é” o objeto do físico, mas, já começa a dizer “como é” e “o que é” o objeto do *físico* (logo à frente explicitaremos o modo como compreendemos a distinção entre estes dois tipos de pergunta: 1. “qual é o objeto” de uma ciência; 2. “como é” e “o que é” o objeto de uma ciência). A passagem nos diz que, “a natureza” é tanto “matéria” quanto “forma”; não obstante, sem que esta determinação precise ser feita previamente, “a natureza” já podia responder à pergunta sobre “qual é o objeto do físico”.

Apenas na segunda metade do enunciado acima o texto pareceria especificar melhor o objeto do físico, afirmando que o físico deve conhecer a forma e o τι εστί (“o que é”) “até certo ponto”. Mas, como é mostrado na passagem de *Física II 2*, esta maior especificação cumpre, sobretudo, o papel de diferenciar o objeto do físico do objeto do primeiro filósofo. Quer dizer, esta determinação ocorre não porque pudesse haver dúvida a respeito de “qual é” o objeto do físico, pois este é claramente a natureza. E, desta maneira, a determinação sobre “até que ponto” a forma “é natureza” parece cumprir também o papel de começar a dizer “o que é” e “como é” a natureza. Se, por um lado, ao contrário dos antigos, Aristóteles acredita que a “forma” é também objeto

do físico, por outro lado, é preciso dizer que o físico deve se ocupar da forma apenas “até certo ponto”.

Encontramos uma possível evidência a favor desta ideia da clareza a respeito do objeto do *físico* nas opções de tradução feitas por Ross. Ross traduz o termo φυσικός por “the student of nature”, o que faz bastante sentido, dado que através desta opção Ross mantêm algo que realmente ocorre em língua grega: a existência de uma proximidade etimológica (poderíamos dizer) entre os termos utilizados para se referir *àquele que investiga*: o φυσικός (“o estudante da natureza”), e *aquilo que se investiga*: η φύσις (“a natureza”). Notemos também que esta mesma proximidade é compartilhada pelo termo que designa a ciência em questão: φυσική (“ciência da natureza”). Ou seja, a proximidade entre os termos que denominam “quem investiga”, “o que se investiga”, e “a ciência que investiga”, poderia ser um testemunho da clareza existente com relação a “qual é” o objeto a ser investigado pelo “estudante da natureza”. É bastante evidente que o “estudante da natureza”, ao fazer “ciência da natureza”, não poderia investigar outra coisa senão a “natureza”.

Com isso, queremos dizer apenas que o *físico* (ou o “estudante da natureza”) sabe desde o início “qual é” o seu objeto de estudo: a “natureza”, com a qual, aliás, “todos concordam”. O *físico* não precisa demonstrar a existência do seu objeto de estudo antes de passar a investigá-lo. A natureza, os animais e as plantas, descritos como exemplos de “seres por natureza” em *Física* II 1, e referidos no próprio texto de *Λ* 1 como sendo exemplos de substância sensível, possuem existência manifesta: “todos concordam que os animais e as plantas *existem*” (ver nota 19 à tradução).

A partir do que dissemos acima fica mais claro, então, que a pergunta sobre “qual é” o objeto da física não parece ser uma pergunta para a física.

Devemos acrescentar ainda que, segundo *Categorias* 7, a ciência e o seu objeto são itens pertencentes à *categoria dos relativos*, isto é, a ciência é “ciência de um objeto” e o objeto é “objeto de uma ciência”¹¹⁰. Mas, a ciência (o conhecimento) e o seu objeto (o conhecido) não são coisas “simultâneas por natureza”: o objeto de conhecimento possui existência anterior à ciência que o conhece: “for the knowable would seem to be prior to knowledge. For as a rule it is of actual things already existing

¹¹⁰ Em *Categorias* 7, 6b2-5, a ciência (ou o conhecimento) é mencionado como pertencente à *categoria dos relativos*, pois “ela é dita o que ela é (e não uma coisa diferente) *de alguma outra coisa*, isto é, a ciência é *ciência de um objeto*. *Categorias* 7, 6b2-5: “The following, too and their like, are among relatives: state, condition, perception, knowledge, position. For each of these is called what it is (and not something different) *of something else*. A state is called a state of something, knowledge knowledge of something, ...” (*Categorias* 7, 6b2-5 tradução de J. L. Ackrill).

that we acquire knowledge; in few cases, if any, could one find knowledge coming into existence at the same time as what is knowable” (*Categorias* 7, 7b23-27, tradução de J. L. Ackrill).

À luz desta passagem de *Categorias* 7 é preciso dizer que a falta de clareza que estamos apontando em relação a saber “qual é” o objeto da filosofia primeira não diz respeito à possível exceção, mencionada na citação anterior, de que em alguns casos¹¹¹ *conhecimento e conhecível* “vêm a ser ao mesmo tempo”. Quer dizer, não acreditamos ser o caso que a filosofia primeira não saiba “qual é” o seu objeto, na medida em que a filosofia primeira (o conhecimento) e o seu objeto (o conhecível) “viriam a existir ao mesmo tempo”. Dito de outro modo, não acreditamos que, no caso da filosofia primeira, *conhecimento e conhecível* seriam “simultâneos por natureza” e, portanto, o objeto a ser conhecido não seria anterior ao conhecimento (à ciência). Acreditamos que no caso da filosofia primeira o objeto a ser conhecido também deva possuir existência anterior a ela. Ou seja, do mesmo modo que ocorre na física (em que a existência da natureza é anterior à física), também o *objeto a ser conhecido* pela filosofia primeira deve possuir existência anterior ao seu conhecimento.

O problema da filosofia primeira em determinar “qual é” o seu objeto talvez se aproxime um pouco mais do exemplo oferecido, ainda em *Categorias* 7, a respeito da “quadratura do círculo”¹¹². Mas, como mostraremos, também não é totalmente semelhante a ele. Supondo que a “quadratura do círculo” seja algo passível de ser “conhecido”, este objeto *conhecível*, a “quadratura do círculo”, existe, mesmo que não exista ainda *conhecimento a respeito deste objeto*, a “quadratura do círculo”. Este exemplo cumpre a função em *Categorias* 7 de demonstrar a prioridade do *conhecível* em relação ao *conhecimento* do objeto a ser conhecido. Mas, para nossa discussão aqui, ele é útil também para ilustrar o tipo de problema envolvendo a determinação de “qual é” o objeto da filosofia primeira. Pois acreditamos que parte do problema na determinação de “qual é” o objeto da filosofia primeira é semelhante a algo que ocorre com a “quadratura do círculo”: assim como não é totalmente claro se a “quadratura do círculo” pode ser conhecida ou não, também não parece ser claro se o *objeto* da filosofia primeira é, de fato, algo passível de ser conhecido, isto é, que pudesse haver uma

¹¹¹ Na verdade, o texto diz “se existir algum caso”. Poderíamos pensar que Deus (o primeiro motor) seria um caso em que “conhecimento” e “conhecível” existem ao mesmo tempo (A 9 diz algo a este respeito). Mas, talvez não seja possível dizer que o primeiro motor (Deus) “vem a existir”, dado que ele é eterno.

¹¹² O exemplo da “quadratura do círculo” é oferecido em 7b31-33: “Take, for example, the squaring of the circle, supposing it to be knowable; knowledge of it does not yet exist but the knowable itself exists” (tradução de J. L. Ackrill).

ciência a respeito dele – esta falta de clareza sobre se é possível “ter ciência” (λαβεῖν ἐπιστήμην) do pretense objeto da filosofia primeira nos parece ser algo explicitamente referido na oitava aporia do *Livro B*: “if, on the one hand, there is nothing apart from individual things, and the individuals are infinite in number, how is it possible to get knowledge of the infinite individuals? For all things that we know, we know in so far as they have some unity and identity, and in so far as some attribute belongs to them universally” (B 4, 999a26-29, tradução de Ross).

Agora é preciso destacarmos o limite da analogia estabelecida no parágrafo anterior entre o objeto da filosofia primeira e a “quadratura do círculo”. Não é claro que a “quadratura do círculo” possa ser um objeto passível de ciência, mas é claro aquilo que uma possível *ciência* a respeito da “quadratura do círculo” visa a conhecer. Entretanto, acreditamos que o dado principal com relação a falta de clareza quanto a qual seria o objeto da filosofia primeira diz respeito a saber “qual é” o objeto que a filosofia primeira *deverá conhecer*. Ao longo deste tópico iremos desenvolver este ponto, mostrando que parece fazer parte de uma investigação de filosofia primeira dizer “qual é” o objeto que o primeiro filósofo *deverá* conhecer.

Segundo o que dissemos acima dois problemas poderiam estar envolvidos na determinação do objeto da filosofia primeira. O primeiro consiste em saber se aquele que seria o possível objeto da filosofia primeira é realmente algo passível de ciência, algo de que é possível λαβεῖν ἐπιστήμην (“tomar ciência”), como diz a oitava aporia descrita em *Met.* B 4, 999 a27-28. Por exemplo, se o pretense objeto que a filosofia primeira visa a conhecer for o todo, “todas as coisas” (esta é a possibilidade que defenderemos ao final deste tópico) será que é possível, de fato, tomar *ciência* (λαβεῖν ἐπιστήμην) a respeito de “todas as coisas”? Em boa medida, este nos parece ser o conteúdo da oitava aporia citada acima: se tudo o que existe são coisas individuais e se as coisas individuais são infinitas (ἄπειρα)¹¹³, como seria possível possuir ciência a respeito de todas as coisas?¹¹⁴.

Mas, anterior a este problema da possibilidade de conhecimento do objeto da filosofia primeira, existe o problema de saber, afinal, “qual é” o objeto que a filosofia

¹¹³ Em *Λ 2* este mesmo termo ἄπειρα aparece, lá a explicação de porque os indivíduos (os compostos de matéria e forma) são ἄπειρα (“infinitas”) é a de que a matéria de cada coisa é diferente, por isso há geração de “infinitas” coisas e não apenas de uma (ver notas 19, 20, 21 e 23 à tradução).

¹¹⁴ Em *Met.* A 2, 982a8-10, talvez seja possível visualizarmos também uma referência ao problema da possibilidade de conhecimento do pretense objeto da primeira ciência: “We suppose first, then, that the wise man knows all things, as far as possible, although he has not knowledge of each of them individually”).

primeira visa a conhecer. Acima demos o exemplo de que este objeto seria “o todo”, mas esta pergunta parece estar em aberto em Λ , sendo que uma das tarefas principais da investigação parece ser a de dizer, justamente, “qual é o objeto que a ciência anterior a todas as outras deve conhecer”. Assim, saber se o objeto que a filosofia primeira visa a conhecer em Λ é “o todo” parece ser uma pergunta anterior à pergunta sobre se é possível possuir ciência a respeito do todo. Ou talvez ambas as perguntas devam ser tratadas conjuntamente, na medida em que algo apenas poderia ser *determinado* como o objeto que a filosofia primeira *deve conhecer* se este for um *objeto passível de ser conhecido*.

4.3. Uma possível distinção entre dois modos de se falar no objeto de uma ciência

Agora, é preciso destacarmos a diferença (apenas mencionada acima, mas ainda não desenvolvida) entre dois tipos de perguntas no que diz respeito ao objeto de uma ciência. Um primeiro tipo seria a pergunta sobre “qual é” o objeto de uma determinada ciência. O segundo tipo de pergunta seria aquele sobre “como é” e “o que é” o objeto de uma determinada ciência, estas últimas são as perguntas que direcionam aquilo que uma determinada ciência deverá realizar para conhecer o seu objeto.

Assim, um modo de compreendermos a diferença entre estes dois tipos de perguntas seria: de um modo existe aquilo que seria propriamente o objeto de uma determinada ciência (no caso da física, a natureza seria propriamente o seu objeto, quer dizer, a natureza é aquilo que a física *visa a conhecer*), de outro modo, existe aquilo que uma determinada ciência investiga para *conhecer* o seu objeto. E a maneira através da qual uma ciência “conhece o seu objeto” é por meio de uma investigação dos princípios e das causas deste objeto. São os princípios e as causas que dirão “como é” e “o que é” o objeto que uma ciência *visa a conhecer*. Deste modo, aquilo que a física quer conhecer é a natureza e, para tanto, aquilo que a física investiga são os princípios e as causas da natureza.

Em um sentido, então, os princípios e as causas da natureza poderiam ser ditos “objetos” da física. Entretanto, agora, não como aquele objeto que a física propriamente *visa a conhecer*, ou seja, aquele objeto que diz “a respeito do que” a física é ciência.

Porém, de outro modo, estes são os objetos que precisam ser investigados para que se adquira conhecimento da natureza. Nesse sentido, a pergunta a respeito de “qual é” o objeto da física poderia ser respondida imediatamente como sendo a natureza. Mas, a pergunta a respeito de “como é” e “o que é” o objeto da física se refere aos princípios e as causas da natureza, os quais ainda serão investigados e são aquilo que oferecem, segundo *Física II 7*, os “porquês”¹¹⁵ da natureza. Aliás, em *Física II 7* é dito que o físico deverá investigar os quatro tipos de causa para responder todos os “porquês” da natureza.

Por outro lado, no caso da filosofia primeira não é tão claro assim “qual é” o seu objeto, isto é, qual é o objeto que a filosofia primeira *visa a conhecer*. O que poderia ser o mesmo que se perguntar: a filosofia primeira seria, precisamente, uma ciência (ou um conhecimento) a respeito do quê? Sabemos que é preciso conhecer os princípios e as causas, mas, em uma investigação de filosofia primeira, estamos investigando os princípios e as causas do que exatamente?

E aqui a dificuldade em responder esta questão poderia ser pensada, primeiramente, nos termos discutidos no capítulo I: a primeira ciência, em Λ , é uma ciência a respeito do “ser enquanto ser”, isto é, ela seria uma *ontologia*? Ou a primeira ciência, em Λ , é uma ciência a respeito “dos primeiros princípios e das primeiras causas”, isto é, ela seria uma *arqueologia*?

Aqui talvez se demonstre mais uma fraqueza da concepção de que a investigação de Λ seria somente uma *arqueologia*, mas não uma *ontologia*. Pois se disséssemos que a investigação de Λ é somente uma *arqueologia*, diríamos acertadamente que ela é uma investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas. Mas deste modo não seria dito do que são os primeiros princípios e as primeiras causas investigados. Por isso, mostraremos aqui que a investigação de Λ é a respeito dos primeiros princípios e das primeiras causas, mas a investigação destes princípios e causas visam ao conhecimento de algo: do todo.

Além da divergência entre Menn e Frede, que acabamos de mencionar, há várias outras dúvidas que dizem respeito a determinação sobre “qual é” o objeto do primeiro filósofo em Λ . Por exemplo, uma possibilidade seria que a primeira ciência pudesse ser a própria ciência da natureza. Pois se não existir nada além das coisas sensíveis, *Met. E*

¹¹⁵ A expressão το διά τί, “o porquê”, aparece, por exemplo em *Física II 7*, 198a15.

1 levanta a possibilidade de que a própria física fosse a primeira ciência¹¹⁶. Além disso, os pré-socráticos (mais precisamente os fisiologistas) parecem ter sustentado uma posição deste tipo. A primeira ciência, segundo eles, seria uma ciência da natureza, e, por conseguinte, eles conceberam os primeiros princípios como sendo os “elementos materiais” apenas¹¹⁷.

Porém, se existir coisas além das sensíveis, a dúvida a respeito de “qual é” o objeto que a primeira ciência visa a conhecer se torna ainda mais complexa. Neste caso, poderíamos nos perguntar se a primeira ciência (em Λ) seria a respeito das coisas divinas, isto é, se ela deveria ser concebida como uma “teologia”. Aqueles que acreditam que apenas Λ 6-10 é filosofia primeira poderiam sustentar uma posição deste tipo, dado que, segundo uma leitura de Λ 6-10, estes capítulos realizariam algo como uma *teologia departamental*, usando aqui uma terminologia de Judson¹¹⁸.

Além disso, sendo a primeira ciência uma ciência das coisas “além das sensíveis”, ela poderia ser pensada como uma ciência apenas das coisas separadas e imóveis, desconsiderando-se, então, as coisas sensíveis (quer dizer, considerando que as coisas sensíveis não deveriam pertencer a uma investigação de filosofia primeira e, assim, Λ 2-5 seria uma mera preparação para a filosofia primeira contida em Λ 6-10). Nesse caso a filosofia primeira poderia ser concebida, por exemplo, a partir dos próprios exemplos oferecidos em Λ 1: ou uma ciência a respeito de *formas separadas da matéria*; ou uma ciência a respeito das *coisas matemáticas*; ou uma ciência a respeito de ambas (das formas separadas e das coisas matemáticas). Mas, neste caso, estamos diante dos exemplos oferecidos pelos platônicos, os quais, como já adiantamos, serão combatidos ao longo de Λ e, portanto, não deveríamos tomá-los como bons exemplos para pensarmos a respeito de qual seria o objeto que a filosofia primeira em Λ visa a conhecer.

Assim, chegamos à última e mais importante dificuldade a ser resolvida para descobrirmos “a respeito do que” é a filosofia primeira em Λ . Esta dificuldade é

¹¹⁶ Em *Met.* E 1, 1026a27-29 o texto diz: “We answer that if there is no substance other than those which are formed by nature, natural science will be first philosophy”

¹¹⁷ Por exemplo em *Met.* A 3, 983b6-8, o texto diz: “Of the first philosophers, most thought the principles which were of the nature of matter were the only principles of all things”.

¹¹⁸ Na introdução a sua tradução comentada do Livro Λ Judson diz: “ Λ . 6-10 look like a sketch of the sort of departmental theology envisaged in E”. E, de fato, em *Met.* E 1 o texto faz menção expressa a uma terceira ciência teórica além da física e da matemática, nomeada como teologia: “Now all causes must be eternal, but especially these; for they are the causes of so much of the divine as appears to us. There must, then, be three theoretical philosophies, mathematics, natural science, and theology, since it is obvious that if the divine is present anywhere, it is present in things of this sort” (E 1, 1029 a17-21, tradução de Ross).

descrita, acreditamos, através do condicional contido ao final de Λ 1: será que a primeira ciência é uma ciência a respeito da substância sensível e da substância imóvel ou a física se ocupa da substância sensível e uma outra ciência se ocuparia da substância imóvel? Temos insistido que a resposta, na investigação de Λ , será a de que há uma ciência da substância sensível e imóvel porque a investigação de Λ demonstra a existência do princípio comum à estas duas substâncias. Por isso, acreditamos que o princípio comum às substâncias possui um papel crucial na determinação do que seja filosofia primeira em Λ .

Portanto, para a filosofia primeira, também parece existir a diferença, que tentamos traçar acima entre “qual é” o seu objeto e “como é” e “o que é” o seu objeto. Isto é, também para a filosofia primeira parece existir o objeto que ela visa a conhecer e os princípios e as causas que ela irá investigar para conhecer este objeto. Porém, é como se a filosofia primeira se iniciasse sem saber precisamente qual é o objeto que ela deve conhecer. Ou melhor, como sugerimos antes, parte essencial daquilo que está em disputa em uma investigação de filosofia primeira parece ser, justamente, saber qual é o objeto que a filosofia primeira, a ciência anterior a todas as outras, deve conhecer.

4.4 Uma investigação dos mesmos princípios e das mesmas causas pode visar ao conhecimento de um objeto diferente

Se as diferenças que tentamos estabelecer acima forem verdadeiras, duas consequências favoráveis àquilo que estamos tentando defender neste trabalho, poderiam se seguir.

Em primeiro lugar, fica mais evidente que faz parte de uma investigação de filosofia primeira (pelo menos daquilo que é filosofia primeira em Λ) o esforço de que ela mesma possa se constituir como ciência, a partir da determinação de “qual é” o objeto que ele deverá conhecer. O que poderia significar ou a constituição de uma nova ciência teórica dentro da filosofia aristotélica, isto é, a constituição de uma ciência teórica diferente das outras já existentes (por exemplo, física, matemática e teologia) ou que alguma das ciências já existente possa se mostrar ser a primeira ciência. Em *Met.* E 1 esta segunda alternativa parece ser seriamente considerada. Como dissemos antes, E 1

levanta a possibilidade de que a física seria a primeira ciência, se não existir “nenhuma substância além daquelas *formadas pela natureza*” (φύσει συνεστηκυίας).

Mas, acreditamos que a investigação de Λ visa a constituir uma ciência que ainda não está consolidada ou bem estabelecida (como poderia ser o caso da física que se ocupa da natureza ou da geometria que se ocupa das formas geométricas). Como vimos nos dois primeiros tópicos deste capítulo. A proposição da investigação do princípio comum às substâncias é feita através de um condicional e, deste modo, o antecedente: “se existir um princípio comum” parece levantar, de fato, a possibilidade de que este princípio possa não existir e, portanto, que possa não existir a “ciência” fundada neste princípio.

Outra consequência favorável à nossa hipótese levantada no capítulo I seria que não faz sentido *acusar* os capítulos dois a cinco de Λ de não realizarem uma investigação de filosofia primeira, em virtude de que os princípios e causas investigados até $\Lambda 5$ são princípios sensíveis e não imóveis e separados.

Se a pergunta a respeito de “qual é” o objeto que uma investigação de filosofia primeira visa a conhecer é também uma pergunta para a própria investigação, os princípios investigados (isto é, os objetos que são investigados para conhecer o objeto visado pela filosofia primeira, e que ainda não se sabe bem que objeto é este) não podem ser tomados, isoladamente, como critérios para dizer se determinada investigação é pertencente à física ou à filosofia primeira¹¹⁹.

Acreditamos que uma investigação poderá ser considerada “de filosofia primeira” de acordo com aquilo que esta investigação visa a conhecer, e não de acordo com os princípios e causas investigados para conhecer o objeto que é proposto. Deste modo, parece ser plenamente possível que uma investigação de filosofia primeira trate de princípios e causas sensíveis (do mesmo modo que a física), se esta investigação visar a conhecer um objeto de filosofia primeira.

Ao longo de $\Lambda 2-5$ são investigados os princípios e as causas da substância sensível, mas estes podem ser ditos objetos da investigação de $\Lambda 2-5$ apenas em um dos dois sentidos de objeto discriminados anteriormente. A saber, estes são objetos no sentido daquilo que é efetivamente investigado para que se diga “como é” e “o que é” o

¹¹⁹ Estamos considerando aqui a investigação de $\Lambda 2-5$, mas se pensarmos na investigação dos Livros Z e H da *Metafísica* isso é ainda mais evidente, ali também são investigados princípios e causas da substância sensível e isso não parece tornar de nenhum modo a investigação de ZH uma investigação pertencente à física.

objeto a ser conhecido. E não é totalmente claro ainda, como estamos defendendo, “qual é” o objeto a ser conhecido.

Parece ser absolutamente possível que a investigação dos princípios e das causas da substância sensível, em Λ 2-5, vise ao conhecimento de uma outra coisa que não a natureza. Por exemplo, parece ser totalmente possível que sejam investigados os princípios e as causas da substância sensível porque o que se pretende é chegar ao conhecimento do todo, de *todas as coisas*, as quais evidentemente devem incluir as coisas sensíveis.

É claro que isso não significa que uma investigação de filosofia primeira poderia se iniciar investigando quaisquer princípios e causas. Mas, se uma investigação de filosofia primeira visar ao conhecimento de “todas as coisas”, Λ 2-5 não poderia ser acusado de não realizar uma investigação de filosofia primeira apenas porque investiga os princípios e as causas das substâncias sensíveis, do mesmo modo que a física também investiga os princípios e as causas das substâncias sensíveis.

Na verdade, parece ser possível que duas investigações que se ocupem exatamente dos mesmos princípios e das mesmas causas sejam totalmente diferentes, a depender de qual é o objeto que uma e outra investigação pretende *conhecer*. Como sabemos, a física investiga os princípios e as causas da substância sensível para *conhecer* a natureza. Mas, poderia ser o caso que uma investigação de filosofia primeira investigasse os mesmos princípios e as mesmas causas da substância sensível (matéria, forma, privação e movente), visando ao conhecimento de uma outra coisa, por exemplo, o conhecimento do todo, o conhecimento de “todas as coisas”, as quais incluiriam as coisas sensíveis, mas poderiam não se restringir apenas a elas (e como veremos não se restringem).

4.5 Uma ciência a respeito de “todas as coisas”

Mostramos que a possibilidade de falta de clareza a respeito do objeto de uma ciência parece ser de outra natureza, quando a ciência em questão é a primeira ciência. No caso da filosofia primeira, a falta de clareza não diz respeito à tarefa óbvia (levada a cabo por todas as ciências) de *conhecer* o objeto que ela se propõe a investigar.

Em relação à física existe clareza quanto a *qual é o objeto* proposto (e que ele existe: a natureza possui existência manifesta). Mas com relação à primeira ciência há

falta de clareza também quanto a “qual é” o objeto que ela deve conhecer, e enquanto não houver clareza de qual é este objeto não parece existir total clareza quanto a qual é a ciência.

Além disso, parece ser uma questão também, para o primeiro filósofo, se existe de fato uma primeira ciência. O que, segundo a concepção de filosofia primeira que está se desenhando em Λ , poderia significar o mesmo que perguntar se existe uma ciência de tal tipo que ela seja a primeira ciência. Uma ciência que é anterior às outras porque investiga os primeiros princípios de todas as coisas e, deste modo, investigaria também o primeiro princípio de todas as outras ciências.

Talvez fique mais claro o equívoco de acreditarmos que a filosofia primeira sabe já de partida (assim como a física) “qual é o seu objeto”, se considerarmos o equívoco cometido pelos platônicos, mencionado no próprio texto de Λ 1 entre as linhas 1069 a33-36.

Veremos ao longo de Λ que os exemplos de coisa separada e imóvel, oferecidos pelos platônicos nas linhas mencionadas acima, não serão bons exemplos de coisas separadas. Pois os platônicos se equivocaram quanto a “como são” e “o que são” as coisas separadas. É repetido mais de uma vez ao longo do *Livro A*: “nada obriga admitirmos a existência de formas separadas”, um dos objetos que a filosofia primeira deveria investigar segundo os platônicos.

Não faz sentido que o primeiro filósofo assuma a tarefa de dizer “como são” e “o que são” as “formas” e “as coisas matemáticas” se estes não forem os objetos que o primeiro filósofo deveria conhecer. Por isso, a determinação de “qual é” o objeto do primeiro filósofo parece ocorrer, de certo modo, ao mesmo tempo em que se determina “o que ele seja” e “como ele seja”.

Notemos que os antigos conceberam de maneira equivocada, segundo Aristóteles, que a natureza é apenas “matéria”, mas não “forma”. Entretanto, acreditamos que este tipo de equívoco é diferente do equívoco, que tentamos destacar acima, cometido pelos platônicos. O erro cometido pelos antigos não diz respeito à identificação de “qual é o objeto” investigado pelo *físico*, do mesmo modo que os platônicos se equivocaram quanto a “qual é o objeto” investigado pelo primeiro filósofo. Tanto os antigos quanto Aristóteles estão de acordo que o objeto do *físico* é a natureza, a divergência entre ambos diz respeito, acreditamos, à própria tarefa do *físico* em dizer “como é” e “o que é” a natureza. Segundo os antigos a natureza seria apenas matéria, mas para Aristóteles a natureza é forma e matéria.

Assim, um modo de compreendermos o que seja filosofia primeira em Λ , segundo o que desenvolvemos até aqui, poderia ser, então, que a filosofia primeira em Λ se apresenta como uma possível “ciência a respeito do todo”. Mas, justamente, a depender da existência ou não de um princípio comum às substâncias, deveremos dizer se este objeto que a filosofia primeira em Λ visa a conhecer, o todo, é “como uma coisa inteira” ou “seriado” (as duas alternativas oferecidas na primeira justificativa de Λ 1). Somente através de uma investigação propriamente a respeito do todo, isto é, dos seus princípios e das suas causas – os quais são, eles mesmos, substâncias, por isso a investigação de Λ é a respeito da substância – poderemos delimitar precisamente “qual é” o objeto que estávamos investigando. Porém, esta própria investigação do princípio comum às substâncias, a partir da qual se dirá se o todo é “como uma coisa inteira” ou “seriado”, é a mesma investigação que dirá se é possível, afinal, uma “ciência a respeito do todo”. Pois se o todo for “seriado” parece não ser possível a existência de uma ciência a respeito do todo, e sim ciências distintas a respeito das distintas “séries” que constituiriam o todo. Com isso, a mesma investigação que demonstrará que o todo é “como uma coisa inteira” será a investigação que dirá ser possível ou não uma ciência a respeito do todo.

O todo concebido “como uma coisa inteira” e o todo concebido como uma “série” não poderia ser um mesmo objeto compreendido a partir de duas concepções distintas.

A “natureza” parece ser um mesmo objeto, o qual foi concebido de duas maneiras distintas: ou apenas como matéria segundo alguns dos pré-socráticos ou concebida como forma e matéria segundo Aristóteles. A possibilidade de que a natureza possa ser concebida destas duas formas não altera o fato de que “a natureza” será *conhecida* por uma mesma ciência, a “ciência da natureza”. E isso parece ser uma evidência de que se trata de um mesmo objeto, “a natureza”, concebido apenas de diferentes modos.

Por outro lado, ciências fundamentalmente distintas se ocupariam do todo concebido “como uma coisa inteira” e o todo concebido “em série”. Na verdade, sendo o todo algo “seriado”, ele não poderia ser propriamente o objeto de uma única ciência. O próprio condicional contido ao final de Λ 1 indica que o todo não poderia ser conhecido por uma única ciência, se não houver um princípio comum à substância sensível e a imóvel. Pois, no caso de não haver um princípio comum, a substância sensível seria objeto da física e a substância imóvel seria o objeto de uma “outra

ciência”. E mesmo a ciência que se ocuparia da substância imóvel, na hipótese de que o todo seja “em série”, não poderia ser a mesma ciência que se ocuparia do todo, na hipótese dele ser “como uma coisa inteira”. Enquanto a primeira investigaria um princípio exclusivo da substância imóvel, a segunda investigaria um princípio comum à substância sensível e imóvel. O que parece alterar radicalmente o objeto que é conhecido. E, por isso, a existência ou não de um princípio comum altera radicalmente também o que é filosofia primeira em um e no outro caso.

Se o todo for “em série”, e se a filosofia primeira for aquela que se ocupa da *primeira das séries* a partir da qual o todo é constituído, ela não poderia ser uma “ciência do todo”, mas uma ciência das coisas pertencentes a esta “primeira série do todo”. Sendo esta “primeira série” constituída de substâncias imóveis, ela seria uma ciência a respeito da substância imóvel, a qual foi concebida pelos platônicos como sendo uma *coisa separada*: ou “formas separadas” ou “coisas matemáticas”, ou ambas, segundo o que vimos em Λ 1. E, por isso, na concepção de filosofia primeira dos platônicos (pelo menos a que é descrita em Λ) aquilo que a filosofia primeira platônica visaria a conhecer não poderia ser o todo, todas as coisas.

Mas, se for demonstrada a existência de um princípio comum às substâncias, então será possível uma “ciência a respeito do todo”, da substância sensível e da substância imóvel.

Assim, acreditamos que esta é uma maneira de compreendermos o que é filosofia primeira em Λ : a filosofia primeira em Λ parece ser a tentativa do estabelecimento de uma “ciência a respeito do todo”, a partir da demonstração da existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel.

4.6 Uma leitura do consequente do condicional contido ao final de Λ 1, a partir de uma melhor compreensão da filosofia primeira em Λ

Por último, antes de passarmos para o próximo tópico, é preciso respondermos uma questão levantada no tópico 3, e retomada na introdução deste tópico. Lá dissemos que dado que existe um princípio comum (quer dizer, o condicional contido ao final de Λ 1 não é satisfeito), e através deste princípio comum haveria, então, uma ligação entre a substância sensível e a imóvel, isso poderia fazer com que as duas consequências

discutidas pelos comentadores, citados no tópico 3¹²⁰, se seguissem: 1. A substância sensível e imóvel pertenceriam à física; e 2. A substância sensível e imóvel pertenceriam à “outra ciência” (a filosofia primeira).

Como mostramos, é verdade que ambas as ciências devem se ocupar das duas substâncias. E, isto, de fato, parece ocorrer. Em *Física* II 7 é anunciado que o *físico* deve se ocupar das causas imóveis e em *Física* VII e VIII a substância imóvel é, de fato, investigada, como vimos antes. De outra parte, a investigação de Λ (uma investigação de filosofia primeira) se ocupa da substância sensível. Além de Λ 2-5, as investigações de *Met.* Z e H também poderiam ser exemplos de investigações de filosofia primeira que tratam da substância sensível.

Mas aqui é preciso retomarmos a distinção que fizemos antes a respeito de dois modos de compreendermos os “objetos” de uma determinada ciência. De um modo, substância sensível e substância imóvel *pertencem* à investigação da física e da filosofia primeira. A saber, substância sensível e imóvel são objetos pertencentes à física e à filosofia primeira enquanto os princípios e as causas a serem investigados para *conhecer* o objeto de cada uma destas ciências. Mas este “objeto a ser conhecido” por uma e outra ciência deve ser entendido em outro sentido, que não o sentido de objeto enquanto os princípios e causas investigados para conhecer o objeto proposto. O objeto a ser conhecido é justamente aquele que define a ciência enquanto “ciência deste objeto”, por exemplo, a natureza é o objeto que define a física como “ciência da natureza”. Assim, acreditamos que, apesar de ser verdadeiro que ambas as substâncias pertençam a ambas as ciências, não é verdadeiro que ambas as ciências visam a *conhecer* a mesma coisa. E, nesse sentido, não há confusão de objeto entre física e filosofia primeira, pois cada uma delas *visa a conhecer coisas distintas*.

Mas, além disso, é preciso observarmos que apenas uma das duas ciências *visa* a conhecer tanto a substância sensível quanto a substância imóvel, pois apenas uma destas duas ciências *visa* a conhecer “todas as coisas”, o todo, constituído de substâncias sensíveis e imóveis. Dentre as duas ciências aludidas no condicional contido ao final de Λ 1, a física não é a ciência que *visa* a conhecer a substância sensível e a imóvel. Como dissemos, a substância imóvel pode ser dita *pertencer* a investigação da física, mas

¹²⁰ Aqui nos referimos a hipótese de uma “apodosis dupla”, segundo a qual, havendo um princípio comum às substâncias se seguiriam duas conseqüências possíveis: *ou* a substância sensível e imóvel seriam objetos da física, *ou* substância sensível e imóvel seriam objeto da filosofia primeira. Estamos defendendo que é preciso diferenciar aqui os possíveis sentidos de “objeto”, pois em um certo sentido substância sensível e imóvel *pertencem* tanto a física quanto a filosofia primeira. Mas, em outro sentido, apenas a filosofia primeira *visa a conhecer* a substância sensível e a imóvel.

apenas como um princípio que deve ser investigado para conhecer a natureza. Contudo, a substância imóvel não é, ela mesma, um objeto que a física *visa a conhecer*. A física visa a conhecer a natureza, e a substância imóvel será demonstrada como algo “além” das coisas naturais. Por outro lado, acreditamos que a filosofia primeira, segundo o modo como ela deveria ser compreendida em Λ , seria a ciência que visa a conhecer a substância sensível e a substância imóvel.

Portanto, o modo de lermos a consequência que se segue em Λ 1, no caso de existir um princípio comum às substâncias, acreditamos ser esta: havendo um princípio comum às substâncias não é o caso que a substância sensível seja o objeto de conhecimento somente da física e a substância imóvel de outra ciência, uma *ciência diferente*. Mas, existindo um princípio comum, é o caso que a substância sensível e a substância imóvel sejam *conhecidas* por uma mesma ciência, a filosofia primeira.

Assim, por um lado, é verdade que, em virtude da existência de um princípio comum às substâncias, se segue que ambas as substâncias *pertencerão* às duas ciências. Ambas as substâncias pertencem a ambas as investigações, na medida que ambas as ciências tratam de princípios e causas sensíveis e imóveis. Entretanto, a consequência mais relevante, segundo o que estamos defendendo, é a de que, existindo um princípio comum, não é o caso que a substância sensível seja *conhecida* apenas pela física e a substância imóvel por uma “outra ciência”, uma ciência diferente da física. De outro modo, é o caso que uma “mesma ciência” *conhece* a substância sensível e a substância imóvel, porque esta é a ciência a respeito de todas as coisas, do todo.

Como dissemos no capítulo I, o condicional contido ao final de Λ 1 possui um interesse epistemológico, a saber, o de estabelecer a condição de possibilidade para a existência de uma certa ciência. Agora estamos dizendo que esta ciência parece ser de fato estabelecida ao final de toda a investigação de Λ , na medida em é demonstrada a existência de um princípio comum às substâncias. A partir desta demonstração é possível o estabelecimento de uma ciência única capaz de *conhecer* todas as coisas, o todo.

5. Λ 2-5 é uma investigação de filosofia primeira, a qual oferece maior clareza quanto ao que seja filosofia primeira em Λ

No tópico anterior já antecipamos que Λ 2-5 é filosofia primeira. Todavia, para os propósitos deste trabalho, mais interessante do que afirmar que Λ 2-5 é filosofia primeira é dizer por que Λ 2-5 (uma investigação dos princípios e causas da substância sensível) é filosofia primeira. Já iniciamos esta discussão antes e a desenvolveremos melhor aqui, na medida em que passaremos a oferecer uma leitura da investigação de Λ 2-5.

Um primeiro modo e, talvez, o mais seguro de compreendermos Λ 2-5 seria através do modo como o próprio texto de Λ 1 anuncia a investigação destes capítulos: “é preciso investigar os elementos da substância sensível, se um ou se muitos”¹²¹

Temos insistido neste trabalho que o programa de investigação de Λ , disposto em Λ 1, anuncia que se dará continuidade (como vimos no capítulo I) a uma investigação de filosofia primeira. Com isso, as linhas de Λ 1 citadas no parágrafo anterior, e que estamos tomando como anunciadoras da investigação de Λ 2-5, poderiam parecer estranhas à primeira vista. Se o intuito da investigação de Λ é dar continuidade a uma investigação de filosofia primeira, por que investigar os elementos da substância sensível? Este não seria o trabalho da física?

Analisando os capítulos dois a cinco de Λ , vemos que estes capítulos realmente tratam dos “elementos” da substância sensível. Em Λ 4 será explicitada uma diferença existente entre princípios que são “elementos” (isto é, princípios e causas compreendidos como *constituantes internos*) e os princípios e causas “externos”¹²². Estes últimos também serão analisados em Λ 2-5, o que pareceria extrapolar o anúncio da investigação em Λ 1, na medida em que fica evidente que a investigação de Λ 2-5 não se restringe a análise apenas dos *elementos* da substância sensível, mas considera também as causas externas.

¹²¹ Ver nota 23 à tradução, onde discutimos melhor porque esta frase estabeleceria o programa da investigação de Λ 2-5. S. Menn também discute a respeito disso, ele acredita que esta frase estabelece o programa de Λ 2-5 (MENN. Op., cit.). Em *Física* I 2, 184b15-18 esta frase de Λ 1 parece estar melhor desenvolvida: “Il faut nécessairement qu’il y ait soit un seul soit plusieurs principes, et, s’il y en a un, qu’il soit ou immobile comme le disent l’arménide et Mélissus, ou en mouvement selon l’opinion des Physiciens, dont certains affirment que le premier principe c’est l’air, d’autres l’eau” (tradução de Henri Carteron).

¹²² Esta diferença entre *elementos* e “causas externas” é referida, por exemplo, em Λ 4 1070b22-24: “But since not only the things which are present in a thing are causes, but also some of the things outside it (e.g. the mover), it is clear that principle and element are different; both are causes – and principles is divided into these – and that which is a <cause> as a mover or a cause of rest is a principle and a substance” (tradução de Judson).

Todavia, as causas externas são introduzidas em Λ 3 (ver nota 23 à tradução) a partir da análise dos *elementos* da substância sensível (notadamente, de um deles, “a forma e a definição”). Será a análise dos elementos da substância sensível que evidenciará a necessidade de investigar outros tipos de princípios e causas, de modo que o anúncio de que é preciso investigar os “elementos” da substância sensível não deve ser compreendido como um tipo de restrição da investigação. Mas, parece ser melhor compreendê-lo como uma espécie de “plano inicial” que poderá ser extrapolado, havendo necessidade para tanto. Assim, os *elementos* da substância sensível parecem ser aquilo a partir do que a investigação deverá se iniciar, mas não são exclusivamente as únicas coisas investigadas em Λ 2-5

Todavia, será esta investigação dos princípios e causas (os elementos e as causas externas) da substância sensível, realizada em Λ 2-5, que levará alguns comentadores (por exemplo, Jaeger e Bonitz) a compreender que Λ 2-5 é física e não filosofia primeira.

Deste modo, parece ser o caso de analisarmos melhor por que Λ 2-5 investiga os *elementos* da substância sensível. Através desta análise será possível entender melhor se esta investigação diz respeito a uma investigação pertencente à física ou uma investigação de filosofia primeira. Já adiantamos no tópico anterior que Λ 2-5 é filosofia primeira. Confirmaremos esta leitura aqui e, principalmente, nos esforçaremos em mostrar que a compreensão de porque Λ 2-5 é filosofia primeira nos dirá bastante a respeito do que seja filosofia primeira em Λ .

Ao final de Λ 2, o texto anuncia ter chegado a três elementos da substância sensível: matéria, forma e privação¹²³. Λ 2-3 discutirá um pouco a respeito destes elementos, e em Λ 3 se acrescentará, como dissemos acima, um quarto princípio e causa, o qual não é mais um elemento, mas uma causa externa: o movente. Λ 4-5, por sua vez, se perguntará se os princípios e as causas, até então encontrados, são “os mesmos ou diferentes para todas as coisas”.

Passaremos a analisar a pergunta de Λ 4-5¹²⁴ mencionada acima. Tentaremos entender primeiro o que quer dizer “todas as coisas” em Λ 4-5. E, depois,

¹²³ Λ 2, 1069b32-34: “There are, therefore, three causes and three principles: two are the pair of opposites – of which one is the formula and form, one the privation – and the third is the matter” (tradução de Judson).

¹²⁴ Como ficará mais claro na discussão que faremos ao longo deste tópico, acreditamos que a pergunta com a qual Λ 4 se inicia se estenderá até o final de Λ 5. Por isso, trataremos ambos os capítulos como formando uma unidade. Alguns comentadores também tratam conjuntamente Λ 4-5. Segundo Judson, por exemplo, “Chapters 4 and 5 address the question whether the principles of all things are the same”. Do

consideraremos a possibilidade de que a investigação de Λ 4-5 nos revelará de maneira mais explícita qual era o interesse na investigação dos princípios e causas da substância sensível.

Acreditamos que a investigação dos princípios e causas da substância sensível possa fazer parte da investigação dos princípios e causas de “todas as coisas”. E, deste modo, aquilo que ofereceria unidade para a investigação de Λ , e que a tornaria uma investigação de filosofia primeira, seria a investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas, isto é, dos princípios e das causas de “todas as coisas”¹²⁵.

Poderíamos compreender que a investigação dos princípios e causas da substância sensível, realizada entre Λ 2-5, chega a três sentidos em que os princípios e as causas de “todas as coisas” são os mesmos¹²⁶.

Ao final de Λ 5, a partir de 1071a31, o texto começa afirmando que, *pelo fato dos princípios e causas serem ditos em vários sentidos* (como foi demonstrado sobretudo em Λ 4-5) *os princípios e as causas não são os mesmos*. Mas, logo depois, acrescenta a partir de 1071a33:

“sauf de la manière que voici où ils sont les mêmes pour toutes choses : d’une certaine manière, ils sont les mêmes par analogie, parce qu’ils sont matière, forme, privation, moteur ; d’une autre manière aussi, les causes des substances sont comme

mesmo modo como iremos propor neste tópico, Judson também acredita que Λ 4-5 trata de uma mesma pergunta e que esta pergunta diz respeito a saber se “os princípios e as causas de todas as coisas são *os mesmos*”.

¹²⁵ Acreditamos que dentro da concepção de filosofia primeira, desenvolvida em Λ , “o princípio e a causa de todas as coisas” poderá ser compreendido como “o primeiro princípio e a primeira causa”. De um modo geral, pareceria não ser possível que algo seja o princípio e a causa de todas as coisas, mas não seja o primeiro princípio e a primeira causa. Pois, se disséssemos que “y” é causa de “todas as coisas”, mas não é o primeiro princípio porque há um princípio “x” que é anterior a “y”, então deveríamos dizer que, na verdade, “x” deve ser o princípio de todas as coisas. Pois o princípio de todas as coisas deverá ser aquele que é também princípio de “y”. Ao final de Λ 4, por exemplo, talvez seja possível entendermos que está sugerida a existência de uma equivalência entre aquilo que é anterior a todas as coisas e aquilo que é causa de todas as coisas: “Again, in addition to these things there is that which as first of all things moves all things” (Λ 4 1070b34-35, tradução de Judson). Mas, se pensarmos no modo como o modelo platônico é descrito em Λ , ao longo da investigação os platônicos são *acusados* de postularem “primeiros princípios” que não são causas de todas as coisas. Na verdade, o modelo platônico, segundo o modo como ele é tratado em Λ , não parece ser capaz de chegar a “causa de todas as coisas”. E, por isso, “os primeiros princípios” não poderiam ser “causas de todas as coisas”. Entretanto, o modelo aristotélico proposto em Λ parece estabelecer uma equivalência entre “os primeiros princípios e as primeiras causas” e “os princípios e as causas de todas as coisas”.

¹²⁶ Ao final de Λ 5 os “princípios e causas de todas as coisas” devem ser compreendido expressamente como “os princípios ou os elementos das substâncias, dos relativos e das qualidades” (Λ 5, 1071a30-31, nossa tradução). Ou seja, são citadas três das categorias discutidas no tratado das *Categorias*, mas parece que as três categorias citadas são exemplos não exaustivos e, assim, deveríamos entender que se trata dos “princípios e das causas de todas as categorias”. Este é o primeiro indício que gostaríamos de destacar a favor da defesa, que faremos ao longo deste tópico, de que “todas as coisas” devam ser compreendidas como “todas as categorias” em Λ 2-5.

les causes des toutes choses, parce que tout est détruit, si elles sont détruites ; en outre, c'est parce qu'il y a ce qui est premier en entéléchie” (Λ 5, 1071a33-36, tradução de F. Baghdassarian)¹²⁷.

Assim, os princípios e as causas são os mesmos ou por analogia, ou porque as causas da substância são como a causa de todas as coisas (porque sem a substância não há movimentos nem afecções, e se ela fosse destruída tudo o mais seria destruído), ou porque existe aquilo que é “primeiro em ato” (o movente de todas as coisas). Mas, apesar de Λ 5 chegar a estes três sentidos segundo os quais os princípios são os mesmos para “todas as coisas”, acreditamos que, de certo modo, o resultado de Λ 2-5 é negativo. E é por isso que a “mesma investigação” que ocorre em Λ 2-5 deverá continuar em Λ 6-10.

Acabamos de descrever o modo como a investigação de Λ 2-5 termina. Fica evidente que a questão a respeito dos sentidos em que os princípios e as causas são os mesmos é algo de que esta investigação se ocupou. Passemos agora a analisar o início de Λ 4, no qual esta questão a respeito dos sentidos em que os princípios e as causas são os mesmos já aparece logo no início do capítulo: “the cause and the principles are in a way different for different things, and in a way – if one were to speak universally and analogically – the same for all things” (Λ 4, 1070a31-33, tradução de Judson).

De modo um pouco mais preciso em Λ 4 (entre 1070a31-1070b10) a pergunta a respeito dos princípios e das causas de todas as coisas se restringe aos princípios entendidos como elementos: existe algum elemento comum à todas as categorias?¹²⁸ E, ainda em Λ 4, a partir de 1070b22 o texto estende a pergunta também às causas externas (ἐκτὸς). Com relação ao movente (τὸ κινούν), uma causa externa, a resposta é semelhante àquela que foi oferecida na discussão anterior dos elementos: em um sentido

¹²⁷ A compreensão deste trecho é, na verdade, controversa. Judson, por exemplo, traduz o trecho de modo significativamente distinto por compreender o trecho de modo distinto. Usamos a tradução de F. Baghdassarian, pois através da tradução proposta por ela fica claro que este trecho de Λ 5 anuncia ter chegado a três sentidos em que os princípios e as causas da substância sensível podem ser ditos *os mesmos*.

¹²⁸ “For someone might raise the problem whether the principles and elements of substances and relatives were different or the same, and similarly in respect of each of the categories” (Λ 4, 1070a33-35, tradução de Judson). Neste trecho uma possibilidade parece ser lermos o καί da linha 1070a34 como sendo um καί epexegetico. Quer dizer, “elementos” poderia estar explicando qual é o tipo de princípio pelo qual o trecho estaria se perguntando. Mas, mesmo não sendo esta a compreensão adequada do καί, fica claro, pela discussão que se segue, que o início de Λ 4 trata da possível existência de um *elemento* comum às *categorias*.

“o movente” é o mesmo para todas as coisas e em outro sentido ele é diferente para as diferentes coisas¹²⁹.

Uma primeira dificuldade para compreendermos a pergunta de Λ 4-5 diz respeito a como entender “todas as coisas”¹³⁰. O que estaria incluído na pergunta sobre as causas e princípios de “todas as coisas” em Λ 4-5? Devemos entender que estão inclusas todas as coisas sensíveis e também as não-sensíveis?

No capítulo II ressaltamos o fato de que o todo, em Λ , deve ser compreendido como constituído da substância sensível e imóvel. A frase “as substâncias são três” (ver nota 18 à tradução) já indica a existência da substância imóvel. Nesse sentido, M. Zingano destaca como sendo uma diferença importante entre Λ e as *Categorias* o fato da investigação de Λ incluir a investigação da substância imóvel, enquanto as *Categorias* apenas consideram as substâncias sensíveis, aquelas que “são capazes de receber contrários e permanecer as mesmas”.

“Concerning substances, the *idiom* trait is said to be a liability to receive contraries (4 a10-11). This is taken as what is most distinctive of substance, for in no other case could one bring forward anything which would be able to receive contraries (proposition and opinion being dismissed as properly liable to receive contraries in 4a21-b18). What does not satisfy this specific trait cannot be considered as substance.

Now, sensible substances notoriously satisfy this condition. But also notoriously non-sensible substances cannot satisfy it, for they cannot be otherwise, as they are unchanging and hence unable to receive contraries. Non-sensible substances are thus ruled out by the *idiom*-trait. This means that *Categories* restricts itself to examining sensible substances alone, leaving aside all non-sensible substances. It investigates sensible substances in isolation from other substances. And this is a significant divergence this treatise and Book Λ . For Λ clearly has the ambition of, and to some degree succeeds in establishing a connection between these two realms”.¹³¹

¹²⁹ Em Λ 4, 1070b27 o texto diz: καὶ τὸ πρῶτον αἴτιον ὡς κινῶν ἄλλο ἄλλῳ “e a primeira causa motora é diferente para as diferentes coisas” (nossa tradução). É claro que a “primeira causa que move” é diferente do “primeiro motor de todas as coisas”. A “primeira causa que move” poderia ser compreendida como o “motor próximo”, os exemplos oferecidos em Λ 4 de “motor próximo” são a “arte médica” e a “arte de construir”. Por outro lado, o “primeiro motor de todas as coisas” seria a substância que é primeira em ato.

¹³⁰ Além da ocorrência do termo πάντων em Λ 4, 1070a33, há outras ocorrências entre Λ 4-5 que são relevantes para a discussão deste tópico: Λ 4 1070b17; Λ 4, 1070b35; Λ 5, 1071a1; Λ 5 1071a18 e Λ 5, 1071a35.

¹³¹ ZINGANO. Op., cit., pp 140-141.

O ponto para o qual gostaríamos de chamar a atenção é que há uma referência explícita a favor da existência de uma substância imóvel em Λ 1, entretanto nada é dito explicitamente até Λ 5 sobre a substância imóvel ser uma coisa não-sensível. A prova de que é necessário existir algo que seja “imaterial” (o puro ato) apenas ocorre em Λ 6. E talvez isso indique que a substância imóvel não precise ser imediatamente tomada como sendo uma coisa não-sensível (à frente veremos que Judson cita alguns exemplos de pré-socráticos que conceberam substâncias imóveis materiais). Haverá uma demonstração de que a substância imóvel é não-sensível em Λ , mas esta demonstração apenas ocorrerá em Λ 6.

Assim, é preciso lembrarmos que, apesar de a investigação de Λ possuir uma unidade (Λ 1-10 é uma mesma investigação que realiza a mesma coisa nas suas duas metades, como temos defendido), há também claramente uma divisão na investigação. E até Λ 5 é considerada apenas a substância sensível. Somente a partir de Λ 6 o texto dirá explicitamente que iniciará a investigar a substância imóvel, e apenas lá a substância imóvel será demonstrada ser não-sensível.

Portanto, talvez devêssemos compreender que até Λ 5 “todas as coisas” ainda não incluam, necessariamente, coisas não-sensíveis. A partir disso, passaremos a considerar as possibilidades e vantagens de entender que até o final de Λ 5 “todas as coisas” se refiram apenas a “todas as coisas sensíveis”, pois, apesar de sabermos que existe uma substância imóvel, nada obriga ainda que ela seja não-sensível.

Nosso principal objetivo aqui não será oferecer uma interpretação (do modo mais definitivo quanto possível) da maneira como deveríamos ler “todas as coisas” em Λ 2-5, isto é, defender que “todas as coisas” devam ser concebidas como sendo “todas as coisas sensíveis”. Este nos parece ser, de fato, o modo adequado de compreendermos “todas as coisas” entre Λ 2-5, pelos motivos que iremos passar a expor a seguir. Mas, nosso esforço aqui possui como objetivo principal tentar mostrar que a pergunta pelo princípio e causa de todas as coisas (em Λ 4-5) deveria ser entendida como uma pergunta genuína a respeito dos primeiros princípios e primeiras causas. E, a partir da demonstração de que Λ 2-5 investiga os princípios e as causas de todas as coisas, responderemos à pergunta a respeito do que é filosofia primeira em Λ .

Acreditamos que as perguntas de Λ 4-5 não visam a tratar das coisas sensíveis, enquanto uma parte constituinte do todo, isto é, que esta seja realmente apenas uma parte dele, já estando pressuposta a existência de outra parte não-sensível do todo. Mas, as perguntas de Λ 4-5, talvez, sejam a respeito de uma compreensão completa, até

então, do todo. Pois, como dissemos, até Λ 5 nada parece obrigar, ainda, admitirmos a existência de coisas não-sensíveis como sendo, elas também, constituintes do todo.

Por isso, as perguntas de Λ 4-5 a respeito dos princípios e causas de todas as coisas talvez sejam genuinamente uma pergunta pelos primeiros princípios de todas as coisas. Se isso for verdade, seria mais fácil entender que a investigação de Λ a todo o momento, e não apenas em Λ 6-10, seria uma investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas de todas as coisas. Como dissemos, isso seria o modo adequado de compreendermos a unidade da investigação de Λ ¹³².

Os objetivos que acabamos de descrever são as razões que nos motivam a tentar levantar a possibilidade de que o todo, até Λ 5, deva ser considerado como um “todo material”. Ou seja, nosso objetivo aqui não é oferecer apenas uma interpretação da expressão “todas as coisas” em suas ocorrências ao longo de Λ 2-5, mas sim uma compreensão do que seria filosofia primeira em Λ através da compreensão de porque Λ 2-5 é filosofia primeira e não física.

Seria possível que através de uma análise dos princípios e das causas de “todas as coisas sensíveis”, Aristóteles pretenda nos mostrar que, se tudo o que existisse fosse material, chegaríamos a três sentidos segundo os quais os princípios e as causas de todas as coisas são os mesmos, como citamos antes. Mas será que deste modo a pergunta a respeito dos primeiros princípios e das primeiras causas de todas as coisas já estaria realmente respondida? Será que princípios que são os mesmos “por analogia”, ou dizer que as causas da substância são as causas de todas as coisas – pois sem as substâncias não há afecções nem movimentos, e se ela for destruída tudo o mais é destruído – são sentidos legítimos segundo os quais os princípios são os mesmos para todas as coisas?

A afirmação de que os princípios são os mesmos “por analogia” e que as causas da substância (sem especificar qual causa e de que modo) são as causas de todas as coisas não parece responder suficientemente à pergunta pelos princípios e causas de todas as coisas. Na verdade, ainda que o todo fosse apenas material, estes não parecem ser sentidos autênticos em que os princípios e as causas de todas as coisas são os mesmos. Como temos defendido, em Λ , existirá uma conexão entre as partes que constituem o todo (afinal, em Λ 10, o todo será dito ser “como uma coisa inteira”, ver nota 6 à tradução) e isso inclui uma conexão entre as coisas sensíveis e não-sensíveis, a

¹³² Neste ponto, nossa posição parece ser semelhante à de Judson, na medida em que ele também compreende a investigação de Λ como uma investigação dos princípios e causas de todas as coisas. Na introdução ao seu comentário ao *Livro A*, Judson também se vale da investigação dos princípios e causas de todas as coisas para estabelecer a unidade da investigação de Λ . JUDSON. Op., cit., pp 1-21.

qual existe porque os princípios de todas as coisas sensíveis não poderiam estar entre as coisas sensíveis mesmas, mas separado delas. Se este não fosse o caso, as coisas não-sensíveis não seriam necessárias.

Por isso, apenas o terceiro sentido oferecido em Λ 5 (“existe algo que é primeiro em ato”) será de modo autêntico o sentido em que o princípio e a causa é o mesmo para todas as coisas. Mas apenas será mostrado como este é o princípio “de todas as coisas”, quando Λ 6-10 nos mostrar o que é o primeiro motor, iniciando esta descrição pelo fato dele ser uma coisa que é o “puro ato”, ou seja, uma coisa sem matéria.

5.1 Alguns indícios de que “todas as coisas” sejam “todas as coisas sensíveis” em Λ 2-5

É verdade que, além da referência à substância imóvel em Λ 1, Λ 2 já fala da existência de um “*intelecto único*”¹³³. Do mesmo modo, Λ 4 e Λ 5 fazem referência ao “movente de todas as coisas” e àquilo que é “primeiro em ato”¹³⁴. De modo que tudo poderia indicar que a “substância imóvel”, o “intelecto único”, o “motor de todas as coisas” e “aquilo que é primeiro em ato” sejam coisas não-sensíveis. Mas, entre Λ 2-5, não é dedicada nenhuma linha a dizer que estas coisas sejam coisas *não-sensíveis*¹³⁵. Assim, não parece absurdo considerar que Λ 2-5 possa estar se dando ao trabalho, através de uma investigação dos princípios e causas da substância sensível, de excluir a possibilidade de que “todas as coisas” sejam materiais. Pois, se todas as coisas fossem materiais, não poderíamos responder suficientemente bem à pergunta a respeito dos primeiros princípios e das primeiras causas.

É verdade também que em Λ 1 a existência da substância imóvel é afirmada em oposição à existência da substância sensível. E isso também poderia indicar que a substância imóvel deveria ser concebida como “não-sensível”. Quer dizer, assim como pareceria válido deduzir da oposição entre sensível e imóvel que a substância sensível é

¹³³ Em Λ 2, 1069b31, o texto diz: \acute{o} $\gamma\acute{\alpha}\rho$ $\nu\acute{o}\upsilon\varsigma$ $\epsilon\acute{\iota}\varsigma$ “pois o *intelecto* é único”.

¹³⁴ A referência aqui é às passagens de 1070b34-35 e 1071a36, já citadas anteriormente.

¹³⁵ Também neste sentido, é digno de nota que nas últimas linhas de *Física VIII*, 10, 276b25-26 o “motor imóvel” é dito ser *indivisível*, *sem partes* e *sem magnitude*. Tudo isso poderia sugerir que o “motor imóvel” não possui matéria. Entretanto ele não é descrito explicitamente como sendo algo *não-sensível* na passagem de *Física VIII*.

móvel, do mesmo modo, pareceria válido deduzir que a substância imóvel seja não-sensível.

Em Λ existirá, é claro, uma equivalência entre imóvel e não-sensível. E, de nenhum modo, isto é algo que tentaríamos negar aqui. Apenas estamos tentando dizer que a equivalência entre imobilidade e imperceptibilidade não parece ser algo imediatamente óbvio, isto é, que devesse ser tomado como um pressuposto na investigação de Λ . Mas, acreditamos que esta equivalência deveria ser compreendida como algo a ser ainda mostrado. Pois será bastante importante, o modo como a investigação de Λ chega à “coisa efetivamente separada das sensíveis”, descrita em Λ 7¹³⁶.

Neste sentido, é relevante notarmos que, mesmo em relação à substância sensível, o início de Λ 2 se preocupa em dizer que ela é móvel e, logo depois de afirmar que a substância sensível é aquela que “muda de condição”¹³⁷, o texto fará uma análise do movimento, descrevendo como ele ocorre e quais são os elementos que estão envolvidos. É bastante evidente que o fato de uma coisa ser “sensível” implicará que ela seja “móvel”, mas parece relevante que também em relação à substância sensível o texto tenha se preocupado em explicitar que as coisas sensíveis são aquelas que “mudam de condição”, e o que significa “mudar de condição”. Ou seja, nem mesmo a sensibilidade parece implicar imediatamente a mutabilidade, como poderia decorrer da leitura do início de Λ 2. Deste modo, este poderia ser mais um indício de que não deveríamos assumir que a imutabilidade implique imediatamente a imperceptibilidade.

Além disso, a equivalência entre imóvel e não-sensível não parece existir, como dissemos, para alguns dos pré-socráticos¹³⁸, o que poderia funcionar também como um indício de que essa equivalência entre imobilidade e imaterialidade ainda precisará ser mostrada. Primeiro, através da refutação (presente em Λ 2-5) à posição dos pré-socráticos que conceberam primeiros princípios entre as coisas materiais. E, depois, através da refutação a alguns pré-socráticos (citados por Judson, ver nota 138) que

¹³⁶ Λ 7, 1073a3-5: “That there is a substance which is eternal and unmoved and separate from perceptible things is clear from what has been said” (tradução de Judson).

¹³⁷ Λ 2, 1069b3: ἡ δ' αἰσθητὴ οὐσία μεταβλητὴ “a substância sensível muda de condição” (nossa tradução).

¹³⁸ Judson levanta a possibilidade de que alguns pré-socráticos consideraram que pudesse existir coisas imóveis *materiais*: “In a33-6 ‘separate’ is to be understood as ‘separate from perceptible substance’ “a33-4 implies that some thinkers believed in unchanging substance which was not separate in this way: perhaps Aristotle has in mind some Presocratics who identified or come close to identifying God with the physical world or with its primary element (e.g. Anaximenes, perhaps Heraclitus, and Xenophanes as Aristotle seems to have understood him). JUDSON. Op., Cit., p. 62.

teriam concebido coisas materiais imóveis. Em Λ 6 o texto começa a investigação da substância imóvel mostrando justamente que ela é *não-sensível*. Com isso, o texto de Λ 1-5 poderia estar prestando o serviço de preparar a demonstração, a partir de Λ 6, de que a substância imóvel não poderia ser material.

Provar a *necessidade* da existência de coisas imateriais parece contribuir também para a prova de que o todo não é “seriado” (no capítulo II dissemos que Λ 10 evidenciará que o todo não é “seriado”, na medida em que é governado por um único princípio). Quer dizer, a *necessidade* da existência de coisas imateriais contribuirá para mostrar que a “série sensível”, a qual supostamente constituiria o todo segundo o modelo dos platônicos, possuísse os princípios das coisas sensíveis dentro desta série mesma. Por exemplo, os “elementos” “um” e o “ser”, os quais seriam *elementos* de todas as coisas sensíveis segundo os platônicos (apesar de não nomeados explicitamente em Λ 4, quando estes “elementos inteligíveis” são mencionados¹³⁹), são descartados como candidatos a princípios e causas de todas as coisas (aparentemente o “um” e o “ser”, enquanto “elementos inteligíveis”, não são princípios de todas as coisas nem “por analogia”).

Portanto a necessidade da existência de algo que seja sem matéria contribui para uma compreensão do todo em que exista conexão entre as coisas sensíveis e não-sensíveis porque as coisas não-sensíveis são *necessárias*, na medida em que serão demonstradas ser causas das sensíveis.

“Todas as coisas” deve ser compreendido, explicitamente no início de Λ 4, em termos de “todas as categorias” e, por isso, ali fica mais claro que “todas as coisas” significa “todas as coisas sensíveis”. Logo à frente diremos porque “todas as categorias” deveriam ser compreendidas como “todas as coisas sensíveis”.

Na verdade, a expressão “todas as categorias”, contida no início de Λ 4, ocorre quando o texto trata das causas e princípios compreendidos como elementos. E, nesse caso, não haveria mesmo por que supor que os elementos não fossem materiais, salvo pela postulação de “elementos inteligíveis” mencionados e logo excluídos como “*elementos* de todas as coisas” em Λ 4. “Elemento” parece possuir majoritariamente o sentido de algo material, e, para Aristóteles, a compreensão de elementos como algo

¹³⁹ Λ 4, 1070b7-10: “Nor, for that matter, can <any> of the intelligible elements – e.g being or unity. For these belong to each of the composites as well; none of them will be a substance or relative, then – but they must be. So all things do not have the same elements” (tradução de Judson).

material parece ser a única possível, já que ele rejeita a existência dos “elementos inteligíveis” dos platônicos.

Deste modo, nada pareceria obrigar que esta compreensão (de “todas as coisas” como “todas as categorias”) devesse se estender, necessariamente, para o final de Λ 4 e para Λ 5. E, com isso, deveríamos nos perguntar: será que em toda a discussão de Λ 4-5 “todas as coisas” deveriam ser pensadas em termos de “todas as categorias” e, conseqüentemente, “todas as coisas sensíveis”, como sugerimos acima?

Acreditamos que sim. Pelo que dissemos até agora, ainda não foi provada a necessidade da existência de alguma coisa que não pudesse fazer parte “do esquema das categorias”. Além disso, em Λ 5, quase ao final do capítulo, o texto volta a fazer a questão em termos de “todas as categorias”. E isto também poderia sugerir que o texto tenha considerado entre Λ 4-5 “todas as coisas” como sendo “todas as categorias” e, portanto, todas as coisas sensíveis.

Passando a tratar agora da questão de porque “todas as categorias” *significaria* “todas as coisas sensíveis”, isso ocorre porque, em primeiro lugar, não faria sentido considerar a existência de coisas não-sensíveis em outras *categorias* que não a das substâncias. O fato de que nenhuma das outras categorias “são separadas”, segundo a terceira justificativa de Λ 1¹⁴⁰, e segundo também o início de Λ 5¹⁴¹, parece ser a razão de porque não faria sentido falar em coisas não-sensíveis nas outras categorias que não a das substâncias. É verdade que é o trabalho da própria filosofia primeira dizer “como é” e “o que é” a coisa separada e, por isso, não é nenhum um pouco simples a tarefa de dizer o que é “ser separado”. Porém, parece ser verdadeiro dizer que “ser separado” é condição necessária para algo ser não-sensível, mesmo que não seja uma condição suficiente, pois a substância sensível parece poder ser dita “separada” (segundo o início de Λ 5, por exemplo), mas não “separada da matéria”, como é evidente.

Assim, pelo fato de que as outras categorias existem “em um *substrato*” e em *Categorias* 2, estar em um *substrato* é definido justamente como aquilo que não poderia existir nem como “parte” daquele substrato e nem poderia existir separadamente do substrato: “by ‘in a subject’ I mean what is in something, not as a part, and cannot exist separately from what it is in” (*Categorias* 2, 1a24-25, tradução de J. L. Ackrill), isso parece obrigar que as outras categorias “existam na matéria”.

¹⁴⁰ Λ 1, 1069a24 ἔτι οὐδὲν τῶν ἄλλων χωριστόν “nenhum dos outros <seres> são separáveis” (nossa tradução).

¹⁴¹ Λ 5, 1070b36-1071a1: ἐπεὶ δ’ ἐστὶ τὰ μὲν χωριστὰ τὰ δ’ οὐ χωριστά, οὐσίαι ἐκεῖνα “dado que existem coisas separáveis e não separáveis as substâncias estão entre as primeiras” (nossa tradução).

Em segundo lugar, acreditamos que “todas as categorias” significa “todas as coisas sensíveis” porque o *idion* (a nota característica) da substância, mencionado no capítulo cinco das *Categorias* é estabelecido em termos de “ser capaz de contrários e permanecer o mesmo”, e apenas substâncias *materiais* são capazes de contrários, pois a matéria é *aquilo que possui a capacidade de ser os dois contrários*. A matéria é os dois contrários em potência, como é explicado em $\Lambda 2$ ¹⁴².

Uma substância imaterial não poderia ser capaz de contrários por não possuir matéria, aquilo que é capaz de contrários. Mas, até $\Lambda 5$, ainda não foi dito que existe alguma substância que não seja capaz de contrários, porque ainda não foi provado a existência de substâncias *imateriais*. Quer dizer, o modelo das *Categorias* parece poder ser válido até $\Lambda 5$. E, dado o *idion* (“a nota característica”) da substância estabelecido em *Categorias 5* (“ser capaz de contrários e permanecer o mesmo”) isso parece implicar que “todas as categorias” deva significar “todas as coisas sensíveis”.

Portanto, em $\Lambda 4$ (e depois também ao final de $\Lambda 5$) é dito: “os mesmos para todas as categorias” e isto talvez ofereça uma compreensão de como entender “todas as coisas” entre $\Lambda 2-5$.

5.2 A investigação das coisas sensíveis em $\Lambda 2-5$ é aquilo que distingue o modo de fazer filosofia primeira em Λ do “método lógico” platônico

O que temos dito até agora poderia ser descrito através da consideração do seguinte problema: *imobilidade* implica imediatamente *imperceptibilidade* no *Livro A*?

Judson acredita que em $\Lambda 1$ Aristóteles assume que “perceptibility and changeability imply each other”, mas observa, logo em seguida, que “the heavenly spheres which carry round the stars and planets are not even in principle perceptible”¹⁴³. Ou seja, segundo Judson, Aristóteles assumiria em Λ que perceptibilidade implica *mutabilidade* (e, então, poderíamos entender que *imperceptibilidade* implicaria *imutabilidade*). Mas Judson oferece um contra-exemplo: o caso das esferas celestes que “mudam de condição” segundo um único tipo de movimento, mas não são, nem em princípio, perceptíveis.

¹⁴² $\Lambda 2$, 1069b14-15: ἀνάγκη δὴ μεταβάλλειν τὴν ὕλην δυναμένην ἄμφω “é necessário, então, a matéria, que muda, ser capaz de ambos <contrários>” (nossa tradução).

¹⁴³ JUDSON. Op., cit., p. 62.

Apesar da leitura de Judson de que imobilidade pudesse implicar imediatamente imperceptibilidade, passaremos a analisar um aspecto negativo de que pudéssemos deduzir esta implicação de maneira imediata no *Livro A*, isto é, sem que fosse necessário demonstrar como a substância imóvel é *não-sensível*. A demonstração deste aspecto negativo poderá funcionar como mais um indício de que seria melhor deixar em suspenso a *necessidade* de que imobilidade implique imediatamente imperceptibilidade em Λ (e, mais especificamente, em $\Lambda 1$, quando Aristóteles afirma existir uma substância imóvel). Além disso, será essencial, como veremos, para a compreensão do seja filosofia primeira em Λ .

A compreensão de que a substância imóvel implicaria imediatamente que ela fosse não-sensível poderia produzir a falsa ideia de que o modo de chegarmos à “coisa efetivamente separada e imóvel” seria ignorando (ou desconsiderando) as coisas materiais como sendo o ponto de onde a investigação deveria começar. Isto é, poderia se produzir a falsa ideia de que, pelo fato de uma investigação de filosofia primeira dever dizer “como é” e “o que é” a coisa separada, esta investigação deveria partir imediatamente para a investigação das “coisas separadas das sensíveis”.

Se desde o início em Λ estivesse pressuposta a existência de coisas não-sensíveis, e que as “coisas não-sensíveis” são aquilo que realmente deveria ser investigado em uma investigação de filosofia primeira, deste modo poderiam parecer estar melhor justificados dois procedimentos que, para Aristóteles, não são capazes de conduzir a investigação às coisas “efetivamente separadas das perceptíveis”.

O primeiro deles seria “separar” das coisas materiais coisas que, segundo Aristóteles, não poderiam ser separadas da matéria ou, pelo menos, coisas que “nada obriga admitirmos que existam separadas da matéria”¹⁴⁴. A saber, as formas das substâncias individuais (artefatos ou coisas por natureza) como discutidos em $\Lambda 3$ ¹⁴⁵ (entretanto, também segundo o mesmo trecho de $\Lambda 3$, aparentemente os platônicos consideravam que apenas “formas naturais” poderiam ser separadas). E o segundo processo seria tomar as coisas que são separadas da matéria (ou do movimento) – por um certo processo que parece ser, na verdade, legítimo em matemática – como sendo coisas “efetivamente separadas das perceptíveis”. Este é caso dos “objetos da matemática”, os quais são tomados por alguns dos platônicos como sendo “coisas

¹⁴⁴ Aqui fazemos referência à passagem de $\Lambda 3$, 1070a26-27: “Thus it is clear that there is no necessity, on these grounds at any rate, for the Ideas to exist” (tradução de Judson).

¹⁴⁵ A discussão sobre *as formas dos artefatos* e *as formas naturais separadas da matéria* se inicia em $\Lambda 3$, 1070a13, e poderíamos compreender que ela se estende até o final do capítulo.

efetivamente separadas”, quando, na verdade, segundo Aristóteles as coisas matemáticas não são *efetivamente separadas*, mas separadas tão somente através de um processo de “abstração” (ἐξ αφαιρέσεως, *De Anima*, 403b14-16, ver nota 151 abaixo) ou “pelo pensamento” (τῆ νοήσει), como é dito em *Física II* 2¹⁴⁶.

Ou seja, tomar a coisa separada e imóvel imediatamente como *não-sensível* talvez tenha sido parte do erro dos platônicos, o qual Aristóteles visa a evitar em Λ. Isso retoma a diferença entre o “método lógico” e o “método físico” proposto por Berti e discutido na nota 15 à tradução. Um dos problemas da investigação dos platônicos, para Aristóteles, parece ser que os platônicos ignoraram totalmente as coisas materiais em uma investigação de filosofia primeira. Quer dizer, fizeram uma investigação λογικῶς neste sentido: ignorando totalmente as coisas “pertencentes à física” e partindo imediatamente para a investigação de coisas não-sensíveis ou ditas serem não-sensíveis. Mas, deste modo, o método platônico não parece ser capaz de chegar às coisas “efetivamente separadas das sensíveis”. O método λογικῶς dos platônicos parece ser capaz apenas de chegar às coisas que ou não poderiam ser separadas das coisas sensíveis – este seria o caso das formas das coisas naturais – ou coisas que até poderiam ser separadas das sensíveis, mas apenas “pelo pensamento” (τῆ νοήσει), como diz o trecho citado acima de *Física II*, 2 – este é o caso dos objetos da matemática. Apesar de as coisas matemáticas, em um certo sentido, poderem ser consideradas imóveis e imateriais, elas não são coisas “efetivamente separadas” segundo Aristóteles¹⁴⁷.

Neste sentido, é importante notarmos que as únicas coisas ditas expressamente “sem matéria” em Λ 1-5 são a “casa sem matéria, a saúde e tudo aquilo que é conforme a arte” (οἰκία τε ἡ ἄνευ ὕλης καὶ ὑγίεια καὶ πᾶν τὸ κατὰ τέχνην, Λ 3 1070a16-17). E um pouco antes desta passagem o texto havia afirmado que a “*forma da casa*” não existe além das substâncias compostas, a não ser que considerássemos que a “*técnica de*

¹⁴⁶ Em *Física II*, 2, 193b31-35 o texto procura distinguir os objetos da matemática dos objetos da física explicando o modo segundo o qual os objetos da matemática são separados, eles são separados “pelo pensamento” (τῆ νοήσει), como dissemos. “C’est qu’il faut dire, c’est donc que ces attributs sont aussi l’objet des spéculations du mathématicien, mais non en tant qu’ils sont chacun la limite d’un corps naturel ; et, s’il étudie les attributs, ce n’est pas en tant qu’ils sont attributs de telles substances. C’est pourquoi, encore, il les sépare ; et en effet, ils sont, par la pensée, séparables du mouvement ; peu importe d’ailleurs cette séparation ; elle n’est cause d’aucune erreur”. (*Física II*, 2, 193b31-35, tradução de Henri Carteron).

¹⁴⁷ Em *Met.* E 1 há indicações de que os objetos da matemática não são *efetivamente separados*: “Mathematics also is theoretical; but whether its objects are immovable and separate from matter, is not at present clear; it is clear, however, that it considers some mathematical objects *qua* immovable and *qua* separable from matter” (E 1, 1026 a7-10, tradução de Ross). E, depois, em E1, 1026 a14-15: “and some parts of mathematics deal with things which are immovable, but probably not separable, but embodied in matter”. (tradução de Ross).

construir” fosse a “*forma da casa*”¹⁴⁸. Assim, fica mais claro que esta discussão de Λ 3, na qual é mencionada a “*casa sem matéria*”, está inserida em uma discussão que visa a mostrar que as “*formas dos artefatos*” (dos objetos da técnica) não existem “além do composto”. E a discussão a respeito da existência das formas dos artefatos está inserida, por sua vez, em uma discussão maior que irá mostrar, de uma maneira mais geral, que “nada obriga admitirmos a existência de formas existindo à parte”. Pois “o ser humano gera o ser humano” (ἄνθρωπος γὰρ ἄνθρωπον γεννᾷ, Λ 3, 1070a27-28), o que parece ser tomado por Aristóteles, em Λ 3, como uma evidência de que *não estamos obrigados a admitir a existência de “formas naturais”* (por exemplo a forma “ser humano”) *existindo separadamente*. Desta maneira, mesmo quando, em Λ 1-5, se considera a suposta existência de uma coisa “sem matéria”, o esforço ali parece ser o de mostrar que nada obriga admitirmos, ainda, a existência de coisas *sem matéria*.

E isso poderia revelar uma vantagem e, talvez, até mesmo o próprio motivo de porque a substância imóvel, mencionada em Λ 1, não deveria ser imediatamente associada com uma coisa não-sensível. O que está em questão em Λ , segundo o que temos defendido, é oferecer uma resposta para a pergunta sobre “o que é” e “como é” a coisa separada. Uma resposta que será consideravelmente diferente da resposta platônica. A substância imóvel é uma coisa separada segundo os platônicos, e será também segundo Aristóteles. Mas, diferentemente dos platônicos, Aristóteles chegará à *imaterialidade* da substância imóvel por outras vias. Sobretudo porque em Λ será provada a *necessidade* da existência de algo imaterial (algo que seja *puro ato*) para explicar o movimento das coisas sensíveis (na verdade, a eternidade do movimento das coisas sensíveis). De modo bastante diverso do modelo platônico, a substância imóvel *necessariamente* deverá ser sem matéria para explicar a substância sensível. Isto é, para explicar por que as coisas sensíveis estão sempre (e eternamente) se movimentando. O que explica isso, como demonstrará Λ 6, é o fato de existir alguma coisa que esteja *atuando sempre* (e eternamente) sobre as substâncias sensíveis. E esta coisa *atua sempre* e eternamente porque ela é apenas *atualidade*, e em nada *potencialidade*, ou seja, ela é o *puro ato*. Desta forma, a substância imóvel responde um dos “porquês” (to

¹⁴⁸ Λ 3, 1070a13-15: “Now in the case of some things the this something does not exist over and above the composite substance (e.g. the form of the house does not – unless the art does”.

δία τί)¹⁴⁹ da substância sensível. Ela é causa da substância sensível e, portanto, oferece conhecimento a respeito dela.

Tendo isso em vista, faria sentido não compreendermos a substância imóvel imediatamente como imperceptível em Λ 1. Pois, como acabamos de ver, isso poderia levar a uma confusão na identificação da substância imóvel com outras coisas não-sensíveis ou ditas não-sensíveis.

As “formas platônicas” são coisas ditas imateriais porque são ditas separadas da matéria, e os “objetos da matemática”, embora provavelmente não sejam coisas *efetivamente separadas*, são tratados como coisas imóveis e sem matéria. Mas, nenhuma destas coisas existem “por necessidade”, no sentido de que a investigação das coisas sensíveis tenha indicado a *necessidade* da existência das *formas* e das *coisas matemáticas* para “conhecermos” o todo.

Λ 7 dirá que a substância imóvel é uma coisa *ἀπλός* (“sem qualificação”), a qual existe “por necessidade”. Uma coisa que não possui nenhuma potencialidade e que, por isso, não poderia ser *de outro modo* (ver nota 11 à tradução). Poderia parecer que este modo como “ser por necessidade” é definido em Λ 7 não tenha uma relação direta com a demonstração da *necessidade* da existência de uma coisa *não-sensível* para o *conhecimento* das coisas sensíveis. Entretanto acreditamos que deva existir sim uma relação entre a coisa *ἀπλός*, a qual é “por necessidade”, com a *necessidade* da existência de uma coisa *não-sensível*, a qual deverá ser demonstrada a partir dos resultados (negativos) da investigação de Λ 2-5. Λ 2-5 mostra que os primeiros princípios das coisas sensíveis não poderiam estar entre as coisas sensíveis mesmas, é neste sentido que os resultados de Λ 2-5 são negativos e indicam a necessidade da existência de coisas além das sensíveis.

Assim, parece que apenas é possível chegarmos à existência da coisa que é “por necessidade” através de uma investigação da substância sensível. É a investigação das coisas sensíveis que revelará a *necessidade* de uma coisa sem matéria, o puro ato. Não fosse pela consideração das coisas sensíveis entre Λ 2-5 – que elas mudam de condição, quais são seus elementos e causas, e em que sentido eles são os mesmos ou diferentes, etc. – não seria possível chegar à existência de algo “eternamente em ato” em Λ 6, o qual será depois descrito como *ἀπλός* e “por necessidade” em Λ 7.

¹⁴⁹ *Física* II 7 mostra que o *físico* deverá conhecer os quatro tipos de causa tratados em *Física* II 3 (a causa material, a formal, a motora e a final) para oferecer todos os *porquês* (το διά τί) da natureza.

Se isso for verdade, não parece ser o caso que as substâncias imóveis e separadas dos platônicos sejam “por necessidade” e, portanto, que elas sejam *ἀπλός*, segundo o sentido determinado em Λ 7. Como dissemos acima, as substâncias imóveis dos platônicos não parecem ser “por necessidade”, na medida em que *nada obriga admitirmos a existência das formas e das coisas matemáticas*, postuladas por eles.

A substância imóvel aristotélica, semelhantemente a platônica, também será uma coisa separada das coisas perceptíveis, mas uma coisa separada a qual estamos *obrigados a admitir que existe*, na medida em que é causa das coisas *sensíveis*. Em nenhum momento, na investigação de Λ , Aristóteles nega taxativamente a existência dos números e das formas platônicas. Estes até poderiam existir como sendo coisas imóveis e separadas, mas não são causas de nada ou, pelo menos, não são causas do movimento (como é dito em Λ 10¹⁵⁰) e, portanto, as formas e os números, concebidos pelos platônicos como coisas imóveis e separadas, não são “por necessidade”, não são algo que esteja, de algum modo, “atuando” (sempre e eternamente) sobre as coisas sensíveis.

É por isso que, em Λ 6, Aristóteles não “separa” a substância sensível da matéria para poder concluir, em Λ 7, que a substância imóvel é “efetivamente separada das coisas perceptíveis”. Os platônicos, como dissemos, são acusados por Aristóteles de chegarem à coisa separada através de um procedimento semelhante àquele que é realizado na matemática: os objetos da matemática (ou de uma das matemáticas, dado que *Met. E 1* e Λ 8 indicam que existe mais de uma ciência da matemática) tais como linhas, planos, etc., são obtidos através de uma separação destes objetos da matéria, mas esta é uma separação “abstrata”, ou “em pensamento”. Para Aristóteles, este parece ser um processo legítimo no que diz respeito à matemática. Entretanto, deste modo não chegamos às coisas separadas de fato, mas separadas “por abstração” ou “por pensamento”. Ou seja, o procedimento válido na matemática não deveria ser empregado em uma investigação de filosofia primeira, a qual, como temos insistido, visa a responder “o que é” e “como é” a coisa *efetivamente separada* (notemos que, neste sentido, o *De Anima* se preocupa em distinguir a matemática da filosofia primeira¹⁵¹).

¹⁵⁰ Λ 10, 1075b27-28: “If the forms or numbers will be principles, they will be causes of nothing; or if not, at least they will not be causes of motion” (tradução de Judson).

¹⁵¹ *De Anima*, 403b14-16: “Quant aux déterminations inséparables, en fait, de la matière : celles que l’on considère indépendamment de leur appartenance à tel corps donné et par abstraction, ressortissent au mathématicien ; mais celles qu’on envisage comme étant séparées de la matière relèvent du métaphysicien” (tradução de E. Barbotin). Esta passagem do *De Anima* (assim como *Física* II 2) trata do

Dentro das perguntas a serem respondidas parece estar a pergunta sobre se a coisa separada é “efetivamente separada das perceptíveis”, e, por este motivo, talvez não devêssemos tomar como um pressuposto da investigação de Λ que a substância imóvel seja não-sensível.

Assim, a não associação imediata da substância imóvel com uma coisa imperceptível cumpriria também a função de evitar uma confusão de se tomar a substância imóvel como sendo uma coisa separada (ou dita separada) e imaterial tal como as “formas” e “as coisas matemáticas” postuladas pelos platônicos. E, por isso, não associar imóvel imediatamente com imperceptível, além de cumprir a função de refutar alguns dos pré-socráticos que conceberam *coisas imóveis materiais*, cumpre a função também de demonstrar, por vias bem distintas da platônica, o modo como a substância imóvel é, afinal, *separada da matéria*.

Portanto, não parece ser nenhum pouco banal o modo como a investigação de Λ chega à *coisa efetivamente separada das perceptíveis*. A investigação de Λ mostra um caminho totalmente diferente do platônico. A coisa efetivamente separada das coisas perceptíveis é obtida através de uma investigação dos princípios e causas da substância sensível, na qual Λ 2-5 cumpre um papel fundamental, evidenciando a *necessidade* da existência de uma coisa não-sensível. Isso faz com que o primeiro princípio não possa ser uma coisa material, e seja necessário postular a existência de coisas efetivamente separadas das sensíveis.

As razões que acabamos de oferecer são aquelas que nos motivam a deixar em suspenso a identificação imediata entre “imobilidade” e “imperceptibilidade” no *Livro A*, mais especificamente, nas passagens de Λ 1 em que o texto atesta a existência de uma substância imóvel. Acreditamos que seria melhor entender que a equivalência entre imóvel e não-sensível será demonstrada apenas em Λ 6 e, portanto, em Λ 2-5 os capítulos estão lidando com a possibilidade de que “todas as coisas” signifiquem “todas as coisas sensíveis”. O que permite compreendermos as perguntas de Λ 4-5 como perguntas genuínas a respeito dos primeiros princípios e das primeiras causas de “todas as coisas”.

modo como os objetos da matemática são separados. Aqui eles são ditos ser separados $\epsilon\chi$ αφαιρέσεως (“por abstração”).

5.3 A consideração de que Λ 2-5 seja física e não filosofia primeira revela uma incompreensão quanto ao que seja filosofia primeira em Λ

Mesmo supondo que a defesa de que a substância imóvel não deva ser tomada imediatamente como imperceptível, não se sustente, isto não altera o modo de compreensão de Λ 2-5 discutido até aqui.

Ainda que a afirmação da existência de uma substância imóvel implique imediatamente na afirmação da existência de uma substância não-sensível, mesmo assim seria possível pensarmos que, em Λ 2-5, o texto pudesse assumir por hipótese que o todo fosse constituído apenas de coisas materiais. Esta hipótese poderia servir para mostrar que a possibilidade de que o todo fosse apenas material – ou de que a “série sensível do todo” possuisse os princípios das coisas sensíveis nela mesma – é falsa. E, deste modo, o texto de Λ 2-5 prepararia a demonstração da necessidade da existência de uma coisa não-sensível em Λ 6.

É preciso deixar claro aqui, mais uma vez, que o nosso esforço não tem por objetivo provar a tese de que o todo entre Λ 2-5 deva ser constituído apenas de coisas materiais. O próprio fato de passarmos a oferecer, agora, uma leitura alternativa à anterior evidencia que o objetivo não poderia se restringir ao modo como deveríamos ler “todas as coisas” entre Λ 2-5.

Com isso, é preciso reafirmar que o nosso esforço consiste, principalmente, em evidenciar o caminho percorrido em Λ para chegar à “necessidade” da existência de uma coisa que seja o “puro ato”, aquilo que é “efetivamente separado das coisas perceptíveis”. Através do caminho percorrido em Λ , que leva das coisas sensíveis às não-sensíveis, fica mais evidente que a pergunta pela “coisa separada” deve ser compreendida como a pergunta por algo *necessário* para o conhecimento das coisas sensíveis. O que revelará, ao mesmo tempo, o modo como devemos compreender o que é filosofia primeira em Λ .

Apesar de existir uma forte unidade na investigação de Λ , existe também claramente uma divisão na investigação: Λ 2-5 se ocupa da substância sensível e Λ 6-10 se ocupa da substância imóvel. Ou seja, Λ 2-5 poderia ter assumido que o todo fosse constituído apenas de coisas sensíveis, simplesmente porque a investigação em Λ 2-5 diz respeito apenas às substâncias sensíveis.

É bastante clara a divisão existente na investigação de Λ . Basta notarmos o modo como Λ 5 termina e o modo como Λ 6 se inicia. O texto deixa claro o término da investigação da substância sensível em Λ 5 e o início da investigação da substância imóvel em Λ 6. E esta divisão mesma poderia indicar que em Λ 2-5 o texto consideraria “todas as coisas” como sendo “todas as coisas sensíveis”, mesmo se já fosse sabido que há uma outra substância além da sensível, a imóvel, e que esta substância é *não-sensível*.

É verdade que poderia parecer não haver necessidade de compreendermos Λ 2-5 como havendo assumido, implicitamente, a hipótese de que o todo fosse constituído apenas das coisas sensíveis. Poderia parecer mais razoável compreender que a existência de uma coisa não-sensível já seria um pressuposto da investigação de Λ 2-5. E Aristóteles estaria iniciando a investigação de Λ pela substância sensível apenas porque esta é “a substância com a qual todos concordam” (como é afirmado em Λ 1). Neste caso, dentro da investigação dos princípios e das causas da substância sensível estaria inserida a pergunta de Λ 4-5 sobre se os princípios e as causas, até então encontrados, são os mesmos ou diferentes para todas as coisas.

Contudo, um dos aspectos importantes que distinguem a investigação de Λ 2-5 da investigação da física (e que parece fazer com que a investigação de Λ 2-5 seja de filosofia primeira) seria justamente as perguntas de Λ 4-5 a respeito dos princípios e das causas de “todas as coisas”.

Ou seja, não parece ser o caso que a investigação dos princípios e das causas de todas as coisas ocorra dentro de uma investigação dos princípios e causas da substância sensível. Mas, bem ao contrário, acreditamos que a investigação dos princípios e causas da substância sensível é que ocorre dentro da investigação dos princípios e causas de todas as coisas. Neste caso, seria preciso levarmos mais a sério as perguntas de Λ 4-5, como sendo perguntas, de fato, a respeito dos princípios e causas de todas as coisas. Como temos dito, é preciso considerá-las como perguntas genuínas a respeito dos primeiros princípios e das primeiras causas. Aquilo que está dito explicitamente em Λ 4-5 parece ser o que motiva a investigação dos princípios e causas da substância sensível desde o início em Λ .

Portanto, se for verdade que as perguntas de Λ 4-5 são perguntas genuínas a respeito dos “princípios e das causas de todas as coisas”, não faria sentido que considerássemos que, nesta pergunta, esteja abarcada apenas uma “parte” do todo, a “parte sensível”. Por isso, seria melhor entendermos que as coisas sensíveis sejam

consideradas em Λ 2-5 como sendo “todas as coisas”, e não somente como uma das “partes” constituintes do todo.

Neste sentido deveríamos entender as perguntas de Λ 4-5 do seguinte modo: os princípios (materiais) encontrados até Λ 5, matéria, forma, privação e movente, algum deles poderia ser o primeiro princípio e a primeira causa de todas as coisas? Como temos dito, a resposta será negativa, pois os princípios materiais encontrados até Λ 5 não serão os primeiros princípios de fato. Mas, em outro sentido, a resposta também poderá ser positiva, pois o princípio de todas as coisas será um movente, da mesma forma que os moventes materiais mencionados entre Λ 3-5. Apenas que, diferentemente dos moventes referidos entre Λ 3-5, os quais são materiais¹⁵² e, portanto, movem e são movidos, em Λ 6-10 o primeiro princípio será descrito como um movente imaterial.

Se entre as coisas sensíveis fosse possível encontrar o princípio e causa de todas as coisas, qual seria a necessidade de postular a existência das coisas não-sensíveis? Se os princípios e causas das coisas sensíveis pudesse ser encontrado entre as coisas sensíveis mesmas e, ao mesmo tempo, se admitisse também a existência de substâncias não-sensíveis, a posição aristotélica acabaria por se assemelhar à posição platônica, combatida na própria investigação de Λ . Pois, deste modo, haveria substâncias imóveis que não seriam *causas* de nada, ou se não de nada, pelo menos que não são causas do movimento ou das coisas sensíveis (parafrazeando uma passagem de Λ 10 já citada algumas vezes anteriormente).

Assim, apesar de não estar explícito no texto (e correremos o risco de fazer uma *interpretação exagerada* de Λ 2-5) considerar que estes capítulos assumem por hipótese a possibilidade de que o todo seja constituído apenas das coisas sensíveis oferece maior relevância para as perguntas de Λ 4-5. E isso parece ser algo bastante positivo, pois as perguntas sobre se as causas e princípios da substância sensível são os mesmos ou diferentes para todas as coisas não parecem ser mero desdobramento de uma investigação dos elementos e das causas externas da substância sensível. Na verdade, as perguntas explicitadas em Λ 4-5 parecem ser aquilo que a investigação dos princípios da substância sensível, em Λ 2-3, visava a todo o momento.

Na verdade, as investigações de Λ 2-3 já demonstram de modo razoavelmente claro o objetivo de investigar os princípios e as causas de todas as coisas. Λ 2 afirma

¹⁵² Já vimos que nestes capítulos é feita alusão a princípios que sabemos depois ser não sensíveis, mas entre Λ 2-5 eles ainda não são tratados deste modo.

explicitamente que a matéria não é a mesma, mas é diferente para todas as coisas¹⁵³ e Λ 3 tenta eliminar a necessidade de admitirmos a existência de formas separadas, como já dissemos antes.

Já nos encaminhando para a conclusão deste capítulo, aquilo que discutimos até agora, aprofunda a consideração a respeito das diferenças entre os métodos que os platônicos e Aristóteles empregaram em uma investigação de filosofia primeira. A distinção entre os métodos aristotélico e platônico deixa bastante claro que o modo de fazer filosofia primeira em Λ , o qual em Λ 1 é expressamente dito ser oposto à investigação λογικῶς dos platônicos, deverá ser realizado levando em conta as coisas sensíveis. Coisas, em um primeiro momento, “pertencentes à física”, mas que são absolutamente necessárias em uma investigação de filosofia primeira. Estamos investigando os princípios e as causas de todas as coisas, as quais, é claro, devem incluir as coisas sensíveis e, além disso, as coisas não-sensíveis que entrarão na investigação de filosofia primeira de Λ farão parte desta investigação enquanto coisas necessárias para a compreensão do todo e, portanto, para o *conhecimento* também de todas as coisas sensíveis.

Assim, considerar que Λ 2-5 seja física e não filosofia primeira, ou que Λ 2-5 seja “menos” filosofia primeira do que Λ 6-10 (por não investigar coisas que são “efetivamente separadas e imóveis”), ou considerar que Λ 2-5 realize algo *essencialmente* diferente de Λ 6-10, parece revelar uma incompreensão quanto ao que seja filosofia primeira em Λ .

Neste trabalho esta é a pergunta que estamos tentando responder. E aqui parece estar demonstrado mais um passo em direção a resposta: é parte essencial daquilo que é filosofia primeira em Λ uma investigação das coisas sensíveis, pois a investigação das coisas sensíveis é fundamental para revelar qual é a coisa separada e imóvel e que, ao mesmo tempo, é uma coisa *necessária* na medida em que será causa das coisas sensíveis (como dissemos, a demonstração da necessidade da existência de uma coisa que seja *puro ato*, em Λ 6, parece se ligar a discussão sobre “ser por necessidade” e ἀπλός, que ocorre em Λ 7). Sendo justamente esta *necessidade* algo que a investigação λογικῶς dos platônicos não é capaz de mostrar.

¹⁵³ Isso é dito, primeiro, em Λ 2, 1069b24-25: “Everything that changes has matter, but the matter is different” e, depois, retomado em 1069b30-32: “for they [all things] differ in their matter, since why did unlimited things come to be instead of one thing? For the Intellect is one, so that if the matter were also one, that which the matter was potentially would have come to be in actuality” (tradução de Judson).

Acreditamos que Λ 2-5 é filosofia primeira porque faz parte da “nova” concepção de filosofia primeira, proposta em Λ , mostrar que não é possível chegar aos primeiros princípios e primeiras causas, à coisa efetivamente separada das sensíveis, ignorando as coisas sensíveis. Ou seja, através de uma investigação λογικῶς, a qual desconsidera as coisas sensíveis, como os platônicos empreenderam. É parte fundamental da concepção do que seja filosofia primeira em Λ uma investigação das coisas sensíveis, a qual ocorre entre Λ 2-5, como tentamos mostrar.

Portanto a resposta de porque Λ 2-5 é filosofia primeira e não física responde ao mesmo tempo o que é filosofia primeira em Λ . Filosofia primeira em Λ é o estabelecimento de uma ciência a respeito de todas as coisas, a qual apenas pode ser realizada partir da investigação da substância sensível. A investigação da substância sensível demonstra a necessidade da existência de algo não-sensível através da demonstração de que os princípios e causas materiais não são os primeiros princípios. É necessário a existência de algo que seja somente atualidade e em nada potencialidade, pois se não houver algo atuando sempre e eternamente sobre as coisas sensíveis, como explicar que as coisas sensíveis se movimentam sempre e eternamente? A necessidade da existência das coisas não-sensíveis evidencia, por sua vez, a existência de uma ligação causal entre a substância sensível e a imóvel. Esta ligação é estabelecida através da existência de um princípio comum às substâncias. A demonstração da existência deste princípio em Λ é aquilo que permite o estabelecimento de uma ciência a respeito de todas as coisas, da substância sensível e da substância imóvel.

PARTE 2: Tradução anotada de *Metafísica* Λ 1, 1069a18-b2

TRADUÇÃO

“A investigação¹ é a respeito da substância^{2 3}, pois serão investigados⁴ os princípios e as causas das substâncias (1069a18-19). Pois se o todo⁵ for <concebido> como um certo inteiro⁶, a substância é a primeira parte; e se em sequência, também deste modo a substância seria⁷ primeira, depois a qualidade ou⁸ a quantidade (1069a19-21). Ao mesmo tempo⁹, nenhuma destas coisas¹⁰ são seres, por assim dizer, sem qualificação¹¹, são, por exemplo¹², qualificações e movimentos (1069a21-22); ou então o não-branco e o não-retilíneo <seriam seres por assim dizer sem qualificação>: de fato, dizemos que estas coisas são, por exemplo: é não-branco (1069a22-24). Além disso, nenhum dos outros <seres> são separáveis (1069 a24). Os antigos testemunham <isto>¹³ na prática, pois investigaram os princípios, as causas e os elementos¹⁴ da substância (1069 a25-26).

Os filósofos de agora afirmam as coisas universais, sobretudo, como substâncias (pois, as coisas universais são os gêneros, os quais eles dizem ser os princípios e as substâncias, sobretudo, por investigarem através de um *método lógico*¹⁵); os filósofos de antes, por outro lado, consideraram que as substâncias são as coisas particulares, por exemplo, a terra e o fogo¹⁶, mas não o que é comum, o corpo (1069a26-30)¹⁷.

As substâncias são três¹⁸, uma é sensível – uma eterna e a outra corruptível, com a qual todos concordam¹⁹, por exemplo, as plantas e os animais [e a eterna]²⁰ – da qual²¹ é necessário apreender os elementos²², se um ou se muitos²³ (1069a30-33). A outra é imóvel, alguns dizem que ela é separada²⁴, uns a distinguem em duas, outros consideram uma única natureza as formas e as coisas matemáticas, outros consideram entre estas²⁵ somente as coisas matemáticas²⁶. Enquanto aquelas²⁷, então, <pertencem> à física (pois estão em meio ao movimento)²⁸ esta²⁹ <pertence> a outra <ciência>³⁰, se³¹ não houver nenhum princípio³² comum³³ a elas³⁴ (1069a33-b2)”.

NOTAS À TRADUÇÃO

1. “A investigação” traduz ἡ θεωρία (1069a18)

Segundo M. Frede, o artigo presente em ἡ θεωρία possuiria a força de um demonstrativo e poderia fazer referência a uma investigação já em andamento:

“I want to suggest that the definite article in the phrase ‘the inquiry’ has the force of a demonstrative and that by ‘this inquiry’ Aristotle means to refer to an ongoing enterprise of inquiry of which he presumes that his listeners, or even his readers, readily understand which inquiry he is referring to. Thus Aristotle with the first sentence, for all its abruptness, would still be placing Λ within the context of a familiar inquiry”¹⁵⁴.

Dessa forma, segundo Frede, logo no início da investigação, o texto anuncia que dará continuidade a uma investigação precedente. Uma questão importante será a de tentar descobrir qual seria a investigação retomada através da expressão ἡ θεωρία. Tratamos disso no capítulo I do texto de análise, em que discutimos também a posição de S. Menn. Vimos que S. Menn concorda com M. Frede que o *Livro A* dá continuidade a uma investigação anterior, mas discorda dele sobre qual seria esta investigação anterior. Vimos que para M. Frede a investigação retomada é a do “ser enquanto ser” e, portanto, o *Livro A* daria continuidade a uma *ontologia*. S. Menn, por outro lado, acredita que a investigação retomada seria a “investigação dos primeiros princípios e primeiras causas”, isto é, a investigação a qual o *Livro A* daria continuidade seria uma *arqueologia*.

2. “da substância” traduz τῆς οὐσίας (1069a18)

“Substância aparece aqui no singular, sendo que logo em seguida, na frase “os princípios e as causas das substâncias” (1069a18-19) e depois mais a frente, em “as substâncias são três” (1069a30) o termo “substância” ocorrerá no plural.

Tendo em vista, sobretudo, a segunda ocorrência dita acima do termo “substância” no plural (na frase “as substâncias são três”) fica clara a existência de mais de uma substância ou de mais de um “tipo” de substância (ver nota 18 à frente). Assim,

¹⁵⁴ FREDE. Op., cit., p. 54.

o singular que aparece logo no início da investigação já poderia ser um indicativo de que a investigação se inicia supondo, ao menos, a possibilidade de que estas três substâncias (ou três “tipos” de substâncias) possam fazer parte de uma mesma investigação – em *Met. Z 11*, 1037a15-16, há uma ocorrência de “teoria da substância” com o termo “substância” também no singular. Mas, nesta passagem de *Z 11*, expressamente a referência é a investigação da substância sensível: ἡ περὶ τὰς αἰσθητὰς οὐσίας θεωρία).

Como discutiremos ao longo de todo o texto de análise e também em algumas das outras notas à tradução que se seguem, esta questão de que a “substância” (no singular) possa ser investigada por uma “mesma investigação”, quando, na verdade, existem três substâncias (a sensível corruptível, a sensível incorruptível e a imóvel), parece ser uma importante parte da problemática de todo o *Livro A*.

Um problema paralelo ao de saber se “a investigação a respeito da substância” poderá ser uma investigação a respeito das *três substâncias*, é a questão debatida por alguns comentadores sobre se os princípios e causas investigados ao longo de Λ são apenas da substância sensível ou se são da substância sensível e imóvel. O problema existe porque Λ 6-10 não parece dizer nada sobre “princípios e causas da substância imóvel”, do mesmo modo que Λ 2-5 trata dos princípios e causas da substância sensível.

Nos capítulos I e II do texto de análise vimos que, em um certo sentido, talvez, a substância imóvel não possua princípio ou causa, se ela mesma for o princípio e causa de “todas as coisas”. Por exemplo, em *Física*, VII, 1 o primeiro motor começa a ser provado em virtude da impossibilidade de um regresso infinito entre a coisa que é *movida* e a coisa que é *movente*. É preciso que a investigação cesse em algum lugar, que exista um *movente* que não seja *movido* e, se o “primeiro motor” for este *lugar* em que a investigação cessa, isso poderia ser um indicativo de que não faria sentido a pergunta pelos princípios e causas do primeiro motor. Quer dizer, não faria sentido se perguntar por algo que fosse *anterior* ao primeiro motor (notemos que o início de Λ 3 também fala da impossibilidade de um regresso infinito).

Nos capítulos II e III do texto de análise, desenvolvemos a questão sobre a possibilidade de que o primeiro motor seja a causa e princípio de “todas as coisas” e, por este motivo, ele mesmo não poderia possuir causas e princípios.

3. “A investigação é a respeito da substância” traduz *περὶ τῆς οὐσίας ἢ θεωρία* (1069a18-19).

Não podemos ignorar um aspecto importante dessa frase inicial de Λ : ao anunciar que a investigação será a respeito da substância, ao mesmo tempo, parece anunciar-se a natureza da investigação que irá ocorrer, pois é possível que, para Aristóteles, uma investigação seja tanto mais filosófica quanto mais ela for “a respeito da substância”.

Por exemplo, em Λ 8, 1073b5-8 o texto dirá que uma das ciências da matemática, a astronomia, é *mais filosófica* do que as outras ciências da matemática porque a astronomia investiga uma substância (a substância sensível eterna), enquanto “as outras matemáticas”, a aritmética e a geometria, não investigam nenhuma substância: “But as for the number of the motions, this is already something which must be investigated on the basis of the mathematical science which is most akin to philosophy, astronomy. For this studies substance which is perceptible but eternal, while the others – e.g. the one concerned with numbers and geometry – do not study any substances” (Λ 8, 1073b3-8, tradução de Judson).

Deixando de lado a possível crítica à concepção platônica contida nesta passagem de Λ 8, perguntamos se, ao estabelecer um critério para descobrir “a mais filosófica das matemáticas”, esse mesmo critério não poderia ser usado para pensar “a mais filosófica das ciências” de um modo geral. Assim, segundo o critério de Λ 8 estendido para as demais ciências, “a mais filosófica das ciências” certamente possuiria por objeto uma substância. Entretanto, há mais de uma ciência que possui por objeto uma substância. Assim, poderíamos nos perguntar de qual ou quais substâncias trataria *a mais filosófica das ciências*?

Uma possível resposta a esta pergunta seria que “a mais filosófica das ciências” se ocupará “de todas as substâncias” (e dos seus atributos), se houver uma ciência que se ocupa da substância, a qual seria o princípio e causa de todas as outras. Parte dos nossos esforços no texto de análise foi considerar se o condicional contido ao final de Λ 1 enuncia, justamente, a possibilidade de existência de um princípio desse tipo e, portanto, de uma ciência desse tipo, a saber, uma ciência capaz de conhecer todas as coisas. Ver, sobretudo, a discussão do capítulo III tópicos 4 e 5.

4. “serão investigados” traduz *ζητοῦνται* (1069a19).

F. Baghdassarian¹⁵⁵ afirma que M. Frede e S. Fazzo traduzem ζητοῦνται por “eles investigaram”, pois entenderam que a razão introduzida pelo γάρ contido na segunda frase de Λ é de ordem histórica. Aparentemente, então, segundo esse entendimento, “eles” se referiria aos predecessores de Aristóteles (expressamente mencionados logo a frente em Λ 1). Assim, neste início de Λ, Aristóteles estaria nos dizendo que “a investigação é a respeito da substância” pois “eles (os seus predecessores) investigaram os princípios e causas das substâncias”.

Todavia, F. Baghdassarian completa dizendo que “cependant, il est clair que l'étude sur la substance désigne aussi celle que mène Λ, et que les arguments qui suivent, en 1069a19-24, sont en partie personnels”¹⁵⁶.

Do mesmo modo que F. Baghdassarian sugere na citação acima, acreditamos que a razão que a segunda frase oferece à primeira não poderia ser apenas de “ordem histórica”. No capítulo I, tópico 2 e capítulo II, tópico 1 discutimos sobre o modo de compreensão da primeira e segunda frases de Λ 1, bem como a relação de ambas com as “justificativas” da investigação de Λ.

5. “o todo” traduz τό πᾶν (1069 a19).

Outras traduções existentes são: “universe” (Ross); “the totality of things” (Judson); “tudo” (Angioni); “universe” (Baghdassarian). Entre essas propostas, acreditamos que a oferecida por Judson é a mais adequada. A opção de Ross (seguida por Baghdassarian) poderia transmitir a ideia equivocada de que o âmbito em que ocorre a discussão a respeito do “todo”, em Λ, está contido dentro do domínio de uma “cosmologia” ou algo desse gênero. Acreditamos, como fica claro pelo texto de análise, que a discussão a respeito do “todo” em Λ se relaciona ao problema da possibilidade da existência de uma ciência capaz de conhecer “todas as coisas”. Desse modo, optamos por traduzir τό πᾶν por “o todo”, devendo a expressão “o todo” ser compreendida neste sentido: “todas as coisas” ou “a totalidade das coisas” como propõe Judson.

Como discorrido no “texto de análise”, o termo τό πᾶν (“o todo”) desempenha um papel crucial na nossa discussão. Acreditamos que “o todo” ou “todas as coisas” possa ser o próprio objeto que a investigação de filosofia primeira do *Livro A* “visa a conhecer”. Em Λ 4-5 há outras ocorrências desse termo, que parecem ser favoráveis à

¹⁵⁵ BAGHDASSARIAN. Op., cit., p. 84, nota 4.

¹⁵⁶ Ibid., p. 84, nota 4.

possibilidade de que a investigação de Λ pretende, através da investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas, conhecer “todas as coisas”. Além disso, em Λ 10, ao final de toda a investigação, o texto volta a fazer referência ao “todo”, mostrando que o modo adequado de compreendê-lo é “como uma coisa inteira”, pois há um único princípio que o governa.

A discussão mais detalhada a respeito desse tema está, sobretudo, no tópico 2 do capítulo II e nos tópicos 4 e 5 do capítulo III.

6. A expressão “como um certo inteiro” traduz $\acute{\omega}\varsigma \acute{\omicron}\lambda\omicron\nu \tau\iota$ (1069a19).

Outras traduções existentes são: “of the nature of a whole” (Ross); “something whole” (Judson); “como um certo todo” (Angioni); “comme un certain tout” (Baghdassarian). Em nossa tradução (seguindo, em boa medida, as traduções citadas acima), compreendemos o termo $\tau\iota$ como um pronome indefinido com uma função adjetiva, expressando “indefinição da natureza” da coisa que é “inteira” ($\acute{\omicron}\lambda\omicron\nu$). Seguimos essa compreensão e optamos por traduzir $\acute{\omicron}\lambda\omicron\nu$ por “inteiro” para diferenciá-lo da expressão $\tau\acute{o} \pi\acute{\alpha}\nu$, que traduzimos por “o todo”, como explicado na nota 5 anterior.

A discussão sobre se o todo é “como uma coisa inteira” ou “seriada” voltará a aparecer em Λ 10 e, a partir disso, notemos que o entendimento de que a expressão “como um certo inteiro” indicaria uma possível “indefinição da natureza” do $\acute{\omicron}\lambda\omicron\nu$ (da coisa que é “inteira”) parece ser coerente com a pergunta a respeito da “natureza da coisa inteira”, com a qual Λ 10 se inicia:

“We must also consider in what way the nature of the whole possesses the good and the best – whether this is something separate and itself by itself or is its arrangement. Or is it in both ways, like an army? For its being well is in the arrangement and is the general, and especially him. For he is not because of the arrangement, but the arrangement is because of him” (Λ 10, 1075 a11-15, tradução de Judson).

Essas linhas iniciais de Λ 10 deixam claro que uma pergunta deste capítulo será a respeito de saber a natureza da coisa inteira, mais especificamente, a respeito de que modo a natureza da coisa inteira possui o bem e o melhor: a “coisa inteira” possui o bem e o melhor como uma “coisa separada e nela mesma”, ou o bem e o melhor estão na “ordem” da coisa inteira, ou dos dois modos?

Com isso, o fato de $\Lambda 10$ se propor a investigar a natureza do ὅλος (da “coisa inteira”) poderia ser um indício de que em $\Lambda 1$, quando se levanta a possibilidade de que o todo seja uma coisa inteira, se diga “um certo inteiro”.

Deixando de lado, agora, a questão a respeito da natureza da “coisa inteira” (pois como evidencia a passagem de $\Lambda 10$ este será, propriamente, o objeto de análise daquele capítulo) a passagem também nos chama a atenção para a existência de uma possível confusão de sentido entre os termos ὅλος (“inteiro”) e πᾶς (“todo”). Pois seria possível pensarmos que na passagem de $\Lambda 10$ citada anteriormente o termo ὅλος seria usado no mesmo sentido em que o termo πᾶς é usado em $\Lambda 1$.

A tradução de Ross, por exemplo, sugere isso. Embora Ross traduza em $\Lambda 1$ πᾶν e ὅλος de modos distintos, respectivamente, por “universe” e “whole”, ele traduzirá τοῦ ὅλου, em $\Lambda 10$, do mesmo modo que havia traduzido τό πᾶν em $\Lambda 1$, como “universe” e não como “whole”. Assim, o fato de Ross traduzir ὅλος em $\Lambda 10$ do mesmo modo como ele havia traduzido πᾶν em $\Lambda 1$ parece sugerir que ele compreende que o termo ὅλος em $\Lambda 10$ possui o sentido de πᾶν em $\Lambda 1$: “universe”.

Desse modo, seguindo a compreensão de Ross, será que, ao se perguntar pela natureza de como o ὅλος (“a coisa inteira”) possui “o bem e a excelência”, o início de $\Lambda 10$ estaria propondo uma questão a respeito da natureza do todo (πᾶν), na medida em que, na passagem de $\Lambda 10$, o termo ὅλος seria usado como equivalente a πᾶν?

Nos parece que uma resposta afirmativa à questão acima poderia gerar alguns problemas, tendo em vista que em $\Lambda 1$ o termo ὅλος (“inteiro”) é usado para qualificar uma das duas alternativas oferecidas para o modo de concepção do todo (πᾶν) e, portanto, os dois termos não poderiam ser considerados, imediatamente, como equivalentes.

A favor da compreensão de que não há uma confusão de sentido entre os dois termos, outras traduções consultadas (L. Judson, F. Baghdassarian, L. Angioni) traduzem de modo distinto as expressões τό πᾶν de $\Lambda 1$ e τοῦ ὅλου de $\Lambda 10$, evitando assim uma possível confusão entre os sentidos das duas expressões.

Como abordamos melhor no capítulo II, tópico 2 do texto de análise, uma das questões da investigação de Λ talvez seja, justamente, a de saber qual é o modo correto de compreendermos o todo: como “um certo inteiro” ou como “uma sequência”?

Nessa perspectiva, pelo fato de que “como um certo inteiro” é um dos dois possíveis modos de compreensão do “todo” e, ao final da investigação, em $\Lambda 10$, “como um certo inteiro” se mostrará ser a alternativa correta para compreensão do todo (F.

Baghdassarian, M. Zingano, L. Judson consideram que a primeira alternativa é a posição de Aristóteles, o que mostramos no capítulo II do texto de análise), poderíamos dizer que o “todo” é uma coisa inteira e, com isso, acabaria por se estabelecer uma equivalência entre “a coisa inteira” e o “todo”.

Assim, um modo, talvez, de mantermos a distinção estabelecida aqui em Λ 1 entre ὅλος (“inteiro”) e πᾶν (“todo”) e, ao mesmo tempo, visualizar a possibilidade de que, depois, ambos os termos possam se equivaler, seria considerar que, ao longo da investigação de Λ , a segunda alternativa de compreensão do todo será gradativamente eliminada.

Algumas passagens anteriores à Λ 10 poderiam levar a cabo a tarefa de evidenciar que o todo não é, como sugere a segunda alternativa oferecida em Λ 1, algo “em série”. Um exemplo seria a passagem de Λ 7, que afirma existir um princípio do qual “dependem os céus e a natureza”: “On such a principle, then, depend the heavens and nature” (1072b13-14, tradução de Judson).

Nesta leitura, não haveria confusão entre os termos “inteiro” (ὅλος) e o “todo” (πᾶν). O que a investigação de Λ parece nos mostrar é que, afinal de contas, “o todo é uma coisa inteira”. Mas isso apenas é mostrado depois que toda a investigação é realizada. Com isso, se manteria, até Λ 10, a diferenciação entre estes dois termos, “inteiro” (ὅλος) e o “todo” (πᾶν), estabelecida em Λ 1. E, ao final de toda a investigação de Λ , terá sido mostrado de que modo o todo pode ser compreendido em termos de “uma coisa inteira”.

7. Seguimos Jaeger lendo κᾶν ao invés de και.

8. Aqui não acompanhamos Jaeger (e Ross), lemos ἦ ao invés de εἶτα.

A razão dessa escolha é que εἶτα introduziria uma ordem entre as categorias e isto, como aponta Judson, seria algo sem paralelo no restante do *corpus* aristotélico: “Ross’s text (in particular reading εἶτα instead of ἦ at 21) introduces an *ordering* among non-substantial items –wich is both surprising in this context and not paralleled elsewhere in Aristotle”¹⁵⁷.

Entretanto, é relevante notarmos que a leitura de Jaeger e Ross (a leitura de εἶτα ao invés de ἦ), justamente por introduzir algo que não está presente em outro lugar do

¹⁵⁷ JUDSON. Op., cit., p. 54.

corpus aristotélico (e, desse modo, não parece ser algo que Aristóteles defenderia), poderia servir como argumento para suportar a tese de Judson (com a qual mostramos estar em acordo no capítulo II, tópico 2) de que a segunda alternativa para compreensão do todo, oferecida em Λ 1, deveria ser tomada como sendo uma posição contrária à de Aristóteles.

9. “ao mesmo tempo” traduz ἅμα (1069a21).

Não parece ser uma ocorrência tão usual em Aristóteles o uso desse termo desempenhando a função de introdução de um novo ponto ou um novo argumento, mas essa parece ser a função desse advérbio aqui.

Notemos também que ἅμα possui um uso filosófico bastante relevante, totalmente distinto da função desempenhada aqui. Por exemplo, em *Categorias* 7, 7b15 o termo aparece na expressão ἅμα τῇ φύσει, sendo que a “simultaneidade por natureza” é considerada como o possível ἴδιον (“nota característica”) dos “relativos”. Na verdade, o capítulo treze das *Categorias* será inteiramente dedicado à “simultaneidade”. Outro uso filosoficamente relevante desse termo ocorre em *Física* VII 1, 242a23, no qual o texto começa a provar a existência do “primeiro motor” a partir do fato de que *o movente e o movido se movem simultaneamente* (ἅμα). E, no próprio *Livro A*, no capítulo três (1070a22), há mais um exemplo de um uso filosoficamente relevante de ἅμα. Nesta passagem de Λ 3 o termo ἅμα aparece para contrapor a ideia de que *a forma* (λόγος) de uma coisa possui uma existência *anterior* a esta coisa, lá é dito que o λόγος existe simultaneamente à coisa, por exemplo, *o λόγος da casa existe ao mesmo tempo* (ἅμα) que a casa existe.

Mas, nesta ocorrência em Λ 1 o termo ἅμα parece possuir a função tão somente de introduzir a segunda justificativa da investigação de Λ .

10. “Destas coisas” traduz ταῦτα (1069a22).

Entendemos que este pronome se refere à qualidade e à quantidade, explicitadas no texto em 1069a21, mas também às demais categorias com exceção da substância, referidas implicitamente no texto.

11. “Nenhuma destas coisas são seres, por assim dizer, sem qualificação” traduz a frase οὐδ’ ὄντα ὡς εἰπεῖν ἀπλῶς ταῦτα (1069a21-22).

Outras traduções existentes são: “neither are these things, so to speak, beings without qualification” (L. Judson); “ces dernières ne sont pas même des êtres à proprement parler” (F. Baghdassarian); “Estes últimos, por assim dizer, nem sequer são entes sem mais” (L. Angioni); “these latter are not even beings in the unqualified sense” (Ross). Nossa tradução segue, em boa medida, a tradução proposta por Judson.

Independentemente de algumas diferenças nas traduções citadas acima, um ponto que nos parece importante neste trecho de $\Lambda 1$ é a presença da expressão ὄντα ἀπλῶς (todas as traduções acima parecem indicar que o termo ἀπλῶς se refere ao termo ὄντα).

Em primeiro lugar, a presença da expressão ὄντα ἀπλῶς (“seres sem qualificação”) aqui em $\Lambda 1$, sem que seja oferecida nenhuma explicação mais precisa do significado do que possam ser os “seres sem qualificação” – a sequência do texto nos dirá apenas porque a *qualidade* e a *quantidade* não são “seres, por assim dizer, sem qualificação – poderia ser um indício de que o *Livro A* deva ser a continuidade de alguma investigação, na qual já esteja, ao menos, um pouco mais claro o significado da expressão “seres sem qualificação (como visto na nota 1 à tradução e nos capítulos I e II do texto de análise, S. Menn e M. Frede compreendem que a investigação de Λ dá continuidade a uma investigação precedente).

Uma outra possibilidade seria que a própria investigação de Λ irá nos aclarar a respeito de “como são”, “o que são” e “quais são” ou “qual é” o *ser sem qualificação*.

Essa segunda possibilidade, na verdade, não exclui a primeira, seria possível que Λ dê continuidade a uma investigação, na qual o leitor (ou o ouvinte) já estejam familiarizados com tal expressão e, agora, o início do *Livro A* poderia indicar que esta investigação também tentará compreender o que é o “ser sem qualificação”.

A expressão “ser sem qualificação” ocorre algumas vezes ao longo da *Metafísica*, sendo bastante difícil delimitar precisamente o seu significado. Nos restringiremos, nesta nota, a algumas ocorrências desse termo no próprio *Livro A* para aclarar um pouco o modo como poderíamos compreendê-lo nessa ocorrência de $\Lambda 1$.

Em $\Lambda 7$ ἀπλός (“sem qualificação”) aparece algumas vezes e deverá contribuir para esclarecer o sentido do termo em Λ .

“And the intellect is moved by the object of thought, and one of the two columns of opposites is in itself an object of thought; and in this column substance is first, and of substance that which is simple and exists in activity (ἡ ἀπλή καὶ κατ’ ἐνέργειαν) is

first. (Being one (ἓν) and being simple (ἀπλοῦν) are not the same thing; for ‘one’ signifies a measure (μέτρον), while ‘simple’ (τὸ ἀπλοῦν) signifies how the thing is” (Λ 7, 1072 a30-34, tradução de Judson).

Essa passagem de Λ 7 contém uma série de questões importantes que não discutiremos, passaremos diretamente para a discussão acerca do termo ἀπλος. Em primeiro lugar, ἀπλος aparece associado à expressão “ser em ato”, sendo o “ser ἀπλος” e “ser em ato”, algo que, segundo a tradução de Judson, “é primeiro nas substâncias”. Depois, o parêntese contido em 1072a32-34 diferencia os termos ἀπλος e ἓν (o “um” ou a “unidade”). Essa diferenciação parece ser bastante importante, pois, a partir dela, fica mais claro que ἀπλος “designa” (σημαίνει) “como é a coisa mesma” (πὼς ἔχον αὐτό), ao passo que o “um” (ἓν) designa somente uma “medida”.

A propósito da diferenciação estabelecida na passagem citada acima de Λ 7, em Λ 4, 1070b7, o “um” e o “ser” são referidos como sendo “elementos inteligíveis” (ou, talvez, “elementos dos inteligíveis” τῶν νοητῶν στοιχεῖόν). Algo que, em Λ 4 é dito pertencer a cada um dos compostos (ὑπάρχει γὰρ ταῦτα ἐκάστῳ καὶ τῶν συνθέτων).

A ideia de que o “um” *pertence individualmente aos compostos* parece estar em acordo com a referência anterior de Λ 7, a qual diz que o “um” é uma “medida”. Pois a medida pertence a *categoria* da qualidade e, portanto, seria algo que pode ser “predicado” dos indivíduos. Assim, ao contrário do que ocorre com o “um” (ἓν), poderíamos dizer que ἀπλος não é algo que pertence (ὑπάρχει) aos indivíduos, ou que possa ser “predicado” deles, ἀπλος designa (σημαίνει) o “como é da coisa mesma” (πὼς ἔχον αὐτό).

Mais a frente, ainda em Λ 7, o texto oferecerá mais uma explicação sobre ἀπλος, na qual ἀπλος seria um dos modos em que a “necessidade” é dita.

“It exists, then, of necessity; and inasmuch as it exists of necessity, it does so well, and in this way it is a principle. (For the necessary is spoken of in this number of ways: that which is by force, because it is contrary to impulse; that without which things are not good; that which cannot be otherwise, but is necessary without qualification.) On such a principle, then, depend the heavens and nature.” (Λ 7, 1070b10-14, tradução de Judson).

Essa passagem, da mesma maneira que a anterior, também contém uma série de questões complicadas, mas, de novo, concentraremos nossos esforços na explicação que a passagem oferece com relação ao sentido do termo *ἀπλος*.

A passagem nos diz que o princípio “do qual dependem os céus e a natureza” é “por necessidade” e, em seguida, enumera três modos em que a *necessidade* é dita, sendo que o terceiro é aquele em que a coisa “não pode ser de outro modo senão *sem qualificação* (*ἀπλος*)”. Isso nos oferece uma boa explicação do que é ser *ἀπλος*: ser *ἀπλος* é *não poder ser de outro modo*, a não ser *deste modo*: *ἀπλος* (“sem qualificação”, “simplesmente”).

Tal explicação aparenta estar, também, em acordo com a citação anterior de Λ 7, na qual *ἀπλος* surge junto à expressão “ser em ato”. Pois agora sabemos que algo é *ἀπλος* quando esta coisa “não pode ser de outro modo”, o que quer dizer, segundo Λ 7, que a coisa “não possui nenhuma potencialidade”. Um pouco antes da citação acima, em Λ 7, foi dito que algo que é movido “pode ser de outro modo”, quer dizer, não é “por necessidade”, mesmo que este outro modo diga respeito apenas a “uma mudança quanto ao local” e não “uma mudança quanto à substância”. Este parece ser o caso dos corpos celestes, os quais não seriam *ἀπλος* (“sem qualificação”), uma vez que são movimentados e, assim, sofrem mudança (*são de outro modo*) quanto ao local, apesar de serem incorruptíveis, isto é, não podem ser *de outro modo* quanto à substância.

Além disso, esta explicação de Λ 7, de que algo é *ἀπλος* quando esta coisa “não pode ser de outro modo”, parece contribuir para explicar a sequência de Λ 1, na qual o branco e o retilíneo são ditos não serem “sem qualificação”, pelo fato de que, se assim fosse, seria preciso dizer que o *não-branco* e o *não-retilíneo* são também “seres *ἀπλος*”. À luz das passagens de Λ 7, então, poderia ser o caso que o branco e o retilíneo não são *ἀπλος* porque ambos podem ser de outro modo, a saber, *não-branco* e *não-retilíneo*.

Com isso, podemos ter uma ideia da importância e da dificuldade de compreender o que é o “ser sem qualificação”. Através das passagens de Λ tratadas anteriormente, tentamos oferecer *alguma* compreensão deste termo para termos maior clareza a respeito do seu uso e significado em Λ 1. Mas, de nenhum modo, pretendemos ter oferecido uma compreensão mais precisa ou mais completa do que seja o “ser sem qualificação”.

12. Seguimos Jaeger lendo οἶον ao invés de ἀλλὰ (1069a22).

L. Judson, F. Baghdassarian e L. Angioni seguem Ross e lêem ἀλλὰ. Acreditamos que a passagem não possui um sentido adversativo que a leitura de ἀλλὰ poderia indicar. Parece tratar-se de uma enumeração não exaustiva de exemplos de itens pertencentes à categoria da qualidade e da quantidade, mencionadas antes em Λ e, nesse caso, a leitura de οἷον parece ser mais adequada.

13. Optamos por suprir o objeto do verbo μαρτυροῦσι (1069a25) através do pronome “isto”.

Judson supre o objeto de μαρτυροῦσι através da expressão: “[to the primacy of substance]”. F. baghdassarian não especifica o objeto de μαρτυροῦσι, suprindo-o através do pronome francês “en” “Les anciens philosophes en témoignent”.

Quanto ao referente do pronome “isto”, acreditamos que os antigos testemunham *na prática* (ἔργῳ) que os primeiros princípios e causas são princípios e causas das substâncias. E, possivelmente, que os princípios e causas das substâncias seriam, eles mesmos, substâncias (ver capítulo II, tópico 1, do texto de análise). Além disso, a sequência de Λ 1 nos mostrará que esses primeiros princípios, investigados pelos antigos, são substâncias compreendidas como coisas individuais (ver nota 17 à tradução).

14. Ver nota 22 abaixo, na qual discutimos a segunda ocorrência do termo “elemento” em Λ 1.

15. “método lógico” traduz λογικῶς (1069a28).

Optamos por uma tradução semelhante a proposta por Berti (Berti traduz μᾶλλον διὰ τὸ λογικῶς ζητεῖν por “owing to the logical nature of their inquiry”) pelas razões que iremos expor a seguir.

Não estamos em acordo com Berti quanto à posição defendida por ele de que, da mesma forma que Aristóteles, os platônicos também teriam postulado a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel, e postulado a existência de uma única ciência da substância (Berti cita uma passagem em A 9, 992a18-993a10 em que Aristóteles testemunharia que, segundo os platônicos, há princípios comuns à substância sensível e imóvel). Assim, segundo Berti, Platão e Aristóteles se assemelhariam quanto

a postulação de um princípio comum às substâncias e de uma ciência única da substância, mas se distinguiriam quanto ao *método* de investigação empregado. Como dissemos, não estamos de acordo com a aproximação estabelecida por Berti entre Platão e Aristóteles, mas estamos de acordo com a distinção estabelecida por ele entre o “método” de investigação platônico e o aristotélico. Passaremos a explicitar melhor essas diferenças.

Como mostramos no texto de análise, acreditamos que Platão (ao menos segundo a compreensão de Aristóteles oferecida no *Livro A*) não postulou um princípio comum às substâncias. Aliás, discutimos no capítulo II do texto de análise que este talvez seja o motivo pelo qual os platônicos possuiriam uma concepção *seriada* do todo, pois não haveria um princípio a partir do qual se estabelecesse uma *conexão* entre as diferentes partes do todo.

Entretanto, apesar da discordância apontada acima com relação à posição de Berti, nos parece bastante interessante a distinção proposta por ele entre o método platônico, segundo ele, referido em Λ 1 através do termo λογικῶς e o método de Aristóteles, que Berti chama de *método físico*:

“the change introduced by Aristotle in comparison to the Academicians was the distinction between the logical, i.e. dialectical in the Aristotelian sense, and the physical method of research, reminded also, as we have seen, in Λ 1, 1069a28, (ou seja, na ocorrência mesma do termo λογικῶς) so that the science of the principles for the Academicians follows the logical method and for Aristotle follows the physical one”¹⁵⁸.

Segundo Berti, a grande diferença entre estes dois métodos, o *lógico (dialético)* dos platônicos e o *físico* de Aristóteles, estaria na capacidade que o método aristotélico possui em explicar o *movimento* da substância sensível, enquanto o método *lógico* platônico é capaz de postular os princípios, mas não de explicar o movimento no mundo sensível¹⁵⁹.

De fato, a favor do que disse Berti, essa incapacidade dos platônicos em explicar o movimento parece estar referida no próprio *Livro A*, pelo menos duas vezes. Uma em Λ 6, 1071b14-16: “Nor will it help, then, even if we posit substances which are eternal – as do those who posit the Forms – unless there is some principle in them which is able

¹⁵⁸ BERTI. Op., Cit., p. 82.

¹⁵⁹ Ibid. p. 85.

to cause change” (tradução de Judson) e a outra em Λ 10, 1075b27-28: “If the forms or numbers will be principles, they will be causes of nothing; or if not, at least they will not be causes of motion” (tradução de Judson). Discutimos estas passagens de Λ 6 e Λ 10 no capítulo II do texto de análise.

Outra referência relevante para o termo λογικῶς contido em Λ 1, a qual também parece ir a favor da sugestão de Berti, é uma passagem do *De Anima*, na qual o texto opõe a atividade do “físico” à do “dialético”: “um <o físico> se preocupa em oferecer (αποδίδωσιν) a matéria, enquanto o outro <o dialético> a forma e da definição” (*De Anima* I 1, 403b1-2, nossa tradução).

Há muitas outras coisas em jogo no trecho anterior e posterior à citação acima, os esforços parecem ser, sobretudo, o de dizer (assim como também é dito na *Física*) que o físico se ocupa tanto da matéria quanto da “forma e a definição”. E, por isso, a noção de qual é o objeto do físico contida na citação acima será reformulada mais à frente em *De Anima* I 1, 403b9-12. Nesta passagem é dito que o físico não se ocupa apenas da matéria (ao contrário do que os fisiologistas antigos acreditavam) ele também deve se ocupar da *forma*, mas da forma *em uma matéria dada*, como veremos.

Com isso, este trecho parece relevante para a discussão aqui em Λ 1 do “método lógico” dos platônicos, pois ele realiza uma oposição entre o físico e o dialético, do mesmo modo que Berti propôs a existência de dois métodos distintos: o “método físico” de Aristóteles e o “método lógico (dialético)” dos platônicos. E, segundo o *De Anima*, o dialético seria aquele que se ocupa apenas da “forma e a definição”.

Assim, as passagens citadas anteriormente talvez pudessem direcionar o modo de compreensão do termo λογικῶς do seguinte modo: “os filósofos de agora” (os platônicos) teriam empreendido um tipo de investigação λογικῶς (*lógica* ou *dialética*) por terem levado em consideração somente “a forma e a definição”.

Mas, o texto do *De Anima* segue mostrando porque este tipo de investigação que levaria em conta somente a “forma e a definição” não funciona: “de fato, enquanto a definição é a forma do objeto, se ela existir, é necessário que <a forma e a definição> esteja em uma dada matéria” (*De Anima* I 1, 403b2-3, nossa tradução).

Por isso, pelo fato de que “a forma e a definição”, se existirem, existirão em uma matéria dada, o físico, segundo Aristóteles, deve se ocupar tanto da “matéria” quanto da “forma e a definição”. Uma posição semelhante será defendida em Λ 3, onde o texto mostra que nada obriga admitirmos a existência de “Ideias”, formas separadas.

Desse modo, o problema de uma investigação λογικῶς parece ser, então, que através dela o *dialético* desconsideraria algo que não pode ser desconsiderado. E este algo que não pode ser desconsiderado – que a *forma e a definição*, se existirem, existirão em uma dada matéria – será reafirmado, de um modo distinto, também em Λ . Por exemplo em Λ 3, quando o texto diz: “a definição da casa apenas existe ao mesmo tempo que a casa existe” e “quando um ser humano existe em boa saúde, existe a saúde”. Acreditamos ser possível compreender a necessidade de que a *forma e a definição* existam em uma dada matéria como algo equivalente a dizer que a forma da casa existe *ao mesmo tempo* que a casa existe e, do mesmo modo, a saúde de Sócrates existe *ao mesmo tempo* que Sócrates existe em boa saúde. Pois, estes exemplos de Λ 3 parecem evidenciar que a “forma e a definição” não existe além do composto de matéria e forma. Ou seja, “a forma e a definição” existe em uma dada matéria.

Assim, as passagens de Λ 3 tratadas no parágrafo anterior, as quais parecem estar em consonância com a distinção estabelecida no *De Anima* entre a atividade do *físico* e a do *dialético*, poderiam ser um indício de que o “método físico” referido por Berti está, de fato, em operação no *Livro A*. E, na verdade, em Λ 3 fica mais evidente também a contraposição do *método físico* ao *método dialético*, o qual investigaria “a forma e a definição” separadas da matéria (aparentemente, anteriores, e não simultâneas (ἄμω), à “forma e definição” existente em uma matéria dada). A passagem de Λ 3 nos mostra que o que existe *anteriormente* a um *indivíduo* (ao composto de forma e matéria, ou seja, “a forma e a definição” em uma dada “matéria”) é o movente, e não uma “forma existindo separadamente”, como os *dialéticos* acreditavam.

Além disso, mesmo que através do *método físico* (segundo o modo como tentamos apresentá-lo aqui) não se deva negligenciar nem a “forma e a definição” e nem a “matéria”, este método não parece possuir uma aplicação restrita apenas às *coisas materiais*. Quer dizer, ele talvez ultrapasse o próprio âmbito daquilo que compete apenas ao *físico*. Pois o método físico parece possuir uma função também na compreensão da “coisa separada” (ver capítulo III, tópicos 4 e 5 do texto de análise).

Assim, mesmo que a coisa separada não precise ser entendida, necessariamente, como “separada da matéria”, talvez, através do *método físico*, seja possível investigar também a “coisa separada da matéria”. Como Aristóteles demonstra em Λ 3, nada obriga admitirmos que existam *formas separadas* (“Ideias”), sendo que, talvez, o caminho correto para compreendermos “o que é” e “como é” a “coisa separada” seja através do *método físico* de que Berti fala.

Como dissemos, Λ 3 mostra que aquilo que existe anteriormente a coisa é o *movente* (por exemplo Peleus, o pai de Aquiles existe anteriormente a Aquiles) enquanto a *definição* existe *ao mesmo tempo* que a coisa. Quer dizer, o *método físico*, segundo estamos o interpretando a partir da formulação de Berti, inicialmente levaria em consideração a “forma e a definição em uma dada matéria”. E a investigação das causas e princípios dessa coisa, do composto de forma e matéria, poderá revelar que a *coisa separada* que é causa e princípio destes compostos é um *movente* e não uma *forma* (Ideia) existindo a parte. Depois, a partir de Λ 6, veremos que a coisa *efetivamente separada* – agora sem matéria porque esta coisa é o *puro ato* – também é um movente, mas um movente que será causa de *todas as coisas* e não apenas a causa de Aquiles, como é o caso de Peleus (o pai de Aquiles), ou causa apenas das coisas pertencentes ao “mundo sublunar”, como é o caso do Sol.

Por último, fica mais claro também o modo como o *método físico* pode revelar substâncias que são causas e princípios de outras substâncias, como sendo coisas particulares e não coisas universais. Peleus, a causa motora de Aquiles e que existe anteriormente a Aquiles, é uma coisa particular, assim como o Sol também é uma coisa particular, mesmo que seja causa (não por analogia) de todas as coisas pertencentes ao mundo sublunar. Desse modo, através deste método físico, somos capazes, ao menos, de visualizar um caminho segundo o qual seria possível chegar a primeiros princípios que sejam substâncias concebidas como coisas particulares.

Mas acreditamos que esta seja, na verdade, uma boa parte da problemática levantada em Λ 1, que diz respeito a saber, justamente, se as substâncias, que são primeiros princípios, são coisas particulares ou coisas universais. Trataremos um pouco melhor desta problemática na nota 17 abaixo.

16. “a terra e o fogo” traduz $\pi\tilde{\upsilon}\rho$ καὶ γῆν (1069a29).

Em *Física* II 1, 192b8-12 Aristóteles oferece uma lista de “seres por natureza” e nela estão contemplados, além dos animais, as partes dos animais e as plantas, os “corpos simples”, dos quais são exemplos, além da terra e fogo citados aqui em Λ 1, a água e o ar. Isso já poderia servir de indício de que Aristóteles entende que os “corpos simples” são substâncias sensíveis assim como os animais e as plantas, que serão oferecidos logo à frente em Λ 1 como exemplos de substâncias sensíveis. E, além desta passagem de *Física* II 2, em H 1, 1042a6-12, “terra, fogo, água e ar” são citados

expressamente como exemplos de “substâncias naturais” (ver nota 19 abaixo). O que deixa claro que Aristóteles concebe estes elementos como substância sensíveis.

17. trecho de 1069a26-30

Uma possível leitura deste trecho é a de que ele possua a função, apenas, de apresentar o modo como os predecessores de Aristóteles teriam compreendido a substância: ou como coisas particulares ou como coisas universais.

Entretanto, além do trecho nomear os seus interlocutores – praticamente todos os filósofos que precederam Aristóteles: por um lado os seus contemporâneos, os platônicos, e por outro “os antigos”, os pré-socráticos, mais precisamente alguns dos pré-socráticos, os fisiologistas – acreditamos que o trecho levanta uma problemática própria que a investigação de Λ se propõe a considerar e possivelmente resolver. A problemática seria a de saber se as substâncias são coisas universais ou coisas particulares¹⁶⁰.

Mas, se esta passagem de 1069a26-30 enuncia (como acreditamos que ela enuncie) uma problemática própria a ser resolvida, seria preciso que este problema seja realmente tratado em algum ponto da investigação de Λ . Assim, qual ou quais passagens de Λ tratariam dessa problemática anunciada nestas linhas de Λ 1?

Uma passagem em que o texto de Λ parece se referir, de forma mais expressa, a este problema envolvendo as coisas particulares e universais, ocorre em Λ 5, 1071a19-24:

“Ces causes ne sont donc pas des universels, car c’est l’individu qui est principe des individus. En effet, un homme en général est principe d’un homme en général, mais il n’y en a aucun ; tandis que Pélée est le principe d’Achille, ton principe, c’est ton père, et ce ‘B’-ci est principe de ce ‘BA’ -ci, alors que le ‘B’ en général est principe de ‘BA’ dans l’absolu” (tradução de F. Bagdhassarian)¹⁶¹.

Independentemente de saber a que precisamente o primeiro termo contido na citação anterior – o pronome ἐκεῖνα (“estas causas”) – se refere, parece ser claro que a

¹⁶⁰ O problema sobre se as substâncias são coisas universais ou coisas particulares poderia retomar a décima segunda aporia do *Livro B* sobre se os *primeiros princípios* são coisas universais ou coisas particulares.

¹⁶¹ Usamos aqui a tradução de F. Bagdhassarian porque através dela fica mais claro a possibilidade de que este trecho de Λ 5 esteja tratando da problemática envolvendo a questão sobre se os primeiros princípios são coisas particulares ou coisas universais.

passagem considera se “estas causas e princípios” (a tradução de ἐκεῖνα proposta por F. Baghdassarian) são coisas universais ou particulares. E, na medida em que “estas causas e princípios” são substâncias (por exemplo, Peleus, uma das causas mencionada na passagem, é uma substância), poderíamos entender que a passagem de Λ 5 talvez esteja respondendo, justamente, a etapa do programa descrita em Λ 1, na qual seria levantada a problemática sobre se as substâncias são coisas particulares ou coisas universais.

Desse modo, isso poderia indicar que o trecho de Λ 1 não poderia ter apenas a função de nomear os interlocutores da investigação de Λ , mas possui também (e talvez principalmente) um caráter programático. Acreditamos que será uma etapa importante do programa de investigação de Λ a questão sobre se os primeiros princípios (que são substâncias) são coisas universais ou particulares.

É possível que este problema comece a ser tratado já a partir de Λ 2, onde o texto discute se a “matéria”, a qual foi demonstrada a existência no início de Λ 2, é um universal ou um particular. A resposta oferecida em Λ 2 é a de que a matéria é diferente para cada coisa: “Everything that changes has matter, but the matter is different” (1069b25, tradução de Judson).

Mas, será que a discussão de Λ 2 é realmente uma discussão sobre se a matéria, um princípio da substância sensível – sendo ela mesma, aparentemente, uma substância, segundo Λ 3, 1070a10-11: “There are three substances: the matter which is a this something through appearing” (tradução de Judson) – é um universal ou um particular? Ou será que a discussão de Λ 2 é sobre se a *matéria* é uma mesma causa e princípio (como alguns dos pré-socráticos citados em Λ 2 acreditavam) para todas as coisas?

Talvez, as duas perguntas estejam relacionadas – ou seja, a discussão a respeito de saber se os princípios são universais ou particulares e a discussão sobre se poderá haver um mesmo princípio para todas as coisas estão relacionadas – e Aristóteles irá nos mostrar ao longo de Λ que não é necessário que o princípio de “todas as coisas” seja, ele mesmo, um universal. Através do caminho indicado em Λ 4-5: a investigação por causas e princípios externos, e que será percorrido a partir de Λ 6, talvez seja possível encontrar uma “coisa individual” que será causa e princípio de todas as coisas. Do mesmo modo que o sol, uma *coisa individual*, é princípio e causa, não “por analogia”, de todas as coisas que existem no mundo sublunar.

De qualquer maneira (às vezes de modo mais explícito e às vezes de modo menos explícito) a investigação de Λ parece se ocupar da problemática sobre se as substâncias (os primeiros princípios que são substâncias) são coisas universais ou coisas

particulares. O que fortalece a leitura de que o trecho de Λ em análise nesta nota, mais do que apenas situar a investigação de Λ em meio às investigações filosóficas precedentes à Aristóteles, estabelece uma *problemática* própria a ser investigada em Λ : os primeiros princípios (que são substâncias) são coisas particulares ou coisas universais?

18. A frase “As substâncias são três” traduz οὐσίαι δὲ τρεῖς (1069a30).

Outras traduções acrescentam o termo “tipos” nesta frase. Nesse sentido, a tradução de Ross: “There are three kinds of substance, seguida pelas traduções de Judson: “There are three kinds of substance” e a de Fabienne Baghdassarian “Il y a trois sortes de substances”. L. Angioni, por outro lado, não acrescenta o termo “tipos” em sua tradução: “São três as essências”.

Apesar de concordamos que uma compreensão possível da frase seja a de que, em um sentido, existem três *tipos* de substâncias, nos parece que o acréscimo deste termo na tradução é desnecessário e poderia ser impreciso como tentaremos mostrar a seguir.

O acréscimo do termo “tipos” poderia servir para deixar claro que a frase não quer dizer que existam somente três substâncias numericamente falando. Certamente “três” não se refere à quantidade numérica de substâncias. Λ 8, por exemplo, dirá a quantidade (numérica) de “esferas” (substâncias sensíveis incorruptíveis), sendo que apenas a quantidade de esferas oferecidas em Λ 8 já é bem maior do que três: “Hence the number of all <the spheres>, both those which move <the planets> and those which wind back these spheres, will be fifty-five; but if one were not to add the moon and the sun the motions which I have mentioned, all the spheres will be forty-seven.” (Λ 8, 1074 a10-15, tradução de Judson).

Na verdade, nem seria necessário recorrer a Λ 8. Se cada indivíduo, como por exemplo Sócrates e Cálías, for numericamente falando *uma única* substância, a quantidade numérica de substâncias (materiais) parece ser “sem limites”. Pois a matéria de cada *indivíduo* é diferente, como dirá uma passagem de Λ 2, e, portanto, o número de indivíduos seria “sem limites”.

Ou seja, não parece necessário acrescentar o termo “tipos” na frase de Λ 1 para evitar a compreensão de que ela se refira a uma *quantidade numérica*. Esta interpretação da frase parece bastante improvável, mesmo sem o acréscimo do termo “tipos”.

Em $\Lambda 3$, 1070a9, há uma nova afirmação de que “as substâncias são três”. É bastante provável que se trate de uma afirmação de outra natureza, a qual não tenha nenhuma relação necessária com esta de $\Lambda 1$. Isto é, por diferentes razões ambas as afirmações dizem que “as substâncias são três”. Embora se trate de uma afirmação de outra natureza, é importante notarmos que na passagem de $\Lambda 3$ tanto Ross quanto F. Baghdassarian mantêm a mesma tradução oferecida em $\Lambda 1$. Contudo, Judson não acrescenta o termo “kinds” na frase de $\Lambda 3$.

Acreditamos que, do mesmo modo como na passagem de $\Lambda 3$ talvez seja mais clara a falta de necessidade do acréscimo de “tipos de substância” (a tradução de Judson, por exemplo, poderia indicar isso), também aqui em $\Lambda 1$ o acréscimo de “tipos” parece desnecessário.

Entretanto, mais do que desnecessário, este acréscimo poderia ser impreciso.

A sequência do texto de $\Lambda 1$ se encarregará de mostrar que as substâncias se “distinguem”, poderíamos dizer, a partir de dois critérios: em primeiro lugar, a corruptível se distingue da eterna e, em segundo lugar, a móvel se distingue da imóvel. Neste caso, talvez seja impreciso comprometermo-nos, aparentemente sem uma necessidade real, com a ideia de que a substância sensível corruptível é um “tipo” de substância, e a sensível eterna outro “tipo”, e a imóvel outro. Quer dizer, estas distinções podem não revelar precisamente “tipos” distintos de substâncias, mas alguma outra coisa.

Por exemplo, se de fato a substância sensível fosse objeto de uma ciência e a imóvel fosse o objeto de uma outra ciência, não estamos totalmente seguros de que a substância sensível e a imóvel se distinguiriam apenas enquanto “tipos” distintos de substâncias. Pois, desse modo, cada uma delas definiria o “objeto” de uma ciência distinta. Ou seja, neste caso, as substâncias distintas não parecem ser apenas “tipos” distintos de uma coisa, mas, aparentemente, seriam “coisas mesmas distintas”, as quais delimitariam ciências distintas.

Por outro lado, será, como sustentamos no texto de análise, a demonstração de que existe um princípio comum à substância sensível e imóvel, que poderá mostrar que a substância sensível e a imóvel parecem se distinguir, afinal de contas, apenas enquanto “tipos distintos de substâncias”. E ambas poderão, assim, ser investigadas por uma “mesma ciência”. Como esta questão ainda parece estar em aberto neste momento de proposição da investigação, parece mais adequado não acrescentar “tipos” na frase “as substâncias são três”. Grande parte do desafio da investigação de Λ é mostrar como

as coisas *corruptíveis*, as coisas *eternas* e as coisas imóveis (*sem matéria*) podem ser investigadas por uma mesma ciência. Por isso, não parece ser imediatamente óbvio, nesta frase, que se trate de uma mesma coisa de diferentes tipos.

Judson também nota que no começo de Λ 6 esta frase, aqui discutida: “as substâncias são três”, será retomada:

“In chapters 2-5 he will examine the principles of substance in the first class, and in chapters 6-10 he will turn to substance(s) comprising the second class, explicitly referring back to his programme at the start of Λ 6: ‘Since there were three kinds of substance, two of them natural and one unchanging, concerning this last kind it must be said ...’ (1071b3-4)”¹⁶².

Judson compreende que esta referência em Λ 6 a uma passagem de Λ 1 pode servir de apoio para o entendimento de que há uma unidade no programa de investigação de Λ , apesar das diferenças entre Λ 1-5 e Λ 6-10. E que este programa, não apenas é anunciado em Λ 1, mas parece ser efetivamente levado a cabo ao longo de Λ 2-5: “Thus the initial programme and the way in which Λ as a whole actually follows the programme make it plain that Aristotle sees himself as undertaking a single, unified Project in Λ ”¹⁶³.

Berti, assim como Ross, Judson e Baghdassarian, também acrescenta “kinds” em sua tradução. Mas afirmará que Aristóteles se refere, através da frase, não à existência propriamente de três substâncias, mas sim que a frase sinaliza apenas para três possíveis tipos de substâncias, decorrentes, talvez, daquilo que postularam os predecessores de Aristóteles:

“I disagree in part with the ROTA, which speaks correctly of ‘kinds of substances’ instead of ‘substances’, but interprets the first sentence as an affirmation of existence made by Aristotle, while I think that the philosopher is simply considering three possible kinds of substance, or three kinds whose existence was admitted by the preceding thinkers, but which at least for the eternal substances and for immovable ones, needs to be demonstrated.”¹⁶⁴.

¹⁶² JUDSON. Op., cit., p. 61.

¹⁶³ Ibid.

¹⁶⁴ BERTI. op., cit., 165.

Discordamos de Berti quanto ao fato de que a frase “as substâncias são três” esteja considerando apenas três possíveis tipos de substâncias, concebidas pelos predecessores de Aristóteles. Acreditamos que Aristóteles está afirmando a existência de três substâncias, segundo a sua própria concepção (ver também nota 34 abaixo). Esta parece ser a compreensão, por exemplo, de M. Zingano, ele também considera a frase como uma afirmação de existência¹⁶⁵.

Um argumento contra a possibilidade levantada por Berti está contido na citação acima de L. Judson. Como bem observou Judson, a frase “as substâncias são três” será retomada em Λ 6, revelando, muito possivelmente, que a frase de Λ 1 não apenas informa a própria concepção aristotélica de que existem três substâncias, mas ainda contribui para o estabelecimento de um programa de investigação: inicialmente será investigada a substância sensível (a corruptível e a eterna) e, depois, será investigada a substância imóvel. Ainda seguindo Judson, a referência expressa de Λ 6 à frase de Λ 1 revela que o programa de Λ , estabelecido em Λ 1, está de fato sendo cumprido como um projeto unificado de investigação. Por isso, esta frase não poderia considerar apenas três *possíveis* tipos de substâncias, admitidas pelos predecessores de Aristóteles, mas ela informa a posição de Aristóteles, que será assumida ao longo de toda a investigação de Λ .

Na nota 34 abaixo discutiremos um segundo equívoco de Berti, aparentemente decorrente do fato do autor entender que a frase “as substâncias são três” não diz respeito à própria posição de Aristóteles.

19. “com a qual todos concordam” traduz $\eta\upsilon\ \pi\acute{\alpha}\nu\tau\epsilon\varsigma\ \acute{\omicron}\mu\omicron\lambda\omicron\gamma\omicron\upsilon\sigma\iota\nu$ (1069a31)

Uma referência bastante explícita dessa frase de Λ 1 ocorre em *Met.* H 1.

“And some substances are recognized by all thinkers, but some have been advocated by particular schools. Those generally recognized are the natural substances i.e. fire, earth, water, air etc., the simple bodies; secondly plants and their parts, and animals and the parts of animals; and finally the heavens and the parts of heavens. Some particulars say that Forms and the objects of mathematics are substances” (H1, 1042a6-12, tradução de Ross).

¹⁶⁵ ZINGANO. Op., cit.

A passagem acima de H 1, deixa claro quais são as substâncias sensíveis com a qual “todos concordam” (a sensível corruptível e a sensível eterna) e que o mesmo não ocorre com relação a substância imóvel. Mostraremos nesta nota que a compreensão da frase de Λ 1 parece ser a mesma da passagem de H 1 citada acima.

Um primeiro problema sobre a frase de Λ 1 consiste em determinar qual o referente do pronome relativo $\eta\nu$ “a qual”. Este pronome se refere apenas à substância sensível corruptível ou também à substância sensível eterna?

Judson compreende que a referência é provavelmente apenas à substância sensível corruptível: “The phrase ‘which is acknowledged by everyone’ probably applies to perishable perceptible substance”¹⁶⁶. Além disso, em nota, Judson afirma que seria exagerado afirmar que “todos concordam com esta substância”: “not only will Platonists refuse to regard animals and plants as central cases of substance (see notes on a26-30), but Plato himself seems to deny that *ousia* can be properly applied to anything perceptible”¹⁶⁷.

Antes de respondermos qual é o referente do pronome relativo $\eta\nu$ (“a qual”), é necessário termos maior clareza quanto a o que é, precisamente, o objeto de concordância de *todos*, referido na frase de Λ 1.

Tendo em vista o que disse Judson na citação acima (para os platônicos animais e plantas não seriam exemplos de substâncias sensíveis) nos perguntamos se não seria suficiente, para Aristóteles, que a concordância se restringisse apenas ao fato de que estas coisas que estão sendo tomadas aqui como exemplos de substâncias sensíveis, os animais e as plantas, sejam coisas que *admitidamente existem*. Quer dizer, a *existência* de animais e plantas é manifesta, não sendo necessário que “todos” estejam de acordo que animais e plantas sejam exemplos de substância sensível.

Dizer “o que é a substância sensível” é algo que exige uma formulação bastante complexa e refinada (a investigação de Λ mesmo é prova disso), a qual Aristóteles não poderia pretender que *todos* estejam de acordo. Assim, afirmar que todos concordam que animais e plantas são exemplos de substância sensível pareceria implicar que todos concordassem a respeito do que é a substância sensível. Mas não poderia ser este tipo de concordância que Aristóteles proporia na passagem.

Dessa forma, os platônicos poderiam discordar, segundo o que disse Judson, de que animais e plantas sejam exemplos de substâncias sensíveis. Contudo, não faria

¹⁶⁶ JUDSON. Op., cit., p. 61.

¹⁶⁷ Ibid., p. 61, nota 14.

sentido que alguém (entre os platônicos ou entre os antigos) discordasse de que animais e plantas existam.

Com isso, a concordância referida na frase em análise possivelmente diga respeito, simplesmente, ao fato de que a existência de animais e plantas é manifesta. Mas isso talvez seja suficiente para Aristóteles afirmar que é manifesta a existência de indivíduos de um tal tipo, indivíduos que, para Aristóteles, são seres analisáveis em *forma e matéria*. Ou seja, se todos admitem a existência de animais e plantas, deverão admitir a existência de que existem indivíduos de um certo tipo. E este tipo de indivíduo, segundo a concepção aristotélica, será revelado como sendo um composto de matéria e forma, uma substância sensível.

Desse modo, o que não se teria a respeito da substância imóvel talvez seja justamente o tipo de concordância que se tem a respeito da substância sensível. Os platônicos admitiram a existência da substância imóvel, mas os pré-socráticos parecem não ter admitido, ou pelo menos não são todos os pré-socráticos que admitiram a existência da substância imóvel (como decorre da leitura de *Met.* A 3 e Γ 5). Ou seja, o que não se tem com relação à substância imóvel é uma concordância quanto à existência daquilo que (até o momento) é tomado como exemplo de substância imóvel. Quer dizer, não é manifesta a existência “das coisas matemáticas” e das “formas separadas” que os platônicos afirmam ser exemplos da substância imóvel.

Portanto, independentemente do que possam ser os animais e as plantas, “todos concordariam que existem animais e plantas”. Mas, o mesmo não ocorre em relação às *coisas matemáticas* e às *formas separadas* – os exemplos oferecidos até então de substância imóvel pelos platônicos. Não há concordância quanto à existência dessas coisas.

Voltando, agora, à questão do início desta nota a respeito do referente de ἦν (“a qual), por um lado, o melhor parece ser compreender que o pronome se refira à αἰσθητή “substância sensível” em 1069a30. Principalmente porque, depois, o pronome ἦς, em 1069a32, de modo mais claro, se refere à substância sensível (mostraremos isso na nota 21 abaixo). Desse modo, os dois pronomes possuiriam um mesmo referente.

Além disso, a distinção mais importante, em Λ, parece ser entre a substância sensível e a substância imóvel. A investigação de Λ se organiza desta forma, a primeira parte se ocupa da substância sensível e a segunda parte da substância imóvel; o início de Λ 6, aliás, como notou Judson (citado na nota 18 acima), diz de modo expresso ter tratado da substância sensível e que será necessário considerar a substância imóvel. Ou

seja, o fato da substância sensível ser tratada ao longo de Λ sem que seja feita uma distinção entre a corruptível e a eterna faz parecer menos provável que esta distinção fosse feita aqui.

Por outro lado, o mesmo talvez não possa ser dito a respeito dos exemplos de substâncias sensíveis eternas, os corpos celestes. Em um certo sentido, a existência dos corpos celestes não parece ser manifesta do mesmo modo que a existência de animais e plantas é manifesta. Nesse caso, os exemplos de substâncias sensíveis eternas poderiam estar mais próximos aos exemplos da substância imóvel, os quais, como dissemos antes, certamente não possuem uma *existência manifesta*.

Nessa perspectiva, visualizamos duas alternativas para manter o referente de $\eta\nu$ como sendo a “substância sensível” (a corruptível e a eterna). De um lado, seria possível que “todos concordassem” com a existência dos corpos celestes, assim como concordam com a existência de animais e plantas. Esta concordância apenas não está expressa, assim como é expressa a concordância a respeito da existência dos animais e das plantas (mas, notemos que, na passagem de H 1 citada no início desta nota, a concordância em relação à substância sensível eterna é expressa). De outro modo, seria possível que não seja preciso que “os corpos celestes” possuam uma existência manifesta para que Aristóteles possa afirmar que “todos concordam com a existência da substância sensível eterna”.

Dissemos que não era necessário que todos concordassem que animais e plantas fossem exemplos de substância sensível. Pois o fato da existência de animais e plantas ser manifesta já seria suficiente para Aristóteles afirmar existir uma concordância quanto à existência de seres (ou coisas) de um determinado tipo: compostos de forma e matéria. Desse modo, mesmo que alguns destes *compostos de forma e matéria* possuam uma matéria que não sofre “mudança quanto à substância”, mas apenas “mudança quanto ao lugar” (e, por isso, são ditos seres incorruptíveis), isso não altera o fato desses compostos serem indivíduos exatamente do tipo dos animais e plantas. Assim, a existência dos últimos poderia tornar manifesta também a existência dos primeiros.

Para Aristóteles, talvez seja suficiente ser manifesta a existência de indivíduos de um certo tipo, como são os animais e as plantas, para que ele afirme que todos concordam com a existência da substância sensível corruptível e, também, da eterna. Aristóteles mostrará que a matéria de cada um desses indivíduos é diferente, sendo que tão somente uma diferença do “tipo” de matéria é que torna alguns desses indivíduos incorruptíveis, como é dito, por exemplo, em Λ 2, 1069b24-26: “Everything that

changes has matter, but the matter is different. And of eternal things, those which, though not generable, are movable by locomotion <have matter> – but not generable matter, but matter for whence and whither” (tradução de Judson).

Assim, por um lado, substâncias sensíveis corruptíveis e eternas possuem uma diferença importante, como atesta o próprio fato de existir esta subdivisão dentro das substâncias sensíveis (a própria frase “as substâncias são três” também parece destacar a diferença entre as duas substâncias sensíveis). Por outro lado, como mostra a passagem de Λ 2 citada acima, a diferença entre as substâncias sensíveis corruptíveis e substâncias sensíveis eternas pode ser explicada por uma diferença no *tipo* de matéria e, a partir disso, no tipo de mudança que uma e outra pode sofrer. Entretanto, ambas são *indivíduos* compostos de matéria e forma. E, por isso, podem ser investigadas ao mesmo tempo, pois ambas possuem, por analogia, os mesmos *elementos*: matéria, forma e privação, além da mesma causa externa, o movente ou os moventes.

Portanto, parece mais provável que, se a evidência da existência de animais e plantas permitirá afirmar a existência de indivíduos de um certo tipo, então essa mesma evidência poderia ser válida para atestar a existência de substâncias sensíveis eternas, compostas de matéria e forma não passíveis do movimento de geração e corrupção.

20. Jaeger suprime ἡ δ' αἰδίοσ (‘‘e a eterna’’) em 1069a32 do texto.

Berti comenta essa questão: em primeiro lugar ele diz que “all the manuscripts and Bekker have on line 32 *he d'aidios*, that Ross and Jaeger suppress as redundant, but marking a strong separation with what precedes”¹⁶⁸. Aparentemente, a supressão desta expressão poderia ter por objetivo evitar a possibilidade de que a frase seguinte de Λ 1: “da qual é necessário apreender os elementos, se um ou se muitos” se refira apenas à substância sensível eterna. Jaeger usa travessões (os quais seguimos em nossa tradução) depois de αἰσθητή em 1069a30 e antes de ἡ δ' em 1069a32 para reforçar a ideia de que a referência diz respeito à substância sensível (αἰσθητή em 1069a30).

Depois Berti diz que este problema já existia para os comentadores antigos:

“Alexander of Aphrodisias already had the same problem, because he says (fr. 4b F) that there are two manuscripts, the one saying that we must discern the elements of both the sensible substances, i.e. of the perishable and eternal one, while the other says that we must discern the elements only

¹⁶⁸ BERTI. Op., cit., p. 75.

of the eternal substance. He declares that the first manuscript is better, because the aim of Aristotle is the discussion of the whole sensible substance, including all the things which are in the universe.”¹⁶⁹

Desse modo, fica claro que o problema diz respeito sobretudo a saber se o texto anunciará, logo em seguida, que “é necessário investigar os elementos” somente da substância sensível eterna, ou se “é necessário investigar os elementos” da substância sensível corruptível também. E a citação acima de Berti diz que a posição de Alexandre de Afrodisias é a de que a investigação diz respeito aos elementos das duas substâncias sensíveis.

Vale a pena notar também a posição de Frede (citada por Berti): “In his opinion (a de Frede) Aristotle does not mean to say that we have to determine the elements only of eternal substance, for in following chapters he proceeds to determine the elements for sensible substance quite generally”¹⁷⁰. A posição de Frede é a mesma de Alexandre de Afrodisias. E esse argumento apresentado por Frede parece ser bastante convincente, pois, de fato, (como já observamos na nota 19 acima) Λ 2-5 investigará os elementos das substâncias sensíveis em geral.

21. “da qual” traduz $\tilde{\eta}\zeta$ (1069a32).

Como já ficou sugerido nas notas 19 e 20 precedentes, o pronome se refere, provavelmente, à substância sensível. Esta é a posição de Frede e a de Alexandre de Afrodisias, ambos reportados por Berti, citado na nota anterior.

Discutiremos a possibilidade na nota 23 abaixo de que a frase “da qual é necessário apreender os elementos, se um ou se muitos” estabeleça o programa de investigação para Λ 2-5, o que seria mais um argumento para a compreensão de que o pronome $\tilde{\eta}\zeta$ (“da qual”) se refere à substância sensível, a corruptível e a eterna.

Na nota 19 dissemos que a substância sensível eterna e a substância sensível corruptível se distinguem apenas pelo fato de que a matéria da substância sensível eterna não sofre “mudança quanto à substância”, ao passo que a matéria da substância sensível corruptível sofre “mudança quanto à substância”. Ou seja, entre a substância sensível corruptível e eterna há uma distinção tão somente quanto à matéria.

¹⁶⁹ BERTI. Op., cit., p. 75.

¹⁷⁰ Ibid. p., 77.

Mas, segundo Λ 2, cada indivíduo (cada composto de matéria e forma) possui uma matéria diferente. Assim, “por analogia” as substâncias sensíveis (inclusive as eternas) possuem os mesmos “elementos”: *matéria, forma e privação*. Todavia, cada substância (mesmo se levássemos em conta apenas as substâncias corruptíveis) possuirá uma *matéria*, uma *forma* e uma *privação* diferentes. Assim, não faria sentido que o texto estivesse propondo a investigação dos *elementos* de uma das substâncias sensíveis, mas não da outra. O fato de cada matéria ser diferente parece ser o resultado da concepção contida no *Livro A* a respeito deste *elemento*: a matéria, o que não impede que a substância sensível corruptível e a substância sensível eterna possam ser investigadas conjuntamente.

22. “elementos” traduz $\sigma\tau\omicron\upsilon\chi\epsilon\acute{\iota}\alpha$ (1069a32).

Essa é a segunda ocorrência desse termo em Λ 1, a outra ocorrência está em 1069a26.

A compreensão de Judson para este termo é a seguinte: “normally Aristotle reserves the term *element* for the material constituents of natural substance. He may intend that meaning here, or he may be using it in a wider sense to refer to the *internal* principles of matter, form and privation.”¹⁷¹

A partir da ocorrência do termo nessa passagem, talvez fique mais claro porque ele não aparece nas duas linhas iniciais de Λ , quando é afirmado que “serão investigados os princípios e as causas das substâncias”.

É possível que o termo $\sigma\tau\omicron\upsilon\chi\epsilon\acute{\iota}\alpha$ (“elemento”) esteja omissa no início da investigação, porque não seria verdadeiro dizer que a investigação de Λ seja integralmente (isto é, Λ 1-10) uma investigação dos “elementos” da substância. Pois a investigação dos *elementos* da substância se encerra em Λ 5, quando a investigação deixa de olhar para os princípios que são “constituintes internos” (um dos sentidos atribuídos a “elemento” na citação anterior de Judson) e passa a investigar “causas e princípios externos”, isto é, que não são mais *elementos*.

Assim, é possível explicar a ocorrência desse termo aqui, porque acreditamos que este é o momento em que o texto estabelece o programa para a investigação de Λ 2-5, na qual ocorrerá uma investigação dos princípios e causas compreendidos como *elementos* ($\sigma\tau\omicron\upsilon\chi\epsilon\acute{\iota}\alpha$).

¹⁷¹ JUDSON. Op., cit., pp. 62-63.

Na verdade, nem mesmo a investigação de Λ 2-5 será uma investigação restrita aos *elementos* da substância sensível. A partir de Λ 3 o texto já estabelece o *movente* como sendo um princípio e causa da substância sensível, e o *movente* não é mais um *elemento* da substância sensível. (Na nota 23 seguinte veremos que, mesmo que Λ 2-5 não se restrinja a uma investigação apenas dos “elementos” da substância sensível, a frase “da qual é necessário investigar os elementos, se um ou se muitos” parece estabelecer o programa para toda a investigação de Λ 2-5).

Segundo Λ 4, “todos elementos são princípios e causas, mas nem todo princípio e causa é um elemento”. Parece não haver um modo de compreendermos como a investigação de Λ 6-10 poderia ser uma investigação dos *elementos* da substância, pois não são investigados nenhum “elemento material” da substância e nem algum “constituente interno” das substâncias (os dois sentidos atribuídos por Judson, no trecho citado no início desta nota). A investigação dos elementos materiais e constituintes internos ocorre apenas entre Λ 2-5.

Por outro lado, faz sentido dizer que Λ 6-10 investiga princípios e causas das substâncias, uma vez que investiga princípios e causas “externos” da substância: *os moventes*. Como dissemos, talvez por isso a investigação seja anunciada como uma investigação de princípios e causas, e não como uma investigação dos princípios, causas e elementos da substância. Pois, embora parte da investigação seja a respeito dos elementos, a investigação não se ocupará o tempo todo de “elementos”, em dado momento ela se ocupará apenas de princípios e causas de outro tipo. Contudo, quando é anunciada a investigação da substância sensível, faz sentido que ela seja anunciada como uma investigação dos elementos da substância sensível, na medida que serão investigados princípios e causas deste tipo: *elementos materiais e/ou constituintes internos*.

23. “da qual é necessário apreender os elementos, se um ou se muitos” traduz ἤς ἀνάγκη τὰ στοιχεῖα λαβεῖν (1069a32-33).

A frase “da qual é necessário apreender os elementos, se um ou se muitos” parece estabelecer o programa de investigação de Λ 2-5. Dissemos antes que Λ 2-5 não investiga apenas princípios e causas compreendidos como “elementos”. Nesse sentido há uma passagem de Λ 4, 1070b25-26, que diz: “Consequently elements are – analogically – three, while causes and principles are four”. Essa passagem indica claramente a existência de uma quarta causa e princípio, o qual não é mais um

“elemento”. Depois em Λ 4 será dito que esta quarta causa e princípio é o “movente próximo” e, segundo os exemplos oferecidos em Λ 4, o movente próximo poderia ser “a arte médica” ou “a arte de construir”, as quais – diferentemente de “saúde, doença e corpo” ou “forma, falta de ordem e tijolos” – não são *causas* e *princípios* compreendidos como os elementos: matéria, forma e privação, mas são uma outra sorte de causa e princípio: “o movente”.

Diante do fato, então, de que a investigação de Λ 2-5 já contém a análise de uma quarta causa e princípio que não é um elemento, mas uma causa externa, poderia parecer inadequado compreender que a frase “da qual é necessário apreender os elementos, se um ou se muitos” estabeleça o programa de investigação para Λ 2-5.

Contudo, acreditamos que o estabelecimento desta quarta causa e princípio, o *movente* – primeiramente o “movente próximo” (por exemplo “a arte médica” ou “o pai”), depois “o sol”, e, por fim, “o movente de todas as coisas”, como aparece nas últimas linhas de Λ 4 – é uma consequência da investigação dos “elementos” da substância sensível. E, desse modo, seria possível entender a investigação de Λ 2-5 como uma investigação dos “elementos” da substância sensível que, afinal, chega a existência de causas e princípios que não são mais “elementos”. Discutiremos esta questão também no capítulo III, tópico 5.

Além disso, a frase de Λ 1: “da qual é necessário apreender os elementos, se um ou se muitos”, não anuncia apenas uma investigação dos “elementos” da substância sensível, mas explicita que será preciso apreender se esses elementos “são um ou são muitos”. Essa questão parece ser retomada e, na verdade, desenvolvida ao longo de Λ 2-5. E, sobretudo, o modo como Λ 5 termina sugere que o texto cumpriu o programa estabelecido: “We have said then, what the principles of perceptible things are, and how many, and in what way they are the same and in what way they are different” (Λ 5, 1071b1-2, tradução de Judson).

A partir do modo como a investigação de Λ 5 termina, poderíamos pensar a frase de Λ 1 como contendo duas perguntas. A primeira diz respeito a saber quantos e quais são os elementos da substância sensível. A resposta foi oferecida na passagem de Λ 4 citada antes: os elementos da substância sensível são três: matéria, forma e privação, mas, ao todo, as causas e princípios são quatro, pois além dos três elementos se acrescenta o movente, que não é um elemento, porém é um princípio e causa.

E a segunda pergunta acreditamos que consiste em saber se os elementos da substância sensível são os “mesmos” ou “diferentes”.

Desse modo, a segunda pergunta seria: a matéria, a forma e a privação são as mesmas para todas as coisas ou elas são diferentes para cada coisa? Poderíamos compreender que a resposta oferecida em Λ 4-5 diria que, em um sentido, cada um desses três elementos consiste em apenas “um” elemento: *uma matéria, uma forma, uma privação*, “falando de modo geral e por analogia”, e, em outro sentido, cada um desses três elementos são muitos: *matérias, formas e privações* “diferentes para cada coisa”.

Mas, a interpretação de que na frase de Λ 1 “se um ou se muitos” possa ser compreendido (à luz das linhas finais de Λ 5) como “o mesmo ou diferentes” depende da compreensão de que “um” e “muitos” pudessem ser entendidos, respectivamente, como o “mesmo” e “diferentes”. O que parece colocar uma verdadeira dificuldade para a compreensão que estamos propondo.

Todavia, em uma passagem de Λ 2, o termo “um” talvez pudesse ser entendido no sentido de “o mesmo” e a expressão “sem limites” ($\alpha\pi\epsilon\iota\rho\alpha$) – a qual poderia fazer as vezes, na passagem de Λ 2, de “muitos” – parece poder ser entendida com o sentido de “diferentes”: “for they [“all things”] differ in their matter, since why did unlimited things come to be instead of one thing? For the Intellect is one, so that if the matter were also one, that which the matter was potentially would have come to be in actuality” (Λ 2, 1069b30-32, tradução de Judson).

Neste trecho as linhas 1069b30-31 parecem fazer alusão à *diversidade* de seres e coisas que existem no mundo, o que é usado como parte da demonstração da sentença inicial: “elas [todas as coisas] diferem quanto à matéria”. Ou seja, as coisas que possuem matéria são muitas, “sem limites”, porque a matéria é diferente, o que poderia indicar que existiria uma espécie de “matéria única” (uma única coisa material) se a matéria fosse a mesma. E, assim, a partir deste trecho de Λ 2, talvez pudéssemos entender que “um” e “muitos” poderia possuir, respectivamente, o sentido de “o mesmo” e “diferente”.

Com isso, a passagem de Λ 2 – ao mesmo tempo que revelaria a possibilidade de que na frase de Λ 1 a pergunta poderá se desdobrar, depois, em uma pergunta sobre se as coisas possuem a “mesma matéria” ou “diferentes matérias” – poderia revelar também que esta questão já começa a ser tratada ali: a matéria de cada coisa não é a mesma, quer dizer, não se trata de *uma única matéria*, mas de *muitas matérias*, por isso, as coisas que possuem matéria são “sem limites” ($\alpha\pi\epsilon\iota\rho\alpha$).

24. “separada” traduz χωριστήν (1069a34).

Essa é a segunda ocorrência desse termo em Λ 1, a outra está em 1069a24.

Judson diz que o termo deve ser compreendido com o sentido de “separate from perceptible substances”. Além disso, o fato de “alguns” (τινες) acharem que a substância imóvel é separada poderia querer dizer, segundo Judson, que outros acharam que ela não é *separada*: “perhaps Aristotle has in mind some Presocratics who identified or come close to identifying God with the physical world or with its primary element (e.g. Anaximenes, perhaps Heraclitus, and Xenophanes as Aristotle seems to have understood him).” Judson observa ainda que Aristóteles vê o entendimento de que a substância imóvel é separada como uma “tendência geral do platonismo”, a qual ele tentará manter¹⁷².

Diferentemente da possibilidade levantada por Judson a respeito da leitura de τινες (“alguns”), acreditamos que “alguns” se refere simplesmente aos platônicos, os quais compreenderam a substância imóvel como sendo separada. Não acreditamos que em virtude da passagem conter o pronome τινες (“alguns”) seja necessário entender que “outros” compreenderam a substância imóvel como não-separada, mesmo que esteja correto o que Judson diz a respeito de que alguns pré-socráticos identificaram Deus com o mundo físico (e nesse caso compreenderam que a substância imóvel não é separada da matéria, do mundo físico).

Assim, “alguns” parece significar que não são todos os predecessores de Aristóteles que compreenderam a substância imóvel como separada, mas apenas os platônicos. Não porque os outros predecessores de Aristóteles, os pré-socráticos, compreenderam a substância imóvel como não-separada (mesmo que isso seja verdadeiro para alguns pré-socráticos), mas porque os pré-socráticos não consideraram a existência de uma outra substância além da sensível, como decorre da leitura, por exemplo, de *Met.* A 3 e Γ 5.

Por outro lado, estamos em acordo com Judson de que o fato da substância imóvel ser separada seria uma “tendência geral do platonismo” que Aristóteles irá manter. Em Λ 7, por exemplo, a substância imóvel será descrita como separada: “That there is a substance which is eternal and unmoved and separate from perceptible things (κεχωρισμένη τῶν αἰσθητῶν) is clear from what has been said” (Λ 7, 1073a3-5, tradução de Judson).

¹⁷² JUDSON. Op., cit., p. 62.

Esta passagem de Λ 7 poderia confirmar o entendimento proposto por Judson de que $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$ (nesta ocorrência de Λ 1, 1069a34) possa ser compreendido como “separado das coisas sensíveis”, uma vez que aparece explicitamente a expressão “separada das coisas sensíveis” ($\kappa\epsilon\chi\omega\rho\iota\sigma\mu\acute{\epsilon}\nu\eta\ \tau\acute{\omega}\nu\ \alpha\iota\sigma\theta\eta\tau\acute{\omega}\nu$) na passagem de Λ 7. Além disso, dado que a substância eterna e imóvel também é dita “separada”, isto poderia confirmar a leitura de Judson de que Aristóteles manteria a “tendência geral do platonismo” em conceber a substância imóvel como sendo separada.

Porém, no início de Λ 5 o termo $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$ parece poder ser entendido como aplicável a todas as substâncias e não apenas à imóvel ou às imóveis. Ou seja, seria aplicável também à substância sensível. Por exemplo, é difícil ver como seria possível manter o entendimento de que este termo $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$ (“separado”) signifique “separado das coisas sensíveis” nesta ocorrência de Λ 5: “since some things are separate and some are not separate, it is the former that are substances.” (Λ 5, 1070b36-1071a1, tradução de Judson).

Berti, também afirma que o termo $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{\eta}\nu$ deve ser compreendido, aqui em 1069a34 como “*separated from matter*, i.e. imaterial, or ‘separate from the sensible substance’”. Mas, ele acredita que nesta ocorrência aqui de 1069a34 o termo possui um sentido diferente daquele atribuído a $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$ em 1069a24. Lá, o sentido atribuído por Berti é o de *capaz de existir separado*, “because all substances, not only the immovable ones, are capable of existing apart”¹⁷³.

O entendimento de Berti parece ser mais coerente com as ocorrências do termo $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$ em Λ 5 e em Λ 7, discutidas acima. Em um sentido todas as substâncias podem ser ditas $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$. Este sentido seria o de “capaz de existir separadamente”, e seria o sentido que poderíamos atribuir a $\chi\omega\rho\iota\sigma\tau\acute{o}\nu$ em 1069a24 (e também, talvez, em Λ 5, 1070b36).

E em Λ 7 (notemos que em Λ 7 este termo aparece na forma perfeita $\kappa\epsilon\chi\omega\rho\iota\sigma\mu\acute{\epsilon}\nu\eta$) “separado” significa de modo explícito: “separado das coisas sensíveis”.

Assim, o fato de que, na ocorrência de Λ 1 em análise agora, “separado” se liga aos exemplos de substância imóvel poderia favorecer à ideia de que ele possa ser compreendido a partir da passagem de Λ 7, que também trata da substância imóvel. Ou seja, na ocorrência de Λ 1 tratada nesta nota deveríamos entender “separado” como

¹⁷³ BERTI. Op., cit.

“separado das coisas sensíveis”, como é o entendimento, na verdade, tanto de Judson quanto de Berti, citados acima.

Mas existe, ainda, alguns problemas que envolvem a questão da compreensão do termo χωριστόν nesta passagem de Λ 1.

Em primeiro lugar, nesta passagem de Λ 1 o texto está discutindo a posição dos platônicos (como vimos, “alguns” que concebem a substância imóvel como separada são, provavelmente, os platônicos), ao passo que na passagem de Λ 7, Aristóteles oferece a sua própria posição a respeito da substância imóvel (na nota 34 mostraremos melhor que há duas concepções diferentes de substância imóvel mencionadas em Λ 1: uma própria de Aristóteles e a outra dos platônicos). Ou seja, mesmo que Judson tenha razão e que “ser separado” seja uma tendência geral do platonismo, a qual Aristóteles irá manter, nada indica que “ser separado” seja a mesma coisa para Platão e Aristóteles – no capítulo III do texto de análise buscamos mostrar que a compreensão de “como é” e “o que é” a coisa separada talvez seja um importante traço distintivo entre a posição de Aristóteles (a oferecida no *Livro A*, pelo menos) e a posição dos platônicos. Em ambas as concepções, a afirmação de que a substância imóvel é “separada” poderia ser tomada como querendo dizer “separada da matéria” ou “separada das coisas perceptíveis”, mas por motivos muito diversos ambos conceberão a substância imóvel como separada da matéria.

Um segundo problema seria o de considerarmos se é realmente adequado entender que “separado” possua dois sentidos, como afirma Berti no trecho citado anteriormente. Um primeiro dado desse problema é o fato de que “separado” é referido em algumas passagens do *corpus* como sendo aquilo que o primeiro filósofo deverá dizer “o que é” (por exemplo, em *Física* II, 2 no *De Anima*, I 1 e em *Met.* E 1). Se, como é dito em *Física* II 2, a tarefa do primeiro filósofo é oferecer o “como é” e “o que é” a coisa separada, será que deveríamos abrir mão da possibilidade de que exista uma unidade de sentido para o termo χωριστόν (separado)?

Como discutimos amplamente no texto de análise, a compreensão da noção de “ser separado” é parte fundamental da compreensão da própria noção de filosofia primeira no *Livro A*. Por isso, nesta nota apenas tentamos discutir um pouco o sentido deste termo em algumas ocorrências ao longo de Λ , sem a pretensão de oferecer uma explicação completa dos seus possíveis usos. Visualizamos apenas, como algo ainda a ser melhor elaborado, a possibilidade de estabelecer um sentido único para a noção de

“ser separado” (em Λ), através do fato de que a coisa que é separada (e, ao mesmo tempo, é causa daquilo de que ela é separada) será um *movente*.

25. “Entre estas” traduz $\tauούτων$ (1069a36).

Este pronome parece se referir às duas possíveis naturezas da substância imóvel e separada levantadas nas linhas anteriores: “as coisas matemáticas” e as “formas”.

26. 106934-36.

Judson oferece uma passagem em *Met.* M 1, 1076a19-22 e uma passagem de *Met.* Z 2 (discutimos esta passagem de Z 2, 1028b19 e seguintes, no capítulo II do texto de análise), como referências para estas linhas de 1069a34-36. A partir disso, Judson identifica as três posições referidas aqui em Λ 1 como sendo dos plantônicos: “At Z, 2 1028b19 Aristotle ascribes the first of the views he notes here to Plato himself, though some scholars do not believe this ascription; the second view is that of Xenocrates (the third head of the Academy), while the third is that of Speusippus”¹⁷⁴.

F. Baghdassarian¹⁷⁵ compreende do mesmo modo que Judson, oferecendo as mesmas referências de Judson.

27. “aquelas” traduz $ἐκεῖναι$ (1069a36).

O referente deste pronome são as duas substâncias sensíveis, a corruptível e a eterna, descritas entre 1069a30-33.

28. “pois estão em meio ao movimento” traduz $μετὰ κινήσεως γάρ$ (1069b1).

Optamos por traduzir a preposição $μετὰ$ com genitivo, seguindo o primeiro sentido oferecido pelo L.S.J.: “in the midst of, among”, em primeiro lugar porque este sentido parece estar próximo do que será dito a respeito da substância imóvel em Λ 2, 1069b3: “a substância sensível é sujeita à mudança” (nossa tradução).

Além disso, é preciso notarmos também que o texto se preocupou aqui em oferecer uma razão para o fato de a substância sensível pertencer à física. Seria possível que essa necessidade se justifique, tendo em vista um problema que diz respeito às substâncias sensíveis serem investigadas, talvez, por duas ciências: a física e a filosofia primeira (ver capítulo III, tópico 3 do texto de análise). Judson, por exemplo, entende

¹⁷⁴ JUDSON. Op. cit. p. 62.

¹⁷⁵ BAGHDASSARIAN. Op. cit., p. 96

que a substância sensível é objeto da física e também da filosofia primeira, mas de diferentes modos: “We should rather take Aristotle to mean that the extended study of the specific features of these substances [sensible substances] belongs exclusively to physics, while the study of their features at the most general level belongs here – to first philosophy – as well (cf. Z.11 1037 a10-17)”¹⁷⁶.

Segundo uma possível compreensão do parêntese contido em Λ 1, a substância sensível pertenceria à física tanto quanto a sua análise disser respeito a princípios e causas que estiverem μετὰ κινήσεως (“em meio ao movimento”, “junto ao movimento”). Contudo, parece adequado dizermos que Λ 2-5 (bem como os livros ZH da *Metafísica*) investigam, justamente, princípios da substância que estão μετὰ κινήσεως (“em meio ao movimento”). Por exemplo, matéria, forma, privação e o movente próximo são princípios e causas da substância. Estes princípios possuem matéria e, por isso, poderíamos dizer que estão “em meio ao movimento”.

Mas, se isso fosse verdade, será que deveríamos considerar, então, (do mesmo modo como Jaeger) que estas investigações (a de Λ 2-5 e a dos livros ZH da *Metafísica*) são pertencentes à física e não a uma “outra ciência” apenas porque investigam princípios da substância que são passíveis de movimento, isto é, que estão μετὰ κινήσεως (“em meio ao movimento”)?

No capítulo III do texto de análise consideramos possíveis diferenças entre física e filosofia Primeira. A partir disso, tentamos mostrar que há um modo segundo o qual a investigação de Λ 2-5 (deixando de lado, neste trabalho, a questão sobre a natureza das investigações dos livros ZH) deveria ser considerada uma investigação de filosofia primeira.

Assim, o parêntese contido em Λ 1, considerado aqui, não deve ser compreendido como restringindo a investigação dos princípios e causas que estejam “em meio ao movimento” (μετὰ κινήσεως) ao âmbito da física. Pois a investigação de Λ 2-5 trata de princípios e causas que estão “em meio ao movimento” e realiza, segundo mostramos no capítulo III tópicos 4 e 5, uma investigação de filosofia primeira. O mesmo parece poder ser dito a respeito da investigação de *Met. ZH*.

29. “esta” traduz αὐτή (1069b1).

¹⁷⁶ JUDSON. Op., cit., p. 63.

A referência aqui é à substância imóvel mencionada em 1069a33, na frase “a outra é imóvel”. Depois, são discutidas “opiniões”, que os platônicos possuem a respeito da substância imóvel entre as linhas 1069a33-36. Entretanto, αὕτη (“esta”) não se refere à substância imóvel, exemplificada entre as linhas 1069a33-36. Os exemplos de substância imóvel oferecidos nessas linhas dizem respeito às concepções platônicas da substância imóvel, enquanto αὕτη (“esta”) se refere à própria concepção aristotélica de substância imóvel, mencionada na frase “a outra é imóvel”, a qual, por sua vez, retoma a menção à substância imóvel contida na frase “as substâncias são três”. Na nota 18 acima mostramos que a frase “as substâncias são três” diz à própria concepção aristotélica de que há três substâncias e não à concepção platônica, como defende Berti. Reforçaremos esta ideia na nota 34 abaixo.

30. “outra <ciência>” traduz ἐτέρας (1069b1).

Não é tão claro qual ciência seria esta “outra”. Uma primeira possibilidade seria que a “outra ciência” é uma “ciência teórica” distinta da física. O *Livro E*, por exemplo, afirma que existem três ciências teóricas: a física, a matemática e a teologia (E 1, 1026a18-19). Assim, segundo essa passagem do *Livro E*, a ciência teórica diferente da física poderia ser ou a matemática ou a teologia.

Alguns comentadores compreendem que ἐτέρας poderia se referir ainda a outras ciências (que não expressamente uma das três ciências teóricas referidas em *Met.* E 1). Segundo Judson, a referência poderia ser a “primeira filosofia”. E de modo mais específico, segundo Stephen Menn, a referência seria a “ciência dos primeiros princípios e das primeiras causas” uma *arqueologia*, como aparece no *Livro A* (ver capítulo I do texto de análise).

Berti considera que Tomás de Aquino compreende a “outra ciência” como sendo a ciência do “ser enquanto ser”, enquanto pseudo-Alexander entende que esta *outra ciência* seria a teologia: “As the science of being and substance is the science of being qua being proposed in *Met.* Gamma 1, the sense of Thomas’ interpretation is that the other science mentioned by Aristotle in our passage is not directly the ‘theology’, as pseudo-Alexander seems to think, but the science of being as being, which is also ‘theological’, as Aristotle says in *Met.* Epsilon 1”¹⁷⁷.

¹⁷⁷ BERTI. Op., cit., p. 70.

Existe a possibilidade, ainda, de que não seria o caso de tentar determinar qual seria o referente de ἐτέρα. Quer dizer, talvez não seja necessário especificar, em um primeiro momento, qual é a ciência referida. Desse modo, a expressão “a outra ciência” possuiria a função apenas de dizer que “se não houver um princípio comum à substância sensível e imóvel” a física se ocupará da substância sensível e uma “ciência diferente” da física, independentemente de qual seja ela, se ocupará da substância imóvel.

Seria possível, assim, que o termo ἐτέρα (“a outra”) sirva apenas ao propósito de evidenciar que haveria duas ciências “diferentes” – sendo que “diferente” é uma tradução possível para ἐτέρα, a qual é, na verdade, a tradução proposta por Fabienne Baghdassarian “une science différent” – que se ocupariam das substâncias, no caso de não existir um princípio comum às substâncias. Isto é, se a condição: “se não existir um princípio comum” for satisfeita, a física se ocupará da substância sensível e uma “ciência diferente” da física se ocupará da substância imóvel.

Em contrapartida, se a condição não for satisfeita (se houver um princípio comum), não se seguirá que há “duas ciências diferentes” que se ocupam das substâncias, podendo ser o caso que uma “mesma ciência” se ocupe de ambas as substâncias.

Mas, assim, a pergunta se recolocaria: qual seria esta “mesma ciência” que se ocupa da substância sensível e imóvel?

Ao longo do texto de análise defendemos que esta ciência seria a filosofia primeira, a qual a investigação de Λ visa a determinar ou estabelecer através da investigação do princípio comum à substância sensível e imóvel.

31. Lemos εἰ (1069b1) ao invés de εἴ, seguindo Jaeger.

Berti começa o seu comentário desta variante textual dizendo: “the text of Aristotle contained in the commentary of Alexander (fr. 6F), as is reported in Arab. Seems to have *epei* instead of *ei*, because Freudenthal translates “da sie auch nicht ein gemeinsames Prinzip haben”, and Genequand “for they not even have a common principle. But M. crubellier – quoted by Frede, p.73 n.4 – points out that other Arabic translation has *ei*, and that there is no indication in Averroes that Alexander read *epei*”¹⁷⁸.

¹⁷⁸ BERTI. Op., cit., p. 78.

Depois, apesar de que Berti mesmo lerá $\epsilon\iota$ ao invés de $\epsilon\pi\epsilon\iota$ e irá se deter mais na análise dos comentadores modernos que adotaram esta linha (sobretudo na análise do comentário de Frede) ele elenca a posição dos comentadores modernos, que leram $\epsilon\pi\epsilon\iota$ ao invés de $\epsilon\iota$: “The modern commentators are unanimous in interpreting the *ei* of the conditional as an *epei*. Bonitz translates it as ‘da’; Ross affirms that the science which differs from physics is metaphysics and that it is exposed in chapters 6-10 of Λ ; Tricot translates ‘puisqu’elle n’a aucun principe commun’ and declares that this science is the metaphysics and cites pseudo-Alexander as a confirmation; Reale translates the *ei* as ‘dal momento che’, but identifies the different science with that indicated by Aristotle in E 1 and K 7, following Thomas Aquinas in this interpretation. Elders writes “Because both *ousiai* have no principles in common, they are the object of different sciences”¹⁷⁹.

Em seguida, contra a unanimidade referida acima, Berti diz que “Frede is the first scholar who discuss widely the problem posed by the conditional sentence ‘if (*ei*) there is no principle common to it and to other things’ and asks himself whether this condition is satisfied or not”¹⁸⁰. E, como já havíamos antecipado, Berti irá seguir Frede, lendo $\epsilon\iota$ ao invés de $\epsilon\pi\epsilon\iota$.

Entretanto, a propósito da questão proposta por Frede sobre se o condicional será satisfeito ou não no *Livro A*, Berti discordará de Frede e seguirá Donini. Para Donini o condicional não é satisfeito (ver capítulo III, tópico 2 do texto de análise).

No capítulo III, tópicos 1-3, argumentamos a favor da leitura hipotética, contra a leitura causal da passagem. Isto é, oferecemos argumentos a favor da leitura de $\epsilon\iota$ em detrimento de $\epsilon\pi\epsilon\iota$, e afirmamos que $\epsilon\iota$ possui um sentido hipotético e não causal na passagem.

32. “princípio” traduz ἀρχή (1069b2).

O primeiro capítulo de *Met. A* é inteiramente dedicado à discussão dos sentidos a serem atribuídos ao termo ἀρχή (“princípio”). No capítulo II, tópico 3 do texto de análise, discutimos alguns desses sentidos.

Notemos também que há uma passagem em Λ 8, 1073a23-24, que atribui um sentido particular ao termo ἀρχή (“princípio”): “le principe, c’est-à-dire le premier des êtres” (tradução de F. Baghdassarian para ἡ μὲν γὰρ ἀρχὴ καὶ τὸ πρῶτον τῶν ὄντων).

¹⁷⁹ BERTI. Op., cit., pp. 79-80.

¹⁸⁰ Ibid., p. 80.

Como fica claro na tradução de F. Baghdassarian, o καὶ é compreendido como explicativo, de modo que “o primeiro dos seres” informaria como devemos entender “princípio” (ἀρχή) nesta passagem. Mas, mesmo uma outra interpretação do καὶ não parece alterar a associação entre “princípio” e “primeiro dos seres” estabelecida na passagem de Λ 8.

O sentido de “princípio” atribuído na passagem acima – um sentido em que o termo “princípio” aparece como equivalente a “primeiro dos seres” – chama inicialmente a atenção por não ter sido considerado em Δ 1 (pelo menos não de forma expressa). Claro que esse sentido referido em Λ 8 não poderia ser determinante quanto ao modo como devemos compreender “princípio” na passagem agora em análise. Mas, talvez, a passagem de Λ 8 pudesse contribuir para direcionar nossa compreensão, de modo que a investigação pelo “princípio comum”, em alguma medida possa ter relação com a investigação do “primeiro dos seres”. No tópico 3 do capítulo II, sustentamos uma posição desse tipo.

De qualquer modo, gostaríamos de chamar a atenção para a importância de tentarmos determinar qual é o sentido de “princípio” pelo qual as linhas finais de Λ 1 se perguntam. Quer dizer, na medida que o termo “princípio” possui muitos sentidos (os atribuídos em Δ 1 e, talvez, outros), uma boa compreensão das linhas finais de Λ 1 deverá considerar qual ou quais possíveis sentidos de “princípio” estão envolvidos na passagem. Como dissemos, tentamos realizar esta consideração no tópico 3 do capítulo II do texto de análise.

33. lemos κοινή (1069b2) ao invés de κινήσεως.

Como destaca F. Baghdassarian, esta é a leitura dominante, adotada pela grande maioria das edições e traduções do texto:

“un problème, d’ordre textuel, concerne a la question de savoir s’il faut lire κοινή, en 1069b2, Avec les mss EJA [b], la paraphrase de Thémistius, le commentaire du ps.-Alex, et les traductions arabes du texte, leçon qui reprenne tous éditeurs et les traducteurs du texte, ou bien la variante κινήσεως, que porte les mss MC (...) comme l’explique S. Alexandru (*Aristote’s Metaphysics Λ* , op. cit., p.118) et comme D. Lefebvre le souligne (p.155), la leçon κοινή, bien attestée par les deux familles de mss et lue par l’ensemble des commentateurs

anciens, est préférable et donne le sens le plus conforme à la problématique de l'ensemble du livre”¹⁸¹.

Há outra ocorrência, em 1069a30, do termo κοινή neste primeiro capítulo de Λ. Mas parece mais adequado compreendermos, inicialmente, que ambas as ocorrências do termo κοινή não devam ser compreendidas como contendo o mesmo sentido. Pois em 1069a30 o sentido de κοινόν parece estar próximo ao sentido do termo “universal”, o qual não poderia ser imediatamente atribuído ao termo κοινή (“comum”) aqui em 1069b2.

34. “a elas” traduz αὐτοῖς (1069b2).

Com exceção da leitura de D. Lefebvre, da qual trataremos logo a frente, todas as outras leituras consultadas compreendem que αὐτοῖς (“a elas”) se refere à substância sensível e imóvel.

Entretanto, Berti acredita que a substância imóvel referida por αὐτοῖς (“a elas”) não é a substância imóvel segundo a concepção aristotélica, mas a substância imóvel postulada pelos *acadêmicos* (os platônicos): “In my contribution of 2003 I observed that the unmovable substance of which Aristotle is speaking in our passage [1069a36-b2] is not the substance whose existence he will demonstrate in the second part of the book Λ, but it is the substance accepted by the Academicians”¹⁸².

Berti tem razão em dizer que entre as linhas 1069a33 (depois do kai) até 1069a36 serão tratadas as substâncias imóveis concebidas pelos platônicos, e que elas são diferentes da substância imóvel da qual Aristóteles irá tratar a partir de Λ 6.

Mas, contrariamente a posição de Berti, mostraremos que a frase ἄλλη δὲ ἀκίνητος “a outra é imóvel” em 1069a33 recupera a frase οὐσίαι δὲ τρεῖς “as substâncias são três”, na qual Aristóteles oferece a sua própria posição: existe uma substância sensível corruptível, uma substância sensível incorruptível e uma terceira substância que seria a imóvel.

Assim, poderíamos dizer que há duas concepções de substância imóvel (a platônica e a aristotélica) referidas em Λ 1, e, portanto, caberia nos perguntarmos qual dessas duas concepções de substância imóvel o pronome αὐτοῖς (“a elas”) recupera. Notemos que não é tão óbvio que existam duas concepções de substância imóvel mencionadas em Λ 1, pois quando Aristóteles oferece exemplos de substância imóvel,

¹⁸¹ BAGHDASSARIAN. Op., cit., p. 98, nota 5.

¹⁸² BERTI. op., cit., p. 82.

ele apenas oferece os exemplos pertencentes à concepção platônica, sem fazer nenhuma apreciação crítica dela e sem adiantar nada a respeito da sua própria concepção. Entretanto, como Berti mesmo nota, a partir de Λ 6 ficará claro que Aristóteles possui uma concepção própria da substância imóvel e que ela é bastante distinta da platônica. Assim, apesar de Aristóteles não ter antecipado nada a respeito de sua própria concepção de substância imóvel em Λ 1, ele indica ao menos que possui uma concepção de substância imóvel na frase “as substâncias são três”.

Desse modo, acreditamos que a substância imóvel referida por $\alpha\upsilon\tau\omicron\iota\varsigma$ (“a elas”), deva ser a mesma substância imóvel referida na frase “as substâncias são três” e, depois, na frase “a outra é imóvel” e, por último, através do pronome $\alpha\upsilon\tau\eta$ em 1069b1. Essas três referências à substância imóvel provavelmente dizem respeito à própria concepção de Aristóteles.

A menos que a frase “as substâncias são três” se referisse também à posição platônica, não parece ser possível dizer que a substância imóvel retomada por $\alpha\upsilon\tau\omicron\iota\varsigma$ possa ser a substância imóvel segundo a concepção dos platônicos. Vimos na nota 18 acima que este é justamente o modo como Berti compreende a frase “as substâncias são três”. Segundo ele a frase se refere à existência de três possíveis tipos de substâncias, decorrentes provavelmente da concepção dos predecessores de Aristóteles.

Entretanto, como mostramos nesta mesma nota (18), a frase “as substâncias são três” será retomada em Λ 6, demonstrando que ela não poderia estar levantando a possibilidade de três tipos de substâncias segundo conceberam os predecessores de Aristóteles, mas é necessário que ela diga respeito à própria posição aristotélica. O fato de Λ 6 retomar a frase de Λ 1 demonstra que a investigação anuncia um plano de investigação, que inclui a investigação da substância imóvel. E a recuperação desse plano da investigação em Λ 6 demonstra que o programa está, de fato, sendo levado a cabo.

Além disso, as expressões $\mu\acute{\iota}\alpha \mu\acute{\epsilon}\nu$ (1069 a30) e $\acute{\alpha}\lambda\lambda\eta \delta\grave{\epsilon}$ (1069 a33) indicam que serão ditas quais são as três substâncias, divididas agora em dois grupos: um sendo o das substâncias sensíveis, as quais se subdividem entre corruptíveis e incorruptíveis, e o outro da substância imóvel. Depois, as duas substâncias sensíveis são retomadas por $\acute{\epsilon}\kappa\epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ na linha 1069a36 e a substância imóvel será retomada por $\alpha\upsilon\tau\eta$ na linha 1069b1. O termo $\alpha\upsilon\tau\omicron\iota\varsigma$, por sua vez, retoma $\acute{\epsilon}\kappa\epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ e $\alpha\upsilon\tau\eta$. Ou seja, parece evidente que $\alpha\upsilon\tau\omicron\iota\varsigma$ se refere às mesmas três substâncias mencionadas pela frase “as substâncias são três”.

Aparenta ser mais claro que Aristóteles esteja oferecendo, algo a respeito da sua própria concepção de substância sensível entre as linhas 1069a30-33 (por exemplo, que elas se subdividem em corruptíveis e eternas). Quanto à substância imóvel, o fato de que são oferecidas apenas as concepções platônicas poderia ser justificado, por não existir outra concepção disponível até então, pois, de modo geral, os antigos não teriam admitido a existência da substância imóvel.

Portanto, se entre as três substâncias referidas em 1069a30, admitirmos que duas delas (a sensível corruptível e a sensível eterna) se referem à própria posição de Aristóteles, não parece fazer sentido dizer que a terceira se refira à posição platônica. E, como parece fazer menos sentido ainda dizer que as três substâncias digam respeito à posição platônica, consideramos que αὐτοῖς se refere à substância sensível e imóvel segundo a própria concepção de Aristóteles.

Com isso, rejeitamos a leitura proposta por Berti, mas existe ainda uma outra leitura a respeito do referente de αὐτοῖς, a qual é preciso discutirmos.

David Léfèbvre¹⁸³ entende que αὐτοῖς, na linha 1069b2, não deveria ser interpretado como um neutro referindo-se às substâncias sensível e imóvel. Pois, nesse caso, o feminino seria mais natural, tal como ocorre com ἐκεῖναι na linha 1069a36. Para Lefebvre, sendo o termo “substância” um substantivo feminino, seria mais natural que o pronome que se refere “às substâncias” estivesse também no feminino, exatamente como ocorre no caso do pronome ἐκεῖναι (“aquelas”). Não porque ἐκεῖναι e αὐτοῖς possuiriam o mesmo referente e, portanto, deveriam estar no mesmo gênero. Mas, assim como o pronome ἐκεῖναι, que se refere a duas substâncias (a sensível corruptível e a sensível eterna) está no feminino, D. Lefebvre argumenta que, se αὐτοῖς também se referisse a duas substâncias (embora sendo outras duas substâncias nesse caso: a sensível e a imóvel) seria de se esperar que αὐτοῖς estivesse também no feminino. A partir disso, Lefebvre conclui que αὐτοῖς seria, na verdade, um masculino, “a eles”, e a sua referência seria a τινες (“alguns”) da linha 1069a34, e não (como todos os outros comentadores compreendem) à substância sensível e imóvel.

Assim, a posição de Léfèbvre alteraria substancialmente o sentido deste trecho. No entendimento de Berti, a tradução ficaria: “if for them, <i.e. the academicians> there is no common principle <to both kinds of substance>”. Berti ainda diz que na leitura

¹⁸³ Em “La question de l’unité d’une science des substances: Interprétation de Métaphysique, Λ 1, 1069 a36-b2 in : M. Bonelli ed. Physique et Métaphysique chez Aristote, Paris, 113-132, citado por E. Berti (BERTI. Op., cit, p. 83) e Fabbienne Baghdassarian (BAGHDASSARIAN. Op. cit., pp. 99-100).

proposta por Léfèbvre o condicional estaria mostrando uma consequência negativa que os *acadêmicos* deveriam admitir por não considerarem a existência de um princípio comum às duas substâncias.

A leitura de D. Lefebvre descrita acima possui dois pontos positivos.

Primeiramente, de acordo com a sua leitura seria necessário que os platônicos não tivessem postulado a existência de um princípio comum à substância sensível e imóvel. Acreditamos, como dissemos no texto de análise, que de fato este é o caso – entretanto, como já indicado na nota 15, Berti, por exemplo, acredita que os platônicos postularam sim a existência de um princípio comum: “among the Academicians, only Speusippus did not admit common principles for all things, while Plato (and probably Xenocrates too) did”¹⁸⁴.

Em segundo lugar, a proposta de D. Léfèbvre faria mais sentido se a consequência implicada pela posição dos *acadêmicos* fosse negativa no entendimento de Aristóteles, o que também parece correto. Segundo a visão de Berti: “it seems that the division of the research on substances into two different sciences is considered by Aristotle as a negative consequence which he attributes to the Academicians, but which he wants to avoid”¹⁸⁵.

Contudo, apesar desses dois pontos que poderiam ser favoráveis, a leitura de Léfèbvre parece ser improvável. Faz muito mais sentido que, ao final de Λ 1, o texto esteja propondo a última e, segundo acreditamos, a mais importante etapa do programa de investigação de Λ . Deste modo, não acreditamos que essas linhas estejam apenas indicando uma consequência negativa extraída da posição dos *acadêmicos*.

O desenvolvimento da investigação de Λ e, sobretudo, o modo como a investigação termina em Λ 10 (tratamos disso no capítulo II do texto de análise) sugerem que Λ investiga, de fato, o princípio comum à substância sensível e imóvel. E, nesse caso, seria de se esperar que a investigação desse princípio comum esteja anunciada em Λ 1. Mas, na leitura de D. Lefebvre, este anúncio não existiria (pelo menos não de forma expressa).

Aparentemente o principal argumento que sustenta a leitura de D. Léfèbvre baseia-se no fato, como dissemos, de que $\alpha\upsilon\tau\omicron\iota\varsigma$ esteja no neutro, quando seria esperado um feminino, dado que $\omicron\upsilon\sigma\acute{\iota}\alpha$ (“substância”) é um substantivo feminino. Mas,

¹⁸⁴ BERTI. Op., cit., p. 84.

¹⁸⁵ Ibid., p. 84.

acreditamos que o fato de αὐτοῖς estar no neutro e não no feminino possui uma explicação razoável.

Seria possível que αὐτοῖς não esteja no feminino, do mesmo modo que ἐκεῖναι, justamente para evitar uma possível confusão entre os referentes de αὐτοῖς e de ἐκεῖναι. Quer dizer, através da diferenciação do gênero desses dois pronomes, o texto poderia destacar o fato de que, apesar de ambos se referirem a duas substâncias, cada um possui como referente um par distinto de substâncias: ἐκεῖναι possui como referente as duas substâncias sensíveis (a corruptível e a eterna) e αὐτοῖς possuiria como referente a substância sensível e a substância imóvel. Esta explicação que acabamos de oferecer não parece fazer com que, ao contrário do que disse Lefebvre, seria mais esperado que αὐτοῖς esteja no neutro e não no feminino. Parece ser perfeitamente possível que αὐτοῖς e ἐκεῖναι estivessem no mesmo gênero e ainda assim possuíssem referentes distintos. Todavia, acreditamos que a explicação acima talvez torne, ao menos, razoável o fato de αὐτοῖς estar no neutro e não no feminino.

De qualquer modo, parece exagerado alterar de forma substancial o sentido do trecho em discussão para explicar a ocorrência de αὐτοῖς no neutro e não no feminino, quando poderiam existir explicações para isso. Mesmo que a razão oferecida acima não seja suficiente, não parece impossível que existam outras.

F. Baghdassarian considera, na verdade, que, mesmo não havendo uma explicação razoável para esse problema *sintático*, não deveríamos renunciar a uma leitura programática desta passagem do final de Λ 1: “Reste qu’il paraît difficile de renoncer à une interprétation programmatique de ce passage. (...) paraît-il préférable, en dépit de la difficulté syntaxique qui n’est pas si inhabituelle en Λ, d’assurer au passage une portée plus générale”¹⁸⁶.

Apesar de F. Baghdassarian argumentar de modo distinto do que propusemos antes – ao invés de tentar *explicar* o problema sintático identificado por Lefebvre, ela afirma que este tipo de dificuldade não é inabitual em Λ, e não deveria obstar uma “interpretação programática da passagem” – F. Baghdassarian também compreende que “é preferível assegurar à passagem um *escopo* mais geral” do que a restringir a uma discussão das consequências da posição assumida pelos acadêmicos. Certamente a passagem deve se referir também à posição dos *acadêmicos*, na medida em que, em uma possível leitura (e que acreditamos ser a mais adequada), os platônicos não

¹⁸⁶ BAGHDASSARIAN. Op., cit., p. 100.

postularam um princípio comum à substância sensível e imóvel, pois as substâncias imóveis dos platônicos, segundo Aristóteles, não são capazes de *explicar* o movimento. Entretanto, não parece correto restringir a passagem a uma discussão a respeito da posição assumida pelos platônicos. Tentamos defender no texto de análise o quanto o trecho final de Λ 1 é parte fundamental do anúncio do programa de Λ , sendo que, na leitura de Lefebvre, perderíamos bastante o aspecto programático da passagem, como também observou F. Baghdassarian.

CONCLUSÃO

Através do “texto de análise” e da “tradução anotada” buscamos apresentar uma compreensão de como o programa de investigação proposto em Λ 1 é levado a cabo ao longo dos capítulos 2-10 de Λ . Oferecemos uma leitura geral do *Livro A*, respondendo à pergunta sobre o que é filosofia primeira em Λ . Acreditamos que assim foi possível colocar em evidência aspectos importantes daquilo que a investigação de Λ realiza.

Através da “tradução anotada” tentamos oferecer um modelo de estudo mais preciso do texto, na medida em que a sofisticação e concisão do *Livro A* parecem requerer um tipo de estudo assim, no qual cada termo, expressão e conceito são cuidadosamente considerados. Realizamos esse tipo de estudo mais detalhado apenas do primeiro capítulo do livro. Este primeiro capítulo pode ser compreendido como uma unidade dentro da investigação, pois estabelece o programa de toda a investigação de Λ .

Todavia, é preciso dizer que este é um “trabalho em andamento”. Pretendemos, futuramente, continuar a realizar este tipo de estudo mais preciso do texto, aprimorando o modelo de “tradução anotada” proposto aqui. Acreditamos que, através de um estudo mais preciso dos demais capítulos de Λ , poderemos ampliar nossa compreensão mais geral do *Livro A*, a qual oferecemos aqui no “texto de análise”. A partir disso, será possível desenvolver pontos já trabalhados aqui e, se necessário, propor interpretações substancialmente diferentes que, à luz de uma consideração mais detalhada dos outros capítulos de Λ , mostrem-se mais adequadas.

Mas, apesar deste ser um trabalho em andamento, algumas conclusões já podem ser destacadas.

No capítulo III oferecemos duas possíveis interpretações das perguntas de Λ 4-5 a respeito dos sentidos em que os princípios e as causas de todas as coisas são os mesmos. Acreditamos que as perguntas estão em acordo com o anúncio da investigação de Λ , nas primeiras linhas de Λ 1. Dissemos, no capítulo II, que as duas frases iniciais de Λ 1 anunciam uma investigação de princípios e causas que são, eles mesmos, substâncias. Mas, além disso, a primeira justificativa de Λ 1 evidencia, muito claramente, que a investigação dos princípios e causas visam a uma compreensão do todo. Ou seja, as duas linhas iniciais de Λ em conexão com a primeira justificativa de Λ 1 já podiam ser compreendidas como anunciadoras de uma investigação dos princípios e causas “de todas as coisas”, isto é, do todo.

De modo que, alguém poderia questionar: de onde vem a pergunta, em Λ 4, a respeito dos princípios e causas, se eles são os mesmos ou diferentes para todas as coisas? Pois esta pergunta aparece de modo abrupto no início de Λ 4. Não há nenhuma ligação óbvia que permita que se estabeleça uma sequência imediata entre o final da discussão de Λ 3 e a pergunta de Λ 4.

Acreditamos que as perguntas de Λ 4-5 apenas deixam claro a questão que permeava e que irá continuar durante toda a investigação de Λ . A pergunta pelo princípio e causa do “todo”, como dissemos, já foi anunciada bem no início da investigação como sendo aquilo que a investigação perseguirá a todo momento: uma compreensão do todo através de uma investigação dos seus princípios e causas, os quais são, eles mesmos, substâncias. Assim, as perguntas de Λ 4-5 apenas retomam aquilo que já estava anunciado desde o início de Λ 1.

Por isso, acreditamos que a frase “é preciso investigar os elementos da substância sensível se um ou se muitos” estabelece o programa de investigação de Λ 2-5 (como dissemos na nota 23 à tradução e no tópico 5 do capítulo III). Mas é fundamental compreendermos que este programa está inserido dentro do programa maior de investigação dos princípios e das causas de “todas as coisas”.

Através da investigação de Λ 2-5 Aristóteles parece refutar a tese dos pré-socráticos, que procuraram primeiros princípios entre os “elementos” materiais (ou seja, apenas entre as coisas sensíveis), e, ao mesmo tempo, os platônicos, que consideraram a existência de substâncias imóveis, mas sem mostrar como elas são “necessárias” na explicação do movimento. Considerar que imobilidade não implica imediatamente imperceptibilidade e que, por isso, o todo entre 1-5 ainda é um todo material, ou considerar que o texto de Λ 2-5 assume, por hipótese, que o todo pudesse ser constituído de coisas sensíveis para mostrar que, desse modo, não é possível chegar aos primeiros princípios de fato (as duas interpretações propostas no tópico 5, capítulo III), evidencia a *necessidade* da existência da substância imóvel e a necessidade de que ela seja efetivamente separada das coisas perceptíveis. Sendo que esta necessidade, o “método lógico” dos platônicos (discutido na nota 15 à tradução e no tópico 5 do capítulo III) não foi capaz de demonstrar.

Além disso, com essa “hipótese” – de que o todo pudesse ser constituído apenas da substância sensível – assumida e demonstrada falsa, Aristóteles parece mostrar também a insuficiência do seu próprio modelo, desenvolvido nas *Categorias*, em revelar os primeiros princípios e as primeiras causas. O modelo das *Categorias* poderia cumprir

muito bem a função de descrever aquilo que, depois, a partir dos livros Γ, Δ e E da *Metafísica*, saberemos ser um dos modos em que “o ser é dito”, o ser dito como “o esquema das categorias” (τὰ σχήματα τῆς κατηγορίας, Δ 7, 1070a23). Mas este modelo apenas pode chegar aos “princípios e causas de todas as coisas” por analogia ou demonstrar a *anterioridade* da substância em relação às demais *Categorias*. E isso não é suficiente. Pelo fato da substância ser *anterior* às demais categorias, as causas da substância podem ser ditas causas das demais categorias (se a substância for destruída tudo o mais é destruído, e sem a substância não há afecções nem movimentos). Mas isso não é suficiente e, assim, o modelo das *categorias* não poderia chegar aos primeiros princípios e causas. Nesse sentido, ele não permitiria, afinal, a aquisição da “sabedoria”, descrita como ciência dos primeiros princípios e causas em *Met. A*, por exemplo¹⁸⁷.

Diante disso, é preciso fazer maior justiça, agora, à posição de Menn, tratada no capítulo I do texto de análise. Menn parece ter razão em destacar que a *anterioridade* da substância é demonstrada nas *Categorias* e amplamente desenvolvida em *Met. Γ, Z e H*, por exemplo. Mas, segundo Menn, a demonstração da centralidade e da anterioridade da substância em relação às demais categorias, e mesmo um estudo mais preciso e aprofundado a respeito da substância, como ocorre em *Met. Z e H*, talvez não sejam o modo fundamental de investigar os primeiros princípios. É possível que seja neste sentido que Menn insista tanto em tentar marcar uma diferença entre arqueologia (uma investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas) e uma ontologia (uma investigação do ser enquanto ser).

Por outro lado, como discutimos amplamente no capítulo I, não parece ser totalmente razoável descartar a possibilidade de que um estudo dos primeiros princípios e causas, que são, afinal de contas, princípios e causas do “ser enquanto ser”, seja também um modo de fazer ontologia, de responder o que é o “ser enquanto ser”. E, nesse sentido, um “estudo dos primeiros princípios e primeiras causas” poderia coincidir com uma “investigação do ser enquanto ser”. A compreensão da investigação de Λ como uma arqueologia parece desconsiderar aquilo que Λ visa a conhecer através da investigação dos primeiros princípios e das primeiras causas. Sendo que a primeira justificativa, contida em Λ 1, deixa bastante claro que, de algum modo, o texto de Λ busca a compreensão de alguma coisa, do “todo” como defendemos.

¹⁸⁷ A 1, 981b27-28: “the point of our present discussion is this, that all men suppose what is called wisdom to deal with the first causes and the principles of things” (tradução de Ross).

Um outro resultado importante a que chegamos neste trabalho diz respeito ao esforço em diferenciar física e filosofia primeira. Dissemos que, apesar de Λ 2-5 investigar os princípios e as causas da substância sensível, do mesmo modo que a física também investiga princípios e causas da substância sensível, as investigações são completamente distintas uma da outra. A investigação dos princípios e das causas da substância sensível (que ocorre em Λ 2-5) não poderia possuir o mesmo interesse e pretensão que esta mesma investigação possui na física: oferecer uma maior compreensão da natureza. Em Λ a investigação dos princípios da substância sensível ocorre como uma investigação dos princípios e causa de “todas as coisas”, incluindo, portanto, a natureza, mas não se restringindo apenas a ela.

Com isso, parece verdadeiro dizer que a investigação de Λ como um todo – isto é, não apenas Λ 2-5, mas também Λ 6-10 – trata dos mesmos princípios e causas tratados na física. Em um sentido ambas as ciências investigam os mesmos elementos: matéria, forma e privação e as mesmas causas externas: os moventes tanto os materiais quanto os imateriais. Além disso, esses elementos e causas externas tanto na física quanto em Λ podem ser descritos em termos das quatro causas: a material (a matéria), a formal (a forma e a privação), a motora (os moventes materiais e imateriais), e a causa final (o movente imaterial e talvez outras coisas possam ser consideradas como causa final como é descrito em *Física*, II, 7).

Mas o ponto que distingue ambas as ciências parece ser que enquanto a física investiga estes princípios e causas para compreender a natureza, a filosofia primeira investiga estes princípios e causas para uma compreensão do todo. O que, como dissemos no tópico 4 do capítulo III, não resolve ainda totalmente o problema a respeito de qual é o objeto da filosofia primeira. Pois “qual é”, precisamente, o “todo” que o primeiro filósofo deve investigar? Nos esforçamos em tentar mostrar que a filosofia primeira realizada em Λ parece não possuir total clareza a respeito de qual é o seu objeto, do mesmo modo que a física possui a clareza de que o seu objeto é a natureza. O primeiro filósofo ainda precisa delimitar bem o seu objeto, na medida em que o que está em causa em sua investigação é também dizer “qual é” o “todo” que a filosofia primeira deve *conhecer*. Um todo apenas sensível? Um todo constituído de coisas sensíveis e não-sensíveis? Mas, se o todo for constituído também de coisas não-sensíveis, seria possível que uma “mesma ciência” seja capaz de conhecer o todo? A resposta que acreditamos ser oferecida em Λ será: sim, é possível que uma mesma ciência *conheça* o todo, pois existe um princípio comum às substâncias, e a existência deste princípio

comum, ao mesmo tempo que torna possível que uma mesma ciência conheça o todo, diz também “como ele é”. A saber, o todo é “como uma coisa inteira” e não como algo “em série”.

Isso contribui para salientar o problema sobre a falta de clareza de qual é o objeto da filosofia primeira. Fica mais evidente que esta falta de clareza se relaciona bastante com a possibilidade da existência de coisas além das sensíveis. No tópico 5 do capítulo III, tentamos destacar o quanto parece ser uma pergunta em Λ saber se o todo é apenas material ou constituído também de coisas não-sensíveis. E, principalmente, é fundamental o modo como é deduzida, em Λ , a necessidade da existência de coisas *não-sensíveis*. Por isso, apesar de ser um pressuposto da investigação a existência da substância imóvel, já mencionada em Λ 1, talvez não seja o caso de que devesse ser tomado como um pressuposto da investigação a existência de coisas além das sensíveis.

O percurso percorrido em Λ das coisas sensíveis às não-sensíveis contribuirá para a demonstração de que o todo não é “seriado”. A demonstração de que é necessário que as coisas sensíveis possuam como causa uma coisa não-sensível mostrará que o todo deve ser compreendido “como uma coisa inteira”.

Na verdade, é neste ponto que entra a relevância da investigação do princípio comum às substâncias na determinação do objeto da filosofia primeira em Λ . A existência ou não desse princípio dirá se o todo é como “uma coisa inteira” ou “seriado”. Mas, antes da consideração da possibilidade da existência de uma conexão entre as coisas sensíveis e não-sensíveis, será preciso mostrar como é deduzida a existência de coisas não-sensíveis. E o modo como chegamos às coisas não-sensíveis é fundamental para mostrar que há conexão entre as coisas sensíveis e não-sensíveis. É como se a coisa não-sensível fosse deduzida ao mesmo tempo em que se estabelece a conexão entre as coisas sensíveis e não-sensíveis. Ambas as coisas ocorrem ao mesmo tempo porque a coisa não-sensível é demonstrada como necessária para compreensão das coisas sensíveis.

Retomemos a distinção estabelecida no tópico 4 do capítulo III entre dois modos de compreendermos os “objetos” de uma determinada ciência. Em certo sentido, como dissemos acima, física e filosofia primeira investigariam exatamente os mesmos objetos: forma, matéria, privação e os moventes, compreendidos a partir das mesmas quatro causas: a material, a formal, a motora e a causa final. Assim, não apenas Λ 2-5 investiga os mesmos princípios que a física, mas mesmo Λ 6-10 também investiga princípios já contemplados na física: o movente imóvel (ou os moventes imóveis).

Como vimos, em *Física* II 7, o texto anuncia que o *físico* deverá tratar das quatro causas, incluindo o movente imóvel¹⁸⁸. E, efetivamente, os livros VII e VIII da *Física* tratam do movente imóvel.

Portanto, não são os objetos compreendidos como os princípios e as causas investigados pela física e a filosofia primeira que distinguem as investigações de uma e de outra ciência. Esse modo de distinguir a física da filosofia primeira apenas poderia servir para um modelo do tipo platônico. Quer dizer, um modelo no qual não há princípio comum e, portanto, como não há nenhum ponto de conexão entre a substância sensível e imóvel, a filosofia primeira seria aquela que se ocuparia apenas do que é “separado”, imóvel e não-sensível, enquanto a física se ocuparia das coisas sensíveis.

Segundo a concepção de filosofia primeira desenvolvida em Λ parece ser impossível distinguir a física da filosofia primeira nos mesmos termos que os platônicos poderiam distingui-la. Existindo um princípio comum a ambas as substâncias, a “natureza”, o objeto que a física visa a conhecer, apenas poderá ser suficientemente conhecida considerando-se também os seus princípios imóveis. Mas, além disso, também a coisa efetivamente separada das sensíveis apenas poderá ser conhecida através de uma investigação das próprias coisas sensíveis. Apenas dessa forma – isto é, através do “método físico” discutido por Berti, o qual leva em conta a matéria – será possível chegar à coisa efetivamente separada da matéria, uma coisa “por necessidade”, o puro ato que “atua” sempre e eternamente sobre as coisas sensíveis.

Por isso, a distinção entre física e filosofia primeira, segundo a concepção de Λ , não pode ser realizada em termos do “objeto” dessas ciências, compreendido como os princípios e as causas efetivamente investigados por elas. Mas acreditamos que física e filosofia primeira devem se distinguir a partir do segundo sentido de “objeto” dito no tópico 4 do capítulo III, ou seja, aquilo que cada uma dessas ciências visa a *conhecer*. A física busca conhecer a natureza, e a filosofia primeira, em Λ , procura conhecer o todo, se for possível a uma mesma ciência conhecer o todo. Λ responderá que isso é possível, na medida em que demonstrará a existência do princípio comum.

É claro que os objetos a serem conhecidos podem alterar substancialmente o modo segundo o qual os princípios e as causas são investigados, mesmo que se investiguem os mesmos princípios e as mesmas causas. Isso poderia explicar as

¹⁸⁸ *Física* II 7, 198b1-5: “Tels sont les moteurs non mus, comme le moteur absolument immobile et le premier de tous, et l’essence et la forme ; car ce sont là, fins, et chose qu’on a en vue ; par suite, puisque la nature est en vue de quelque fin, il faut que le physicien connaisse une telle cause”. (tradução de Henri Carteron).

diferenças que claramente existem entre a investigação de Λ 6-10 e o modo como o motor imóvel é tratado na física. Ainda que a física também se ocupe do motor imóvel, o modo como a substância imóvel é investigada em Λ 6-10 é completamente distinto do modo como o motor imóvel é tratado em *Física* VII e VIII. Notadamente ao final de *Física* VIII 10, o motor imóvel não é expressamente dito ser algo sem matéria, algo não-sensível (talvez porque não caiba à física esse tipo de consideração), mas sim algo “indivisível”, “sem magnitude” e “sem partes”, como dissemos no capítulo III. Por outro lado, já no início da investigação da substância imóvel em Λ 6, o primeiro passo será a demonstração da necessidade da existência de uma coisa não-sensível, o puro ato.

O mesmo parece valer para Λ 2-5: o modo como os princípios e as causas da substância sensível é investigado é completamente distinto do modo como ele é tratado na física. Nesse sentido, mostramos como as perguntas de Λ 4-5 parecem revelar de modo mais explícito essa diferença. Elas não são um tipo de pergunta que poderia ocorrer em uma investigação pertencente exclusivamente à física, pois na física não está em causa o conhecimento de “todas as coisas”, mas um conhecimento da “natureza”. Talvez, mesmo se não houvesse nada além das coisas sensíveis, ainda assim a física seria diferente da filosofia primeira, pois a filosofia primeira teria que mostrar justamente isto, que não há nada além das coisas sensíveis e, portanto, que o todo seria a própria natureza. Quer dizer, ainda assim parece ser diferente uma investigação da natureza e uma investigação de “todas as coisas”, mesmo que uma, afinal, seja coincidente com a outra. Será uma investigação a respeito de “todas as coisas”, e não uma investigação da natureza, que revelará que todas as coisas são “todas as coisas sensíveis” e que o todo pudesse ser coincidente, desse modo, com a própria natureza.

Por fim, a investigação de Λ 2-5 é filosofia primeira porque quer conhecer os princípios e as causas de todas as coisas (mesmo se fosse o caso que todas as coisas pudessem ser *sensíveis*). Mas a investigação de Λ 2-5 revelará que não é o caso que “todas as coisas” são sensíveis, pois é a partir dela que o texto demonstra a necessidade da existência de algo que seja o puro ato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKRILL, J.L. *Aristotle's Categories and De Interpretatione: translated with notes*. Clarendon Aristotle Series. Oxford: Clarendon Press, 1963.

ALEXANDRU, Stefan. *Aristotle's Metaphysics Lambda: Annotated Critical Edition Based upon a Systematic Investigation of Greek, Latin, Arabic and Hebrew Sources*. Leiden, Boston: Brill, 2014.

AQUINAS, St. Thomas. *Commentary on Aristotle's Metaphysics*. Introdução e tradução: P. Rowan. Notre Dame, Indiana: Dumb Ox Books, 1995.

ARISTOTELIS. *Metaphysica*. Edição: W. Jaeger. Oxford: Oxford University Press, 1957.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Tradução para o italiano: Giovane Reale. Tradução do italiano para o português: Marcelo Perine. Edições Loyola, São Paulo, 2011.

ARISTÓTELES. *Metafísica de Aristóteles Livro XII*. Tradução: Lucas Angioni em Cadernos de História e Filosofia da Ciência, Campinas, série 3, v.15, n.1, p. 201-221, jan-jun, 2005.

ARISTÓTELES. *Livro IV (Gamma), Livro VI (Epsilon)*. Tradução, introdução e notas: Lucas Angioni. Clássicos da Filosofia: Cadernos de tradução n. 14. Campinas, setembro de 2008.

ARISTÓTELES. *Livro I (Alfa), Livro II (Beta), Livro III (Alfa ellaton)*. Tradução, introdução e notas: Lucas Angioni. Clássicos da Filosofia: Cadernos de tradução n. 15. Campinas, fevereiro de 2008.

ARISTOTLE. *Metaphysics*. Tradução, introdução e comentário: W. D. Ross. Oxford: the Clarendon Press, 1924, 2 vol.

ARISTOTE. *De L'âme*. Texto estabelecido por A. Jannone, traduzido e anotado por E. Barbotin. Paris: Les Belles Lettres, 2009.

ARISTOTE. *Physique*. Texto estabelecido e traduzido por Henri Carteron. Paris: Les Belles Lettres, 1926.

BAGHDASSARIAN, Fabienne. *Métaphysique Livre Lambda*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2019.

BERTI, Enrico. *The program of Metaphysics A (chapter I)*. Em Aristotle's Metaphysics Lambda – New Essays. Boston, MA: de Gruyter, 2016, pp. 67-86

FREDE, Michel and David Charles. *Aristotle's Metaphysics Lambda: Symposium Aristotelicum*. Oxford: Clarendon Press, 2007.

- JUDSON, Lindsay. **Metaphysics Book Λ** . Clarendon Aristotle Series. Oxford: Clarendon Press, 2019.
- MARINONE, N. **All the Greek Verbs**. London: Bloomsbury,
- MENN, Stephen. **The Aim and the Argument of Aristotle's Metaphysics. Part III: The true path. III β : Metaphysics Λ 1-6. III β 1: Introduction to Λ , and Λ 1-5.** A ser publicado. Esboço disponível em <https://www.philosophie.hu-berlin.de/de/lehrbereiche/antike/mitarbeiten/menn/contents>.
- ROSS, W. D. **Aristotle's Metaphysics: Text and Commentary**. Oxford: Clarendon Press, 1924. 2 vols.
- ZILLIG, Raphael. **Substância e Vir a Ser em Metafísica Z**. 2008. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- ZINGANO Marco. **Individuals, Form and Movement: from Lambda to Z-H**. Em C. Horn *Aristotle's Metaphysics Lambda – New Essays*. Berlin: De Gruyter, 2016, p.p. 139-155.